



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Maria Zaneta

TRAVESTILIDADE E ANCESTRALIDADE: experiências racializadas e generificadas
– Por uma Pedagogia do *Campo-Pista*

Florianópolis, 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Maria Zanela

***TRAVESTILIDADE E ANCESTRALIDADE: experiências racializadas e generificadas –
Por uma Pedagogia do Campo-Pista***

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Título de Doutora em Educação.

ORientadora: Joana Célia dos Passos

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Jeane Vanessa Santos Silva (UFSC)

Profª. Dra. Leticia Cardoso Barreto (UEMG)

Pra. Dra. Itza Amanda Varela Huerta (Universidade
Autónoma de México)

Profª. Dra. Gabriela da Silva (SED/SC)

Patrícia de Moraes Lima (UFSC) – Suplente

Renata Waleska de Sousa Pimenta (IFSC) – Suplente

Florianópolis, 2024

Ficha de Identificação da Obra

Zanela, Maria

TRAVESTILIDADE E ANCESTRALIDADE : experiências racializadas e generificadas - Por uma Pedagogia do Campo-Pista / Maria Zanela ; orientadora, Joana Célia dos Passos, 2024.

184 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Travestilidade. 3. Raça e Gênero. 4. Docência. 5. Instituições Públicas de Ensino. I. Passos, Joana Célia dos . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Maria Zanela

**TRAVESTILIDADE E ANCESTRALIDADE: experiências racializadas e generificadas – Por uma
Pedagogia do *Campo-Pista***

O presente trabalho a nível de Doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelas seguintes professoras:

Prof.^a Dra. Joana Célia dos Passos

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dra. Jeane Vanessa Santos Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Letícia Cardoso Barreto

Universidade Estadual de Minas Gerais

Prof. Dra. Itza Amanda Varella Huerta

Universidade Autónoma de México

Prof. Dra. *Gabriela da Silva*

Secretaria de Estado da Educação

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Educação.

Ademir Valdir dos Santos, Dr.

Coordenador do Curso

Joana Célia dos Passos, Dra.

Orientadora

Florianópolis, 2024

*Em especial à minha Mãe,
Rosane da Silva Ramos!*

AGRADECIMENTOS

O agradecimento se tornou um compromisso diário em minha vida. Não teria chegado tão longe, tão inteira e dona de mim, se não fossem as vozes e braços que me levantaram. Com isto, agradeço:

Aos meus Orixás: Nanã Buruquê, pela sabedoria e proteção. Salubá! À dona do meu ORÍ, Mãe Yemanjá, por tanto amor e cuidado – Odojá; e ao meu Pai Ogum que me mantém guerreando com ousadia – Ogunhê!

À minha mãe, aqui na Terra, prostituta há 22 anos, responsável por me criar e cuidar das minhas dores nos momentos mais difíceis. Guerreastes incansavelmente para me manter em pé, para construir os caminhos por onde passei, para me ver com um diploma. E, incansavelmente, dar-te-ei, além do meu amor, minhas conquistas. Quero seguir sendo seu orgulho! Amo-te muito!

À minha Mãe de Santo, Lucinha de Obaluaê, por todo amor e carinho dedicados a mim. Nossos encontros mobilizados pela *Fé* me permitiram conexão constante com minha espiritualidade.

Às travestis e prostitutas que me foram espelho, símbolo de luta e resistência. Sou o que sou graças ao que somos todas nós! Gratidão por produzirem em mim consciência e autonomia. Minha travestilidade é reflexo e produto dos seus ensinamentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos de quatro anos que me permitiu realizar este trabalho de maneira mais tranquila e integral, ainda que o trajeto tenha sido extenuante, em meio às questões de saúde mental e suas intercorrências.

À minha orientadora que, desde 2013, representa a força da mulheridade negra acadêmica em minha existência. Quando lembro da **Joana Célia dos Passos**, lembro do nosso primeiro café no Centro de Convenções da UFSC, da nossa conexão imediata, das trocas de sensibilidade, reconhecemo-nos uma à outra pelo Olhar. **Joana** cumpre protagonismo em minha carreira acadêmica, já fazem 10 anos de nos conhecemos e multiplicamos afetos. Os distanciamentos naturais da vida não tornaram a reciprocidade da nossa relação menos importante, ao contrário, possibilitaram o exercício cotidiano do respeito às particularidades que nos são inerentes. O Doutorado pelas mãos da **Joana**, minha *Madrinha* como costume chamá-la carinhosamente, veio como um presente, envolto de perspectivas de vida e acadêmica. Serei eternamente grata pelos ensinamentos e pela relação cuidadosa que mantivemos ao longo

desses anos. Gratidão por ser minha ORientadora, bússola e afeto, quando tudo parecia não fazer sentido. A educadora que estou me tornando é iluminada pelas suas ideias.

Às minhas orientadoras de Graduação e Mestrado, respectivamente, Ângela Della Flora e Luciana Patrícia Zucco, que acolheram minhas propostas de pesquisa, em dois momentos distintos de muito desencontro na Universidade. Costumo dizer que Ângela me escolheu quando não tinha nenhuma possibilidade de orientação no Curso de Biblioteconomia e Eu escolhi a Luciana quando submeti meu projeto de Mestrado ao PPGSS. Ambas foram escolhas que me possibilitaram a ascensão intelectual. Em especial, Luciana, que me ensinou a fazer pesquisa de um modo crítico e detalhista, seu jeito exigente e imperativo de conduzir os modos de produção do conhecimento foram orientadores essenciais à minha construção científica.

À minha *Madrinha, Gabriela da Silva*, amiga, irmã, companheira de luta, pelos compartilhamentos cotidianos das experiências do/com o vivido, de proposições político-acadêmicas e, também, por me ensinar a constituir um percurso exitoso, a partir de sua referência-potência.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Diferença, Arte e Educação (ALTERITAS) pelos momentos de intensa produção coletiva, mesmo à distância quando estávamos em contexto pandêmico, criamos redes de afetos e cuidado fundamentais à permanência de cada integrante. Minha imensa gratidão pelos processos de ensino-aprendizagem oriundos de proficuas discussões.

À *Priscila Fróes*, em especial, com muito carinho e afeto, minha ilustradora, amiga confiante que compartilhou comigo mesmo à distância, por meio de aplicativos de diálogos, das peripécias do produtivismo acadêmico e das experiências com a *Pista*. Responsável também pelo trabalho artístico deste estudo-pesquisa. Do lado de cá, permaneço entusiasmada com tuas conquistas em Glasgow/UK, faceira de tê-la como companheira de tantas frentes e orgulhosa da Mestra que se tornou. Gratidão imensa por permanecer em minha vida!

NÓS QUEREMOS AMAR...

Ainda que não nos queiram, devem entender que não surgimos agora, do nada. Nós viemos de homens e mulheres como vocês e que nos deram ódio, incompreensão e nos botaram fora. E mesmo assim sobrevivemos. Vocês transformaram o mundo ao nosso redor em prisões a céu aberto, sem muros por onde não nos era permitido transitar, pois não existia para nós a liberdade de ir e vir. E marchamos pelo futuro das nossas e mostramos nosso orgulho, apesar da opressão de vocês. E não satisfeitos contra nós vocês colocaram o braço opressor do estado para nos enfiar nas prisões, para que morrêssemos, mas nós enchemos o cárcere com nosso orgulho e vencemos as grades [...] vocês nos amaldiçoavam e nós dançávamos como se cada música fosse a última e como se cada passo nos levasse mais à beira do precipício, para o qual vocês nos empurraram. Então veio a Aids e vocês disseram que éramos culpadas. Então, nós fomos em busca da cura e se essa não era possível, ao menos algo que nos desse mais tempo de vida. E conseguimos. E assim ajudamos a sociedade, seus filhos, suas mulheres a se protegerem, principalmente também das opressões que vocês homens de bem representavam. E continuamos dançando. E a prostituição foi nossa sobrevivência, onde vocês homens de bem vinham satisfazer suas luxúrias fetichistas. E nos entregamos. E nesses momentos, vocês homens de bem nos amavam e esqueciam que éramos adversários em uma guerra declarada que não declaramos, onde o ódio era o combustível que vocês homens de bem usavam contra nós. E nós só queríamos ser livres, existir, amar, tendo os mesmos direitos na vida que vocês homens de bem. Mas vocês não podiam deixar isso acontecer, quando viram que estávamos organizadas. Que agora tínhamos redes por todos os lados, mundo afora. E fomos de parada em parada galgando nosso espaço no mundo, depois da que ficou conhecida como Revolta de Stonewall. Então, vocês começaram a se apavorar, mas também viram na luta contra nós uma cortina de fumaça para encobrir a maldade que causavam ao mundo e a destruição desse através de sua sede insana por poder, para acumular fortunas destruindo o próprio habitat. Nós seguimos amando, criando, dançando. Vocês homens de bem escreviam leis contra nós que escrevíamos poemas. E fomos pouco a pouco galgando a escada que nos levava para fora do precipício, para onde vocês nos empurraram. E então por mais que tivéssemos alguns desertores e muitos mortos, os sobreviventes estavam de volta ao jogo, na dança. Mesmo que a música fosse outra. Então te puxamos para dançar e sem perceber você homem de bem estava nos amando fora de nossos guetos, que transformávamos em bunker. Você homem de bem sem perceber estava comendo conosco em tuas mesas, dormindo conosco na casa ao lado com teus filhos frequentando a mesma escola. E isso pra você era insuportável, pois ruias todas as tuas crenças sobre o amor, deuses e sociedade, com regras inventadas por 'homens de bem'. Nós fomos em frente. Nós organizamos para não morrer. Conseguimos que os nossos tivessem o que não tivemos: certificados escolares, diplomas universitários, saúde, casa, trabalho, renda e estávamos agora nas telas de TV dentro da tua casa. Nossa histórias de vida eram contadas no cinema, nos livros. Estávamos não mais nos bancos escolares, mas dando aulas e dirigindo a escola dos teus filhos. Sim, como pais que não tiveram oportunidades, nós organizamos uma luta por direitos para que as próximas gerações de LGBT tivessem oportunidades garantidas.

(Reprodução livre publicizada na rede social do Instagram, por Indianare Siqueira - TransVestiGêner, 2023)

RESUMO

Esta Tese tem o intuito de compreender as experiências de vida e acadêmica de travestis negras ativistas, professoras universitárias e intelectuais, fundamentadas histórico e culturalmente sob a perspectiva interseccional do Campo-Pista. A partir dos contextos de produção do conhecimento desvendar como estas sujeitas produzem métodos/práticas de ensino em relação as dissidências raciais e de gênero, marcadas em suas identidades de gênero e docente; para tanto, apresentam-se os seguintes problemas de pesquisa: Há uma constru(a)ção de identidade profissional como docente e produção de saberes e conhecimentos peculiares não somente decorrente da travestilidade, mas, sobretudo, da ancestralidade travesti construída na Pista? A travestilidade, em especial a negra, produz significados à identidade profissional docente, no que se refere a método e práticas de ensino? Quais as aproximações e distanciamentos entre a identidade de gênero (negra) e a identidade profissional docente frente às opressões racistas e travestifóbicas? A experiência com as dissidências de gênero em contextos educacionais constitui um (possível) lugar de método/prática de ensino Travesti-específico/a? Tais problematizações se inserem no pressuposto de que a educação como prática social, cultural e política possibilita que as mesmas, insiram-se na Educação Superior de Ensino com um intento transformador da realidade social. Isto posto, objetiva-se compreender as formas como as experiências interseccionadas (travestilidade, raça, classe social, sexualidade como trabalho e ancestralidade) com as dissidências raciais e de gênero repercutem na construção da identidade docente de travestis negras professoras universitárias. A amostra será composta por sujeitas que se afirmam e se reconhecem na Travestilidade, e que realizam seu percurso acadêmico como docentes. À luz da travestilidade, recorre-se à interseccionalidade como ferramenta de análise. Para este percurso, ancorada ao método autoetnográfico e do Campo-Pista, utilizo da técnica qualitativa e da análise de conteúdo a fim de organizar as narrativas orais das interlocutoras da pesquisa e o levantamento bibliográfico de artigos e livros já publicados na área dos estudos raciais e de gênero, na busca de respaldar teoricamente a investigação. Considera-se transitoriamente o caráter fundante de uma *Pedagogia do Campo-Pista*, responsável por reunir um conjunto de ideias críticas acerca das Identidades de Gênero e Docente iluminadas pelas contribuições dos estudos raciais.

Palavras-chave: Travestilidade. Raça e Gênero. Docência. Instituição Pública de Ensino.

RESUMÉN

Esta Tesis tiene como objetivo comprender la vida y las experiencias académicas de activistas, maestras universitarias e intelectuales travestis negras, histórica y culturalmente a partir de la perspectiva interseccional de Campo-Pista. Desde los contextos de producción de conocimientos, descubrir cómo estas sujetas producen métodos/prácticas de enseñanza en relación con las diferencias de género, marcadas en sus identidades de género y enseñanza; Para ello, se presentan los siguientes problemas de investigación: ¿Existe una construcción de identidad profesional como docente y una producción de conocimientos peculiares no sólo resultantes del travestilidad, sino, sobre todo, de la ascendencia travesti construida en la Vía? ¿La travestilidad, especialmente la negra, produce significados para la identidad profesional docente, en lo que respecta a los métodos y prácticas de enseñanza? ¿Cuáles son las similitudes y diferencias entre la identidad de género (negra) y la identidad profesional docente frente a la opresión racista y travestífoba? ¿La experiencia con la disidencia de género en contextos educativos constituye un (posible) lugar para un método/práctica de enseñanza específica para travestis? Tales problematizaciones son parte del supuesto de que la educación como práctica social, cultural y política permite ingresar a la Educación Superior con una intención de transformar la realidad social. Dicho esto, el objetivo es comprender las formas en que las experiencias que se cruzan (travestilidad, raza, clase social, sexualidad como trabajo y ascendencia) con diferencias de género impactan la construcción de la identidad docente de maestras universitarias travestis negras. La muestra estará compuesta por sujetas que se afirman y reconocen en la Travestilidad, y que desarrollan su carrera académica como docentes. Frente a la travestilidad, la interseccionalidad se utiliza como herramienta de análisis. Para este recorrido, anclado en el método autoetnográfico y *Campo-Pista*, utilizo la técnica cualitativa y el análisis de contenido para organizar las narrativas orales de las interlocutoras de la investigación y el levantamiento bibliográfico de artículos y libros ya publicados en el área de los estudios raciales y de género, en la búsqueda de sustentar teóricamente la investigación. Se considera temporalmente el carácter fundacional de una *Pedagogía de Campo-Pista*, encargada de aglutinar un conjunto de ideas críticas sobre Género e Identidades docentes iluminadas por los aportes de los estudios raciales.

Palabras-Clave: Travestilidad. Raza y Género. Enseñando. Institución Educativa Pública.

Lista de Quadros

Quadro 1: Recursos gráficos.....	23
Quadro 2: Autoras-participantes.....	80

Lista de Tabelas

Tabela 1 – 1ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Base de Dados Scielo.....	61
Tabela 2 – 1ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	62

Lista de Figuras

Figura 1: <i>Maria Zanela</i> sob a perspectiva do Campo-Pista	20
Figura 2: Autora-participante <i>Fran Demetrio</i> [In Memoriam]	83
Figura 3: Autora-participante <i>Letícia Carolina Pereira do Nascimento</i>	109
Figura 4: Autora-participante <i>Megg Rayara Gomes de Oliveira</i>	123
Figura 5: Autora-participante <i>Jaqueline Gomes de Jesus</i>	126

Sumário

PRÓLOGO	15
MANIFESTO DE UMA TRAVESTI BRANCA ANTIRRACISTA	17
1 Germinações travestis	21
1.1 Em que lugar a branquitude me posiciona?	30
1.2 Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre travestilidades, transexualidades e transgeneridades – NeTrans: a borboleta que saiu do casulo	32
2 Pensamento Negro e suas contribuições à articulação do Movimento de Travestis.....	39
2.1 Travestis negras como expoentes de um pensamento social crítico	46
2.2 Experiências racializadas e generificadas sob a Interseccionalidade.....	54
2.3 Propostas antirracistas	58
3 Levantamento bibliográfico sobre a temática em tela nas principais plataformas científicas.....	61
4 Aspectos Metodológicos	67
4.1 Imersão autoetnográfica-travesti e <i>Campo-Pista</i>	74
4.2 Cenário, Autoras-Participantes e critérios de inclusão	80
4.3 Cuidados éticos	84
4.4 Dos programas de prostituição aos programas de pós-graduação: <i>Campo-Pista</i> como instrumento pedagógico.....	84
5 Raça e Gênero: Travestilidade como categoria interseccional	88
5.1 Do pensamento transfeminista à Travestilidade como práxis decolonial	95
6 Travestilidade e Ancestralidade	110
6.1 Desdobramentos de uma Tradição Travesti.....	113
7 Racializando (Enegrecendo) o fazer pedagógico: experiências de travestis negras professoras/educadoras à luz do <i>Campo-Pista</i>	121
8 Considerações <i>Travesti-Formadoras</i>	174
Referências.....	177
Apêndice A - Roteiro das Entrevistas	183

PRÓLOGO

Observa-se na escrita o fato de que é no *Campo-Pista* que nasce a relação entre saber e poder. É do saber e do poder que se constitui o modo de (re)existir e (sobre)viver das travestis. Assim, encontram-se uma miríade de travestis como sujeitas históricas, epistemológicas e politicamente engajadas no movimento dialético transformador e emancipador. É nas condições objetivas do *Campo-Pista* que emergem as travestis como movimentos de identidade, corporalidade e subjetividade, tanto de si como de outrem.

Nas encruzilhadas de análise dos saberes, práticas e formas de um poder que o instituiu em sua objetividade, incidindo sobre a sujeita como corporalidade de prazeres, alvo de punição. Nesse sentido, a temática da travestilidade na qual constitui as sujeitas professoras negras se apresenta para a pesquisadora como uma conjuntura objetiva epistêmica. Os escritos da *Tese* não devem ser lidos ou procurados dentro de uma tradição teórica, mas como um transgressivo fluxo de pensamento criativo. Traz as travestis como temas de estudos ancorados por perspectivas de saber e poder, quando as identifica como autoras-participantes.

A pedagogia da ***ances-travesti-lidade*** se ampara na constituição histórica do saber e do poder, construídos como possibilidade no *Campo-Pista*. Assim, a emergência desses saberes se torna histórico. Uma pesquisa posicionada e situada, sendo que reconhece os limites da sua produção de conhecimento. Encontra-se nesta produção de conhecimentos um conjunto de saberes que não decorrem dos processos científicos positivistas, mas de uma ciência da vida. E isso tem a ver com uma certa produção de verdade, que é relativa a um acontecimento na história, o surgimento da travesti como epistemologia.

A pesquisadora se utiliza de fenômenos concretos, inclusive como sujeita e objeto desse conhecimento produzido, assume prática concreta onde reside a materialidade dessas existências no *Campo-Pista*. As travestis existem e não são invenções ideológicas de gênero. A corporalidade travesti profissional do sexo *transiciona pistas* como campo de investigação histórica em que pese a ancestralidade desses saberes. Esta produção se constitui como um compromisso ético, moral e social para com as gerações que, por ventura, arriscarão a pesquisar sobre travestis, *abrindo pistas* com múltiplos campos de saberes. O pensamento da pesquisadora nos incute a pensar sobre a constituição de um saber possível.

Os conhecimentos produzidos nesta escrita são realidades práticas de vida e tem relação com o modo de viver e existir de uma população que vem resistindo historicamente aos ditames hegemônicos cis-heteronormativos. Há um compromisso político para com uma pedagogia

transgressora anti-transfóbica, tendo um potencial libertador e transformador. Uma pedagogia revolucionária de (re)existência e (sobre)vivência, de saber e poder, de existência e vivência.

Diante do contexto de intolerância e ódio expresso por uma política-ideológica antitrans, temos um desafio maior para enfrentarmos: combater o retrocesso no mundo todo. Nossa escrita insurge desse momento histórico de conflitos e contradições. Ao mesmo tempo leva as universidades a repensar suas práticas, sejam elas políticas ou teóricas. Apresenta-se, também, como um manifesto de anúncio e denúncia. Na produção de conhecimento, nossas pesquisas interpelam as epistemologias cis-heteronormativas e coloniais como agenda transfeminista.

Por *Gabriela da Silva*
Primeira Travesti Doutora no Estado de Santa Catarina
Mestra e Doutora em Educação

MANIFESTO DE UMA TRAVESTI BRANCA ANTIRRACISTA

Por *Maria Zanela*¹

*O Brasil é o país que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo*². **In memoriam:** *Às travestis. Não estamos todas, faltam as mortas!*

Sobre ser uma “criança viada” em espaços de ensino-aprendizagem. Trajetória esta que, apesar de marcada por estigmas e estereótipos, representada por mim, conseguiu criar “linhas de fuga”, diante dos preconceitos cotidianos, desde o período escolar. Na escola, eu não era só a “bixinha”, o “viadinho” [...] aquela criança que precisava criar “jeito de homem”, mas também era a “filha da puta”, da “destruidora de lares”, da mãe sem profissão. A cidade era pequena e o falatório era enorme. Talvez meus colegas de turma soubessem mais sobre minha mãe do que *Eu* mesma. Criavam monstros dentro de mim. Principalmente, quando perguntavam: “o que tua mãe faz?”. Pairava um silêncio sobre mim. Um silêncio dolorido, que se traduzia num olhar perdido, cheio de lágrimas. Nesta época, a única certeza que tinha é que era uma estranha.

Sobre estranhamentos e violências. Eu era uma estranha que tinha o seu valor. Na escola, só consegui compreender que era diferente quando fui apontada como diferente. O olhar do outro construiu em torno de mim a experiência com a diferença. Ali, naquele momento, servindo de alvo, *Eu* já não era mais a mesma. Construíram sobre mim a imagem de um monstro. E *Eu*, num ato de coragem, precisei me desfazer: desmontando tudo aquilo que fizeram de mim, buscando conhecer a mim mesma. Debaixo dos escombros, ainda existia um pouco de mim. Esse pouco de mim precisou se desconectar do convívio social, das relações e interações, que só tinham um propósito: recriar o monstro em mim. Precisei me recolher, exilando-me no meu *Eu*, recolhendo-me de todo mal. Apesar disso, não as/os culpo! Éramos crianças, mais tarde, adolescentes, sabíamos pouco sobre a vida. Já eu, fui um “menino”

¹ Bibliotecária (2016), Mestra em Serviço Social (PPGSS/UFSC, 2018), Doutoranda em Educação (PPGE/UFSC). Integrante-pesquisadora pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE/UFSC/CNPq) e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Diferença, Arte e Educação (ALTERITAS/UFSC/CNPq). Idealizadora, Cofundadora e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades (NeTrans/UFSC/CNPq). E-mail: <aprendereler@gmail.com>.

² Mapa dos casos de assassinatos de travestis, mulheres e homens transexuais no território brasileiro – 2018 – ANTRA. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1O4mvh30TAFp61U4sUb5hArN4r5uEYBX&ll=-12.817286845466201%2C-47.43337159999999&z=5>>. Acesso em 20 jan. 2019.

afeminado, mais tarde, travesti, filha de uma prostituta, que precisou resistir à ordem normativa e, muitas vezes, se sujeitar também, encontrando nos estudos uma saída para amenizar as violências sofridas. Aos olhos do outro, esse era o meu valor.

Foi imersa nessas “relações de estranheza” que percebi ao meu redor Outras/os Estranhas/os, outras/os colegas subjugadas/os: aquelas/es de **Identidade Negra**. Neste entrelugar que nunca coube, que me fazia sufocar diante das opressões, que passei a ter uma leve compreensão sobre os efeitos do racismo na vida de colegas negras/os, ainda que não tivesse domínio dos conceitos, sabia que ali se manifestava a diferença racial. Sentia-me sozinha nas estranhezas de sexualidade/gênero, mas não estava solitária frente as outras dissidências. Criavam os mesmos monstros nas/os minhas/meus coleguinhas negras/os que cotidianamente desenhavam em mim. Era pela **dororidade (Piedade, 2017)** que nossas monstruosidades se juntavam. Ali, na infância, dei meus primeiros passos para compreender as relações raciais que também me afetavam pelo olhar da dor. **Vilma Piedade (2017)** intersecciona a dor a partir das opressões de gênero e raça, ao discorrer sobre a categoria Dororidade. Pensando com a autora, à luz das reminiscências de outrora, coloco em reflexão a possibilidade de uma dororidade entre mulheres negras e travestis, considerando também as experiências de travestis negras, que são atravessadas por violências (travesti) generificadas e racializadas.

Sobre estratégias e deslocamentos. Na escola, as tentativas de escapar das violências foram muitas. Até descobrir, a cada série de aprovação, que *Eu*, “criança viada” tinha o meu valor. O meu valor, por muito tempo, só cabia no olhar do outro como a aluna nota dez que desempenhava nas atividades escolares. Meu comportamento movia colegas interessados, dispostos a amenizar os efeitos da dor em mim em troca de trabalhos bem feitos. Esse era o meu valor (talvez tenha sido até certo tempo da graduação): elaborar trabalhos para o outro – esse outro, que ora dava o tapa, ora escondia a mão – colocar nomes na lista, explicar matérias mal-entendidas. Operava como um alicerce pedagógico. Dentro da sala eu era querida, sorriam para mim, eram gentis. Fora da sala, no recreio, nos intervalos, na saída, *Eu* voltava a ser o “viadinho”: o monstro. Aprofundar-me nos estudos foi uma “linha de fuga”, um refúgio, para me sentir menos machucada. Percebi minhas potencialidades a partir desse limite. Não era suficiente ser boa aluna, era necessário ser vista como “normal” para ser tratada como gente.

Descobrir-se e compreender-se antirracista foi um processo de revisitação à minha própria trajetória de experiência com as desigualdades, que não somente me afetavam/ram, mas que produziram à luz de um lugar de acolhimento e empatia possibilidades de encontro na/pela Dor. Um encontro pelo e com o Olhar da Outra, nas diversidades e subjetividades de existir e

resistir ao meio social excludente. Como costumo dizer: não foi o sopro que apagou a chama da vela (das ideias), como certeza possível de um processo-queima, que me fez enxergar a ausência de ideias iluminadas, mas sim o fôlego que poderia ter me faltado. Algumas velas nos queimam, outras nos iluminam e abrem caminhos. Muitas delas soprei, porque não foram ideias refletidas por mim, tampouco acendidas com o desejo de iluminar. Foi o fôlego que precisei ter o responsável por ensinar que nem toda chama acesa nos guia à bondade e/ou à superação das opressões e que é o fôlego que nos salva/nos modifica/nos transforma, ainda que não possamos enxergar o caminho, é o fôlego também a nossa energia à procura incansável. Muitas “luzes/chamas” em meu caminho me ensinaram com práticas racistas, eu precisei apagá-las e oxigenar fôlego para construir novas possibilidades itinerantes, novos percursos de ensino-aprendizagem no âmbito das relações raciais.

Figura 1: *Maria Zanela* sob a perspectiva do Campo-Pista



Fonte: Ilustrado pela travesti artista visual *Priscila Fróes*

1 Germinações travestis

É melhor vocês todos ficarem quietos! Eu estou tentando subir aqui o dia inteiro pelos seus irmãos gays e suas irmãs gays na cadeia que escrevem pra mim toda maldita semana e pedem a ajuda de vocês. E vocês não fazem absolutamente nada por elas.

Eu já fui presa! Eu já fui estuprada! E espancada. Muitas vezes! Por homens! Homens heterossexuais que não pertencem ao guarda-chuva gay. Mas vocês fazem alguma coisa por elas? Não! Vocês todos me dizem pra ir embora e esconder meu rabo entre as pernas. Eu não vou mais tolerar essa merda. Eu já fui espancada, tive meu nariz quebrado, eu fui jogada na prisão, perdi meu emprego, perdi meu apartamento, pela liberação gay. E vocês todos me tratam assim? Mas que merda tem de errado com vocês todos? Pensem nisso!

Eu não acredito numa revolução, mas vocês todos acreditam. Eu acredito no poder gay. Eu acredito em nós conseguindo nossos direitos ou então eu não estaria por aí lutando pelos nossos direitos. Isso é tudo que eu queria dizer pra vocês todos.

Se vocês querem saber sobre as pessoas que estão na cadeia, e não se esqueçam da Bambi L'Amour, Andora Marks, Kenny Messner, e outras pessoas gays na cadeia, venham ver as pessoas na casa STAR [endereço]. As pessoas que estão tentando fazer alguma coisa, por todas nós, e não homens e mulheres que pertencem a um clube branco da classe média branca! E é a ele que vocês todos pertencem!

(RIVERA, 1973)

Esta *Tese* se propõe a realizar uma análise de compreensão da realidade social das travestis negras professoras em espaços escolares e universitários, sob a perspectiva do *Campo-Pista*, com o intuito de desvendar suas sociabilidades, resistências e assujeitamentos à ordem normativa de gênero, a partir da experiência com as dissidências raciais e de gênero, em contextos de formação, produção do conhecimento e práticas de ensino, partindo de suas próprias narrativas e da percepção externa de quem convive/u com elas no cotidiano escolar e universitário – no caso, os segmentos da ordem societária: família, colegas de trabalho, referências travestis, que emergem em suas narrativas. Em meio ao olhar interno (autoras-participantes) e ao externo (segmentos) inter cruzados com minhas análises. Ao considerar a ancestralidade travesti e a miríade de saberes *travesticentados* oriundos da *Pista* e da referência-corpo insurgente das dinâmicas em contexto de trabalho sexual, proponho lançar à leitura a perspectiva do *Campo-Pista* como produtora de uma pedagogia situada, esmiuçada no decorrer da escrita.

Para isso é preciso entender, inicialmente, o que é **experiência e identidade**, nos termos de Avtar Brah (2006)³, a primeira categoria como processo de significação que é a condição para a constituição daquilo que chamamos de “realidade” e, a segunda categoria: “como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo que a

³ Professora de Sociologia em Birkbeck, Universidade de Londres. Ver Difference, Diversity, Differentiation. In: BRAH, Avtar. **Cartographies of Diaspora: Contesting Identities**. Longon/New York, Routledge, 1996, capítulo 5, pp.95-127.

qualquer momento é enunciado como o ‘eu’” (Brah, 2006, p. 371). Nos termos de **Stuart Hall** e **Patrícia Hill Collins**, ao esmiuçar as políticas culturais negras como “questão paradigmática da teoria cultural”, e sua relação com as Identidades que incidem irrevogavelmente nas experiências sociais como questão histórica *e em constante transformação*.

O tema deste estudo se relaciona profundamente com a área de concentração Ensino e Formação de Educadores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e com a linha de pesquisa *Sujeitos/as, Processos Educativos e Docência – SUPED*, uma vez que pretende dar visibilidade aos processos de resistência e assujeitamento, incutidos na experiência com as dissidências raciais e de gênero das travestis negras professoras. Intenta, desta forma, investigar as compreensões acerca das contribuições da *Pista* pela perspectiva analítica das travestis negras professoras, igualmente autoras-participantes deste trabalho, que estão inseridas em contextos de formação, produção do conhecimento e práticas de ensino, cujas experiências desobedientes à ordem normativa as tornam selecionáveis pelo sistema de controle do gênero e aprofundam violências já experimentadas em razão de raça/etnia, identidade de gênero e sexualidade, nos termos do que propõem **Kimberlé Crenshaw** (2002), **Carla Akotirene** (2019) e **Adriana Piscitelli** (2008) ao debaterem as *interseccionalidades*.

Travestis (e transexuais) são pessoas que provocam rupturas, caminhos sinuosos às fronteiras de gênero, que desestabilizam a cisnormatividade⁴ e seus dogmas. São modos de viver e experimentar definidos por uma série de construções socioculturais que reelaboram a experiência de pessoas travestis-trans, à medida em que suas características corporais, estas que não correspondem ao sexo assignado no nascimento, reestruturam-se no bojo das relações sociais. A identidade travesti, em especial, tema central deste estudo, é mobilizada com o intuito de desvendar ao/à leitor/a a referência-potência sócio-histórico-política da travestilidade como práxis de gênero, que compreende uma miríade de experiências culturais orientadas por uma perspectiva gênero-dissidente, situada/localizada no âmago dos fazeres pedagógicos não-nomeados, esquecidos muitas vezes de forma proposital, dados de maneira informal pelos saberes em *Pista*.

Este estudo-pesquisa tem a preocupação de se atentar a uma perspectiva *decolonial*, entendendo que esse exercício, muitas vezes, torna-se insuficiente quando buscamos o caminho

⁴ A expressão cis, abreviatura de cisgênero e de cissexismo/cissexualidade, é termo utilizado por pesquisadoras e pessoas que se declaram travestis e transexuais, referindo-se a não ultrapassagem das fronteiras de gênero e sexualidade previstas pelo saber binário e heterocêntrico. Cisgênero é quem se apresenta em conformidade com a maioria das expectativas sociais relativas “ao que é ser homem ou mulher”, ou de acordo com os dispositivos de gênero que lhe foram atribuídos na gestação e/ou nascimento. Sujeitos cisgêneros, assim como travestis e transexuais, podem ter distintas orientações sexuais, como gays, lésbicas, heterossexuais e bissexuais.

para uma práxis comprometida, tal qual expomos discursivamente. Iluminada, principalmente, pela socióloga e docente do ensino superior Catherine Walsh [quando nos apresenta as pedagogias decoloniais], compreendo que essa tarefa não é de fácil resolução, tampouco simples de ser apreendida na articulação entre o acadêmico e as mobilizações sociais. Inclusive, aqui também reside uma autocrítica enquanto intelectual. Certamente, encontro-me imersa às limitações teórico-práticas, ainda que isto não me provoque receios em assumir que posso estar equivocada, mas de constituir em meus fazeres epistêmicos possibilidades de romper com essas barreiras. É preciso ter consciência que recorrentemente as teorias vigentes não darão conta da realidade social, ao passo que as condições concretas de vida também não serão passíveis de análises que atinjam sua integralidade. Por isso, a profunda necessidade, que expresso de forma constante, em reelaborar o pensamento social que resgata os processos históricos e culturais da *Identidade Travesti*.

O lugar de investigação se expressa à luz da *Experiência* das travestis negras no exercício da docência em instituições públicas de ensino: Instituto e Universidades Federais e sua *relação avessa* à informalidade de saberes, que emergem das compreensões que cada uma detém sobre a contribuição das travestis trabalhadoras sexuais como fundantes à consolidação dos saberes travestis, no campo das formalidades de ensino-aprendizagem. Ao texto da pesquisa será aplicada a *Guerrilha de Linguagem*, como uma forma de dar visibilidade, vez e voz ao gênero feminino (às mulheres e travestis) e de subverter os regimes de poder. Portanto, o texto segue fundamentado numa linguagem feminina e, por vezes flexionada nos dois gêneros – masculino e feminino. Chamo-lhes a atenção também para os grafismos utilizados como recurso visual e de identidade da Autora para a composição da escrita, de acordo com legenda abaixo:

Quadro 1: Recursos gráficos

AUTOR/A – DATA	RECURSO GRÁFICO
Autoras/es negras/os	Grifado em negrito
Autoras/es travestis e transexuais	Grifado em itálico (e negrito quando também forem negras/os)
Conceitos clássicos da literatura e/ou termos criados pela Autora	Grifos alternados entre negrito e itálico
Mulheres Autoras	Nome por extenso

Fonte: Dados sistematizados pela autora

Nós-Travestis (e transexuais) somos sujeitas flutuantes em relação às *Identidades de Gênero e Docente*, explicitamos de forma corporificada divergências e *CORPOVERGÊNCIAS* entre os modos de viver e as normatizações generificadas e racializadas que dualizam as

experiências identitárias entre homens e mulheres, sob a ótica da cisgeneridade. Os modos de ser travesti transcendem as percepções, as [in]congruências de uma corporalidade, marcada pelas insígnias das dissidências, que sufoca às características normativas raciais e de gênero. A travestilidade, identidade-lócus desta pesquisa, em especial nos traz nuances ainda mais específicas e complexas no que tange os inter cruzamentos de gênero e raça, uma vez que é mister olhares atentos de uma cosmovisão ancestral à compreensão de uma *Cultura Travesti*, em toda sua multiplicidade, que emerge no Contemporâneo.

Nesta *Tese*, parto do pressuposto de que a experiência com as dissidências raciais e de gênero e constitui o lugar de um método de ensino, de produção da identidade, das travestis negras professoras, que em processos de resistência criam “linhas de fuga” e estratégias de permanência para uma *Pedagogia do Campo-Pista*, em contextos de formação, produção do conhecimento e práticas de ensino. Para o bem e para o mal, considerando que comumente somos reféns sistematicamente dos regimes de controle preconizados pela branquitude e cisgeneridade. Ao compreender que essa experiência parte de uma referência ancestral travesti-específica, contextualizada historicamente, com contornos políticos de luta e resistência às instituições estatais que, em outrora, perseguiam e exterminavam grupos de travestis na conjuntura de trabalho sexual. Ao considerar, também, que são as referências-potência que produzem possibilidades de existir, simbólica e materialmente. Referências estéticas, políticas, de produção de linguagens, de enfrentamento aos conflitos, de organização coletiva. Sendo essas mesmas referências capazes de refletir práticas/métodos de ensino-aprendizagem formal e informal.

Importante delinear o lugar de onde se fala para compreender qual noção de identidade travesti se está tomando como ponto de partida. Brah (2008, p. 47) em sua magnífica passagem *Diferença como Identidade* da obra *Diferença, Diversidade e Diferenciação* nos ensina que “é problemático falar de uma identidade existente como se ela estivesse sempre já constituída. É mais apropriado falar de discursos, matrizes de significado e memórias históricas que, uma vez em circulação, podem formar a base de identificação num dado contexto econômico, cultural e político.”. As produções sobre identidade no campo das travestilidades não dispõem do aprofundamento e aporte teórico necessário para a análise da questão social em evidência. Destarte, recorrerei ao **pensamento negro**⁵, às teóricas negras, para fundamentar minha *Tese*, a partir de uma perspectiva interseccional⁶, não me limitando à sua real intencionalidade

⁵ Ver Davis, 2016; Carneiro, 2013; Aguiar, 2007; hooks, 1995 and 2014; Nascimento, 2003.

⁶ Ver Piscitelli, 2008.

analítica, porque a percebo como um *ebó*⁷ a abrir caminhos, como o início de reflexões que transitam e nos revelam trilhos por onde a locomotiva-travesti ainda não passou. Neste sentido, trago como ferramenta de análise a horizontalidade entre *Nós-Travestis* prostituídas em conexão dialógica com as participantes-autoras e suas percepções sobre todo esse contexto.

Considerando o resultado da pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIFE⁸ em 2009 sobre preconceito nas escolas, foi identificado que 99,9% dos entrevistados desejam manter distância de algum grupo social. As pessoas com deficiências cognitivas são os que sofrem maior preconceito, com 98,9% das pessoas com algum nível de distância social, seguidos pelos homossexuais (98,5%), ciganos (97,3%), deficientes físicos (96,2%), índios (95,3%), pobres (94,9%), moradores da periferia ou de favelas (94,6%), moradores da área rural (91,1%) e negros (90,9%). Na pesquisa realizada no ambiente escolar, ficou explícita a presença da homofobia na escola. Não foi realizada nenhuma pesquisa com dados a nível nacional sobre travestifobia/transfobia nas escolas (até a presente data de elaboração deste texto), mas, se a homofobia está em segundo lugar de discriminação na citada pesquisa, considero que as travestilidades, por apresentarem em suas corporalidades as dissidências de suas diferenças, devem sofrer maior discriminação, sendo submetidas a enfrentamentos constantes para permanecer na escola (Andrade, 2012), como o próprio *Manifesto de uma Travesti Branca Antirracista* nos revela.

Segundo a professora Guacira Lopes Louro (1997), a escola não transmite apenas conhecimentos, ou somente os produz, mas também desenvolve as identidades étnico-raciais, de gênero, de classe e fabrica sujeitas/os. Neste caso, a escola, que deveria trabalhar a diferença na perspectiva interseccional, acaba por tentar classificar e produzir sujeitas normatizadas e disciplinadas, encaixotadas em uma identidade coletiva padrão e sem possibilidade de mobilidade. A escola como instituição é produto de uma herança colonial, alicerçada na cultura e no conhecimento de povos dominantes, sendo essa hegemonia responsável pela destruição de culturas, saberes e existências subalternizadas. Realidade denunciada por Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” e que propõe como forma de ruptura, uma Educação para a Liberdade. Outrossim, uma *Educação para a Travestilidade* é o que proponho, uma *Educação à Diversidade* que nos reconheça como sujeitas centrais no processo de transformação e emancipação do fazer pedagógico.

⁷ Linguagem Iorubá, para definir um ritual sagrado do Povo de Axé, destinado a limpar e reequilibrar a corporalidade, são variáveis de acordo com cada fundamento. Comumente, também, chamados de oferendas.

⁸ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2018.

Estes escritos surgem também, para além da emergência de vozes travestis na Educação, de um interesse pessoal, à luz de minha Identidade. Pois, desde a infância e durante todo o período escolar percebia que haviam incongruências em mim: entre corporalidade e socialização. Mais tarde, imersa nos *Estudos de Gênero* – em aproximação ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e suas atividades acadêmicas, conheci com maior profundidade os estudos e pesquisas que versavam sobre *Travestilidades*. Estes, em sua maioria, coordenados e desenvolvidos por homens cisgêneros. Como escrever insurge de um ato político, reservo-me ao direito de não me debruçar com afinco em termos de citação. Esses autores trazem a temática da prostituição [trabalho sexual] com demasiada centralidade em seus trabalhos. Entretanto, não apresentam perspectivas aproximadas ao caráter pedagógico deste trabalho em tela.

O fazer científico, conseqüentemente, implica a pesquisadora, coloca-a diante de escolhas e renúncias, inclusive no modo como optamos fazer referência a algo ou alguém. Ao menos não deveria ser aceitável que nos tornemos reféns de teorias que não nos exprimem comprometimento, em especial, com as lutas que acreditamos e travamos. Justamente porque este trabalho não se propõe apenas no campo do científico, da rigidez acadêmica, aos moldes tradicionais hegemônicos. O seu viés crítico, até mesmo intramovimento, é explícito, sem a mínima intenção de corresponder expectativas de quem a/o lê, mas, sobretudo provocar intensa reflexão sob o deslocamento das ideias que *aqui* se inserem. O trabalho se apresenta com a finalidade de trazer as dinâmicas concernentes ao trabalho sexual em sua essência histórico-cultural como fundante aos processos de ensino-aprendizagem das travestis brasileiras, no âmbito informal e formal.

Nestes ONZE anos de universidade pública pude contribuir com a última edição da Resolução Normativa 18/CUn, tornando-a uma das melhores resoluções de nome social do país. Como acadêmica e pesquisadora de gênero com ênfase em travestilidades também percebi a pouca produção científica na área – *do trabalho sexual como campo pedagógico* –, o que me motivou a escrever sobre o tema. Senti necessidade, após o mestrado, de pesquisar outras travestis que buscam, a Escola e a Universidade como alternativa para uma vida no centro da sociedade. Neste contexto, percebi a necessidade de revelar outro espaço de sociabilidade das travestis diferente da prostituição, não para negar a existência desta condição, mas para promover a visibilidade delas no centro da estrutura social (escola), e NÃO APENAS na margem (nas pistas de prostituição).

O processo de *escrita como produção afetada* evoca as estranhezas de um entrelugar por descobrir, ainda despovoado. Sou aquela que não abandona seu território e sua tradição, que fala do seu interior, desloca-se a outras possibilidades da *Pista* em que transita – que

também me faço pertencente como *travesti*. A *Pista* – como caminho dissidente – que me possibilita escrever, diz sobre mim, mas não apenas sobre mim, sobre elas (as participantes-autoras). Por outro lado, compreendo as relações raciais imbricadas neste processo, que me deslocam dos **pactos narcísicos da branquitude** (Bento, 2002), quando eu – uma travesti branca – adentra o território das travestis negras. É preciso, para além de compreender, imergir na realidade social como a pesquisadora-autora que é a própria Estranha em dois universos distintos de produção de identidades, uma vez que minha identidade é/será acionada à luz dos pertencimentos sociais (de raça e gênero). Ora apenas travesti – identidade que nos é comum – , ora travesti branca, que se movimenta à luz do antirracismo.

Parto do pressuposto de que a experiência com as dissidências raciais e de gênero em sala de aula constituem um lugar de método/prática de ensino *Travesti-específico à luz do Campo-Pista*, com suas particularidades e partilhas, convergências, sem, contudo, universalizar formas de ser docente e estar em sala de aula. Outrossim, a travestilidade constitui-se a partir das relações com a *Pista*, na possibilidade de exercer a autonomia para ser e se fazer travesti, ainda que de forma plural é nesta ambientação que as expressões corporais inspiram(raram) outras corporalidades travestis a ocupar territórios em outrora impensados, inclusive as instituições de poder. Como costume enunciar: ***Dos programas de prostituição aos programas de pós-graduação***. E isto é sobre exercitar uma ***Pedagogia do Campo-Pista***, uma pedagogia que é oriunda das corporalidades prostituídas, que há tão pouco tempo foram ganhando outros palcos, outras cenas. Dito de outro modo, a *Pista* nos possibilita a construção de identidade(s), de estética(s) de corporalidades e a autonomia para assumi-las, diferentemente de outros espaços e instituições que nos negam a autonomia de ser, saber-se e fazer-se travesti. Ainda que travestis não ocupem e se movimentem no interior da *Pista*, ela mobiliza experiências comuns – é orientadora de expressões e constru(a)ções de gênero, que escapam as suas próprias dinâmicas de convivência e incutem práticas outras no chão das escolas/universidades, onde travestis professoras e educadoras (se) – em especial negras – produzem saberes e conhecimentos desde suas mais velhas – ancestrais.

Nesse sentido, não tenho a intenção de formular afirmações precipitadas, nem de reforçar determinismos acerca da experiência das travestis com a docência. O objetivo central deste estudo-pesquisa surgiu, inicialmente, da necessidade que senti em pensar as *Travestilidades na Educação* no período em que terminava o Mestrado e juntamente com Gabriela da Silva idealizamos/cofundamos o *Núcleo de Estudos e Pesquisas em Travestilidades, Transexualidades e Transgeneridades – NeTrans/UFSC/CNPq*, mobilizada pelo que Araújo dos Passos (2018) propõe como ***Pedagogia das Travestilidades***. A partir do

pensamento profícuo desta intelectual travesti negra, desenharam-se os objetivos desta intervenção textual, elencados a seguir: **Objetivo geral:** Compreender as formas como as experiências interseccionadas (travestilidade, raça, classe social e *sexualidade como trabalho*) com as dissidências de gênero repercutem na construção da identidade docente de travestis negras professoras universitárias, à luz do *Campo-Pista*. **Objetivos específicos:** (a) Conhecer como as travestis negras professoras universitárias constroem suas identidades docentes e seus modos de vida em contextos de formação, produção do conhecimento e práticas de ensino; (b) Desvelar como se constitui a identidade profissional docente das travestis negras professoras universitárias em razão de suas condições concretas de vida expressas em determinações de marcadores como classe social, raça/etnia e gênero/sexualidade; (c) Identificar os significados produzidos pelas travestis negras professoras universitárias a respeito da atuação nos espaços educacionais, sob a percepção e concepção que atribuem ao legado da *Pista*.

As questões **ORÍ**entadoras aqui apresentadas estão associadas aos diferentes objetivos específicos anteriormente elencados. A seguir:

Com relação ao objetivo específico (a): 1. A experiência com a prostituição (trabalho sexual), OU a mesma tomada como REFERÊNCIA-CORPO e o pertencimento às classes populares enquanto condições concretas de vida podem ser condicionantes para a própria produção das identidades das travestis negras professoras universitárias? **2.** Em que medida a travestilidade não se constitui como uma categoria interseccional por ser construída em meio à interconexão de diferentes marcadores sociais das desigualdades (como classe social, raça/etnia e gênero/sexualidade)?

Com relação ao objetivo específico (b): 1. Como as travestis negras professoras universitárias experienciaram o percurso até o fazer docente frente aos contextos de exclusão e de escassez e precariedade de acesso a direitos, considerando os saberes localizados das travestis trabalhadoras sexuais? **2.** Como as categorias de classe social, raça/etnia e gênero/sexualidade, aliadas a outros marcadores sociais das desigualdades, se articulam na experiência com a identidade profissional docente de travestis negras? **3.** Como os aspectos do preconceito, da violência do Estado, da criminalização da pobreza da questão social que versa sobre o *trabalho sexual compulsório* aparecem nas experiências sociais das travestis negras professoras universitárias e em sua relação com os fazeres pedagógicos?

Neste processo de reflexão e ação, muitas narrativas atravessaram minha experiência, tanto dentro das dinâmicas estabelecidas pela prostituição – trabalho sexual, quanto na Universidade e nos demais lugares de contexto educacional. O que me levou a alguns questionamentos: **Há uma constru(a)ção de identidade profissional como docente e**

produção de saberes e conhecimentos peculiares não somente decorrente da travestilidade, mas, sobretudo, da ancestralidade travesti construída na Pista? A travestilidade, em especial a negra, produz significados à identidade profissional docente, no que se refere a método e práticas de ensino?; Quais as aproximações e distanciamentos entre a identidade de gênero (negra) e a identidade profissional docente frente às opressões racistas e travestifóbicas? A experiência com as dissidências de gênero em contextos educacionais constitui um (possível) lugar de método/prática de ensino Travesti-específico/a?

De algum modo, os saberes produzidos por *Nós-Travestis* emergem da construção identitária germinada em contextos de trabalho sexual, sendo a partir da referência de uma corporalidade “prostituída” o lugar de constituição de outras possibilidades de ser e estar como travesti, sem que esqueçamos que prosperidade e ancestralidade travesti são coexistentes aos paradigmas da “teoria social travesti”. Destaco, também, a autocrítica intramovimento, acerca dos limites externados pelo *Movimento Social Organizado de Travestis*, em especial no que tange as hierarquizações sociais com base nas formalidades de ensino-aprendizagem. Trago à cena as seguintes categorias, que desenvolvo ao longo do texto: Experiência; travestilidade/ANCESTRALIDADE; corpo/corporalidade e estética; Identidades (de gênero e profissional docente); Raça; escolarização; Infâncias e produção do conhecimento. Manifesto neste momento, em que escrevo e produzo pedagogias da *Pista* e resistências, possibilidades de uma construção horizontal entre as nossas mais velhas – enquanto corporalidades prostituídas – junto daquelas que compõem um grupo distinto de travestis acadêmicas.

Para tanto, ancoro-me fielmente ao que tem se produzido sobre as travestis brasileiras no campo dos ativismos sociais, em termos de coleta de dados, que reafirmam o lugar que ocupa a travesti na ordem societária, nossas experiências com a *expulsão escolar*, com o trabalho sexual compulsório e, principalmente, com os altos índices de violência travestifóbica – que fazem do Brasil o país líder em assassinatos de travestis (e transexuais). Esses dados são produzidos em formato de Dossiês, inicialmente pela *Rede Trans Brasil*⁹ em parceria com o *Instituto Brasileiro Trans de Educação* (Ibte). Posteriormente pela *Associação Nacional de Travestis e Transexuais* (Antra). O primeiro Dossiê foi lançado no início do ano de 2017, sob o título: “A geografia dos corpos das pessoas trans”, pela *Rede Trans Brasil*, cuja autoria é das travestis *Sayonara Naidier Bonfim Nogueira e Tathiane Araújo Aquino* (Nogueira; Aquino; Cabral, 2017).

⁹ Primeira instituição no Brasil liderada por travestis e transexuais a realizar monitoramento que versa sobre índice de homicídios, violações de direitos humanos da própria população.

1.1 Em que lugar a branquitude me posiciona?

Inicialmente, faz-se necessário compreender a questão das relações raciais e suas dinâmicas na experiência desta travesti branca que vos escreve como pesquisadora, e, que se insere na realidade social de travestis negras. Se por um lado o pertencimento de gênero nos aproxima em posição à travestilidade, pela busca de um devir identitário, do outro lado da fronteira nos encontramos a (re)pensar nossas posições no que concerne às noções de pertencimento racial, frente aos efeitos da branquitude – que me constituiu como travesti branca e possivelmente reprodutora de alianças inconscientes (**Bento, 2002**), ainda que me empenhe numa práxis antirracista, preciso reconhecer esse lugar que não me isenta de também oprimir.

Perceber-me branca no Sul do Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, – onde 80% da população se declara branca, 16,5% parda e apenas 3% preta (Censo, 2010), considerando também o marcador geográfico: cresci no Vale do Itajaí, região com histórica colonização eurocêntrica responsável pelo apagamento histórico-cultural ameríndio (aldeias) e negro (quilombos) – para além da “diferença de cor”, fez parte de um processo de consciência crítica acerca das desigualdades raciais que me constituíram nesse percurso de autorreconhecimento. A travestilidade em minha experiência foi uma importante ferramenta de análise para que eu pudesse me compreender racista ao longo da minha trajetória de vida, pois foi a partir do “lugar da diferença” que passei a observar outras dimensões das opressões que me cercavam.

Guerreiro Ramos (1957), o primeiro sociólogo brasileiro a questionar os estudos sobre a questão racial discutida pela sociologia e antropologia brasileiras, desenvolveu a partir do seu pensamento que os efeitos do racismo e de uma idealização de beleza e estética brancas foram responsáveis pela produção de significados positivos à branquitude, sendo esta sua tese central. Neste sentido, pensando a travestilidade à brasileira, é possível fazer uma analogia – a partir do marcador da diferença ou das desigualdades sociais, com a produção de significados oriundos da identidade travesti e sua relação com o “embranquecimento” estético das travestis brasileiras, considerando histórica e culturalmente os contextos de prostituição a que fomos condicionadas de forma compulsória e as exigências estéticas que esta atividade laboral nos cobra, o que fica mais nítido na constituição das identidades travestis negras e na composição de suas corporalidades, incutidas pelo enaltecimento da cultura branca/europeia. Em contrapartida, encontram-se travestis brancas que “hipersexualizam” a corporalidade de mulheres e travestis negras como lugar-estético a ser alcançado – as proporções, as curvas e as simbologias sexuais – sem o sofrimento de passarem pelo racismo. É uma linha tênue entre os

“tratados estéticos” comuns à realidade das travestis, entre enaltecimento branco e ancestralidade negra.

Para o autor, a classificação racial do Brasil teria uma “tendência a se branquear”, devido a ideia de superioridade branca. É mister destacar que as teorias sobre a branquitude têm a importância de desnaturalizar a ideia de que quem tem raça é apenas o negro, posicionando as pessoas brancas frente as suas responsabilidades na luta antirracista, ao reconhecerem seus privilégios e seu papel no âmago das relações raciais. Para Melanie Steyn (2004, p. 121), a branquitude precisa ser considerada “como a posição do sujeito, surgida na confluência de eventos históricos e políticos determináveis”. Deste modo, a branquitude pode ser entendida como uma posição ocupada por sujeitos/as sistematicamente privilegiados no que concerne ao acesso a recursos simbólicos e materiais, oriundos de constru(a)ções coloniais e imperiais, preservadas até os dias atuais (Schucman, 2012).

Compreender-me para além da *cisgeneridade*, em meio aos trânsitos deste devir-travesti que me constituiu, também me permitiu (re)pensar o meu não-lugar – entrelugar, nas relações raciais, desde minhas experiências na/com a infância – como relatei brevemente em meu Manifesto; entendendo esse processo como pedagógico a formação de minha identidade, em um exercício de reviver as memórias coletivas a partir do lugar da diferença. A travesti branca que vos escreve e ousa a dissertar sobre o seu compromisso e responsabilidade com as relações raciais se reelabora em sua trajetória porque aprendeu na coletividade das diferenças, ainda que estas sejam relacionais, a persistir em um intento de transformação social que nos fosse possível como sujeitas de vozes a(l)tivas. Sujeitas que se repensam e traçam outras rotas quando necessário, quando já não nos cabe o pensamento que nos aprisiona e é responsável por reproduzir opressões, ainda que sem intenção – porque, na verdade, o/a branco/a historicamente sempre se encobriu de discursos não-intencionados (não é mesmo?), de condutas omissas e violentas em caráter de exploração simbólica e material dos povos negros e originários. Quem não se revê no horizonte das desigualdades sociais não compreende a dimensão das estruturas que nos movem.

Neste sentido, é fundamental desvelar as dinâmicas e relações sociais que constituem o poder da branquitude, inclusive sob a ótica dos micropoderes que se estabelecem entre as relações/interações de sujeitas/os que experimentam as desigualdades de formas semelhantes, considerando que grupos socialmente oprimidos também exercem poder sobre outros grupos marcados pela opressão, e se analisarmos por esse prisma podemos compreender que o poder têm efeitos específicos a depender de onde e como opera. Para Aníbal Quijano (2002) o poder como relação social é construído pela presença permanente e simultânea de dominação e

exploração, responsável por produzir determinações nas dimensões do trabalho, das relações sexo-gênero, da autoridade coletiva e pública e da subjetividade/intersubjetividade, o que resulta em um campo de disputa pelo controle, este podendo ser exercido também por grupos subalternizados.

Outrossim, faz-se imprescindível desvendar o lugar do/a branco/a nas relações raciais, a partir das experiências do/com o vivido que se reelaboram em dinâmicas de opressão à medida que compreendemos a emergência de nos reconhecermos como seres racializados/as (Piza, 2002; Frankenberg, 1999 *apud* Schucman, 2012), para além do nosso compromisso com a insurgência antirracista. Assim como, à luz de um **movimento negro educador**, revela-se a importância da cisgeneridade se repensar como sistema de gênero que produz dissidências generificadas no Outro/a (identidades travestis e transexuais). Com isto, volto-me às reminiscências do passado e às inquietações do tempo presente para refletir acerca dos (não-)lugares em que fui posicionada pela cisgeneridade; que não atribui à diferença um caráter relacional, mas a caracteriza como absoluta na forma como nos relacionamos e interagimos socialmente. Ou seja, o marcador da diferença como dispositivo de controle, acionado apenas às experiências de identidades subalternizadas – em suas múltiplas corporalidades e subjetividades. Isto posto, é mister destacar que as representações sociais que pessoas brancas assimilam sobre si próprias carregam significados de uma branquitude que não se reconhece nesse lugar de privilégios oriundos das desigualdades raciais.

Para **Kabengelé Munanga** (2004, p. 24) a raça idealizada por uma pessoa racista não se define apenas pelos traços físicos, sociologicamente no seu imaginário ela detém traços culturais, linguísticos e religiosos, considerando-a naturalmente inferior ao grupo ao qual pertence. Poderíamos assim inferir, sem nenhum receio analítico – uma vez que nos cabe o dever da “responsabilidade ativista”, que uma pessoa que não se reconhece como sujeito/a racializado/a nesse sistema retroalimentado por um ideário de supremacia racial branca, assume ainda que não exprima em discurso uma conduta que nos revela sem dúvidas o caráter racista da sociedade em que vivemos. Sendo esse um compromisso que não tenho a menor intenção de firmar com minha trajetória enquanto travesti branca que estuda/pesquisa as relações raciais, tampouco com minhas/meus leitores/as. O exercício de nos revisitar em nossas próprias experiências no âmago das relações raciais é essencial à autoconsciência e às articulações de práticas antirracistas.

1.2 Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre travestilidades, transexualidades e transgeneridades –

NeTrans: a borboleta que saiu do casulo

O *NeTrans* foi o primeiro grupo de estudos e pesquisas, que se tem registro, formado exclusivamente por travestis e transexuais pesquisadoras/es brasileiras/os a ser certificado por um Conselho Nacional de Pesquisa na América Latina, tendo como fundadoras duas travestis atravessadas pela *sexualidade como trabalho*, o que nos evidencia que as travestis em contexto de trabalho sexual são vanguarda no que tange a construção de políticas educacionais, *Além-Pista*. Atualmente, o mesmo encontra-se desativado por questões políticas, especialmente ao que se refere às políticas identitárias, em nosso percurso como coordenadoras tivemos alguns entraves que versavam sobre a materialidade do gênero e sua importância à efetivação de políticas públicas, o que impossibilitou a continuidade das atividades acadêmicas enquanto Núcleo. Contudo, é mister destacar seu compromisso histórico e cultural com as nossas mais velhas e seus fazeres pedagógicos-ancestrais, refletindo simbólica e materialmente a presença a(l)tiva de corporalidades dissidentes marcadas pela *sexualidade como trabalho* nos processos de ensino-aprendizagem.

Há aproximadamente uma década, travestis adentraram os espaços de produção do conhecimento, em número considerável, tomando para si, para suas trajetórias acadêmicas e profissionais os “Estudos de Gênero”, especialmente aqueles que se concentram no aprofundamento histórico-político das categorias raciais, de gênero, dissidentes à ordem normativa, por uma perspectiva de Identidade. Esses estudos, antes produzidos a partir do universo (da) mulher – estruturado e pensado analiticamente de forma universal – ganharam outros contornos e sentidos com o surgimento do fenômeno “travesti” e, décadas mais tarde, “transexual”. Muito mais recente, esse fenômeno “travesti” é produzido pelas próprias travestis, *Nós* passamos a formalizar nossos saberes, trazer para o centro das Instituições nosso “pacto travesti”, sendo compromisso fiel o firmamento dos saberes nativos, em outrora, usurpados pela *Cisgeneridade*.

Apresento à esta discussão, como marco inicial, o doutoramento da primeira travesti brasileira, Luma Nogueira de Andrade¹⁰, que defendeu sua tese em 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob o título: ***Travestis na Escola: resistências e assujeitamentos à ordem normativa***. Na última década, uma miríade de travestis ingressaram em programas de pós-graduação pelo país, muito embora algumas ainda permaneçam no exercício da prostituição; fato este que se deve a escassez de políticas de

¹⁰ Atualmente é Professora Adjunta DE da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, atua no Mestrado (MASTS) e graduação (IHL) e Presidenta da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH.

permanência destinadas às travestis. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes): estudantes travestis e transexuais representam apenas cerca de 0,1% do total de alunas/os das instituições federais de ensino superior. Dado importante para pensarmos nos efeitos da *travestifobia/transfobia estrutural*, que nos empurra de forma compulsória ao exercício da prostituição, visto que 90% de nossa população de travestis exerce o trabalho sexual, condicionada à expulsão escolar e à precariedade de direitos.

É à luz desse contexto de realidade social que, em diálogo com *Gabriela da Silva*¹¹ – a primeira travesti a ingressar em um programa de pós-graduação a nível de doutorado no Estado de Santa Catarina: o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSC) – é idealizado o *NeTrans/UFSC/CNPq*. Meu primeiro contato com *Gabriela* ocorreu no *IV Trans Day* – NIGS/UFSC, em 2014, onde tivemos a oportunidade de participar de uma mesa intitulada: “*Experiências e impasses em relação ao nome social e cidadania trans em Santa Catarina*”. Iniciou-se ali uma caminhada de encontros profícuos em eventos públicos. Recordo-me com entusiasmo dos nossos primeiros encontros na cantina do Centro de Ciências da Educação (CED) para formulação do projeto inicial de fundação do Grupo de Pesquisa, no início de 2018.

Para a formalização do Grupo de Pesquisa junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), contamos com o apoio indispensável da docente e pesquisadora – vinculada ao Departamento de Enfermagem da UFSC, Olga Regina Zigelli Garcia, uma importante aliada na luta de travestis e transexuais pela permanência universitária. À época, tivemos à frente desse intento importantes pesquisadores/as trans* em uma de nossas primeiras reuniões, como: ***Sophia Caroline Samenezes de Jesus***, graduada em Letras-Espanhol e mestranda em Literatura (PPGLit/UFSC); ***Lino Gabriel Nascimento dos Santos***, doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UFSC) e professor do IFSC-Jaraguá do Sul; ***Arthur Costa Novo***, Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC com período sanduíche na Escola de Ciência Social e Política na Universidade de Edimburgo/Escócia); ***Ale Mujica Rodríguez***, Doutor em Saúde Coletiva (PPGSC/USFC).

O Grupo de Pesquisa foi construído com o objetivo de pensar e produzir conhecimentos, saberes e práticas sobre Travestilidades, Transexualidades e Transgeneridades de forma interdisciplinar, reivindicando o reconhecimento a pesquisadoras/es travestis e trans*; e, promover reflexões e ações que não se encontram nas produções acadêmicas hegemônicas, com

¹¹ Mestra (PPGE/UNISUL) e Doutora em Educação (PPGE/UFSC). Professora da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (SC) na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Integrante-pesquisadora pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (EPEJA/UFSC/CNPq).

a finalidade de elaborar epistemologias do Sul sobre essas práticas. Ancorado em cinco (5) linhas de pesquisa: 1. Corporalidades, interseccionalidades e violências; 2. Dissidências de gênero, educação e relações étnico-raciais; 3. Estudos culturais, arte e representação; 4. Saúde, direitos sexuais e reprodutivos; 5. Trabalho, políticas sociais e direitos humanos.

É mister ressaltar o compromisso com o fazer político e pedagógico das travestis e transexuais pioneiras na luta pelo acesso e permanência na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), responsáveis pela institucionalização e formalização de políticas internas à instituição, no que concerne a efetivação de direitos e a construção de estratégias de acolhimento à população TT, reverberando como referência a nível estadual, nacional e internacional, principalmente após a fundação do NeTrans/UFSC. Em 2012, as travestis-transexuais já se organizavam politicamente na instituição, desde a primeira portaria que versava sobre o uso do nome social, aprovada pelo Conselho Universitário (CUn), tendo como liderança incansável uma mulher transexual negra, *Sophia Caroline Samenezes de Jesus*. De lá para cá, são onze (11) anos de movimento político organizado institucional pela luta dos direitos de travestis e transexuais. Revisitar a história é um passo importante para compreendermos a importância das nossas lideranças negras frente às conquistas de direitos político-pedagógicos.

*****Nas Encruzilhadas de Maputo*****

Em março de 2022, Eu e *Gabriela da Silva* recebemos confirmação *via* e-mail de que nossa *Oficinária*, intitulada: “TransIdentidades, Corporalidades dissidentes e Interseccionalidades em contextos latinoamericanos: Perspectivas decoloniais” havia sido aprovada para participação no 14º Congresso Mundos de Mulheres, a ser realizado entre os dias 19 e 23 de setembro do mesmo ano, com o lema: “Feminismo(S) Africano(S) – construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um corredor de saberes que cuida e resiste”. Foi um período de intensa organização político-acadêmica, onde a organização pré-viagem nos mobilizou cotidianamente com profundas reflexões, acerca do nosso papel como ativistas e intelectuais em terras africanas. Era uma responsabilidade enorme enquanto sujeitas travestis: representar a UFSC, compondo a delegação brasileira das acadêmicas que pensam e produzem desde o Sul Global. Para *Nós-Travestis* era fundamental ampliar diálogos, sob a perspectiva das dissidências e das experiências subalternizadas, racializadas e generificadas, ao pensar um “Mundos de Travestis”, como ousamos anunciar. O MM2022 também se

apresentava como possibilidade de expandir as ideias de um pensamento social travesti, para pensar inclusive em coletivo junto às corporalidades dissidentes localizadas em Maputo – Moçambique. Ao desvendar, sobretudo, quais identidades marcavam aquele espaço e território e suas imbricações às relações sociais. A identidade travesti era uma corpovergência que emergia como referência para refletir acerca das nomeações, costumes e práticas ancestrais que, porventura, enredassem formas de produção de identidade em África, mesmo conscientes de que esse marco identitário é pertencente à América Latina, precisávamos de um referencial que traduzisse verossimilhança.

Nossa mobilização de participação teve seu início nos idos de 2019, quando o *NeTrans* havia se consolidado enquanto Grupo de Estudos e Pesquisas vinculado ao CNPq, firmando seu compromisso com as lutas sociais (movimentos organizados) e o antirracismo. Naquele momento de construção os estudos sobre as questões raciais foram primordiais à demais articulações político-acadêmicas, Além-UFSC. O que parte também do meu interesse de pesquisa que à época se vinculava a investigar a experiência de travestis negras professoras universitárias, posteriormente a pesquisa foi se moldando, ganhando novos contornos e perspectivas epistemológicas. Como coordenadora do *NeTrans* juntamente com *Gabriela da Silva* fomos otimizando nossas atividades primárias que consistiam em trazer um maior número de pesquisadoras/es travestis e transexuais para o centro do debate, o que nos revelou uma miríade de corporalidades negras dissidentes no âmago da estruturação núcleo-acadêmica. Neste mesmo período tive a oportunidade de me reaproximar da pesquisadora *Izzie Madalena Amâncio*, à qual conheci, assim como a saudosa *Fran Demétrio*, no 13º Mundos de Mulheres em 2017, na UFSC. Conversando com a *Izzie*, via redes sociais, comentei sobre a importância de tê-la conosco, no processo de construção coletiva do *NeTrans*, pois neste mesmo ano a Universidade Federal Catarinense dava mais um importante passo no que concerne as Ações Afirmativas, instituindo as chamadas “cotas trans” à nível do PPGE. Foi quando houve uma maior aproximação de *Izzie* com as nossas propostas dialógicas e interventivas. Neste ano de 2019 *Izzie* fora aprovada no Mestrado em Educação do PPGE/UFSC e tempos depois se consolida como mais uma pesquisadora imbuída de potencialidades à frente do *NeTrans*. Infelizmente, no ano seguinte o *NeTrans* enfrenta fortes crises intramovimento e se desfaz, puramente por divergências político-identitárias, o que, a meu ver, exprime as contradições que estão postas no interior dos movimentos sociais organizados. Tornar-se-ia insustentável nossas relações interpessoais naquele dado momento. Foi necessário o distanciamento: algumas feridas foram abertas, acusações anunciadas – muito graves inclusive –, quando percebemos estávamos diante de um campo de batalha onde as identidades eram sobrepostas em uma tentativa de

hierarquizar opressões. O estopim da “guerra declarada” foi justamente a defesa que faziam as mais velhas de suas experiências em contexto de *Pista* e sua relação com a materialidade de gênero e as políticas sociais, expressas em especial nos efeitos das ações afirmativas enquanto produtoras de ascensão das corporalidades prostituídas, considerando que estas representam aproximadamente 90% de toda a população TT. Em síntese, essa defesa de uma pretensa materialidade de gênero não era vista com bons olhos, sobretudo provocou maus sentimentos e graves acusações de uma das partes envolvidas nos desafetos declarados. O que evidencia certa emergência de uma horizontalidade epistemológica entre os saberes informais e formais, entre os movimentos de rua e institucionais, para o alcance de uma prosperidade intelectual efetiva, que não atribua às corporalidades prostituídas somente o lugar secundarizado na produção de saberes.

Estrutura da Tese

O estudo-pesquisa em tela, em relação à sua estrutura, apresenta-se em forma e conteúdo de acordo com as seguintes seções: [1] Introdução: onde apresentei os “problemas de pesquisa”, questões ORientadoras primordiais à formulação do pensamento crítico; Objetivos gerais e específicos; Justificativas e proposições em torno da temática central. [2] Importância do Movimento Negro e os Estudos sobre Identidade: onde a intencionalidade reside em um lugar crítico de compressão para se (re)pensar o *Movimento Social Organizado de Travestis* e seu caráter histórico-cultural fundante sob a perspectiva do **pensamento negro**. [3] Levantamento bibliográfico: onde busquei esmiuçar um panorama de trabalhos que versam sobre a temática das *travestilidades* em diálogo com a Educação. [4] Aspectos metodológicos: desvendo as possibilidades do *Campo-Pista* como ferramenta analítica, à luz da “autoetnografia travesti”, apresento as **autoras-participantes** que compõem esse diálogo coletivo por meio de suas narrativas. [5] Raça e Gênero: dimensiono a *Travestilidade* como categoria interseccional, evidencio as contribuições do *Transfeminismo* e aponto para caminhos que nos orientam a um feminismo travesti, avesso ao sufixo “trans” – que no meu entendimento, também, traduz marcas de colonialismo. [6] Travestilidade e Ancestralidade: são tecidas algumas elucubrações acerca da Identidade enquanto dispositivo histórico e cultural. [7] Racializando (enegrecendo) o fazer pedagógico: apresento um apanhado de possibilidades teórico-metodológicas e analíticas para refletir e produzir ações concretas e efetivas sob a ótica dos estudos raciais e de gênero, a partir da dissidência, do (re)encontro com as raízes ancestrais da *Identidade Travesti* e do seu legado substancial e catalisador, provocando rupturas nas estruturas sistemáticas, inclusive intramovimento, do tempo presente. [8] Considerações *Travesti-Formadoras*: aponto

para a continuidade de um processo reflexivo e autocrítico, que não se encerra, não finda, tampouco insurge com essa pretensão. Este trabalho se apresenta como inconcluso, sem receio algum de reconhecer suas limitações. Igualmente, é um trabalho que se debruça sobre a reflexividade impensada, comedida e receosa de expurgações que tocam em privilégios não-revisitados.

2 Pensamento Negro e suas contribuições à articulação do Movimento de Travestis

Aquelas de nós que estão fora do círculo do que essa sociedade define como mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas nos caldeirões da diferença – aquelas de nós que somos pobres, que somos lésbicas, que somos Negras, que somos velhas, que somos travestis (grifo meu) – sabemos que sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender a estar sozinha, impopular e às vezes insultada, e a fazer causa comum com aquelas outras identificadas como externas às estruturas, para definir e buscar um mundo no qual todas nós possamos florescer. É aprender a tomar nossas diferenças e torna-las forças. Pois as ferramentas do senhor nunca vão dismantelar a casa-grande. Elas podem nos permitir a temporariamente vencê-lo no seu próprio jogo, mas elas nunca nos permitirão trazer à tona mudança genuína. E esse fato só é uma ameaça àquelas mulheres que ainda definem a casagrande como sua única fonte de suporte (LORDE, 1984).

Para início de diálogo coletivo, posiciono com veemência o **Movimento Social e Político de Negras e Negros**, os estudos sobre Identidade e as relações raciais como fundamentais à reflexão e constru(a)ção de políticas identitárias, práxis de gênero e res(ex)istências de luta ao *Movimento Social de Travestis*. Compreendo – e busco fomentar uma elucidação teórico-prática –, à luz disso, que há no interior deste movimento a *travestilizacão* do **Movimento Negro** – estratégia experiencial oriunda de travestis negras, as quais desde muito tempo tiveram suas identidades negras em evidência nos processos de socialização, antes mesmo da *Identidade de Gênero*.

A ação da travestilidade enquanto Identidade generificada e racializada é permeada de aspectos que ora nos limitam, ora nos possibilitam, pois, é preciso compreender que somos produtos das relações sociais e suas contradições. O racismo, assim como a *travestifobia*, é estrutural e estruturante, deste modo, quando nos reportamos à negritude, conseqüentemente “inauguramos a branquitude e o que de pior tem esse termo” (Werneck et al., 2023, p. 121). Aqui faço um paralelo com as experiências das travestis em contexto de trabalho sexual, às quais convivi diretamente na *Pista* e, sob um olhar aprofundado às dimensões estéticas, pude perceber que a própria noção de travestilidade é atravessada por efeito de uma branquitude que, a meu ver, produz uma cisão em termos de Identidade e suas relações com as dissidências raciais e de gênero, porque justamente não paramos para pensar que esses intercruzamentos estéticos são constituintes de identidades complexas, formando uma linha tênue entre a materialidade identitária e a reprodução de um conjunto de violências. O que acentua-se mais ainda na experiência de travestis negras que, frequentemente, são acometidas pelo embranquecimento, como veremos mais adiante.

Voltemo-nos à luta histórica do norte global, mais precisamente nos Estados Unidos da América (EUA), nos idos de 1969, onde dar-se-ão os primeiros passos de um enfrentamento

pioneiro, pelas mãos e vozes de *Marsha P. Jhonson* e *Sylvia Rivera*, travestis fundadoras da *Street Transvestite Action Revolutionaries (S.T.A.R)* e precursoras dos ativismos que representam o arquétipo da travestilidade em todo o mundo. Ainda que, para aquele momento histórico, a *Identidade Travesti* não fosse difundida nos termos que celebramos na atualidade, é mister compreendê-la nesse lugar dissidente, de ruptura com a hegemonia identitária à época. A própria tradução do termo “*Transvestite*” preenche essa lacuna de entrelugar, podendo ser traduzido livremente como travesti, sobretudo, porque detém uma raiz histórica análoga. Para *Jovanna Cardoso da Silva* e *Letícia Carolina Pereira do Nascimento*: “*Marsha* e *Sylvia* são verdadeiras parceiras do Movimento LGBT” (Silva; Nascimento, 2022, p. 28).

A constru(a)ção desta intervenção textual se intersecciona em diálogo analítico com os saberes produzidos no campo do **feminismo negro (Collins, 2019)** e **decolonial**, em especial das **pedagogias decoloniais** (Walsh, 2017). Desta forma, constituindo-se como ferramenta teórico-prática, que se intercruza com as identidades de gênero e raciais e profissional docente de travestis negras. Um estudo de caráter exploratório com suporte em referências bibliográficas que nos possibilita *travestilizar* potências metodológicas em sua fundamentação teórica. Nas entrelinhas da inserção social de travestis em contextos educacionais, por mais contraditório que possa parecer, ainda reside um descuido inconsciente, pois prefiro acreditar que não seja intencional, em suprimir o legado de saberes instituídos pelas travestis trabalhadoras sexuais. Em um movimento de destituição desse lugar de importância, como ocorre historicamente com as mulheres negras na academia tradicional.

Há um apagamento do pensamento social travesti – de uma “teoria travesti” desenvolvida em *Pista*, ao passo que, por muito tempo, fomos apenas estudadas como objetos, sendo inconcebível a ideia de uma travesti prostituída intelectual, inclusive, esse entrelugar na produção do conhecimento é relegado pela própria comunidade travesti que faz Ciência, dadas as suas devidas minimizações. Tenho pensado seriamente sobre isto: o entrelugar da travesti que transita entre programas de prostituição e programas de pós-graduação, como um expoente analítico produtor de profícuas reflexões que irrigam a raiz do problema, de algo que parece ter sido superado, quando na verdade é um campo de batalha intocável pela honestidade intelectual. O que quero dizer, de forma mais explícita, é que as análises que rondam a questão do trabalho sexual na experiência travesti não se ocupam de celebrar a opulência epistemológica do *Campo-Pista* e seu protagonismo como instrumento educador, porque o atalho a ser tomado é sempre o da negação histórica e cultural, e isso a branquitude sabe fazer muito bem. Ouso dizer que muitas travestis incorporaram com veemência essa conduta repreensiva às suas próprias semelhantes.

Em exercício crítico **Carla Akotirene** (2019), desvela-nos que a teoria interseccional resgata o discurso daquelas negadas sob a égide dos critérios raciais e dos separatismos identitários, fazendo com que a raça como categoria de análise sofra inferiorização diante das questões de sexualidade e gênero. No meu entendimento, as discussões que se concentram no campo das dissidências sexuais e de gênero se sobrepõem consideravelmente às que versam sobre temáticas da negritude, primordialmente porque biologicamente raça não é uma questão. Raça inexistente sob a perspectiva da corporalidade biológica, ao menos não a vemos positivada nesses termos. Pois, quando associada à biologia, a raça aparece com figuração depreciativa e/ou em contextos de hipersexualidade. Penso que as experiências racializadas e generificadas que vos apresento partem desse princípio de descobrir um prisma analítico que dê conta de questões ainda truncadas no âmago do pensamento social, tanto para as travestis como para as pessoas negras.

A decolonialidade representa a (re)construção radical do ser, do poder e do saber. É uma estratégia de transformação que implica em se (re)ver, *transportar* as barreiras coloniais e de dominação. Deste modo, a colonialidade do poder construiu a “subjetivação do subalternizado”, tornando prática essencial pensar historicamente a questão racial (Quijano, 2007). Assim como a *colonialidade do gênero: mulheres do mundo colonizado foram racializadas*, e, também, reinventadas como “mulheres” de acordo com códigos e princípios discriminatórios de gênero ocidentais. Outrossim, quais os efeitos da colonialidade do gênero em corporalidades travestis (e negras)? Neste sentido, é emergente pensar os efeitos da branquitude e os processos estéticos de constituição das identidades de gênero no âmago do movimento social organizado de travestis e transexuais para a formulação de práticas antirracistas. Uma vez que a comunidade TT têm muito a aprender com os saberes localizados (Haraway, 1995) de travestis negras em contextos acadêmicos e de ativismos. Destarte, faz-se imprescindível compreender o **movimento negro como educador (Gomes, 2017)** de uma práxis emancipatória e de luta contra o racismo, inclusive no interior dos coletivos travestis-trans.

Diante do exposto, reconheço-me como travesti branca, prostituta¹² e pesquisadora, que ao problematizar sobre nossas identidades como saberes Outros, estou de alguma forma possibilitando me decolonizar, dentro de certos limites no qual constituí minha corporalidade, identidade e subjetividade colonizada na identidade de gênero. Um desafio do qual compartilho a partir dos saberes “ditos” subalternizados (Mignolo, 2012), e que são deslocados por análises

¹² Compreendo a *Identidade da Prostituta* para além de uma relação estritamente laboral, que emerge dos processos históricos e culturais da travestilidade latinoamericana e se configura como um dispositivo identitário daquelas que por muito tempo exerceram o trabalho sexual. Sendo um marcador situado de identidade.

teóricas e práticas não hegemônicas. Dentro do grupo social ao qual pertencemos, as visões de mundo são peculiares, *Nós-Travestis* que em algum momento estivemos inseridas em contexto de *Pista* somos capazes de ordenar e avaliar nossas próprias experiências, sobretudo, no que concerne elaborar o pensamento crítico que expressa nossa realidade social. Não somos alheias às expropriações de saberes que nos atingem, tampouco conformadas com o epistemicídio que nos acomete diuturnamente. Ao reter e reelaborar elementos significativos da Cultura Travesti em *Pista*, outros sentidos foram atribuídos à comunidade e sua tradição, justamente porque a intelectualidade não nos foi imaginada. Como observa **Patrícia Hill Collins** (2019, p. 44): “os saberes negros de resistência existiam para resistir à injustiça, mas também permaneciam subjugados”. Nesse sentido, os saberes travestis oriundos da *Pista* são um imprescindível exemplo da ação colonizadora sobre a dissidência que é evitada em posição de poder intelectual. Por isso, a importância de enfatizarmos a violência colonizadora como parte da dominação e opressão de gênero, raça e classe. É preciso reconhecer que raça, gênero e classe não são esferas distintas da experiência, mas passam a (co)existir por meio de relações e dinâmicas sociais contraditórias e conflitantes entre si. (McClintock, 1995).

Ao refletir sobre a **Interseccionalidade** também como ferramenta metodológica, proponho descortinar à luz do “campo-pista”¹³ (Zanela, 2020) saberes produzidos por sujeitas intelectuais travestis negras, buscando na interlocução entre os movimentos sociais de negras e negros e travestis e transexuais um instrumento de ação e transformação política, social e epistemológica. Porém, considero que não há uma metodologia única capaz de dar conta das experiências e vivências de sujeitas travestis, assim como *Eu*. Como afirma a filósofa feminista **Djamila Ribeiro** (2017, p. 59): “um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem o propõe perceber que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica”. É deste lugar e fala social, como travesti/prostituta/pesquisadora que procuro construir conhecimentos *transfeministas – travesti-formadores*. Neste caso, procuro na interseccionalidade uma base para exprimir referenciais teóricos múltiplos em diferentes campos de saberes. Quando utilizo da *cisheteronormatividade*¹⁴ como possibilidade conceitual com a intenção de compreendê-la

¹³ Percurso metodológico que me colocou diante de experiências com a travestilidade que revelaram uma miríade de processos de construção da(s) identidade(s) travesti(s) experimentados por mim e outras travestis nas relações e dinâmicas com a “pista”. A pista é de fato local de aprendizagem, não apenas da venda do sexo, mas uma forma possível de encontrar a autonomia de ser e estar travesti, de uma “cultura” experienciada, bem como de linguagem e códigos a serem respeitados e reproduzidos.

¹⁴ Regulações do sistema sexo-gênero acerca dos desejos e práticas sexuais.

como parte desta estrutura colonizadora que produz um *ethos* violento sobre corporalidades, identidades e subjetividades de travestis.

Meu intuito é o de produzir reflexões e ações a partir do que venho chamando de **pensamento negro** em um exercício ativista e acadêmico contínuo de referenciar potências negras como produção de conhecimento central em minhas pesquisas, buscando fazer uma breve análise sobre a trajetória das principais ativistas e acadêmicas travestis negras, mas também partindo da minha experiência do/com o vivido, como travesti branca e antirracista que foi abraçada pelo Movimento Social de Negras e Negros na cidade de Florianópolis. Por outro lado, as reminiscências das relações estabelecidas com diversas travestis negras, desde a *Pista*, são essenciais para a composição analítica em tela. Muitas delas, às quais conheci nas esquinas de Balneário Camboriú, cumprem papel fundamental no meu processo de reconhecimento, autorreflexão e consciência de classe nos mais sublimes aspectos tangenciados pelas narrativas de apagamento. Em nossos guetos, também, produzimos formas distintas de compreender as violências racistas e travestifóbicas que nos acometem, dado o contexto situado e as dinâmicas sociais que mobilizamos, revelamo-nos atentas à condição de subalternidade e às fragilidades das Avenidas Identitárias subjacentes.

Buscarei, sobretudo, questionar esse lugar de afirmação antirracista para evidenciar as fragilidades entranhadas em nossa socialização alicerçada pela branquitude e seus mecanismos de controle. Outro fator que estimula a formulação de uma teoria social travesti que se faz emergente são as experiências comuns das travestis, majoritariamente, em contextos de trabalho sexual, que nos alertam para um caminho a ser explorado com base na *dimensionalidade referencial* e sua estrutura política no âmago do pertencimento identitário. Ao evidenciar como esses marcadores se articulam no tecido da ordem societária, desvendamos a profundidade de suas complexidades e contradições sobrepostas. Entendo, neste sentido, que o Movimento Social de Negras e Negros nos orienta sobre os processos constitutivos de identidade, quando resgata aspectos históricos e culturais apagados pelo racismo e pela branquitude na formação do Brasil. Ao passo que o Movimento Social de travestis e transexuais resgata aspectos histórico-culturais apagados pela travestifobia/transfobia, considerando, segundo estatísticas oficiais, que o Brasil lidera o ranking internacional como o país com maior índice de assassinatos de travestis e transexuais. Importante ressaltar que a maioria dessas travesti-corporalidades são negras (Antra, 2019).

Há muito tempo, em um exercício de memórias coletivas (Jesus, 2014a), venho refletindo sobre o meu lugar na luta antirracista, desde a infância quando experienciei minhas primeiras aproximações com sujeitas/os negras e negros. Na escola, sendo uma “*criança viada*”

– a única nestes espaços de formação – construindo sociabilidades com crianças negras, também excluídas dos processos de ensino-aprendizagem. Encontrávamos em nossas dissidências raciais e de gênero semelhantes consequências da exclusão compulsória e do **racismo** e *homotransfobia* estrutural. A tomada de consciência antirracista em minha experiência do/com o vivido teve origem em minhas primeiras germinações sobre ser e estar travesti, à luz dos encontros com companheiras/os negras e negros em outrora. Ainda que minhas relações de proximidade tenham sido sempre mais afetuosas e acolhedoras com o gênero feminino.

Em 2013 quando ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tive como referências primordiais à minha permanência duas *travestis negras*: **Sophia Samenezes de Jesus**, que à época era integrante-pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e atualmente Mestranda em Educação (PPGEdu/UFRGS) e **Lirous K'yo Fonseca Ávila**, assistente social e coordenadora da Associação em Defesa de Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH). Neste mesmo ano tive a honra que conhecer também minha atual orientadora de doutorado, **Joana Célia dos Passos**, mulher negra, ativista do Movimento Negro e docente na UFSC. Recordo-me com muita alegria e emoção desses encontros que germinaram em mim resistência para que eu pudesse permanecer em espaços tão (travesti)excludentes. Travestis e mulheres negras foram luz, bússola e afeto à minha caminhada como estudante, ativista e pesquisadora.

Em 11 de dezembro de 2018 foram aprovadas Ações Afirmativas (AA) para estudantes negras/os, quilombolas, indígenas, transexuais e travestis no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSC. É mister destacar a liderança da professora doutora **Joana Célia dos Passos** nesse processo de implementação das AA, responsável por incluir na proposta 1 vaga para candidatas/os que pertencem à identidade travesti e/ou transexual. Um potente encontro entre os coletivos organizados de negras e negros (representadas pelo **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Diferença, Arte e Educação – ALTERITAS/UFSC/CNPq**, coordenado por **Joana**) e o coletivo organizado de travestis e transexuais (representadas/os pelo *Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades – NeTrans/UFSC/CNPq*, coordenado por *Gabriela da Silva*¹⁵).

Desde sua fundação, em 2018, o NeTrans/UFSC/CNPq, oriundo da articulação acadêmico-política de pesquisadoras travestis, alunas regulares da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), respectivamente, eu e *Gabriela da Silva*, doutorandas no Programa de

¹⁵ Primeira travesti a ingressar em um Curso de Doutorado no Estado de Santa Catarina (SC). Cofundadora do NeTrans/UFSC/CNPq ao meu lado. Professora aposentada pela Rede Estadual de Educação do Estado de SC. Doutoranda em Educação (PPGE/UFSC).

Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSC), apresentou em seu escopo de objetivos o compromisso com a luta antirracista, formulando uma linha de pesquisa específica voltada para as questões étnico-raciais. À época, com a liderança de **Lino Nascimento**, **Feibriss Cassilhas** (Tradutora de Histórias) e **Luck Yemonja Banke Palhano**. Esse olhar atento às questões raciais refletiram os próprios questionamentos que cercavam a *Nós-Travestis* brancas, tomadas pela carga de sermos “portadoras de privilégios de aniquilamento” (Werneck et al., 2023, p. 122), o entendimento que desenvolvemos sob os agenciamentos da branquitude perpassa o canal mais íntimo de revisitação histórica. Por vezes, é desconfortável conviver com o receio frequente de estar reproduzindo racismos velados. É um processo constante de vigiar-se e, sem nenhuma dúvida, não me sinto envergonhada de expor o modo como elaboro todas essas questões em mim, justamente porque se narrar com criticidade é o caminho mais próximo de aprender e se corrigir. Da mesmo modo, penso que esse exercício de tencionar é recorrente às pessoas negras cisgêneras em relação à travestifobia. Tornar-se antirracista implica em um processo constante de autoavaliação, não há uma fórmula, nem receita que se encontra facilmente, o que é primordial nesse aspecto é compreender a complexidade do que representa ser branco no interior da branquitude.

Em 26 de agosto de 2019, o NeTrans/UFSC/CNPq em parceria com a **Escola Livre Ubuntu** e os coletivos **PAEPreto** e **Sarau Vozes Negras**¹⁶, realizou a segunda edição do curso preparatório gratuito para vestibular e ENEM, exclusivo para e realizado pelas populações travesti-trans, negra e indígena, sob a coordenação de **Luck**. No decorrer de 2019, co-organizou os seguintes Seminários: (1) Estéticas/Políticas feministas e decoloniais, com fala de Feibriss – “Contação de histórias traduzidas: uma prática decolonial”, (2) Descolonizando Imaginários: diálogos interculturais e possibilidades metodológicas, com a presença de importantes e potentes pesquisadoras e referências no campo da pesquisa, como: **Ale Mujica Rodríguez**, **Joana Célia dos Passos** e Lia Vainer Schucman, e (3) *Tecendo diálogos sobre transidentidades e possibilidades decoloniais nos contextos escolares*, em parceria com o Grupo de Pesquisa Discursos da Ciência e a Tecnologia na Educação (DICITE) . Organizou, também, o I Ciclo de Debates sobre Estudos Trans* - Introdução ao Estudos das Etnogeneridades, com a discussão do texto “Ancestralidade e gênero: fonte de conhecimento e construção de identidade”¹⁷, sob liderança e mediação de **Luck**.

¹⁶ Grupo de pessoas negras de cursos de graduação e de pós-graduação na área de Letras que se conheceu na UFSC e que realiza atividades de leituras e performances poéticas de autores/as negros/as.

¹⁷ Alma Preta. Parte I. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/ancestralidade-como-fonte-de-conhecimento-agencia-e-construcao-da-identidade-de-genero-parte-1>>. Acesso em: 12 out. 2020. Parte

Esta produção se apresenta, também, como um manifesto, um chamado à luta antirracista, um sopro aos pilares racistas que ainda estruturam o movimento social organizado de travestis. As interlocuções aqui propostas servem a um novo horizonte com perspectivas outras no modo de fazer Movimento Social, rompendo com práticas racistas e travestifóbicas/transfóbicas. Neste percurso de dores, resistências e afetos, **travestis negras têm muito a nos ensinar**. Travestis negras nos educam, nos orientam e germinam em nós o impulso à transformação social.

2.1 Travestis negras como expoentes de um pensamento social crítico

Há tempos, tenho observado uma questão impingida no tecido da estrutura social acerca do processo de exclusão enfrentado por sujeitas/os subalternizadas e/ou marginalizadas, em consonância com o que **Stuart Hall** (2006) chama de eufemismo das “transformações culturais”. Justamente, porque esse deslocamento das ideias e das relações de poder desestabiliza o pleno funcionamento dos sistemas de dominação, quando enxergamos as possibilidades e os caminhos para uma infiltração estratégica das instituições, o que me parece bastante atormentador à manutenção da hegemonia. A partir disso, a máquina motriz das Identidades consolidadas e abarcadas pelo privilégio sistêmico se movimentam no sentido de estagnar qualquer tentativa de acesso e permanência de outras Identidades que não se conformam à lógica vigente da branquitude e da heterossexualidade/cisgeneridade imperialista.

Quando as travestis negras insurgem como intelectuais, detentoras do conhecimento, elas não estão apenas sinalizando que as corporalidades dissidentes pensam, mas, sobretudo, causando rupturas severas e irreversíveis à estrutura social dominante. Em uma tessitura frenética e inabalável de novas perspectivas ao pensamento social, sendo um caminho sem volta, deixando passos marcados para que muitas outras as sigam; constituindo, assim uma multidão combatente contra a arquitetura do privilégio hierarquizante. O motim foi organizado, as velas foram acesas, os caminhos desbravados, não restando mais retorno. Essa é uma dívida que *Nós-Travestis* brancas temos com as nossas ancestrais negras. O contar da História é explicitamente generoso quando nos orienta nesse sentido, não há dúvidas, nem má interpretações que apaguem suas reais contribuições à luta organizada.

II. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/ancestralidade-como-fonte-de-conhecimento-agencia-e-construcao-da-identidade-de-genero-parte-2>>. Acesso em: 12 out. 2020.

Em algum momento passado, fui inquerida sobre essa tal dívida que tanto falo no meu cotidiano, em um tom de insatisfação e incompreensão, como se de alguma forma isso implicasse em uma perda momentânea de privilégio e, obviamente, assim entendi. Pois, para as pessoas brancas a ideia de dever algo à negritude é inconcebível, causadora de desconforto, atinge o mais íntimo dos sentimentos e, por vezes, afeta até as próprias concepções de pertencimento. Como pode uma travesti branca dever algo à uma travesti negra? E, então, percebo cada vez mais a necessidade de contar a História: o desalinhar das práticas culturais, das representações das lideranças políticas e do próprio letramento racial, para precisamente incutir uma reflexão mais apurada àquelas que são frequentemente corrompidas pela branquitude e, infelizmente, nem se dão conta, ou dissimulam. Em justaposição a isso, confesso que é preocupante esse olhar desatento à História. Em especial, porque como travestis deveríamos ter o compromisso ético-político para com as nossas mais velhas, com os significados atribuídos pela Ancestralidade e, principalmente, pelo direito à escrita, à educação formal. Não se trata de uma simples intersecção entre raça e gênero, a meu ver, é muito mais profundo e denso do que imaginamos, porque no remontar dos processos históricos as travestis negras insurgiram no campo das lutas sociais como escudos, logo no primeiro pelotão do enfrentamento, forjadas à coragem, mesmo conscientes de que em qualquer combate seriam as primeiras corporalidades atingidas e derrubadas.

Nessa linha de pensamento, compreendo que as sujeitas não são posicionadas por uma identificação preexistente, as identidades são produzidas em contextos histórico-culturais, por meio da reinvenção das posições identitárias, alterando também o percurso da História e da Cultura. Ao posicionar-se em “uma” identidade, produzimos formas de ser e se fazer em contrastes com o passado e o presente, quando a reivindicamos, expressa, ainda, uma posição histórica e cultural específicas. Como a cultura está sempre em processo dialógico de construção e reconstrução, é impossível pensar e produzir ação em identidades originárias, essencializadas pelo discurso dualista, como as dicotomias homens-mulheres, nativos-estrangeiros, negros-brancos (Hall, 2006; 2003). Outrossim, a negritude aliada à travestilidade circunscrevem, para além do imaginário social, formulações existenciais firmadas em uma prospecção de aspectos histórico-culturais, sendo morada de intensas reflexões críticas e intrínsecas de uma práxis de gênero, que articula as memórias ancestrais às políticas identitárias vigentes na academia. Em suma, manifesta-se como um exercício constante de revisitação histórica e assimilação das experiências vividas que se inter cruzam em um processo dialético, em torno das noções de pertencimento: ora negra, ora travesti.

A identidade não é uma produção “eu-mundo” de forma coesa e linear, há uma terceira pessoa nesse processo de constituição de si, finalmente educada, que é a experiência corporal ou sua expressão: “experiência mestiça”. A naturalização das sujeitas, engendrada pela pedagogia dos corpos, transforma o social e o coletivo em entidades preexistentes, cujo objetivo é a exclusão das experiências das sujeitas (Serres, 1991). À medida que somos construídas pelo discurso coletivo, esse se apropria dos signos que envolvem as identidades e recompõem outras possibilidades de discurso, influenciando a Outra em sua produção de identidade. Não obstante, detemos algum nível de poder que subverte representações de identidade padrão (Foucault, 1984). As identidades movimentam-se no paradoxo das relações humanas: produzindo formas de ser ambíguas, heterogêneas e inconclusivas. “As narrativas do Eu” é um caminho para afastar as alteridades e contradições existentes no âmago das sociedades (Hall, 2005).

Sob a *Pedagogia do Campo-Pista* – como interpretação de um conjunto de saberes e processos educacionais, desde a *Pista* – e a partir de uma análise interseccional, histórica e crítica é possível observar que – em muitos momentos de enfrentamento e organização política – o **feminismo negro**, de trabalhadoras sexuais (prostitutas) e travestis se encontraram do mesmo lado, na mesma encruzilhada das lutas sociais concernentes à *Sexualidade como Trabalho*. A liberdade sexual, o direito à plena existência pela diferença, marcam um extenuante período de enfrentamento contra os estigmas e o cerceamento de práticas consideradas, à época (mais precisamente nas três últimas décadas do século passado) um atentado à moralidade, culminando em ostensivas perseguições às corporalidades dissidentes. Embora na atualidade esses conflitos persistam no que diz respeito à ampla defesa de discursos moralizantes, a organização coletiva e participativa nos possibilitou maior consciência de classe e amplitude dos direitos sociais, germinados no âmbito dos ativismos. Nesse sentido, as contribuições de **Ângela Davis**¹⁸ são de suma importância para a construção de um novo pensamento sobre a prostituição e a identidade travesti. De acordo com **Davis** (1999), na década de 70 as primeiras questões relacionadas com a indústria do sexo foram suscitadas por meio dos debates em torno da violência sexual, fortemente relacionadas à época. Em discurso¹⁹ proferido na Marcha das Mulheres [*Women’s March*] contra Donald Trump, Davis fala:

Sim, nós saudamos o ‘Fight for 15’. Dedicamos nós mesmas para a resistência coletiva. Resistência aos bilionários exploradores hipotecários e gentrificadores. Resistência a privatização do sistema de Saúde. Resistência aos ataques contra muçulmanos e imigrantes. Resistência aos ataques contra as pessoas com deficiência.

¹⁸ Filósofa, professora (aposentada) de História da Consciência (Universidade de Califórnia, USA), dirigente do Partido Comunista de EEUU, ex-integrante das Panteras Negras e investigadora especializada em feminismo, marxismo, abolicionismo do sistema penitenciário, teoria crítica e estudos afro-americanos.

¹⁹ Ver discurso na íntegra em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/01/23/o-discurso-de-angela-davis-na-marcha-das-mulheres-contr-trump/>>.

Resistência a violência do Estado perpetrada pela polícia e através da indústria do complexo prisional. Resistência a violência de gênero institucional e doméstica, **especialmente contra mulheres trans negras**

Prosseguindo à produção de um *ebó*²⁰ *epistêmico*, à luz do *Campo-Pista*, compreendo, também, que não seja possível elucidar questões do presente acerca das travestilidades sem voltar ao passado e resgatar/revisitar a História e a Cultura de nossa população em relação à prostituição, no exercício do trabalho sexual: as linguagens, as sociabilidades, as violências, as dinâmicas de sobrevivência, as estratégias de resistência, as linhas de fuga, a exploração, os saberes localizados e subalternizados, os racismos presentes na *Pista* e tantos outros fatores que nos constituíram como sujeitas ao longo dos tempos. Tenho insistido veementemente na importância de assegurar o viés político oriundo das batalhas de outrora, que emergem fundamentalmente dos contextos de trabalho sexual, reivindicando o lugar de vanguarda nas mediações entre saberes informais e formais, sendo esse um processo de extrema densidade analítica, todavia necessário. Essa tendência à qual tenho me dedicado a explorar não é singular, traduz o inverso: a ambiguidade. Justamente porque é acentuada por perspectivas repletas de reconstituições pretéritas que, apesar de preteridas ao conjunto da horizontalidade intelectual, compõem uma miríade de (re)encontros e diálogos profícuos com aquelas que germinaram e cultivaram o pensamento social travesti: as nossas mais velhas, matriarcas, *TRAVIarcas*²¹.

Nessa senda de saberes travestis, “abrasileirando” a discussão, trago à cena *Maria Clara Araújo dos Passos* (2018)²², *travesti negra*, afrotransfeminista e pedagoga, destacando-se como uma importante pensadora e intelectual que tem se dedicado a produzir saberes acerca da Travestilidade com base na perspectiva de raça, especialmente, quando propõe travestilizar o movimento negro e racializar o transfeminismo, pautando seu pensamento no enfrentamento consciente e político de uma melhor qualidade de vida para as travestis negras. Refletindo com *M.C.* (2018), penso que é emergente a necessidade de produzir um horizonte comum às travestis negras, prostitutas ou não, ainda que as travestis negras que exercem a *Sexualidade como Trabalho* sejam marcadas de formas específicas em suas constituições identitárias, principalmente na relação direta com as esquinas, torna-se imprescindível um olhar atento para o *modus operandi* da relação trabalho-identidade.

²⁰ Palavra que deriva do Yorubá para designar o trabalho de oferenda aos Orixás. O sentido aplicado a expressão “ebó epistêmico” é semelhante, infere transformação, equilíbrio dos fazeres epistemológicos.

²¹ Derivação de *Traviarcado*, conceito utilizada para fazer menção ao poder coletivo. Em entrevista ao Correio da Manhã, sobre sua peça “Manifesto Antropofágico”, a travesti atriz Renata Carvalho diz: “*Traviarcado é o que vem depois do patriarcado, onde todos os corpos são acolhidos e humanizados. Traviarcado também é reverenciar o passado – nossa transcestralidade, nossa história e memória. Traviarcado é o poder coletivo, é o entendimento de que sem luta nada muda*”.

²² Autora responsável por cunhar o conceito *Pedagogia das Travestilidades*.

Retomo novamente a questão da “dívida”, tratada anteriormente, reiterando a questão em aberto com o pensamento de *Maria Clara* (2022) quando se reporta à construção da identidade nacional do povo brasileiro para dizer, precisamente, que a *Cisgeneridade* deste país foi ensinada a sentir ojeriza pelas travestis, colocando-nos sob subjugação e inferioridade. Para *M.C.* (2018), há uma dificuldade no exercício da interseccionalidade, no âmago do “devir transfeminista”, ainda que, em algum momento, travestis brancas e negras compartilhem das mesmas “mazelas”; suas identidades não podem ser analisadas em um único vetor. Para além de ser travesti, *M.C.* também é negra. Proponho, a partir desta reflexão, pensar a adição de outras identidades e marcadores de desigualdades, como a prostituição (*Sexualidade como Trabalho*). Compreendo, neste sentido, que aspectos de pertencimento racial e da sexualidade exercida nos contextos de trabalho sexual se inter cruzam e produzem políticas de identidade.

Dando continuidade, acredito que a corporalidade da travesti negra personificará às representações legitimadas tanto pelo discurso racista quanto sexista-dissidente. Adriana Piscitelli (2013) aponta que o consumo do discurso de uma hipersexualidade inata é um marcador na prática da prostituição. De acordo com a autora (1996, p. 33), “Nessa perspectiva da ‘sensualidade tropical’, apresentada nas notas, as brasileiras bem sucedidas são aquelas que, assumindo e explorando a associação íntima entre ‘cor’ e ‘feminilidade nativa’ que elas supostamente encarnam, ingressam na prostituição exterior”. De acordo com Kathryn Woodward (2000), a identidade é relacional e sua diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. Processo semelhante com o que ocorre com as travestis que objetivam exercer a *Sexualidade como Trabalho* em países do continente europeu, deixam seu país nativo com o propósito de alcançar maiores retornos financeiros. Em especial, as travestis negras que carregam em suas corporalidades o imagético da “sensualidade tropical” aliada à figura avantajada – o dote – como objeto de desejo.

Na estrutura social racista e sexista é designado à travesti negra o perfil da hipersexualidade, através dos discursos dos meios de comunicação de massa e as falas dos seus clientes, as travestis negras que se prostituem assumem os papéis a elas destinados. Permito-me mais uma vez voltar-me às reminiscências do longo período em que permaneci em contexto de trabalho sexual para compartilhar minhas impressões acerca dos momentos em que, sob a intimidade das relações interpessoais com companheiras de *Pista* negras, observei com forte recorrência a manifestação dos racismos impregnados discursivamente e, muitas vezes, corporificados nas relações com a sexualidade. Tem algo demasiadamente tenebroso na questão da *Sexualidade como Trabalho* que reside justamente na objeção cotidiana que, em um toque de mágica, ou de corpo – para ser mais realística, torna-se refúgio de um prazer efêmero. Em

outras palavras, a corporalidade da travesti atravessada pelo racismo não é destituída de opressão simplesmente porque um cliente (branco) decidiu contratar seus serviços, isso não rompe propriamente com os pactos firmados pela branquitude, como já ouvi sugerirem. É apenas um demonstrativo de que essas corporalidades, ao passo que norteiam (in)compressões distorcidas e maquiadas pela branquitude, desvelam o caráter estratégico do sistema dominante, explicitamente desleal por se tratar de um momento passageiro de satisfação premeditada, implicado no dispositivo da hipersexualização de bases racistas.

Na última década, uma miríade de travestis ingressaram em programas de pós-graduação pelo país, muito embora algumas ainda permaneçam no exercício da prostituição; fato este que se deve a escassez de políticas de permanência destinadas à comunidade Travesti. Tanto no campo acadêmico, quanto nas redes de sociabilidade. É mister reconhecer e afirmar as possibilidades que a materialidade das corporalidades travestis se constitui, em sua maioria, pelo exercício da *Sexualidade como Trabalho* como fator de subsistência econômica e de dignidade humana. À luz da ideia de um *aquilombamento travesti*, como nos orienta **Leticia Carolina Pereira do Nascimento** (2022), entendo essas relações estabelecidas em *Pista* como um quilombo de resistências e saberes constituídos, que exprimem com sabedoria ancestral a opulência dos caminhos ornamentados, sendo essa a difusão que contribui à Educação Formal, aos fazeres pedagógicos legitimados. É preciso que entendamos que a *Pista* nos é familiar, tornou-se parte da nossa construção político-cultural, sob o senso coletivo do *Eu-Travesti*. Profundamente inscrita como referência ancestral em nossas histórias latinoamericanas, sendo modelada na contemporaneidade por intermédio do acesso à formalidade do ensino em nossas trajetórias, graças a um trabalho de base empunhado pelos ativismos das travestis trabalhadoras sexuais. A *Pista* é representada como teleológica para justificar um olhar cuidadoso à História do *Movimento de Travestis* e suas transformações ao longo dos tempos.

A partir dessa interpretação potente do conceito de *aquilombamento*, apresento à esta discussão, como marco inicial acadêmico, o doutoramento da primeira travesti negra brasileira, **Megg Rayara Gomes de Oliveira**²³, que defendeu sua tese em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob o título: “*(R)existência de gays afeminados, viados e bichas pretas na Educação*”. **Megg** é docente no setor de educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenadora do **Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB)**.

²³ Atualmente é Professora Adjunta DE da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, atua no Mestrado (MASTS) e graduação (IHL) e Presidenta da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH.

Megg adentra esse diálogo coletivo de *Tese* como uma das **autoras-participantes** do trabalho proposto, trazendo uma magnificência de contribuições para o estudo-pesquisa, que versam desde sua trajetória identitária e profissional docente até seu entendimento acerca das representações da *Pista* em suas projeções sociais. A autora em seu trabalho, intitulado: “*De santa à perigosa: representações e apagamentos de corpos trans femininos nas artes visuais até o século XIX*”, reelabora um apanhado de análises que tomam como tema central a corporalidade, para tanto, reposiciona-as no âmbito da Arte como identidades inteligíveis, corporalidades-temáticas travestis remontadas em uma linha cronológica secular. Outrossim, quando a autora dimensiona as imagens, produtos das Arte Visuais, no campo do simbólico e do representativo para apontar seu caráter político, consigo conceber a conectividade com a perspectiva do *Campo-Pista*, sob o que tenho me dedicado a pensar em relação a *dimensionalidade referencial*.

Por sua vez, a segunda autora-participante deste trabalho de Tese, **Jaqueline Gomes de Jesus**, travesti negra, professora de psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e pesquisadora-líder do ODARA – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (CNPq), apresenta-nos o **Transfeminismo** – uma linha de pensamento e de prática feminista, que “rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos [...]” (**Jesus, 2015**). Em conversa entre **De Jesus** e **Rosa Luz**, uma travesti negra artista, com fortes influências da anarquia e da pós-pornografia; as duas tecem inúmeras reflexões acerca das vivências comuns, da Arte, da Ciência e dos processos de resistência entre diferentes gerações. **Rosa Luz** elabora relatos profundos e sensíveis sobre como é ser uma travesti preta artista, fazendo referência ao seu estilo musical: o *rap*, para asseverar que a sociedade marginaliza o *rap*, ao passo que artistas do *rap* marginalizam travestis. Não obstante, **De Jesus** aponta para o privilégio da branquitude, também, presente na travestilidade.

Na vivacidade memorial de minha trajetória, rememoro minha participação no 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11 (2017) que me oportunizou conhecer a travesti negra, ativista, pesquisadora e professora do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Fran Demétrio, que também foi líder e coordenadora do (Co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade e Interseccionalidade do Cuidado em Saúde, Gêneros e Sexualidades (LABTrans/UFRB). Construimos coletivamente pontes ao conhecimento, à luz das travesti-epistemologias, que resultou no Simpósio Temático (ST): TransIdentidades, corporalidades dissidentes e interseccionalidades em contextos latinoamericanos, perspectivas

decoloniais, aprovado para o Fazendo Gênero 12 – Lugares de fala: direitos, diversidades e afetos (2021), sob a coordenação de três travestis: eu, **Fran** e **Gabriela da Silva**. **Fran** é coautora do trabalho “*O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos*”, texto que condensa uma série de inflexões no que diz respeito à colonialidade do conhecimento, subjugados pelo racismo e pelo sexismo, em face às dissidências, traçando um paralelo entre dominação e subalternização (**Demétrio**; Bensusan, 2019). Ao ler seu trabalho, centrei-me à reflexão e retomei ao pensamento os caminhos que apontam o *Campo-Pista*, como um instrumento de resgate das vozes dissidentes, dos traços da memória, constituindo-se assim, conjuntamente, à ideia de um direito epistêmico.

Os ativismos em rede de travestis foram fundamentais à construção de terreno fértil para que outras travestis e transexuais pudessem estar hoje produzindo saberes e conhecimento, fomentando o acesso e a permanência da população TT nas instituições de ensino. Travestis como **Kátia Tapety**²⁴, a primeira travesti eleita na política do Brasil, produziram consciência e autonomia em nossos modos de ser e estar travesti. Nossas travestilidades e transexualidades são reflexo dos seus ensinamentos. **Tapety** é travesti negra, nordestina oriunda de Colônia do Piauí, foi eleita vereadora em 1992, 1996 e 2000, sempre como a mais votada. *Sou o que sou graças ao que somos todas nós!* No campo político-partidário, em 2018, destacaram-se as candidaturas eleitas das **travestis negras**: **Érica Malunguinho**, eleita como deputada estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Estado de São Paulo, ativista negra, educadora e artista, teve mais de 55 mil votos; **Érika Hilton**, também eleita como co-candidata da Bancada Ativista (PSOL) para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), recebendo 149.844 votos e sendo a décima candidatura mais votada no Estado; **Robeyoncé Lima**, advogada travesti, eleita no Estado de Pernambuco como deputada estadual pelo Coletivo Juntas (PSOL), contabilizando mais de 39 mil votos.

Prosseguindo com o exercício resgatar as lembranças, em 2018, presente no II Encontro de Redes Formadas por Travestis e Transexuais que ocorreu na cidade de Campo Grande (MS), pude estabelecer diálogos profícuos com duas travestis negras, matriarcas do movimento travesti no Brasil: **Keila Simpson**, presiden**TRA** da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e **Jovanna Baby**, presiden**TRA** do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS). Seguindo essa ordem cronológica, em 2020, o

²⁴ Filme sobre sua trajetória de vida: “Kátia”. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2020/09/04/em-1992-katia-tapety-foi-a-primeira-travesti-eleita-na-politica-do-brasil/>>. Acesso em: 12 out. 2020.

PPGE teve sua primeira estudante cotista, travesti negra *Izzie Madalena Amâncio*²⁵, resultado das Ações Afirmativas (AA) implementadas no programa de pós-graduação. *Izzie* traz em sua corporalidade e trajetória múltiplos marcadores de desigualdades: raça, dissidência de gênero, classe, localização geográfica; sentiu como nordestina, oriunda da Bahia, os impactos de ser uma travesti negra no Sul do país. As experiências foram muitas, encontros e despedidas, demonstrações de afetos, entre desabafos e aconchegos, a relação com os ativismos de travestis constituem parte fundante desses processos de autorreconhecimento e compromisso ético-político.

Tenho procurado extrair disso que ensaio como *práxis da travestilidade*, no âmago do pensamento social, elucubrações que me permitam estreitar laços entre os mais distintos contextos, inclusive, para refletir sobre as ascensões *Além-Pista* como possibilidade de uma *diáspora travesti*. Ao considerar, sobretudo, que a *Sexualidade como Trabalho* não é um lugar de permanência, não é o desejo de muitas prolongar sua jornada na *Pista*. Mesmo porque *Nós-Travestis* prostituídas causamos essa ruptura na estrutura social, quando ousamos questionar o que estava sendo dito sobre nossas existências, justamente por não nos conformarmos com os pactos sistemáticos.

2.2 Experiências racializadas e generificadas sob a Interseccionalidade

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

(TRUTH, 1851)

Há aproximadamente uma década, travestis e transexuais adentraram os espaços de produção do conhecimento, em número considerável, tomando para si, para suas trajetórias acadêmicas e profissionais os “Estudos de Gênero”, especialmente aqueles que se concentram no aprofundamento histórico-político das categorias de gênero, dissidentes à ordem normativa, por uma perspectiva de identidade. Esses estudos, antes produzidos a partir do universo (da) mulher – estruturado e pensado analiticamente de forma universal – ganharam outros contornos

²⁵ Atualmente *Izzie* é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

e sentidos com o surgimento do fenômeno “travesti” e, décadas mais tarde, “transexual”. Este processo de pertencimento a partir do Universo (da) mulher, historicamente, tem contornos semelhantes nas experiências de mulheres negras e travestis/transexuais, pautado no discurso biológico das corporalidades. Negras são mulheres? Travestis e/ou transexuais são mulheres? Quais os limites dessas mulheridades. **A política de escravidão, de relações racializadas de poder na experiência de homens e mulheres negras**, assim como a *prostituição compulsória na experiência de travestis e transexuais*, foram sistemas de opressão que nos negaram direitos, inclusive o direito de olhar, como pontua **bell hooks** (1992): quando pensa sobre a relação traumática com o olhar que orientava a conduta de pais e mães negros/a, afetando pessoas negras em sua condição de espectadores/as.

Por se tratar de um campo de investigação e análise nunca antes explorado como se expressa o *Campo-Pista*, a saber, em termos científicos, proponho discutir as dimensões – e composições – da fala e da conduta acerca das experiências das travestis que *migraram* dos programas de prostituição para os programas de pós-graduação e, também, daquelas que, apesar de ascenderem à ocupação de outros espaços, na relação saber/poder, continuam/ram imersas na *Pista*. Ou mesmo as que não tiveram a experiência da *Sexualidade como Trabalho*, mas, sobretudo, de forma contumaz foram/são atingidas pela *dimensionalidade referencial, orientadas pelas contribuições do pensamento negro*. Uma vez que pouco se fala dos racismos no movimento de travestis e transexuais e das travestifobias no movimento de negras e negros, assim como tampouco é narrado sobre essas travestis que adentram os espaços acadêmicos e permanecem no exercício da prostituição. Nossa população tem raízes na – ou, mais precisamente pode traçar suas rotas a partir da – *Pista*. Esse foi o direcionamento que orientou os fazeres político-acadêmicos, justamente porque esse resultado híbrido entre movimento de rua e academia não pode ser facilmente diluído em seus elementos de origem. O próprio fazer científico sobre travestis se concentra no compilado de saberes oriundos das experiências com a *Pista*. Penso que a Cultura Travesti é essencialmente impelida por uma estética diaspórica.

A **Interseccionalidade**, outrossim, tem sido um instrumento teórico-metodológico presente nos estudos e pesquisas de travestis negras/não-brancas e de travestis brancas que pensam e se repensam a partir das **potencialidades do pensamento negro**, como é possível verificar nas produções acadêmicas das travestis e transexuais professoras/educadoras (populares) e pesquisadoras – inclusive das mencionadas anteriormente. Estas que são forjadas nos caldeirões das diferenças e que acreditam em um horizonte livre de estruturas racistas e travestifóbicas. Considerando, também, os mecanismos de opressão atravessados pela

“putafobia”²⁶ que atinge às TT pelo estigma do trabalho sexual. Ainda que não seja uma atividade laboral exercida por todas, a raiz de sua opressão afeta a todas nós. Pensar sobre Interseccionalidade, embebida de leituras densas e inquietantes, colocou-me diante de interrogações fundamentais para ensaiar um movimento cognitivo de análise em torno do que vos apresento como *Campo-Pista*, até sua instrumentalização como Pedagogia a ser aprofundada. A fixidez dos conceitos consolidados, de fato, nunca me interessou como pesquisadora e intelectual, tampouco como escritora, em minha concepção era preciso ir mais além, com mais propriedade experiencial, tratando de reformular o pensamento social com base nas experiências travestis, desde a *Pista*. Um movimento travesti-hermético se instalou nas urgências do próprio Eu para, assim, firmar ponto em uma esquina de saberes, acreditando fielmente na capacidade produtora de orientar um novo olhar à realidade social travesti, capaz de *formular* uma *travesti-formação* pautada nos processos histórico-culturais.

Sobre esses aspectos peculiares, busco compreender e desvendar, sob a orientação de vozes coletivas, as convergências – *CORPOVERGÊNCIAS* – e aproximações de uma verossímil concepção ética desenvolvida por meio do *campo-pista* em relação à concepção ética produto das contribuições do movimento de negras e negros por meio da categoria Identidade em Hall e da **Interseccionalidade** que emerge como método. Ao pensar esta ordem societária, estruturada por opressões de raça, gênero e classe, essencialmente normativa e binária, com mecanismos e processos de subalternização que nos lançam à margem, limitando nossas escolhas às condições do trabalho precário, faz-se fundamental este exercício de interlocução. Em suma, considerando que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, tem 90% da população TT no exercício da prostituição, e há pouco tempo, ainda nos negava o direito à cidadania, ou seja, de existirmos como sujeitas de direito. Enfatizo ainda que a maioria dos assassinatos são de *travestis negras prostitutas* (Antra, 2018; 2019). Ao considerar que a Cultura é uma produção, a depender de um conhecimento da tradição e de um conjunto efetivo de genealogias, como aponta Stuart Hall (2013), penso que o *Campo-Pista* se insere na ideia de preservar o caráter Histórico e Cultural da travestilidade brasileira e latinoamericana com a intencionalidade de manter essa referência firme do ponto – e esse ponto fez morada nas esquinas – onde partimos enquanto sujeitas políticas, tanto dos movimentos de rua quanto da academia.

De modo elucidativo, o “lugar de fala” que busco desvendar, neste compilado de ideias, para melhor entendimento do que proponho, não tem como centralidade discutir a autoridade,

²⁶ Opressão e estigma social que recai às mulheres e travestis-trans que exercem o trabalho sexual.

tampouco a legitimidade, da sujeita que fala. Nesse sentido, entendo que esse lugar já está situado, à medida que as sujeitas disputam suas posições, ao direito de falar. Proponho para além desta disputa, pensando as dimensões e composições deste lugar – de onde falam e para onde pretendem falar as travestis negras – que é originário e marcado por posições de resistência e que, ainda, em um movimento de estratégias de enfrentamento e linhas de fuga são pouco visíveis nas Instituições Públicas de Ensino. Para tanto, esse diálogo dar-se-á de forma horizontal, ponderando as narrativas em acordo com o compromisso ético-político de uma tradição travesti, não sendo, à priori, necessário compreender o que a tradição situada fez de *Nós-Travestis*, mas essencialmente o que nós fizemos dela no passar das décadas de articulação identitária. Esse é um paradoxo efervescente, expresso em um limiar das compreensões de pertencimento acerca da Identidade Travesti. Essa tradição, por sua vez, não se encontra na rigidez conceitual das experiências, em certa medida ela representa o caráter fundante, iniciado nos movimentos de rua, para a consolidação dos saberes formais e científicos.

Em relação à institucionalização dos saberes travestis, há de se demarcar que as Universidades Públicas, por meio do campo dos *Estudos de Gênero*, foram e têm sido essenciais ao aparecimento de novas sujeitas à produção do conhecimento e de saberes científicos, à uma Ciência que se faz possível e legítima pelas vozes de corporalidades dissidentes, que há muito tempo estiveram reclusas à margem, na fronteira entre as esquinas e a exclusão. Embora, as relações e dinâmicas com a *Pista* representem para muitas um lugar que nos constitui na travestilidade/transsexualidade, que nos permite redes de afeto e um mínimo de dignidade por meio do trabalho sexual, ainda que precário, há de se considerar que a prostituição não é um lugar tão ruim assim. Visto que nos “acolhe” quando toda uma estrutura social nos impossibilita existir. Há um desassossego natural quando tencionamos a produção de conhecimento vigente concernente aos *Estudos Travestis*, provoca-se o deslocamento das ideias em transitoriedade para exprimir as contradições que estão postas, sendo completamente válido aos processos de produção de saberes e constituinte das oposições do pensamento social. *Nós-Travestis* pensadoras não enxergamos a realidade social por um mesmo prisma, partimos de lugares distintos, de apreensões diversas do conhecimento, nossas referências também divergem em algum momento, não havendo problema nisso. Nosso único compromisso comum deve ser com a memória travesti e seus traços histórico-culturais, que nos é orientadora das condições reais de existência, desde o campo das lutas sociais, travadas no século passado.

Sobre o exposto, penso que o “lugar de fala” na experiência travesti situa-se na reparação histórica de vidas marginalizadas, criminalizadas e patologizadas, manifestado pelo olhar do nativo, (re)produzido na ânsia de assistir a história sendo contada pelo avesso – em

forma de estória. Esse lugar, de si e tomado para si, autoapropriado, expressa a fala de quem por muito tempo calou vozes de enfrentamento ao poder institucional. A produção do saber acerca do universo travesti é oriunda de um processo anterior à institucionalização do “objeto” em questão, que, aliás, as próprias travestis, em movimento de resistência, produziram parte das bases epistemológicas, as quais temos acesso nos dias atuais, que só tiveram legitimidade (e conceito CAPES) ao serem reproduzidas pelo Outro na posição de autoridade. Essa manutenção das posições de privilégio contrapõe-se à radicalidade travesti, é contraproducente e reveladora de abismos coloniais, temos pressa em alertar que o campo de *Estudos Travestis* necessita de epistemologias que deem conta de abarcar seus processos histórico-culturais, sem deliberada permissão, sem ter que ser acusada de forma desonesta por fazer apologia à prostituição, quando o movimento é o inverso. Que fique explícito, determinadamente, a intencionalidade real do *Campo-Pista* como instrumento de análise, distante de quaisquer demasiadas más interpretações.

2.3 Propostas antirracistas

Travesti, Una teoría lo suficientemente buena (Muchas Nueces, 2018) de *Marlene Wayar* é um chamado emergente à reflex(a)ção e ao pensamento crítico, à luz de uma perspectiva latinoamericana e decolonial, sobre o cis-tema de opressão e exploração que sustenta e fundamenta nossas dinâmicas e relações sociais, no qual toda dissidência de gênero e racial é violada. A autora busca pensar o lugar de vulnerabilidade, recorrendo às experiências do/com o vivido, por meio de entrevistas e relatos pessoais, desde sua infância. Propõe (re)pensar, também, os processos de estigmatização e as estratégias de desconstrução.

Nesta perspectiva, Gloria Evangelina Anzaldúa, intelectual norte-americana (1991) – escritora, teórica cultural e ativista – interroga e nos provoca a pensar se as pessoas que se reconhecem como **cis-heterossexuais** (grifo meu) poderão transpor as normatividades que também as constituem, ainda que de forma compulsória, para se tornarem leitoras e escritoras capazes de conceber e compreender as sexualidades e corpos dissidentes e à margem dos gêneros hegemônicos (Àvila, 2017). Gloria Anzaldúa nos apresenta subsídios teóricos para pensar e refletir sobre Identidade(s) e seus processos de nomeação. Eis *aqui* a importância, em um célere movimento de partilha, de colocar o norte global em diálogo com a intelectualidade latinoamericana, sem sobrepor nem esvaziar a tentativa constante de diálogo. Pois, acredito fielmente que o olhar atravessado pela diferença é reduto de profícuas contribuições à transformação e emancipação humana, independentemente de sua origem geográfica, porque

em algum momento do percurso esse apanhado de olhares se complementem e atingem a intencionalidade produtora acerca de um constructo epistêmico.

A identidade travesti-trans, na concepção de *Marlene Wayar*, tem relação com colocar a hegemonia como um sistema, em que as masculinidades (homem) e feminilidades (mulher) são funcionais umas às outras. Entretanto, é um sistema que não é intencional. É parte das imposições normativas de gênero, e em algum momento da vida encontraremos maneiras de destruí-las (*Wayar*, 2018). Neste sentido, a teoria travesti proposta por *Wayar* nos revela um emaranhado de complexidades, as quais emergem das intersecções e da diferenciação (das corporalidades e expressões generificadas e racializadas). Revisitar a **Interseccionalidade** (Brah; Phoenix, 2004) é uma prática pedagógica travesti fundamental para a compreensão do que propõe a autora.

Isto posto, proponho algumas interACÇÕES para o enfrentamento dos racismos no *Movimento Social de Travestis e Transexuais*, entendendo que essas práticas contribuem também para práticas anti-travesti/transfóbicas, em um movimento dialético:

- i) Revisitar a História do Movimento Social e Travestis no Brasil que foi genuinamente fundado e liderado por travestis negras e prostitutas;
- ii) Pautar as questões étnico-raciais nos eventos (Encontros/Seminários/*Workshops*) locais, regionais, nacionais e internacionais de Redes formadas por travestis e transexuais, com componentes de mesas e conferencistas travestis-trans negras e negros;
- iii) Referenciar autoras/es negras e negros em pesquisas acadêmicas e demais trabalhos técnicos que tenham como temática as *Travestilidades*, à luz de um exercício contínuo de reflexão e ação;
- iv) Promover cursos de formação e capacitação às lideranças do *Movimento Social Organizado de Travestis e Transexuais*, desde as Associações TT locais até as Redes Nacionais;
- v) Fortalecer o intercâmbio de ideias entre coletivos e redes ativistas, núcleos de pesquisa integrados e formados por travestis e transexuais e negras e negros, para que possamos construir concomitantemente políticas antirracistas e anti-transfóbicas.

Compor Movimentos Sociais implica em responsabilidade e compromisso ético-político com as questões sociais que nos atravessam e nos constituem nesse processo coletivo e contínuo

de se fazer livre, de se emancipar e resistir frente às opressões. Minhas contribuições surgem no sentido de construir práticas antirracistas no interior do *Movimento Social de Travestis e Transexuais*, de orientá-lo a se (re)ver e se (re)pensar como parte de uma estrutura racista que não compreende a dimensão da violência contra corporalidades racializadas e travesti/trans-generificadas. Assim, entendo que essa aliança produz formas de ser e estar em movimento com consciência crítica na luta contra os **racismos** e as *travesti-transfobias*. Juntemos nossas vozes!

3 Levantamento bibliográfico sobre a temática em tela nas principais plataformas científicas

Realizei revisão bibliográfica em plataformas de indexação²⁷ de artigos, dissertações e teses, disponíveis na internet, sem estabelecer ordem cronológica, nem distinção de idiomas. Utilizei determinadas palavras chaves (ver Tabela 1 e 2) para identificar a produção de conhecimento sobre Travestilidades e Educação, bem como os trabalhos que se comunicam com os objetivos deste meu investimento de pesquisa, a fim de compor seu “corpo referencial”. Ao selecionar as produções científicas, orientei-me pelos resumos, títulos e palavras-chave.

Este processo de recuperação e, posterior, seleção das informações foi desenhado em duas (2) etapas. Inicialmente, em um primeiro momento, de agosto de 2020 a abril de 2021, direcionei minhas buscas considerando o primeiro objetivo-esboço, ainda em fase de desenvolvimento, ao qual pretendia: investigar “a experiência e trajetória de travestis professoras e educadoras em contextos de escolarização e produção do conhecimento”. Para tanto, utilizei os seguintes descritores:

Tabela 1 – 1ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Base de Dados Scielo

TERMO DE BUSCA	Ciências Humanas	Ciências da Saúde	Ciências Sociais Aplicadas	TOTAL
“Travesti” and “Educação”	7	4	1	12
"travesti na escola"	1	-	-	1
"travesti na universidade"	-	-	-	0
"Travesti" and “escolarização”	-	-	-	0
“Travesti” and “produção do conhecimento”	1	-	-	1
Travestis na educação	22	10	1	33

Fonte: Dados sistematizados pela autora

Os dados recuperados indicaram uma escassez de trabalhos publicados sobre a temática correspondente ao objetivo-esboço inicial “travestis em contextos de escolarização e produção do conhecimento”. Revelam, ainda, uma produção de conhecimento no campo da Saúde Pública, ainda pelo viés (des)patologizante, concentrando as discussões com base na categoria “trans/transsexual/transgênero”. A travestilidade, bem como a sujeita travesti, aparecem como identidade secundária, como se fosse um *apêndice* da primeira. O Brasil aparece como o país que mais produz sobre a temática, com publicações, principalmente, em revistas do campo da Saúde [Saúde Pública]. As principais revistas que publicam sobre a temática são: 1) *Interface*

²⁷ Foram utilizadas as seguintes bases de dados: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), onde pude ter acesso a periódicos científicos; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

– *Comunicação, Saúde, Educação*; 2) *Revista Brasileira de Educação Médica*; 3) *Ciência & Saúde Coletiva*; 4) *Educação e Realidade*; 5) *Revista Brasileira de Educação*; 6) *Revista de Saúde Pública*; 7) *Trabalho, Educação e Saúde*. Importante ressaltar que se fez necessário a um descritor mais abrangente: “travestis na educação”, o qual recuperou 27 resultados de trabalhos concentrados no campo da “Educação Sexual em Saúde”. Em aproximação aos objetivos da minha pesquisa, destaco o trabalho da autora mexicana Alanis Bello Ramírez: “*Hacia una trans-pedagogia: reflexiones educativas para incomodar, sanar e construir comunidade*”.

Tabela 2 – 1ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Neste levantamento, utilizei um operador booleano mais amplo: “‘travesti’ and ‘educação’”, **filtrei os resultados e considerei apenas aqueles trabalhos que apresentam maior proximidade com minha proposta de pesquisa**, situada no campo da Educação, com problemáticas acerca dos contextos de escolarização, universitários e de produção do conhecimento. Na busca inicial, apareceram 112 resultados, em sua maioria trabalhos que discutem a questão social da prostituição (trabalho sexual), educação sexual no campo da Saúde (IST, tratamento hormonal, intervenções cirúrgicas) e políticas públicas. No quadro abaixo, apresento os trabalhos recuperados de acordo com o critério supracitado, organizados por região do país:

TERMO DE BUSCA	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	TOTAL
"Travesti" and "Educação"	4	-	1	6	8	21
"travesti na escola"	2	-	1	1	1	5
"travesti na universidade"	-	-	-	-	-	-
"travestis" and "escolarização"	-	-	1	-	1	2
"travestis" and "produção do conhecimento"	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados sistematizados pela autora

Os resultados filtrados apontam uma maior concentração de Teses e Dissertações em Programas de Pós-Graduação situados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, em instituições localizadas nos estados de São Paulo (Universidade de São Paulo – USP e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), Ceará (Universidade Federal do Ceará – UFC) e Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). É mister destacar

que os trabalhos abaixo elencados são aqueles que se aproximam da temática proposta nesta pesquisa, de acordo com os resumos, palavras-chave e objetivos.

Pela UFRGS quatro (4) dissertações pelo Programa de Pós-Graduação em Educação:

Dissertação 1: “A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira”, de autoria de *Marina Reidel*, defendida em 2014;

Dissertação 2: “Os ‘monstros’ e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis”, de autoria de Alessandra Maria Bohm, defendida em 2009;

Dissertação 3: “‘Lá em casa a gente conversa’: pedagogias da conjugalidade entre travestis e seus maridos”, de autoria de Magnor Ido Muller, defendida em 2011;

Dissertação 4: Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no presídio central de Porto Alegre, de autoria de Amilton Gustavo da Silva Passos, defendida em 2014;

Foram identificados dois (2) trabalhos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), elencados abaixo:

Dissertação 1: “Experiências educacionais e sociais de travestis no Ceará: um estudo comparado em Juazeiro do Norte e Canindé”, de autoria de Antoniel dos Santos Gomes Filho, defendida em 2017.

Tese 1: “Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa”, de autoria de *Luma Nogueira de Andrade*, defendida em 2012.

Pela Universidade de São Paulo (USP) uma (1) dissertação:

Dissertação 1: “Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis”, de autoria de Maria Isabel Zanzotti de Oliveira, defendida em 2015 pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Pela Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) duas (2) dissertações e uma (1) Tese:

Dissertação 1: “Travestilidade e juventudes: conteúdos submersos no contexto escolar”, de autoria de Carina Dantas de Oliveira, defendida em 2014 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação escolar;

Dissertação 2: “Experiências multissituadas entre cursinhos trans e ativismos: quais narrativas, que cidadania é essa?”, de autoria de Tamires Barbosa Rossi Silva, defendida em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais;

Tese 1: “Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades”, de autoria de *Adriana Sales*, defendida em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) uma dissertação:

Dissertação 1: “(Trans) Pensando a educação social: os sentidos de ser (trans) educadora social”, de autoria de R. Bravin, defendida em 2016 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação;

Pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) uma (1) dissertação:

Dissertação 1: “A experiência travesti na escola: entre nós e estratégias de resistências”, de autoria de Daniela Torres Barros, defendida em 2014 pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia;

Pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) uma (1) dissertação e uma (1) Tese pelo Programa de Pós-Graduação em Educação:

Dissertação 1: “Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas”, de autoria de *Dayana Brunetto Carlin dos Santos*, defendida em 2010;

Tese 1: “Docências trans: entre a decência e a abjeção”, de autoria de *Dayana Brunetto Carlin dos Santos*, defendida em 2017.

Pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) uma (1) Tese pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia:

Tese 1: “A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas”, de autoria de Marco Antônio Torres, defendida em 2012;

Pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) uma (1) dissertação pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia:

Dissertação 1: “(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a universidade: uma análise das políticas para pessoas trans* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte”, de autoria de Emilly Mel Fernandes de Souza, defendida em 2019;

Pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) duas (2) dissertações pelo Programa de Pós-Graduação em Educação:

Dissertação 1: “Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridade e a pedagogia da intolerância”, de autoria de Tássio Acosta, defendida em 2016;

Dissertação 2: “Será que temos mesmo direito à Universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior”, de autoria de Fausto Delphino Scote, defendida em 2017;

Pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) uma (1) dissertação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e Matemática:

Dissertação 1: “Memórias escolares de travestis: a formação dos sujeitos nos discursos da ciência”, de autoria de Joyce Mayumi Shimura, defendida em 2012;

Pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) uma (1) Tese pelo Programa de Pós-Graduação em Educação:

Tese 1: “Cidadanias precárias: sujeitos trans e educação”, de autoria de Izaque Machado Ribeiro, defendida em 2019;

Pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) uma (1) dissertação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação:

Dissertação 1: “Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis”, de autoria de *Adriana Barbosa Sales*, defendida em 2012.

A partir das Dissertações e Teses supracitadas, é possível identificar que os Programas de Pós-Graduação (PPG) em Educação são os que mais produzem acerca das *Travestilidades na Educação*, com pesquisas que abordam os contextos escolares e universitários, as políticas de acesso às instituições públicas, as experiências educacionais frente as violências de gênero. Nestas pesquisas, destacam-se o uso da memória, das narrativas e cartografias. É importante ressaltar também a ausência da produção de conhecimento sobre a temática na região norte do país. Dado considerável para pensarmos o lugar que as travestis ocupam na produção do conhecimento, tanto como “objeto de pesquisa” como pesquisadora-autora, de acordo com as posições geográficas. Em seguida, destacam-se os Programas de Pós-Graduação em Psicologia, com trabalhos sobre o acesso de *trans-travestis* em instituições de ensino superior, performatividades e movimentos sociais. Destes trabalhos recuperados seis (6) são de pesquisadoras-autoras *trans-travestis*. Outro dado a ser ressaltado é que os trabalhos foram produzidos em período datado: 2009-2019, o que nos evidencia a inexistência de pesquisadoras/es interessadas/os em investigar as *Travestilidades/Transexualidades na Educação*.

Esta *Tese* vem com a proposição de orientar novos olhares à produção do conhecimento que versa sobre a complexidade da *Identidade Travesti*, em um caráter único e pioneiro no que tange as contribuições do pensamento negro à formulação de políticas, ativismos e pedagogias travestis, principalmente quando ressalta e exalta o lugar de vanguarda que ocupam as travestis trabalhadoras sexuais nos processos de ensino-aprendizagem, formalizados e não-formalizados. Em especial, porque insurge como um tributo à travestilidade brasileira, expressivo de fundamentações analíticas que perpassam a História e a Cultura da população travesti, sob o arquétipo que figura a travesti prostituída desde a segunda metade do século passado. Esse trabalho aprofunda exatamente o intocável da realidade social, dadas as condições reais de vida:

o exercício do trabalho sexual. Ainda que a atividade laboral da *Sexualidade como Trabalho* tenha nos sido destinada de forma compulsória, essa é reveladora de subsídios epistemológicos fundamentais para se pensar de modo genuíno a construção de uma Teoria Travesti, capaz de acessar a raiz da questão com a intencionalidade de uma radicalidade do pensamento social, uma virada conceitual, aos moldes do *Campo-Pista*. Compreendendo, assim, a experiência da *Sexualidade como Trabalho* como fundante teórico indelével do fazer científico, no campo dos *Estudos Travestis*, sobressaindo-se em relação a enorme insistência de enxergá-la como somente lugar de abolição.

4 Aspectos Metodológicos

É mister, neste percurso de imersão metodológica, antecipar aspectos desta pesquisa que se desenha em contexto pandêmico, e, para além disso, manifestar meus entraves, (des)caminhos e minhas tentativas de manter uma saúde mental estável. Desde março de 2018, estou afastada das atividades presenciais na Universidade, como bem sabemos, devido a pandemia oriunda do Sars-CoV-2, causador da doença Covid-19. Nestes mais de dois anos estive distante de um espaço fundamental à minha integração na sociedade, como sujeita produtora de conhecimento. Minha presença era frequente em debates públicos, projetos de extensão, grupos de pesquisas; e, isto me possibilitava alegrias diárias por acessar outros espaços que não fossem a *pista* (ambientação da prostituição). Então, cotidianamente precisei me adaptar às atividades remotas em processos de adoecimento. Com o afastamento da instituição, desenvolvi crises de ansiedade e dificuldades de ordem cognitiva, além de permanecer mais tempo exercendo o trabalho sexual em busca de sociabilidades que me permitissem algum bem-estar. Neste íterim, contei também com o apoio de consultas terapêuticas, aliando ao uso de medicamentos para ansiedade.

Aproximo-me e estabeleço conexões com a pesquisa empírica justamente por acreditar na potencialidade desse percurso de acesso ao conhecimento das relações sociais que se estabelecem, sobretudo, nas dimensões dos sentidos e o que revelam, como o olhar, o ouvir e o escrever (Cardoso de Oliveira, 2000). Minha proximidade com a realidade em questão, considerando meu pertencimento ao grupo social investigado de forma alguma assegura o conhecimento em relação à realidade social. Foi preciso encontrar um equilíbrio entre o rigor acadêmico e as subversões textuais e orais, para o aprimoramento da escrita, o que demandou exaustivo tempo de leitura e apreensão analítica, mesmo entendendo que a própria travestilidade, quando contextualizada e observada com os devidos cuidados dogmáticos – que, a meu ver, são essenciais para o processo de revisitação histórico-cultural – da Identidade, é expressiva de teor epistemológico a ser lapidado, reformulado e comunicado por intermédio de uma linguagem que não nos reinvente, mas, doravante, seja assimiladora da realidade concreta das experiências do/com o vivido e suas narrativas.

Uma espécie de *Empiria Engajada* se manifesta na feitura do trabalho em tela, como possibilidade, também, de mediar esses estremecimentos na estrutura dos saberes formais e informais e, propriamente, do conhecimento científico, porque não se trata apenas de uma escrita basilar aos moldes daquilo que se espera de uma intelectual. Não seria relevante traçar esse caminho previamente imaginado, principalmente quando a própria autora da *Tese* é a

pesquisadora-afetada, condutora de um apanhado de ideias que partem de uma cosmovisão travesti. Ao horizontalizar a importância intelectual de cada uma delas, em especial as que constituem um contexto-histórico desde a *Pista*, acentuo a dimensionalidade referencial como fundante dos *Estudos Travestis no Brasil*.

O trabalho de inspirações autoetnográficas e de manifesto por uma “autoetnografia travesti” teve seu início desde os meus primeiros passos no Mestrado, em 2017, quando me aprofundi nas produções autoetnográficas por meio das contribuições da mulher trans pesquisadora *Viviane Vergueiro*, com o trabalho: “Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade”. Em seu trabalho, *Vergueiro* desenvolve metodologicamente possibilidades de fazer pesquisa a partir das “autoetnografias trans”, considerando esse percurso-trânsito como parte de um processo decolonial de gênero. Desde então, dediquei-me a pensar, iluminada pelos seus escritos – adaptando sua categoria central – acerca de uma prática metodológica que pudesse dar conta da experiência travesti, identidade-essência dos meus estudos, fazendo um chamado à “Autoetnografia Travesti”. Visto que compreendo a Travestilidade como identidade histórica, cultural e política – fruto de uma Cultura Travesti Brasileira. Neste sentido, penso este trabalho à luz das minhas, as travestis e suas narrativas, que fundaram o que compreendemos hoje por *Movimento Social Organizado de Travestis e Transexuais*. Onde, desde os contextos de *Pista*, produzem significados acerca da Identidade Travesti e deixam um legado epistemológico rumo a *travestilização* de uma práxis de gênero, em consonância aos fazeres pedagógicos e a Educação Formal, que muito ascendeu e se mobilizou justamente porque resgatou suas memórias ancestrais como instrumento de organização política de forma interventiva à realidade social.

Por sua vez, a narrativa oral (Rocha-Coutinho, 2004) como método é uma escolha política, permitindo que a sujeita interlocutora seja atuante nos processos de produção do conhecimento, invocando e instituindo saberes e práticas coletivas. Por meio das narrativas há um processo de ação e reflexão insurgente, sob a efervescência dissidente, fundamental à decolonização dos saberes. As narrativas das autoras-participantes aparecem como parte de um diálogo construtivo – tecido no percurso de escrita. Pois, reelaboram na autora-mediadora, esta que vos escreve, intensas conjecturações em torno da temática proposta. É a partir da cosmovisão travesti negra que os saberes se fundem, entre a clandestinidade e a institucionalização do conhecimento, sendo desse Olhar profuso que as ideias insurgem como manifesto histórico-cultural-crítico.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, possibilitando à Autora-Participante relatar os fatos de sua vida com mais fluidez e valorizar seu contexto de sujeita de direito e política. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com DUAS (2) travestis em contextos universitários. Todas essas condições foram igualmente relevantes para o próprio desenho-corporificado do estudo-pesquisa, optando pela *Autoetnografia Travesti* para dar significado às experiências pessoais e/ou coletivas. Como em um corpo de baile, aqui as perspectivas conceituais tiram umas às outras para dançar e ensaiar possibilidades de um diálogo travesti-disciplinar. Um apanhado de histórias se encontram para a celebração de um legado desde a *Pista*, inter cruzam-se e produzem fundamentos que capturam a realidade na sua raiz.

As entrevistas contaram com uma estrutura de perguntas organizadas em 3 seções, inicialmente: (1) Dados de identificação, onde serão abordados aspectos gerais, tais como, idade, raça-etnia, identidade de gênero, escolaridade, situação conjugal, naturalidade, local de moradia, etc.; (2) Corpos e Condutas Travestis na escola/universidade, onde serão abordados os momentos em que se descobriram e se formaram travestis professoras/educadoras, as pessoas centrais para a construção de suas identidades docentes, o acesso aos recursos necessários para a formação acadêmica; e, por fim, (3) Trajetórias na escola/universidade, motivações que as levaram à universidade, locais onde trabalhou, tempo de docência, relação com as colegas de trabalho, e visão sobre o fazer pedagógico entre travestis. Importante destacar que durante o desenvolvimento da pesquisa, as perguntas se redesenharam, ganhando outros contornos e, conseqüentemente, apontaram para outras possibilidades analíticas, o que acredito ser o caminho natural de qualquer fazer científico. Uma miríade de narrativas inundaram meu pensamento, doravante, encontrei uma fonte inesgotável para produzir conexões profícuas. Também tive alguns contratempos relacionados a questões de foro íntimo com minhas Saúde Mental, que com o tempo fui transformando em resiliência para seguir no propósito de apresentar um trabalho qualificado, que possa servir de legado às minhas companheiras de luta.

As entrevistas foram gravadas, sendo nominadas no texto conforme indicação das autoras-participantes, assegurando sigilo às informações por elas solicitadas. Tanto os diálogos gravados quanto os textos transcritos e utilizados na pesquisa serão previamente autorizados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado por todas as envolvidas. Também será entregue às participantes um Termo de autorização do uso da imagem e voz, que acompanhará o TCLE, para posterior utilização das filmagens no documentário que se pretende produzir. Nessa senda, o intuito maior das entrevistas foi o de possibilitar um aparato de pensamentos da experiência do/com o vivido, tangenciados por perspectivas teóricas

que, inclusive, as mesmas são exímias produtoras de conhecimento e intelectuais respeitadas em suas áreas de estudos e pesquisas. As entrevistas entram em cena como um instrumento indispensável para contribuir com o resgate da Memória Social e articular com o objeto de estudo proposto.

(Auto)Etnografia virtual e entrevistas online. A descrição das práticas sociais de minhas autoras-participantes dar-se-á, exclusivamente, em ambiente virtual, considerando o contexto pandêmico. Ainda que não esteja excluindo possibilidades de estar presente com algumas delas no decorrer da pesquisa (nos próximos dois anos, 2021-2022), seguindo todas as medidas indicadas pelo Ministério da Saúde, como: distanciamento seguro, etiqueta respiratória, higienização das mãos, uso de máscaras, limpeza e desinfecção de ambientes e, principalmente, a vacinação contra o Covid-19, conforme o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação (Brasil, 2021). Destaco, com entusiasmo, que já tomei a primeira dose da vacina. Entendo, nesse sentido, ao passo que as narrativas se apresentam, que as autoras-participantes cumprem papel elucidativo das questões colocadas em debate, quando as próprias exercitam a “*Autoetnografia Travesti*” por meio do conjunto de ideias comunicado, muitas vezes em minúcias, sendo fundamental resguardar em registro trechos inteiros, igualmente para assegurar essa posição delas de autoras-participantes, não apenas de meras interlocutoras.

Christine Hine (2000) compreende o espaço da *internet* sob duas perspectivas, enquanto cultura e enquanto artefato cultural, ambas com potencial analítico, podendo estar conectadas ou não. Outra questão fundamental sobre o papel da pesquisadora em ambientes virtuais e como esta se insere, em que lugar se posiciona e suas implicações éticas. Para Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral (2011) existem duas versões de pesquisadoras: a silenciosa (*lurker*) e a *insider*. A silenciosa estaria na posição de observar determinado grupo social, interferindo o mínimo possível em suas práticas cotidianas. A *insider* se insere na mesma ambientação do grupo estudado, têm proximidade ou é parte do próprio grupo, que é o meu caso. Há tempos consigo interpretar o espaço da internet como lugar potente de disseminação informacional, em especial no que diz respeito a amplitude das discussões acerca das questões que incidem sobre a travestilidade.

Neste sentido, propus em um primeiro momento um encontro virtual com cada autora-participante, por meio de plataformas virtuais (*meet*), e, posteriormente, diante das condições concretas de vacinação e aproximação social, encontros presenciais, o que não foi possível infelizmente, visto que enfrentei processos de recuperação da saúde, como já mencionado anteriormente. Em um segundo momento, pretendo convidá-las à uma reunião coletiva, para

que possamos interagir juntas sobre as questões que nos mobilizam no universo da docência e educação popular, considerando nossas experiências no campo da produção de conhecimento e dos ativismos, trazendo uma multiplicidade de falas, vozes e narrativas. Sendo esse último um compromisso meu com as intelectuais entrevistadas, como forma de apresentar uma devolutiva daquilo que foi pensado e analisado no percurso de escrita da *Tese*, expressando a gratidão que me invade por tê-las como referências essenciais à trajetória de novas *Travestis Mestras* e *Doutoras* que se formam, tendo-as como um horizonte de iluminações teóricas.

Além da fala, outros aspectos serão analisados: pertencimento racial (a identificação e associação com a mesma); a postura; o silêncio; o choro; a exaltação; a recusa diante de algumas perguntas; as contradições no discurso. Os aspectos gerais e específicos identificados serão utilizados, igualmente, para compreender os processos de construção identitária das travestis e, principalmente, a *Pedagogia do Campo-Pista* como Método determinante para os recursos necessários à materialização do Fazer Pedagógico. As Autoras-Participantes se aproximam a partir de um discurso geral com a presença de um histórico de cerceamentos de direitos e de enfrentamento ao racismo e a travestifobia/transfobia. Ademais, a questão de gênero e racial serão centrais na pesquisa e se interseccionam com o fator idade e a condição social, pertinentes às análises – diálogo coletivo.

O processo de transcrição seguiu a compreensão do que propõe Romeu Gomes et al. (2005) sobre os fundamentos da hermenêutica-dialética seguindo-se de forma sequencial. Após a escuta preliminar, ocorreu da seguinte forma: escrita com transcrição sequencial. Sequencial, visto que seguiram a ordem dos acontecimentos da forma como foram relatados. Em relação à transcrição Temática, não acatei como regra, visto que compreendi todos os conteúdos como essenciais ao tema da pesquisa. O que, a meu ver, demonstra a importância de reformulações metodológicas no campo das pesquisas sobre *Travestilidades*, sem ignorar por inteiro a fundamentação dos clássicos métodos de investigação. Em minha concepção, não há a necessidade de abandonar as teorias às quais nos moldaram como pesquisadoras, desde nossos primeiros passos com o fazer científico, mas, sobretudo, transformar nossas bases teórico-metodológicas a partir de novas perspectivas de ação e reflexão, adequando-as quando necessário, para que representem com profundidade os resultados que esperamos.

A ideia inicial era observar os ambientes educacionais, mas, também, outros locais pelos quais circulam as travestis negras, como seus espaços de lazer e de militância, porém, considerando os contextos de pandemia não foi possível. A imersão em campo, assim como minha condição de sujeita cognoscível (Salgado, 2008), uma vez que também ocupo esses espaços e deles faço parte, possibilitam que conheça não somente os fenômenos isolados, mas

a totalidade do contexto e os significados que o perpassam, bem como as formas típicas de pensar e agir (Durham, 1978). Ao considerar as limitações que obtive no percurso de desenvolvimento da pesquisa, essa imersão ao Campo se desvela nas relações com a *Pista* e no meu acesso recente ao trabalho formal, na *Coordenadoria Regional de Educação (Timbó/SC)*, onde pude me aproximar significativamente das dinâmicas educacionais, em especial as escolares, à qual sou responsável por fazer a gestão das Bibliotecas Escolares, em 26 Unidades de Ensino. Revela-se, expressamente, um caráter de observação que me permite pensar a Educação com outros olhares, pelo viés de uma análise internalizada da travesti que compõe cotidianamente fazeres pedagógicos, sob a perspectiva de uma corporalidade que inunda o imaginário social.

Importante destacar que a aproximação ocorreu de “nativa” para “nativa”, o distanciamento que ocorre neste processo de imersão, ao qual me coloco em evidência, é o que me conduz a deslocamentos de migração. Percebam que sou a “nativa”/sujeita cognoscível quando demonstro ter códigos de conduta comuns às travestis professoras/educadoras, que correspondem a uma estética corporal e de linguagem peculiar às dinâmicas universitárias e, por outro lado, em contextos de migração, posso ser a “Estranha”/sujeita cognoscente, aquela que invade territórios, sendo vista como “ameaça” por ainda exercer a prostituição. Confesso que ainda é um dilema meu acesso recente ao contexto educacional [2023] sob o aspecto da formalidade, porque compreendo que há uma linha tênue nesse processo de adaptação, quando escrevi sobre esses distanciamentos e aproximações não tinha a menor ideia do que significava ocupar esse espaço, talvez até esse momento o sentimento de pertencimento não tomou as devidas proporções para que Eu possa inferir se o estranhamento é passível de alternâncias ou não, visto que dediquei NOVE anos extenuantes ao exercício da *sexualidade como trabalho*, constituindo-me a partir desse contexto.

Outrossim, neste percurso-trânsito, manifesto-me como “nativa” no que concerne à travestilidade, visto que eu e minhas Autoras-Participantes somos parte de uma mesma identidade, no campo das dissidências de gênero, produzimos subjetividades *travestiscentradas*. Por outro lado, sou a “Estranha” no campo das identidades negras – uma travesti branca antirracista que adentra a realidade social de travestis negras e que, essencialmente, como parte de minhas lutas, preciso colocar em evidência as estruturas da branquitude. Unimo-nos, ainda que habite esse universo como “Estranha”, porque me encontro junto a elas na base de uma sociedade que luta contra o racismo e seus efeitos. Negritude e travestilidade se entrelaçam na construção de epístemes semeadas pela perspectiva histórico-cultural da Identidade e seu caráter ancestral.

Na relação com o campo, perpassada pela centralidade do que ousou ANUNCIAR como *Campo-Pista*, procurei, também, seguir as etapas do processo de observação participante: 1) aproximação e inserção ao grupo social estudado; 2) visão de conjunto da comunidade objeto de estudo. Essa etapa pode ser operacionalizada com o auxílio de alguns elementos, como o estudo de documentos oficiais, reconstituição da história do grupo e do local, observação da vida cotidiana; 3) sistematização e organização dos dados. Desde o início a ideia do Campo me parece um paradoxo, sendo meu desafio estruturar outras possibilidades de (re)configurar a noção de alguns princípios básicos que orientam o pensamento, um deles é poder subverter a lógica com base nas dimensões que se sobrepõem acerca das *CORPOVERGÊNCIAS*, que resultam desse emaranhado de ideias que transbordam. À medida que meu Campo se revela tanto como produtor de pedagogias decoloniais como expoente de um método em desenvolvimento, aparenta-me natural que as compreensões sejam mobilizadas com a intencionalidade de projetar fundamentações localizadas e orientadoras fundantes de novas epistemologias. A ideia do Campo, igualmente a da Travestilidade, expressam complexidades que não necessariamente precisam de respostas imediatas.

A entrevista-diálogo com a *Jaqueline Gomes de Jesus* ocorreu no dia 6 de março de 2023, por volta das 14 horas, de um dia ensolarado na cidade de Balneário Camboriú. *De Jesus* foi muito pontual e apareceu esplêndida na chamada de vídeo, realizada pelo *Meet*. Ela estava no que parecia ser seu quarto ao fundo, havia uma cama, um roupeiro, com tudo aparentemente muito bem organizado. No último plano do cenário, apareciam janelas enormes com vidros decorados, uma espécie de vitral. A autora-participante apresentava cabelos trançados, em tom de mel e uma blusa com formas geométricas coloridas. *De Jesus* expressou bastante seriedade no decorrer do diálogo, alguns poucos risos e, na maior parte do tempo, extremamente analítica e cuidadosa com as palavras. Por sua vez, a entrevista-diálogo com *Megg Rayara Gomes de Oliveira* foi realizada no dia 8 de março de 2023, igualmente, no início da tarde, em um dia levemente nublado. *Megg* se apresentou na sala de sua casa, o que mais chamou a atenção inicialmente foi um quadro pendurado na parede ao fundo, pintado por ela mesma, com a imagem do ator e comediante **Jorge Lafond**, a famosa “*Vera Verão*”. A autora-participante resplandecia alegria, portando vários acessórios como colares e brincos enormes de argolas, feitos de trabalho artesanal. Seu cabelo estava solto, com cachos volumosos, definidos, e muito bem maquiada.

Traduz-se neste emaranhado de ideias uma tentativa extenuante de tecer uma outra formulação possível, desapegada da rigidez que infere determinados conceitos, sobre o que ligeiramente entendemos como autoetnografia, sem esquecer, contudo, das fundamentais

contribuições que o próprio *Campo-Pista* produz à descrição das narrativas, sejam elas autobiográficas ou compreendidas como escritivências, com base nas observações devidamente organizadas, como meio de produção de conhecimento (Cardoso de Oliveira, 2000), considerando que a (auto)etnografia abrange não só a descrição, mas a interpretação dos dados a partir de um contexto mais amplo, buscando realizar a descrição densa (Geertz, 1989). A escrita é fundamental, ainda, para reposicionar e elucidar histórias mal contadas, produzindo mudanças travesti-formadoras, permitindo-nos em tempos e espaços múltiplos adentrar em mistérios e calabouços trancafiados, distanciar-nos das qualificações hegemônicas e também resistir a compulsoriedade das formulações de saberes tradicionais, reivindicando uma *tradicionalidade nativa* sob a ótica dissidente.

A psicóloga feminista Leticia Cardoso Barreto (2015) autora da *Tese* intitulada “*Somos sujeitas políticas de nossa própria história’: prostituição e feminismos em Belo Horizonte*”, recorrendo ao pensamento de Gloria Anzaldúa (2000), discorre sobre a importância da construção de textos nos quais as sujeitas se colocam, se expõem e se revelam, alcançando as pessoas com uma escrita carregada de sangue, pus e suor. Esse exercício de adaptação constante dos termos e conceitos é complexo e nos exaure enquanto intelectuais, todavia, é um movimento imprescindível a *Nós-Travestis* que nos dedicamos a conceber novas perspectivas teóricas e aprofundamentos analíticos. Às vezes é preocupante pensar que podemos estar incorrendo em riscos e armadilhas científicas, principalmente quando tratamos de temáticas tão delicadas e imbuídas de questões ininteligíveis. Mas, de certo modo, essa apreensão que sentimos faz parte das movimentações acadêmicas e é justa; pois, é a partir desse deslocamento analítico que as ideias se sobrepõem com a intencionalidade de romper com os dogmas vigentes da academia tradicional.

4.1 Imersão autoetnográfica-travesti e *Campo-Pista*

A "autoetnografia travesti" inicia-se a partir de minha imersão no campo da pesquisa: a “pista” – que eu venho nomeando de ***Campo-Pista [desde minha pesquisa de Mestrado], em termos metodológicos aprofundados***. A própria enunciação *AUTOETNOGRAFIA TRAVESTI* evidencia seu caráter de compromisso histórico-cultural com a memória identitária, com a corporalidade dissidente que insurge nos palcos de teatro na década de 60 do século passado, a exemplo do que construíram as Divinas Divas²⁸: *Eloína dos Leopardos, Divina Valéria,*

²⁸ Referência à trajetória de oito (8) artistas travestis pioneiras, desde a década de 1960. Divinas Divas inspiraram a realização do documentário, dirigido pela atriz, autora, diretora, produtora e cantora brasileira Leandra Leal.

Camille K., Rogéria, Jane di Castro, Fujica de Holliday, Brigitte de Búzios e Marquesa. Importante ressaltar que historicamente a Identidade Travesti tem sua glória nos grandes espetáculos teatrais. O próprio documentário de “Divinas Divas”, disponível na plataforma digital *Globoplay*, revela-nos a riqueza de encantamentos que as mesmas provocavam no imaginário social da época. Uma década mais tarde, precisamente em 1970, o auge da travestilidade se concentra nos grandes centros econômicos do país, com intensa imersão das travestis em contextos de prostituição [trabalho sexual], onde as mesmas produziram (e produzem) corporalidades modificadas em suas relações com a *Pista*, o que perdura quase 50 anos depois – no contexto atual.

A “pista” é o que conhecemos por esquinas – Avenidas Identitárias – lugar, onde à luz dos postes ilumina nossas corporalidades e buscamos a venda do sexo como meio de subsistência. Para muitas, como única possibilidade de ascender economicamente e modificar características primárias da corporalidade. Para além de imergir e firmar ponto nessa Encruzilhada de experiências dissidentes, faz-se fundamental constituir esse espaço-lugar como uma sujeita aprendiz, que se encontra limitada pelas compulsoriedades que nos são determinadas. À medida que somos compelidas pela dissidência circunscrita em nossa corporalidade, os postes das esquinas insurgem como bancos de uma sala de aula – ali nossos aprendizados se refazem e ganham profundidade de experiência. Mais que ambientar-se, é preciso fazer parte do próprio ambiente; ser dona das calçadas, placas, postes e marquises que nos sustentam, para onde voltamos nossos esforços. Pois ali, também, reside a transformação das nossas corporalidades, a materialização do nosso gênero-dissidente e a constituição da nossa *travestilidade*. Esta pesquisa não se realizaria, nem faria sentido, se eu não escrevesse [a história] junto a elas [as travestis prostitutas], tampouco se não pertencesse a este (não-)lugar marginal – porque esse arquétipo da marginalidade é um paradoxo: ora somos de fato por uma questão de sobrevivência, ora aparece como mera projeção baseada em estigmas. Nós-travestis que nos prostituímos ou que já tivemos experiências com a prostituição cocriamos esse processo interventivo de aproximação e interação dos aprendizados não-formais e populares, como parte da relação pesquisadora-sujeita. (*Zanela, 2019*)

Partindo desta minha experiência com a *pista*, como sujeita ora A investigar, ora A SER investigada, é que transponho esse entrelugar que nos foi dado de forma compulsória, entendendo que minhas experiências e de tantas outras não se desfazem quando acessamos as instituições de ensino. Pelo contrário, essas experiências nos constituem, inclusive no modo de fazer docência. Compreendo, neste sentido, que estes percursos não se dissociam quando travestilidades multifacetadas se constroem à luz (dos postes) desta ambientação precária.

Outrossim, são fazeres pedagógicos que, por vezes, se distinguem nas linguagens e nos códigos de conduta. Contudo, interconectam-se nas dimensões estéticas das corporalidades, uma vez que muitas das nossas referências-potências – ancestrais – ocupam(ram) esse campo de atuação laboral que é a prostituição.

Pela ótica da travesti Dra. *Gabriela da Silva (2023)*, *Nós-Travestis* que não nos conformamos ao destino, experienciamos muitas fronteiras de resistências, e a prostituição é uma delas. Pois, desse modo, tornamo-nos visíveis nas noites, nas dinâmicas com as esquinas, para podermos existir e resistir aos padrões violentos da cisnormatividade e da *branquitude*²⁹. Resistir inclusive aos padrões praticados pela família, pela escola, e pelas inter-relações que nos envolvem socialmente. Para *Gabriela da Silva (2023)*: “o trânsito que se dá na prostituição é um fenômeno da experiência de **ancestra**³⁰-**vesti-lidade** que é evocada na memória do movimento social de travestis” (trecho da Tese **em fase de pré-publicação**). Por isso é fundamental lembrarmos daquelas que vieram antes de nós: das res(ex)istências vividas por muitas de nós no contexto das esquinas, à imagem e ação daquelas que buscaram possibilidades de inserções sociais *Além-Pista* e das companheiras que ficaram apagadas na História. *Gabriela da Silva* acredita que as narrativas das histórias de vida das interlocutoras/coautoras se misturam às nossas **Escrevivências**, à luz do pensamento de **Conceição Evaristo (2017)**, como possibilidade de que as denominadas “interlocutoras” se tornem também autoras-participantes de uma pesquisa, por meio da voz ativa e reflexiva, como ato de decolonizar os conhecimentos científicos (re)produzidos pelas Ciências Sociais e Humanas. Para a autora, também, utilizar a “Escrevivência” como método e instrumento de coleta de dados é um caminho potente à investigação crítica de mundo. A res(ex)istência de mulheres negras pode ser repensada como empoderamento político e epistêmico à produção de conhecimentos e saberes travestis (Silva, 2023).

Com isto, não quero elaborar determinismos acerca das experiências das travestis negras professoras universitárias, mas proponho conceber possibilidades de pensar as contribuições desses fazeres pedagógicos na/com a *pista* às trajetórias destas sujeitas em contextos de escolarização e produção do conhecimento. Ao considerar que a *Pedagogia da Pista* produz estéticas *Travesti-específicas*, detenho-me as referências-potências que nos possibilitaram ocupar os espaços educacionais. Sobretudo, constituem um calabouço de saberes esquecidos,

²⁹ Conceito científico utilizado no âmbito dos estudos das relações étnico-raciais, que busca categorizar a racialidade das pessoas brancas, e está intimamente ligado ao racismo.

³⁰ Categoria analítica que a autora adota para pensar acerca dos saberes de res(ex)istências, sobre-vivências e convivências construídos historicamente pelas travestis ou ancestralidade travesti. Assim como a mesma se constitui aos 57 anos de idade, para pesquisar e estudar sobre *Nós-Travestis*.

não-nomeados, apagados dos nossos processos de ensino-aprendizagem, porque residem justamente em um distanciamento intencional que nos é inculcado desde muito jovens. Aprendemos erroneamente que são caminhos distintos, cercam-nos de reprovações com base à imagem da travesti prostituída e o que ela representa, em termos moralizantes, à sociedade, destituídas de qualquer possibilidade educativa. Essa é a *encruzilhada* em que se encontram os saberes subalternizados, excluídos de uma linhagem que elabora pensamento crítico e emancipador. As flores-travestis em contextos educacionais foram plantadas e cultivadas às custas daquelas que desbravaram as Esquinas Identitárias, forjadas pelas calçadas da *Pista*. Esse terreno germinou a esquina de saberes, o *modus operandi dos Movimentos Sociais Organizados*, até nossa chegada à Academia, como produtoras de saberes e conhecimento formal.

O *Campo-Pista*, neste sentido, faz-se fundamental para compreendermos os processos histórico-socioculturais aliados à construção de identidade das travestis ao longo dos tempos. Em outrora, foram as travestis no exercício da prostituição que fizeram emergir nos espaços da sociedade civil o que conhecemos por *Movimento Social Político e Organizado de Travestis e Transexuais*. Abriram as portas para que outras possibilidades de ser e estar como travesti pudessem mobilizar saberes à luz da potência-travesti e ocupar as instituições de ensino superior no Brasil. Como teoria social crítica, o *pensamento travesti*, reflete os interesses e o ponto de vista daquelas que o elaboram. Resgatar a origem e a difusão do *pensamento travesti*, desde a *Pista*, possibilita-nos repensar o que já está posto e consolidado, para expandir a compreensão da nossa própria Ancestralidade, que é constantemente ameaçada pelas hierarquizações entre Educação formal e informal. Inclusive, muitas vezes, expressas em um controle estrutural reproduzido pelas próprias travestis que ascendem ao espaço acadêmico e naturalizam sociabilidades comprometidas e pactuadas com a Branquitude e a *Cisgeneridade*, como forma estratégica de ocupar determinadas posições. Romper com os temas, paradigmas e epistemologias da pesquisa acadêmica tradicional é um exercício insurgente e constante que o *Campo-Pista* propõe, igualmente para flexionar as próprias concepções teóricas que emergem dos *Ativismos Acadêmicos das Travestis* que obtiveram mobilidade social. A tradição que nos interessa é a Travesti, essa sim devemos despender esforços à (re)construção e reverência.

Enquanto trabalhadora sexual, **com base em minha pesquisa de Mestrado**, o *campo-pista* me colocou diante de experiências com a travestilidade que revelaram uma miríade de processos de construção da(s) identidade(s) travesti(s) experimentados pelas interlocutoras (autoras-participantes) e por mim, desde os processos de *montação* até as intervenções estéticas no biológico [características primárias] – sendo o silicone industrial uma biotecnologia

constante nas três gerações de travestis entrevistadas, no ano de 2017. Ao mesmo tempo que explicitaram especificidades relacionadas aos marcadores sociais da diferença (sexualidade, raça, geração e classe social), apontaram partilhas experienciais que convergiram em termos de corporalidade e estética para uma afirmação e reposicionamento da identidade Travesti – dado o contexto histórico –, e maior aceitação no exercício da *sexualidade como trabalho*. A *Pista* é de fato local de ensino-aprendizagem, não apenas de venda do sexo, mas de fundamentação prática que estabelece a autonomia de ser e estar travesti, de uma “cultura” experienciada, bem como de linguagem e códigos a serem respeitados, acatados e reproduzidos. (Zanela, 2019)

Diante do exposto, o *Campo-Pista* é acionado aqui, também, como uma “estratégia experiencial”, opera como *fio-travesti* condutor de práticas de ensino no que concerne as Identidades (de gênero e profissional), considerando que por muito tempo travestis tiveram a prostituição como trabalho compulsório e que foi a partir dele que outras possibilidades laborais foram surgindo na experiência das travestis brasileiras, inclusive desta que vos escreve. Tenho pensado não somente acerca das contribuições do trabalho sexual – suas dimensões e dinâmicas peculiares – para a ascensão de outras Identidades Profissionais, mas também sobre percursos metodológicos incorporados à Memória da Autora na forma de produzir saberes, conhecimentos e práticas de ensino-aprendizagens diversas. Neste sentido, suscitar o caráter pragmático da Identidade Travesti em relação à conquista por espaços *Além-Pista* é primordial para estabelecer um rigor científico acerca de suas contribuições genuínas aos processos de ensino-aprendizagem, advindos de uma pedagogia que se constitui na ambientação das calçadas políticas, dos fazeres e saberes informais e clandestinos. O *Campo-Pista* surge, à priori, no sentido de dar conta de configurações identitárias fixadas no âmago da estrutura histórico-cultural da travestilidade latinoamericana. Para tanto, apoia-se em leituras do Norte Global, que versam sobre Interseccionalidade, para o desencadeamento de ideias que partem de um referencial consolidado, mesmo lançando as críticas, esse é o ponto de partida que flexiona a construção de um fundamento da teoria travesti à brasileira. Pois, é primordial reconhecer as limitações e omissões epistemológicas de uma academia tradicional no que diz respeito aos estudos raciais e de gênero para, então, desvendar a potencialidade que se encontra no cerne das *Avenidas Identitárias*, à luz da *Pista*. Uma vez que o tradicionalismo também se manifesta como habitual nas perspectivas que se propõem decoloniais. Portanto, se é possível falar em uma radicalidade travesti decolonial, faz-se urgente compreender o *Campo-Pista* como essa possibilidade político-epistemológica, capaz de reconhecer sua essencialidade como método analítico e proposição pedagógica, desde os saberes ditos informais.

O tema aqui proposto envolve discussões que abarcam os estudos feministas, em especial os negros, e de gênero – as relações de gênero e raciais –, os movimentos sociais [desde os manifestados pelas Ruas] e novos movimentos – sua constituição –, os processos epistemológicos – a forma de se fazer pesquisa e produzir o conhecimento –, dentre outras. Outrossim, optar por uma ou outra área do conhecimento seria um grande equívoco, que fragmentaria o tema de estudo e não permitiria sua assimilação. Visei dar conta da complexidade desta realidade, não a fragmentando e ocultando parte dela, assumindo os riscos da própria crítica intramovimento e, com primazia, voltando-me a reelaboração de conhecimentos situados/localizados em determinado tempo-espaço, nas relações entre local-global (Morin, 1996), ao expressar de forma contundente os saberes e a *culturalidade* das sujeitas entrevistadas, autoras-participantes. Sob essa ótica, o *Campo-Pista* nos coloca na *Encruzilhada* do pensamento travesti, contrapondo-se ao seu uso desonesto por alguns movimentos travesti-acadêmicos brancocêntricos. Digo isto com base na crítica a um academicismo regulatório das experiências subalternizadas, justamente para tornar densa a tessitura de uma intelectualidade emancipatória que reconheça, de fato, o caráter constitutivo dos conhecimentos localizados, desde a *Pista*.

Neste contexto, observo que os saberes são constantemente construídos, questionados e apropriados de formas diversas e, também, com intencionalidades recônditas. Professoras/Educadoras, pesquisadoras, ativistas, travestis e prostitutas, cada uma possui uma peculiaridade de saberes e provoca inspirações às demais, a partir de reflexões e ações distintas. Para a psicóloga feminista Leticia Cardoso Barreto (2015), em casos de populações em situações de subalternidade (classes populares, submetidas a modos específicos de exclusão do mercado, sem representação política e legal ou possibilidade de se tornar membros do estrato social dominante), faz-se fundamental que os discursos sejam construídos COM elas – em uma perspectiva horizontal – e não para ou por elas; como forma de impedir que vozes subalternizadas sejam silenciadas e/ou esquecidas. A construção do conhecimento perpassa pela lógica coletiva, pela atribuição devida a cada uma que é agente de sua própria História e que compõe a multiplicidade de experiências de uma mesma comunidade, tradição e/ou grupo social. Cabe à pesquisadora articulá-las em redes, permitindo uma visão conjunta, imbuída de conexões parciais que possibilitem a objetividade advinda de uma racionalidade posicionada (Haraway, 1995 apud Barreto, 2015). Assim, é primordial que nosso ponto de partida não se movimente de uma verdade absoluta, que se pretende “neutra”, mas de um conjunto de saberes e conhecimentos que é passível de enganos e de verdades que são transitórias e provisórias (Oliveira, 2008).

4.2 Cenário, Autoras-Participantes e critérios de inclusão

O campo da pesquisa se concentra a partir das Experiências do/com o Vivido de travestis negras docentes em Universidades Públicas Brasileiras, mais especificamente em contextos de formação e produção do conhecimento que atuam em instituições públicas de ensino nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro, Bahia [*In memoriam*] e Piauí, traçando uma relação direta com a herança do *Campo-Pista* a partir de suas percepções e compreensões dos significados e simbologias que exprimem tal perspectiva. É importante ressaltar que foi previamente realizado com veemência um mapeamento de suas trajetórias, áreas de estudos e pesquisas, concepções teóricas, inserções sociais, participações ativas em *Movimentos Sociais*, justamente para criar uma maior aproximação dialógica e produtora. À princípio, considerando os contextos de pandemia, o campo será desbravado por meio de plataformas *online*. As autoras-participantes e suas trajetórias, a saber:

Quadro 2: Autoras-participantes

Megg Rayara Gomes de Oliveira	Graduada em Licenciatura em Desenho (1994) e Especialização em História da Arte (1996) pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Especialização em História e Cultura Africana e Afrobrasileira, Educação e Ações Afirmativas no Brasil pela Universidade Tuiuti do Paraná (2008). Mestrado (2012) e Doutorado (2017) em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora Adjunta no Setor de Educação e professora no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFPR. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB) da UFPR.
Jaqueline Gomes de Jesus	Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Docente permanente do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Psicóloga, Mestre em Psicologia e Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Pesquisadora-Líder do ODARA – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (CNPq). Foi Visiting Scholar da Duke University entre maio e julho de 2019.
Fran Demétrio (In Memoriam)	Doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC-UFBA), Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Escola de Nutrição da UFBA (ENUFBA) e Graduação em Nutrição pela ENUFBA. Realizou Estágio Pós-Doutoral em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB) (2018-2019). Professora Adjunta no Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS), do Centro de Ciências da Saúde da Universidade

	Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e professora permanente no Mestrado Profissional em Saúde da Família da FIOCRUZ. É líder, coordenadora e pesquisadora do (co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade e Interseccionalidade do Cuidado em Saúde e Nutrição, Gêneros e Sexualidades (LABTrans/UFRB/CNPq)
<i>Leticia Carolina Pereira do Nascimento</i>	Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI/PPGE). Formada em Pedagogia (UFPI/Parnaíba). Professora do curso de Pedagogia da UFPI, na área de Metodologias de Ensino e Estágio Supervisionado. É ativista social atuando como co-fundadora do Acolhe Trans e junto à Coordenação Executiva Nacional do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras/os (FONATRANS). Vinculada aos seguintes Núcleos: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGE/UFPI), Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS/UFRPE), Políticas do Corpo e Diferenças (POCs/UFPEL). Pesquisadora filiada à Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os (ABPN) e Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia (AINPGP).

Fonte: Dados sistematizados pela autora

Objetivou-se entrevistar 3 travestis negras professoras no exercício da docência universitária, acerca de suas experiências e trajetórias desde a escola até o acesso e efetivação nas Universidades Públicas Brasileiras, considerando suas mobilizações e articulações junto aos Movimentos Sociais Político-Organizados de Travestis e Transexuais e de Negras e Negros, bem como suas compreensões quanto ao *Campo-Pista* e suas contribuições aos fazeres pedagógicos. Todavia, tive retorno de duas delas: ***Megg Rayara de Oliveira*** e ***Jaqueline Gomes de Jesus***, para a execução das entrevistas; mantendo a ***Leticia Carolina Pereira do Nascimento*** como parte essencial para a discussão de uma das seções, que versa sobre o *Transfeminismo*, mesmo não tendo conseguido coletar dados por meio de uma entrevista. É sabido que uma pessoa de cada região do país não pode representar a totalidade das experiências sociais das travestis professoras brasileiras, e por isso é que esta pesquisa não pretenderá trabalhar com generalizações ou totalizações, e nem pretende constituir sua amostra por representatividade. Mas, em vez disso, pretende dar vazão às experiências que se aproximam e se distanciam, levando em consideração características próprias de cada território, ou seja, quer mais se deter à diversidade do que à representatividade. Ressalto com primazia que as entrevistas com as autoras-participantes têm a incumbência de conectar os conceitos propostos por mim às teorias consolidadas na *Ciência Moderna*, operando como subsídio analítico e aprofundador do pensamento crítico. Procuo visualizar este trabalho como um diálogo profícuo e opulento entre travestis intelectuais comprometidas com um intento travesti-formador de sociedade. Não

consigo conceber esse denso registro das narrativas orais como apenas mais uma expressão ritualística do fazer científico, mas, sobretudo, um apanhado de intensas reflexões e ações, sem provocar hierarquizações.

Nota: Do luto à luta

Nesta subseção, manifesto com profunda tristeza a passagem a *Orún*³¹ da amiga, docente-pesquisadora e ativista **Fran Demétrio**, uma das interlocutoras desta pesquisa que aqui se constrói. Seu falecimento ocorreu no dia 28 de julho de 2021, numa quarta-feira de Xangô e, para além da saudade, deixou-nos um valioso acervo de conhecimento e saberes. Esta pesquisa terá a incumbência e o compromisso de homenagear a referência-potência travesti que é **Fran Demétrio**, agora viva em nossas memórias. Pretendo dedicar, também, este trabalho à sua trajetória ativista e acadêmica, trazendo as reminiscências do nosso encontro no *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11: Transformações, conexões, deslocamentos*, no ano de 2017, em Florianópolis, quando pude conhecê-la.

³¹ Na linguagem **Iorubá** significa o céu ou o mundo espiritual, paralelo ao *Aiê*, mundo físico.

Figura 2: Autora-participante *Fran Demetrio* [In Memoriam]



Fonte: Ilustrado pela travesti, artista visual, *Priscila Fróes*

4.3 Cuidados éticos

Tanto os diálogos gravados quanto o estabelecimento dos textos transcritos e utilizados na pesquisa serão previamente autorizados por todas as envolvidas por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde constarão também as condições de sigilo e de resguardo à privacidade. Todas as participantes serão informadas de todos os processos da pesquisa, desde a definição do local até a utilização dos dados na pesquisa que será arquivada e publicada em seus resultados. Esses, aliás, também serão devolvidos em conferência posteriormente definida com as participantes. Também será entregue às participantes um Termo de autorização do uso da imagem e voz, que acompanhará o TCLE para posterior utilização das filmagens no documentário que se pretende produzir.

4.4 Dos programas de prostituição aos programas de pós-graduação: *Campo-Pista* como instrumento pedagógico

Os trânsitos deste devi-travesti que me possibilitaram chegar até aqui, como Bibliotecária, *Mestravesti* em Serviço Social, doutoranda em Ciências da Educação e pesquisadora forjada nos ensinamentos da *pista*, foram constituintes de uma experiência espelhada em memórias coletivas, à luz de corporalidades gênero-dissidentes marcadas por processos de revisitação daquilo que (re)produzi em coletividade. Compreender-me pesquisadora deslocada de um molde institucional hegemônico, haja vista que minha inserção nestes espaços está o tempo todo condicionada à subalternização dos “saberes travestis” e sua relação com a *pista*, foi um caminho de autoconhecimento para que *Eu* pudesse me encontrar no universo da pesquisa, como aquela que questiona os limites da produção acadêmica e se coloca no horizonte de novas possibilidades investigativas.

Com isto, chamo-lhes a atenção também para a importância do conjunto de saberes produzidos na *pista* pelas travestis trabalhadoras sexuais, responsáveis pelo nascimento do *Movimento Organizado de Travestis no Brasil*, a partir das representações sociais e significados, composições estéticas e códigos de conduta. Destaco a ancestralidade e as sociabilidades nativas como indispensáveis à formulação de novas inserções sociais, inclusive as que se fazem no âmbito acadêmico. Desde a revolta de Stonewall³² nos Estados Unidos

³² Em 28 de junho de 1969, a polícia invadiu o Stonewall In, que foi um bar gay com invasões frequentes de policiais. Na liderança desse conflito estava a *drag queen*/travesti (muito se questiona sua verdadeira identidade) **Marsha P. Johnson** – (com sua companheira de luta *Sylvia Rivera*) que atirou a primeira garrafa de vidro contra as viaturas policiais. **Marsha** também era uma ativista em várias organizações, como a *Sweet Transvestite Action Revolutionaries (STAR)* – [Revolucionárias da Doce Ação Travesti, em tradução livre]. Disponível em:

(1969) com *Marsha P. Johnson* e *Sylvia Rivera* até a “operação tarântula”³³ em São Paulo (Brasil) nos idos de 1980, travestis trabalhadoras sexuais estiveram à frente da luta por direitos. Estas foram e seguem sendo referência-potência no âmbito de uma Educação para a Diversidade, pois manifestaram em suas trajetórias símbolos de resistência que permanecem nos dias atuais como um espelho de direcionamento às novas possibilidades de inserção social. Pensar nas travestis em contextos de docência e produção do conhecimento é um exercício que requer olhar para a ancestralidade e seus ensinamentos. Como mencionei anteriormente: é um processo de revisitação da própria História e Cultura.

Assim como *Eu*, algumas outras travestis também tiveram suas experiências marcadas pelo trabalho sexual, como: *Priscila Fróes*, gaúcha, professora de Artes Visuais e pesquisadora, que atualmente é Mestra em Educação para um futuro sustentável em contexto de Jovens e Adultos, pela *University of Glasgow*, na cidade de *Glasgow* (Reino Unido); a vereadora *Érika Hilton* (PSOL/SP), uma das maiores lideranças travesti da atualidade, responsável por formular políticas públicas para a comunidade LGBT; *Rebecka de França*, potiguar, professora e Mestra em Ensino de Geografia (UFRN), importante liderança da *Rede Nacional de Pessoas Travestis e Transexuais do Brasil*. Essas experiências, para além de um marcador de desigualdade em comum, revelam-nos a relação intrínseca que o trabalho sexual produz entre identidade de gênero e identidade profissional, ainda que não se manifeste de forma explícita, é preciso compreender a dimensão sócio-histórica-cultural que nos constitui como sujeitas que se movem incutidas por relações de alteridade, reflexo de fazeres políticos oriundos de práticas ancestrais.

Outrossim, as Instituições Públicas Brasileiras expressam de forma hegemônica um retrato da colonialidade do saber, considerando a ausência de travestis em seu quadro de servidores e estudantes de graduação e pós-graduação por décadas. Os saberes localizados de travestis insurgem na academia a partir da primeira década do século 21 e isto é sintomático diante de uma realidade social de exclusão e violência contra grupos subalternizados. Exemplo disto é o fato de a primeira travesti a ingressar em um programa de pós-graduação da UFSC ocorrer no ano de 2017, feito alcançado por mim no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), embora outras travestis já estivessem acessado os cursos de graduação desde 2012. Ao considerar, também, as conquistas no âmbito da educação superior pública em instituições do Sul do país, região com fortes traços de opressão e exploração de corporalidades

<<https://revistahibrida.com.br/historia-queer/a-historia-de-marsha-p-johnson-de-stonewall-ao-fundo-do-rio-holland/>>.

³³ Logo após a queda do regime no Brasil, foi arquitetada pela Polícia Civil do Estado de São Paulo, em 1987, a Operação Tarântula. Uma operação higienista, fruto da realidade construída nos anos anteriores, que tinha por objetivo a prisão de travestis.

dissidentes – atravessadas por marcadores de raça, sexo e gênero, é evidente que muito precisou ser construído em relação a políticas públicas para a nossa permanência nesses espaços.

A partir da minha relação com a *pista*, há aproximadamente nove anos (9), em diálogo com autores/as clássicos – já no Mestrado em 2017, foi que dei início à feitura de um emaranhado de ideias que pudesse dar conta da realidade concreta de travestis em contextos de prostituição, que de alguma forma ascenderam socialmente entre os trânsitos dos programas de prostituição aos programas de pós-graduação, ao fazer político e pedagógico; compreendendo, neste sentido, a importância da práxis para o desenvolvimento do pensamento crítico. Desta relação entre teoria e prática, da experiência do/com o vivido insurge a possibilidade de um caminho metodológico: o CAMPO-*PISTA*. Esse percurso empírico da Autora Travesti, já esboçado em minha dissertação de Mestrado, intitulada “Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta” (Zanela, 2019), acentuou minhas perspectivas teóricas e meu modo de fazer pesquisa, ao questionar aquilo que se convencionou como produção acadêmica pela Ciência Moderna.

O CAMPO-*PISTA* como ferramenta analítica se estrutura sob a ótica de uma tríade, a saber: a ancestralidade (travesti e negra), a precariedade da prostituição que detém a sexualidade como trabalho e o fazer político-pedagógico. Pensar a ancestralidade com todos os seus fundamentos compreende uma certa habilidade de análise e de uma escrita atenta como revisão, para isto recorrerei a **Poética da Ancestralidade** e a “cosmopercepção” de **Oyèrónké Oyèwùmí** (1997) para tecer alguns apontamentos, sem pretensões de aprofundamentos densos neste momento, mas interessada em propor possibilidades de pensar coletivamente. A poética da ancestralidade se caracteriza como uma experiência do pensamento que tem direta ligação com os saberes dissidentes, ativistas e acadêmicos, operando como pensamento de um tempo pretérito e presente que reinventa identidades (Santos; Oliveira, 2020). Pensar a travestilidade nesse intercruzamento requer reconhecer a importância das epistemologias negras e afrodiaspóricas como fundamentais à reinvenção de identidades antirracistas, considerando sua importância e contribuições para a re-constru(a)ção das identidades de gênero no Brasil. Para tanto, também recorro à cosmopercepção que busca tensionar o pensamento ocidental (Oyèwùmí, 1997), que ao longo dos anos colonizou os saberes de corporalidades subalternizadas, colocando-as em um entrelugar de não-pertencimento acadêmico e recusa epistêmica. Para a filósofa nigeriana **Oyèrónké** (2002), a “cosmopercepção é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais”.

Destarte, o CAMPO-*PISTA* insurge tanto na expressividade de um lugar habitável – envolto por uma miríade de concepções estéticas, políticas, compreendendo as mais diversas

linguagens e significados, em tempo-espaco móvel, como em uma fundamentação metodológica em construção. Ora lugar, não-lugar, ou entrelugar; Ora fronteira das clássicas ferramentas analíticas. Não opera como “apêndice” daquilo que já está posto na teoria, mas como um potente intento instrumental de análise. Assim como é preciso “reinventar identidades”, é mais do que necessário também reinventar instrumentos de análise que nos permitam pensar com o olhar do subalternizado no campo (em disputa) do debate teórico. No intercurso das perspectivas teóricas, fundam-se novos fazeres pedagógicos, novas formas de se pensar a Educação: uma Educação ORientanda pela e para a diversidade das corporalidades que nela se inserem e interagem com a comunidade. Como nos ensina **bell hooks (2017, p. 193)**: “para educar para a liberdade, portanto, temos que desafiar e mudar o modo como todos pensam sobre os processos pedagógicos”. As experiências travestis, nesse contexto, traduzem-se a luz do pensamento de Walter Benjamin (1994), que discorre sobre o conceito de Experiência e sua relação com os conhecimentos e saberes compartilhados de geração em geração, que permitem a renovação e múltiplas possibilidades de interações sociais e formas de construção coletiva.

5 Raça e Gênero: Travestilidade como categoria interseccional

É imprescindível neste percurso-trânsito desvelar conceitos-chave deste trabalho que se debruça sobre questões racializadas e generificadas, para a compreensão de uma identidade – a travestilidade – que tem raça e gênero demarcados em suas experiências. A identidade travesti negra manifesta-se fundamentalmente como um “dispositivo de ação e reflexão” à Interseccionalidade. Ao pensar a travestilidade como dispositivo nos intercursos raciais e de gênero, proponho pensá-la como categoria interseccional intrínseca à sua constituição.

Pensando com **Patrícia Hill Collins** (2021), quando nos ORÍenta a refletir sobre a Identidade como dimensão importante para o surgimento da Interseccionalidade, percebo o alcance da travestilidade – identidade travesti – como ferramenta de ação e reflexão nesse processo germinativo de investigação e práxis crítica. A travestilidade, neste sentido, nos mobiliza a pensar sobre uma realidade social atravessada por dimensões de raça e classe, a partir dos processos de constituição da identidade de gênero, uma vez que as primeiras corporalidades atingidas, como efeito de um projeto necropolítico (**Mbembe, 2012**), são negras e periféricas, em sua maioria condicionadas a um trabalho precário – prostituição.

Kimberlé Crenshaw, por sua vez, refere-se à Interseccionalidade como uma “conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (**Crenshaw, 2002, p. 177**). A partir do seu pensamento, podemos pensar a identidade travesti como gênero dissidente subordinada a cisgeneridade colonial; a identidade travesti negra subordinada a “branquitude travesti” e, a identidade travesti em contexto de trabalho sexual subordinada àquelas que ocupam um lugar na academia e produzem conhecimento e/ou exercem trabalho formal. Ainda que a cisgeneridade tente nos condicionar a um lugar de subordinação, e, por vezes consegue, chamolhes também a atenção para a reprodução e seus reflexos no interior de um coletivo de experiências múltiplas – como o nosso, quando nos subordinamos umas às outras.

De outro modo, **Jaqueline Gomes de Jesus** apresenta-nos um novo conceito, a Interseccionalidade digital que pode ser denominada de 2.0. Para a autora “o discurso acerca da interação de opressões e da indissociabilidade das identidades, oriundo do Feminismo Negro (**Jesus, 2014a**), vai além do oral e encontra o escrito e o imagético na rede global de comunicação.” (**Jesus, 2018, p. 7**). Neste sentido, **Jesus** destaca a crescente visibilidade de travestis e transexuais e suas profícuas produções – por meio de relatos, experiências do/com o vivido, autobiografias – no meio virtual, em (micro) *blogs*, páginas de *Facebook*, entre outros canais de comunicação; como resultado: a mídia em sua integralidade produz uma práxis de

gênero, a partir de uma miríade de experiências sociais e subjetividades, “gerando comportamentos e fortalecendo ou enfraquecendo ideologias.” (Jesus, 2018, p. 10).

Jesus (2018) também nos chama a atenção para o reforço incansável de referências-estéticas brancas que propagam os canais midiáticos, com base em essencialismos e estereótipos de gênero, ocasionando a submissão das estéticas negras. Com isto, compreendo que a produção desses significados estéticos, oriundos da branquitude, reflete estruturalmente nos processos de constituição da travestilidade, considerando-a uma identidade que se forma a partir de múltiplas dimensões corporais. Deste modo, quando evidenciamos a travestilidade negra, em toda sua amplitude de potencialidades, reconhecendo a corporalidade como um campo de batalha político, desvelamos um caráter interseccional da identidade travesti.

Ainda sobre a estética da travestilidade, sob os efeitos da branquitude, atentemo-nos ao pensamento de **Audre Lorde** (1984) sobre a familiarização com a linguagem e as maneiras de agir do/a opressor/a. Entre *Nós-Travestis* a estética, por vezes, funciona como um instrumento (discursivo) de disputa, que é acionado por certa ilusão de proteção. Neste sentido, destaco que compreendo a travestilidade como uma categoria identitária capaz de abarcar uma miríade de possibilidades estéticas, (re)criadas desde nossas ancestrais trabalhadoras sexuais. Essas estéticas permeiam configurações de pertencimento atravessadas pelo “embranquecimento” das identidades, pelo mercado das cirurgias plásticas – considerando aqui a mobilidade social de classe em contextos de trabalho precário – e, também, pelos discursos políticos.

Ao discorrer sobre a realidade das mulheres afroamericanas, a professora de sociologia **Patrícia Hill Collins** (2019) cita a narrativa de **Ella Surrey**, trabalhadora doméstica negra e idosa, para “sustentar autodefinições independentes”: “Sempre fomos as melhores atrizes do mundo [...] Acho que somos muito mais inteligentes que eles, porque sabemos que temos de jogar o jogo. Sempre tivemos de viver duas vidas – uma para eles, outra para nós mesmas.” (Collins, 2019, p. 179). A partir desta ótica, voltemo-nos à realidade das travestis (negras) brasileiras, forjadas na prostituição, e quando não compõem parte desse contexto, constituem-se das inspirações-referências que lá estão, em um movimento de reavivar a ancestralidade, também manifestamo-nos um pouco “atrizes” para burlarmos as regras do sistema, para acessarmos contextos outros e possibilidades de ascensão, impensados em outrora.

Na experiência de mulheres negras, “resistir fazendo algo que ‘não se espera delas’ não seria possível se não rejeitassem as *mammies*, as matriarcas e outras imagens de controle.” (Collins, 2019, p. 181). Do mesmo modo, travestis negras brasileiras precisaram construir atos individuais de resistência para compor uma consciência *travesti-específica*, rompendo com o apagamento racial, as tentativas coloniais de “embranquecimento” das identidades negras e a

prostituição compulsória, historicamente impingidos à realidade social de corporalidades *racial-dissidentes*. **Collins** nos apresenta essa consciência nos discursos e visões de mundo de mulheres negras, como **Maria Stewart**, em 1831, quando aconselhou as “filhas da África”; de **Johnny Mae Fields**, trabalhadora de uma fiação e; da escritora **Marita Bonner**. Partindo deste princípio, pretendo trazer no decorrer da escrita uma composição de narrativas, à luz das autoras-participantes desta pesquisa, que corroboram com essa consciência coletiva e autodefinida anunciada por **Collins**.

No contexto das mulheres afroamericanas, **a autora** também evidencia as dimensões da consciência feminina negra, que transcendem os limites das opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade (**Collins**, 2019). Quando miramos nossos olhares/nossas percepções às dimensões da “consciência travesti negra”, desvendamos a partir da pluralidade de experiências com as dissidências de gênero uma instrumentalização da travestilidade como categoria interseccional e suas inúmeras possibilidades de compreender aspectos estruturais de opressão, imbricados em outros marcadores de desigualdades, pouco referenciados, como a ancestralidade e a condição de trabalhadora sexual.

Por outro lado, a professora e teórica feminista **Gloria Jean Watkins**, mais conhecida pelo pseudônimo **bell hooks** convida-nos a transcender raça e gênero, “para nos movermos para além de categorias e para dentro dos espaços íntimos de nossa psique, e encontrarmos lá os fundamentos de nosso ser [...] Porque é lá que podemos construir a mente que é capaz de resistir [...]”. (**hooks**, 2020, p. 255). Logo, permito-me tecer elucubrações pensando a travestilidade como caminho possível de resistência e de acolhimento político, ao compreendermos as potencialidades da identidade travesti (negra) para além de uma categoria em si, instrumento de uma práxis crítica capaz de romper com as colonialidades que se reconfiguram desde as categorias de análise hegemônicas de raça e gênero.

Para **bell hooks** (2020), é mister que nos ORientemos iluminadas por uma práxis feminista “que não apenas criem consciência, mas que ofereçam formas novas e diferentes de pensar e de ser”, para que, assim, produzamos estratégias ativistas revolucionárias e emancipatórias. Para *Nós-Travestis* e mulheres negras, que estamos à frente dos movimentos sociais e dos espaços institucionais – que testemunhamos com muita dor o genocídio e epistemicídio das nossas populações e o apagamento de nossas identidades e memórias – a Universidade como ambiente de celebração de nossas conquistas, acessos e ocupações nos possibilitou um encontro de vozes, vivências e experiências, mobilizado pelo “poder de quebrar o silêncio, do som do nosso discurso descolonizado.” (**hooks**, 2020, p. 256-257).

Ainda sobre práxis feminista, a intelectual-ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira **Lélia Gonzalez** (2020) em seu precioso pensamento nos apresenta a perspectiva do **feminismo afro-latino-americano**, apontando para o importante papel dos movimentos étnicos como movimentos sociais. A autora interconecta e correlaciona as potencialidades do movimento indígena na América do Sul (Bolívia, Brasil, Peru, Colômbia e Equador) e na América Central (Guatemala, Panamá e Nicarágua) e o movimento negro à realidade brasileira. Sobre a realidade histórica das **amefricanas** do Brasil e ameríndias: “a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça.” (**Gonzalez**, 2020, p. 147). Nesta perspectiva, proponho pensar os processos de pertencimento da travestilidade negra brasileira, que se constitui das experiências com as dissidências de gênero, compreendendo assim uma corporalidade *travesti-generificada*, atravessada também pela precariedade do trabalho. **Lélia Gonzalez** nos chama a atenção acerca dos baixos rendimentos do trabalho realizado por trabalhadoras/es negras/os, fazendo-se necessário destacar *aqui* uma outra dimensão dessa realidade quando falamos de *corporalidades negras travestis*, destinadas ao exercício do trabalho sexual compulsório e à escassez de acesso a trabalhos formais.

Pela ótica de **Carla Akotirene**, intelectual baiana, ativista e docente do ensino superior (2019, p. 22), “o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades em nível global.”. Refletindo com a autora, reafirmo a necessidade do movimento de travestis (e transexuais) aprender com o letramento produzido no campo discursivo e prático das “Encruzilhadas – avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo”. Outrossim, o *Transfeminismo* também dialoga entre/com as *Encruzilhadas da Pista* e suas dimensões travestifóbicas e putafóbicas, reconhecendo em suas ancestrais trabalhadoras sexuais potencialidades de resistência. Peço licença à senhora **Akotirene** para pensar *aqui*, também, a insurgência dos saberes travestis em sua totalidade cultural e histórica, considerando o pouco acesso à educação e a prostituição compulsória, como fundamentais a uma práxis da travestilidade, ainda que as tentativas de destruição da nossa memória de saberes seja frequente e esteja em pleno andamento – operada pela colonialidade cisgênera.

A feminista indiana Gayatri Spivak (1988) em “*O subalterno pode falar?*” alerta-nos para as mulheres cisgêneras em condição de pobreza, em situações de extrema marginalização, mas, em contrapartida, enfatiza os perigos de intelectuais reivindicarem falar em nome de grupos dominados/subalternizados. A autora reflete acerca de uma questão fundamental: a tensão entre se construir a partir de um lugar precário e periférico e utilizar conceitos e teorias dos grandes núcleos de produção do conhecimento. Neste sentido, chamo-lhes a atenção para a

importância dos saberes que se constroem no âmago das experiências de vida precária das travestis brasileiras, sua relação com as subjetividades identitárias e a autoridade de fala dos lugares que ocupam, ao encontro de uma práxis decolonial – quando se propõe a colocar em evidência os saberes construídos pelas travestis subalternizadas no âmbito dos movimentos sociais e das práticas de ensino.

A pesquisadora australiana transexual *Raewyn Connell*, por sua vez, argumenta que as pesquisas e os debates de gênero no Sul Global partem de teorias da Europa e dos Estados Unidos, evidenciando um emergente debate a respeito da aplicabilidade do conceito de gênero à África. Isto posto, para a nigeriana **Oyewùmí**, (1997), docente de sociologia no ensino superior, as categorias ocidentais de gênero seriam uma usurpação à população local pelo colonialismo. Neste sentido, considerando a “colonialidade do saber”, este trabalho se propõe, também, a tecer diálogos profícuos com as epistemologias do Sul, assim fechando as frestas do epistemicídio que ainda restam, deixadas por aquelas/es que nos fizeram de cobaias do produtivismo científico por séculos. Pensar gênero e suas dissidências à luz da cosmovisão da travestilidade – e não da cisgeneridade – e dos saberes localizados instituídos pelas travestis negras, cumpre o papel de ação de desintegrar ordens de gênero estruturais na sociedade contemporânea, oriundas do e (re)produzidas pelo colonialismo.

Ainda que *Connell* (2015 p. 149) levante o debate sobre a questão da colonialidade do gênero, quando menciona que “a maior parte das/os teóricas/os de gênero no Sul Global têm trabalhado suas ideias negociando com a teoria do Norte”, lançando crítica à Interseccionalidade como ferramenta de análise que condiciona as estruturas sociais a arranjos rígidos, a serem entendidos mediante uma matemática geométrica; pensamento ao qual discordo – com a sua licença. Pois, faz-se mister nos atentarmos ao que tem se produzido sobre à práxis crítica da Interseccionalidade em contextos latinoamericanos e às intelectuais que *aqui* são referências, à luz do entendimento multifacetado das precursoras **Crenshaw** e **Collins**. A pluralidade de identidades na América Latina, em especial no Brasil – *lócus* deste estudo-pesquisa, confronta as “armadilhas essencialistas”, ao desenvolver projetos políticos coletivos de experiências racializadas e generificadas.

Ao considerar a realidade social, cultural, histórica e política das travestis negras brasileiras, há de se destacar três marcadores essenciais à análise das experiências dessas sujeitas: a ancestralidade, as dissidências de gênero e a *Sexualidade como Trabalho*, fundamentais à compreensão da centralidade travesti como campo de batalha mobilizado contra o sistema e ao desenvolvimento de formas político-culturais de resistência. Pela cosmovisão das travestis: *Marlene Wayar* e sua teoria travesti-trans sudamericana, **Maria Clara** que propõe

o AfroTransfeminismo e *Leticia Nascimento* com o Transfeminismo, possibilidades teórico-metodológicas serão tecidas ao longo da pesquisa, para reafirmar a importância da travestilidade como categoria interseccional.

Travesti, Una teoría lo suficientemente buena (Muchas Nueces, 2018) de *Marlene Wayar* é um chamado emergente à reflex(a)ção e ao pensamento crítico, à luz de uma perspectiva latinoamericana e decolonial, sobre o cis-tema de opressão e exploração que sustenta e fundamenta nossas dinâmicas e relações sociais, no qual toda dissidência de gênero e racial é violada. A autora busca pensar o lugar de vulnerabilidade, recorrendo às experiências do/com o vivido, por meio de entrevistas e relatos pessoais, desde sua infância. Propõe (re)pensar, também, os processos de estigmatização e as estratégias de desconstrução. A identidade travesti-trans, na concepção de *Wayar*, tem relação com colocar a hegemonia como um sistema, em que as masculinidades (homem) e feminilidades (mulher) são funcionais umas às outras. Entretanto, é um sistema que não é intencional. É parte das imposições normativas de gênero, e em algum momento da vida encontraremos maneiras de destruí-las (*Wayar*, 2018). Neste sentido, a teoria travesti proposta por *Wayar* nos revela um emaranhado de complexidades, às quais emergem das interseções e da diferenciação (das corporalidades e expressões generificadas e racializadas).

A intelectual Marlene Wayar (2018) nos convida a transformar a História do Sul deste mundo, bem como deixar as óbvias misérias e as próprias misérias – estas que cultivamos em nós mesmas – oriundas do capitalismo. Convoca-nos à construção de um mundo melhor, mais justo e mais digno, a partir de uma cosmovisão anticapitalista, que nos reconhece, não apenas como uma força de trabalho ou consumo, mas como construtoras/es de uma ordem societária capaz de dar conta destas preocupações e destes saberes outros mobilizados pela potência das epistemologias travestis-trans. Para a atriz, escritora e cantora argentina *Susy Shock* (2018), não é porque estamos na base da pirâmide das desigualdades sociais, alijadas dos direitos sociais e em contextos de subalternidade, que não podemos exigir e merecer tudo isso.

A partir destas perspectivas, tenho elaborado reflexões acerca da travestilidade como importante instrumento para germinar estratégias práticas de luta no campo da Interseccionalidade. Então, com isto, proponho trazer uma outra dimensão da identidade travesti, esta como categoria interseccional, e, capaz de contribuir com excelência, capturar problemas estruturais e atacá-los, inclusive no âmago do próprio movimento de travestis. A travestilidade como identidade é moldada por inúmeros aspectos, apresenta-se como um processo de constituição de si em constante mudança, à luz do que **Stuart Hall** expõe como

“um processo de devenir que nunca se completa – um processo de identificações mutáveis, não um estado de ser singular, completo e acabado.” (Hall, 2017, p. 16).

Compreendo a **Raça como categoria de análise** essencial com potencialidades para provocar tensões no campo das identidades de gênero, que se estruturam com os pilares da branquitude e suas dimensões coloniais. Portanto, não percebo ser possível dissociar raça de gênero na discussão em tela, uma vez que esses marcadores de desigualdades produzem relações sociais, ora de racismo (efeito da branquitude), ora de travestifobia (efeito do colonialismo de gênero). Pensar esses aspectos da racialização e generificação de nossas corporalidades/identidades requer uma práxis decolonial, oriunda não só das teóricas negras e travestis, mas, também daquilo que se produziu ao longo dos anos pelos Movimentos Sociais Organizados.

Nesta perspectiva, buscarei na literatura, em especial de **travestis negras**, subsídios teóricos que interseccionam raça e gênero em seus estudos, identificando em suas produções elementos epistemológicos e metodológicos que fundamentem a travestilidade como categoria interseccional no âmago dos seus processos de constituição. Outrossim, considerando também os saberes travestis insurgentes dos movimentos sociais organizados, que se posicionam à luz de uma práxis decolonial. Deste modo, evidenciamos os racismos no interior do *Movimento Social de Travestis* e as travestifobias presentes no **Movimento Social de Negras e Negros**.

Refletindo com **Megg Rayara** (2018), a partir de seu artigo “*Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no Movimento Social de Negras e Negros*”, acerca dos múltiplos processos que emergem da invisibilização de sujeitas travestis (e transexuais) nas lutas travadas contra o racismo, trago à cena, em diálogo com o pensamento da autora, possibilidades de construir um *Movimento Travesti Educador*, que iluminado pelas vozes de travestis negras e tantas outras antirracistas têm contribuído de forma profícua para movimentos sociais mais acolhedores.

Por sua vez, **Maria Clara Araújo dos Passos** (2020), em seu trabalho reflete sobre os saberes construídos por meio da práxis político-pedagógica do Movimento Político Social Organizado de Travestis e Transexuais, partindo de uma questão central: a expulsão sistemática de Travestis e Transexuais das instituições escolares brasileiras, para evidenciar estas sujeitas sociopolíticas como produtoras de “Outras Pedagogias”. Deste modo, **Araújo dos Passos** busca identificar como o movimento embasou e construiu as **Pedagogias das Travestilidades**. A autora entra em cena como a inspiração referência-potência para minha pesquisa, quando me faz pensar a partir de suas contribuições nas potencialidades e possibilidade de uma **Pedagogia**

da Travestilidade Negra ou Afrocentrada como prática de ensino e/ou método travesti-específico.

Araújo dos Passos (2020) apresenta em sua pesquisa uma introdução acerca dos Movimentos Sociais no Brasil, em articulação com o campo da Educação e os saberes que produzem uma práxis político-pedagógica, bem como tece apontamentos sobre seus fundamentos e objetivos. Mais adiante, em seus escritos, a autora discorre sobre as “Outras Pedagogias” que germinam no campo da produção de conhecimento, interconectadas com os ativismos, a saber: a) “Pedagogia do Salto Alto”, proposta por *Marina Reidel* (2013), em sua dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); b) Pedagogias e Currículos Queer, proposta por *Adriana Sales* (2018), em sua *Tese* “Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades”, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP); e, c) “Pedagogia da Desobediência”, proposta por *Thiffany Odara*, em seu livro “Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação”, resultado de sua monografia defendida para obtenção do título de Especialista em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade na Formação de Professoras/es, na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

5.1 Do pensamento transfeminista à Travestilidade como práxis decolonial

Letícia Carolina Pereira do Nascimento, como ela mesma se enuncia, é mulher travesti, negra e gorda. Filha de Xangô e Oyá no Candomblé Ketu. Filha de Cabocla na Jurema Sagrada. Leonina com Lua em Capricórnio. Feiticeira decolonial de devires e bruxa mestiça da Sociopoética. Possui formação em Arteterapia e Reiki. Pedagoga e professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Educação (UFPI). Vinculada aos seguintes núcleos de pesquisa: NEPEGE/UFPI, RIMAS/UFRPE e POCs/UFPEl. Pesquisadora filiada à ABPN e à AINPGP. Ativista do Acolhe Trans e do *Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS)*.

Transfeminismo (Jandaíra, 2021) de *Letícia Carolina Pereira do Nascimento* é um chamado emergente à reflex(a)ção e ao pensamento crítico, à luz de uma perspectiva latinoamericana e decolonial, sobre o cis-tema de opressão e exploração que sustenta e fundamenta nossas dinâmicas e relações sociais, no qual toda dissidência de gênero e racial é violada. A autora busca pensar o lugar das travestis e transexuais no feminismo, recorrendo às produções de intelectuais brasileiras transfeministas, que contribuem de forma profícua para

que possamos chegar a entendimentos comuns entre o *Transfeminismo* e as demais correntes do feminismo. Propõe (re)pensar, também, os processos de estigmatização e as estratégias de desconstrução.

Letícia Carolina inicia a **Introdução** do seu livro com uma pergunta que permeia o *Movimento Brasileiro de Travestis e Transexuais*: “E eu não sou uma mulher?”, incutida pelo discurso histórico de **Soujourner Truth**, proferido em Ohio (EUA) no ano de 1851. Esta pergunta nos coloca diante de dois enfrentamentos sociais: o primeiro emerge no discurso da cisgeneridade, orientado por determinismos de sexo-gênero, quando nos posiciona como sujeitas não pertencentes à mulheridade Universal, esta que se sustenta a partir de moldes hegemônicos de feminilidade; o segundo que se localiza no interior do próprio movimento de travestis, quando algumas de nós recusamos a mulheridade por acreditarmos na potencialidade histórica, cultural e política da Travestilidade, esta que não cumpre a obrigação de se constituir como mulheridade, mas sim uma possibilidade de existir e resistir no gênero feminino.

A autora apresenta o *Transfeminismo* como uma possibilidade de (re)pensar as relações e dinâmicas sociais entre sexo-gênero-desejo à luz da práxis feminista, considerando a pluralidade de experiências femininas, ao intentar práticas de ação e reflexão que propiciem a desestabilização de discursos universalizantes e essencialistas. É mister destacar, neste sentido, a pluralidade de experiências das sujeitas que se reconhecem nas identidades travesti e transexual, apontando em especial – com demasiada insurgência – o caráter histórico-cultural e político da travestilidade como categoria identitária que resiste aos apagamentos e invisibilidades no interior de seu próprio movimento de luta. Ao refletir com o pensamento de **Letícia Carolina**, saliento de modo a corroborar com o seu pensamento as experiências de travestis negras e travestis prostitutas, como trajetórias fundamentais à construção de feminismos que deem conta dessas realidades sociais, com questões pontuais a serem resgatadas histórica e politicamente, que emergem no campo da racialização da identidade e da *Sexualidade como Trabalho*.

Trago à cena, para tecer diálogos profícuos acerca do que propõe **Letícia Carolina**, o Afrotransfeminismo de **Maria Clara Araújo dos Passos**, *Travesti: uma teoria suficientemente boa de Marlene Wayar e o “campo-pista”* (2019) – percurso de compreensão metodológica – proposto por *mim*, com o intuito de pensar a partir/para além do Transfeminismo outras práticas feministas na experiência de travestis negras, prostitutas e em contextos de subalternização, que abordem com centralidade marcadores de desigualdades tão caros à nossa população. Antes de desvelar com profundidade o que proponho, preciso dizer que sou uma travesti que não me reconheço como transfeminista, e isto não concerne à qualidade dos trabalhos até o tempo

presente produzidos, mas ao meu posicionamento político frente a estruturação teórico-metodológica da categoria analítica. Uma categoria que não diz sobre minha identidade na grafia da sua escrita, conseqüentemente não me inspira o sentimento de pertencimento. É fundamental que pensemos criticamente, na forma linguística, acerca daquilo que escrevemos e da mensagem que queremos passar e nos perguntemos com ênfase o porquê de, ainda, no campo da produção de conhecimento tratarmos a “trans” e a travesti como identidades sinônimas, como pertencentes a um mesmo caminho histórico-político, quando não são e não estão em posição de igualdade na constru(a)ção de gênero.

Isto posto, precisamos nos atentar às vozes que ecoam o *Transfeminismo* e de onde essas vozes partem, a pensar: que lugar as travestis em contextos de prostituição ocupam no *Transfeminismo* – o de produtoras de um conhecimento que se pretende plural ou de apenas leitoras – quando o acesso a tais produções é alcançado (?). Neste sentido, precisamos localizar as vozes de travestis prostitutas no campo da produção do conhecimento, será que estas têm a mesma importância do que aquelas que ainda tratam suas irmãs como “objetos de estudo”, e mais, utilizam de dados de Instituições Nacionais, para afirmarem opressões das quais não sofreram. A partir de um olhar atento à realidade social da travestilidade no Brasil e América Latina, é possível visualizar as conquistas das travestis por algumas dimensões sociais, dentre elas: 1) a travesti que exerceu anos de trabalho sexual e se tornou liderança de Organizações Não-Governamentais (ONG), em parcerias com editais de projetos junto ao Estado; 2) a travesti que ascendeu no cenário político, como vereadora e/ou deputada; 3) a travesti que assumiu sua travestilidade após o ingresso nos programas de pós-graduação e/ou ao se efetivar como docente em Instituições de Ensino Superior (IES); a travesti que está empregada no mercado formal de trabalho, com ou sem ensino superior; e, a travesti que ascendeu economicamente migrando à Europa por meio do trabalho sexual. A questão que nos cabe agora é: Onde estava/á a travesti que desde muito jovem conciliou prostituição com Graduação/Mestrado/Doutorado e produção do conhecimento? Como nos perdemos pelo caminho ou será que nos deixaram seguir por esse caminho solitário?

Letícia Carolina compreende os feminismos como um conjunto de ações/reflexões que se caracterizam como práticas de resistências às desigualdades sociais em diferentes tempos e espaços, posicionando a categoria gênero como ferramenta fundamental à construção de experiências coletivas. Como travesti, que experiencia e vivencia a travestilidade há mais ou menos quinze (15) anos, busquei por muito tempo me entender como feminista e, principalmente, compreender qual a necessidade disso tudo, de modo sincero e honesto com minha trajetória, obviamente me parecia um lugar a ser alcançado simplesmente por pertencer

ao gênero feminino e não por querer alcançar a mulheridade de fato, o que são caminhos bem distintos, diga-se de passagem. Vejam bem: aqui estou me referindo especificamente à identidade travesti e não à mulheridade transexual (que são caminhos identitários com percursos peculiares e não operam como identidades sinônimas). A *mim* e a tantas outras travestis, desde outrora, foi nos cobrado caber num certo lugar de mulheridade, ainda que ser e estar como mulher seja um campo de possibilidades múltiplas. Por vezes, a travestilidade é compreendida como uma possibilidade de ser mulher no campo das identidades femininas, daquilo que foi construído pela cisgeneridade, e não como uma possibilidade de existir no gênero feminino pela ótica travesti, porque se assim o fosse travestis em contexto de prostituição estariam em ascensão evidente e não esquecidas pelo próprio movimento. Se houve a urgência de pensar um feminismo transespecífico ou até mesmo negroespecífico (Interseccional), tornamo-nos sujeitas cansadas de não caber em espaços que por muito tempo não tiveram a pretensão de dizer sobre nós, ainda assim insistimos em compor feminismos hegemônicos, em terrenos de feminilidades que sempre nos viram como Estranhas, fora das dinâmicas de sexo-gênero universal. Assim como, também há a (ins)urgência de recompor a *História do Movimento Brasileiro de Travestis*, com a superação da putafobia que ainda cerca nosso movimento, ao colocar sobre nós a responsabilidade de escolher um único caminho: o de ser trabalhadora sexual e conviver com os apagamentos de nossas conquistas causados pelo estigma ou, o de se livrar de um passado na esquina e fazer discurso de superação, ainda que isso nos custe uma vida precária. Pois, ainda que o trabalho sexual seja uma atividade laboral precária e condicionada às violências de toda ordem, é rentável e permite a muitas de nós permanecer no contexto educacional, principalmente àquelas que assumiram sua travestilidade na adolescência e conseguiram viver com o mínimo de dignidade possível, transformando suas corporalidades com a renda do trabalho sexual.

Destarte, precisamos construir um sentido aos discursos (brasileiros) acerca da travestilidade que não se reivindica nesse lugar de mulher, tampouco se pretende ocupar espaço em qualquer feminismo que seja, compreendendo o *Movimento Travesti* como práxis de gênero, capaz inclusive de superar o conceito de mulheridade, a partir do que se construiu como feminilidades não-hegemônicas ao longo dos anos. Entendo, neste sentido, a corporalidade travesti e suas dimensões estéticas como campo de batalha e ferramenta-corporal de ação fundamental à superação de uma mulheridade utópica, que se alcança na leitura de imagem, mas não se efetiva discursivamente de forma universal. É como se nesse “intento mulheril”, houvesse a Invenção das Travestis como Mulheres, o que não se configura discursivamente, nem politicamente, quando muitas de nós reconhecemo-nos na potência da travestilidade, e

nada mais que isso. A verdade é que o próprio *Movimento de Travestis*, nas vozes daquelas que alcançam lugares de poder, coloca-nos em posições, tempo-espaço, que não nos pertencem, que não dizem sobre a realidade, de fato, que nos constitui. Com isto, não pretendo com a análise em questão invisibilizar a mulheridade de mulheres transexuais, mas pensar a travestilidade como identidade possível de não pertencer à mulheridade alguma e/ou de buscar espaços em feminismos que não nos representam como sujeitas políticas, ainda que contribuam para nos posicionar em movimentos outros de pertencimento social.

Pensando com *Leticia Carolina* acerca do gênero como conceito marcado pelas dimensões culturais e históricas, é mister reconhecermos a travestilidade como identidade marcada pelo trabalho sexual, pertencimento laboral que nos trouxe até aqui em meio a tantas lutas, ainda que muitas não tenham exercido a *Sexualidade como Trabalho*, foi um terreno fértil para a ascensão de todas as travestis. A travestilidade, neste sentido, pode apontar para os processos de produção social de dimensões estéticas plurais, que não necessariamente se encaixam no conceito de mulheridade. Uma vez que esta identidade se ancora na resistência política das dissidências de gênero e do discurso como afirmação de pertencimento. Questionar o lugar que nos cabe dentro do feminismo significa apontar para um marcador de desigualdade, evidente em nossas corporalidades, quando podemos considerar as potencialidades de outros movimentos geridos por travestis que pautem suas feminilidades sem o recurso da diferença como estratégia de inclusão. Pensar a diferença como possibilidade de movimentos que nos cabem e nos suportam também é um exercício de compreensão do próprio lugar que ocupamos, à luz de nossas memórias coletivas. Isso requer voltarmos-nos à ancestralidade de nossas semelhantes. Requer desapego de construções generificadas que até hoje não nos convidam a sentar à mesa como mulheres de fato, porque ainda que se mostrem empáticas, a construção colonial de gênero nos determina as dimensões estéticas das quais pertencemos, no campo da travestilidade.

Na seção **Mulheres Transexuais e Travestis: the outsiders non sisters.** Percebam que *aqui*, ainda, mulheres transexuais vêm a frente. Pode parecer bobagem se for visto apenas pelo prisma da produção acadêmica, porém não é, quando insistimos em falar sobre resistência política das travestis no movimento social. Para que pudéssemos pensar a existencialidade e o engajamento político da mulheridade transexual, foi preciso travestilizar o fazer político das identidades trans* - como conhecemos hoje, com as experiências sociais de travestis em contextos de prostituição em outrora, e que até os dias atuais assumem uma porcentagem altíssima de exercentes do trabalho sexual nas esquinas, de acordo com dados apresentados pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Como é o caso, também, da etimologia da

palavra *Transfeminismo*, que utiliza o prefixo “trans”, entendido por muitas intelectuais travestis e transexuais como termo que abarca inclusive a travestilidade. Entendimento este do qual não compartilho, pois transexual não é sinônimo de travesti, como muitas sugerem. Travesti é uma identidade histórica, cultural e política, de um berço latinoamericano, com dimensões estéticas multifacetadas, higienizada há décadas, inclusive pelo próprio movimento ativista e acadêmico que a utiliza em seus discursos e produções. A nós intelectuais travestis é de responsabilidade pensar movimentos que nos impulsionem e não nos apaguem. Movimentos que reconheçam a centralidade da travestilidade no *Movimento Social de Travestis e Transexuais*, para que não sejamos mais um apêndice de “autoras que se nomeiam trans” e que não se dão conta que sua própria escrita higienista, ainda que seja um simples traço etimológico, também nos apaga. Refletir sobre esses micro-apagamentos se faz necessário, visto que a maioria das travestis que hoje assim se reconhecem passaram a produzir conhecimento a partir desse lugar de poder, já institucionalizadas e distantes do trabalho precário que é a prostituição. O que faz uma diferença enorme à produção de saberes. Ainda que isso não seja um privilégio absoluto – talvez relativo, pois seguimos todas sendo travestis, é um dado concreto que distancia uma realidade da outra. O lugar de poder não é necessariamente uma posição de privilégio em nossas trajetórias, mas opera como um marcador de autoridade (questionável). Quantas de *Nós-Travestis* que exercemos a prostituição e conciliamos com a produção de conhecimento estamos ocupando lugares de poder como docentes? Para construir uma outra História possível é preciso apagar esta que me trouxe até aqui e me fez se sentir viva? Seria esse o caminho da transformação social? E pensar que há muito tempo tem sido construído na *pista*, ORientados pelas esquinas e encruzilhadas/encruzas da vida, “feminismos” pelas mãos e vozes das próprias travestis... É desse movimento que chamo a atenção.

Priscila Fróes, gaúcha de Porto Alegre, é uma travesti, trabalhadora sexual, arte-educadora, professora de Artes Visuais e pesquisadora, que atualmente faz Mestrado em Educação para um futuro sustentável em contexto de Jovens e Adultos, na cidade de *Glasgow* (Reino Unido). Autora do projeto “Intimidade Popular”, o qual desencadeou uma série de ações contra os processos de gentrificação na cidade de Porto Alegre, que no caso específico não estava no rechaçamento das pessoas pobres, mas de uma classe de pessoas tão marginais quanto: travestis trabalhadoras sexuais. O Artivismo Travesti de *Fróes* se relaciona na intimidade do seu ser como trabalhadora sexual. Mais uma que, como *Eu*, é retrato dos dados estimados pela (Antra, Ibte), em que 90% das travestis e mulheres transexuais exercem a atividade laboral do trabalho sexual, e que a partir da precariedade que nos foi determinada ascendemos aos espaços educacionais. Para *Priscila Fróes*:

Falar em mercado de trabalho, este universo tão particular ao artista, não é coincidência que meu trabalho, sendo urbano, colando lambes pelas paredes da cidade seja lido como uma arte marginal e que é colado por uma marginal da sociedade e que trata de uma temática marginalizada [...] Não é coincidência que uma travesti tenha acessado espaços formais de arte se não pela margem. (Fróes, 2020, n.p.)

A potência do que se busca como movimento sobre/com travestis e mulheres transexuais, em minha concepção, está na própria força que *Nós-Travestis* desempenhamos e ORÍentamos ao longo de décadas, está na pedagogia da *pista*, nas bases sólidas daquelas que bateram seus sapatos nas esquinas, Para que *Eu, Priscila Fróes* e tantas outras, hoje, pudéssemos adentrar uma sala de aula e receber um diploma, ter uma formação técnica, um diploma de Mestra/Doutora, a cidadania por meio do reconhecimento de nossos nomes e gênero – ainda que não seja plena. A bem da verdade, buscou-se compor outros movimentos – como é o caso do feminismo, e compreendo esse anseio de algumas poucas que fazem frente a isso, com veemência, quando muitas de nós seguimos ainda traçando estratégias de como se manter íntegra lá na base (a pista), responsável por fazer muitas alcançarem suas formações desejadas.

Quando *Marlene Wayar* nos faz pensar acerca da Teoria Travesti, como uma teoria suficientemente boa, sul-americana, é sobre esse aspecto das nossas potencialidades que proponho uma reflexão. Há muito de/sobre nós a ser desvendado ainda, para que cheguemos a outros movimentos políticos inteiras de nós mesmas, vivas e atentas a nossa própria História. Trata-se de um intento de transformação da realidade de travestis (e transexuais) que resgata a autonomia de nossas corporalidades sexualizadas (o que não é de todo mal, quando se sabe a medida certa de se sexualizar ou se permitir sexualizar). Penso na urgência dessa teoria em face a perda plena de consciência sobre a realidade concreta de minha população, que ainda permanece esquecida pelas suas, apenas lembrada quando lhes convêm fazer discurso de exclusão. *Wayar* (2018, p. 17) é certa quando nos fala sobre a “subjetividade equilibrada”, que é produzida sob a necessidade de dependência mútua e de auto-justiça. Por muito tempo, inclusive nos dias de hoje, minhas companheiras dependeram de referências-potências de travestis prostitutas, para fundamentarem e embasarem os discursos de suas trajetórias sofridas, fazendo um alerta à sociedade de que superaram as encruzilhadas do sexo, como se fosse um triunfo ser uma travesti sem ter pisado numa esquina. Ledo engano, posso afirmar que meu maior triunfo foi por lá ter pisado e produzido saberes juntos às minhas. Saberes esses que não me permitem esquecer daquelas que me trouxeram até aqui.

Letícia Carolina (2021, p. 49), à luz de uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, diz-nos que como travestis e mulheres transexuais somos “forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero”. Tenho procurado me deter a uma outra possibilidade de

perceber os efeitos da generificação em nossas corporalidades: o de recusa, de não buscar pertencer a uma moldura cisgênera, tampouco pensar junto a ela, antes mesmo de pensar sobre/com nossas semelhanças e pluralidades. Nossas memórias coletivas importam antes mesmo de buscarmos vinculação a outros movimentos, nossas narrativas têm muito mais a dizer do que aquilo que já foi dito. A *mim* não é permitido pensar em uma não-existência, somente porque o olhar cisgênero assim me compreende no mundo. A *mim*, à minha população, é permitido ser uma nativa do gênero, aquela que produz significados a partir do próprio olhar que nos conduziu tão longe, algumas despedaçadas, outras feridas e muitas – como *Eu* – juntando as memórias que ficaram pelo caminho.

Leticia Carolina enfatiza a definição de *Transfeminismo* como uma corrente teórica e política vinculada ao feminismo, apontando para a impossibilidade de singularizarmos as experiências mulheris, uma vez que somos sujeitas plurais de nossas próprias existências. Chamo-lhes a atenção para essas (nossas) experiências que (co)existem de fato, elas são visíveis, palpáveis, localizadas, com uma miríade de saberes a serem narrados e contados. Com isto, quero dizer que falar em não-existência é falar sobre um olhar cisgênero que finge não enxergar as dimensões sociais, culturais e políticas que nos cercam. E não nos cabe essa culpa. O olhar do Outro/a diz sobre suas dificuldades em compreender a diferença em relação a si próprio/a. O que acontece é que nós traímos a hegemonia e seus mandatos, porque não esquecemos tudo o que não queríamos ser, quando decidimos tudo o que seríamos, num ato fundador e ainda revolucionário. Esse olhar de estranhamento, de desconforto, de insatisfação, de repulsa, muitas vezes até de ódio, é um olhar de quem foi traído. E acredita fielmente nessa traição.

Outrossim, meu desejo é que não sejamos as traidoras do nosso próprio movimento, que sejamos conscientes de que o terreno fértil do qual colhemos nossos frutos e flores foi semeado, regado e cultivado por nossas ancestrais em contextos de prostituição, que fizeram da *pista* campo de batalha à sua sobrevivência, muito antes de se pensarem feministas. Deste modo, é preciso compreender o que pedagogicamente o *Transfeminismo* aprendeu sobre/com os saberes travestis forjados na *pista*. Quais as insurgências dissidentes da travestilidade movimentaram os alicerces da produção acadêmica de autoria de travestis e transexuais que hoje desestruturam/desestabilizam as Universidades Públicas e os Institutos de Ensino. Como bem nos ensina **bell hooks**: “Pensar é uma ação. Para todas as pessoas que pretendem ser intelectuais, pensamentos são laboratórios aonde se vai para formular perguntas e encontrar respostas, o lugar onde se unem visões de teoria e prática.” (2020, p. 31).

A autora aponta o conceito de cisgeneridade como fundamental aos estudos transfeministas, retomando a ideia de “**outriedades**”, segundo o qual “o nosso posicionamento como Outras requer a fixação de um sujeito com uma identidade naturalmente constituída de privilégios, pré-discursiva e não marcada culturalmente, pois é pura e neutra.” (2021, p. 93). Mais adiante, desvela-nos o caráter das relações de produção das hierarquias e seus efeitos, o que me faz pensar acerca da mobilidade social de travestis, os deslocamentos, os acessos, a ascensão. Quantas e quais de nós atingem essa transição hierárquica? Uma travesti que vivencia o trabalho sexual desde muito jovem, ingressa na educação formal (até o ensino superior) consegue permanecer por quanto tempo nas instituições com o estigma de ser uma trabalhadora sexual? Em relação a uma travesti que acessou espaços antes da afirmação da travestilidade e passou por uma transição de gênero tardia, sem o estigma de ser uma exercente do trabalho sexual, a primeira seria o Outro nessa hierarquia. É uma análise a princípio simples, porém demonstra que essa produção de hierarquia é um marcador fundamental para entendermos o porquê da ascensão de travestis ser uma conquista situada, em contexto específico, com sujeitas políticas que não foram condicionadas à *Sexualidade como Trabalho*. Com isto, busco compreender os efeitos da hierarquização sexo-gênero das pessoas cisgêneras em relação as travestis e transexuais no âmago do nosso próprio movimento, que de alguma forma reproduz de forma sintomática os “privilégios” resultantes dessa justaposição. Torna-se evidente que quanto mais a travesti se distancia de uma realidade com o mercado do sexo, mais ela ascende socialmente por meio do acesso e permanência nos espaços educacionais, um retrato disso são as trajetórias das travestis docentes e efetivas em cargos públicos desse país. O estigma atribuído a nós trabalhadoras sexuais é mais um, dentre muitos, que contribuem à subalternização de identidades dissidentes, a exemplo do paradigma patologizante do Código Internacional de Doenças (CID), o qual carregamos o peso da estigmatização por décadas.

A autora tece diálogo com Judith Butler acerca das “performances corporais trans” e ressalta a emergência de uma suposta não binaridade, alertando-nos sobre a importância de compreender as multiplicidades do corpo. Em minha dissertação de Mestrado (2018), intitulada: “Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta” busquei, exatamente, analisar as dimensões estéticas e os códigos de conduta da/na corporalidade travesti, a partir da experiência com a prostituição de rua, como um lugar possível de constituição da travestilidade. Um lugar travesti-específico que produz uma travestilidade envolta de biotecnologias de gênero: intervenções estéticas e cirúrgicas, procedimentos muitas vezes clandestinos (como o uso de silicone industrial), tratamentos hormonais, dentre outros aparatos à mudança corporal, que eu discordo quando

dizem que a motivação primordial dessa busca é a cisgeneridade, pois para muitas de nós travestis o “parecer mulher” não implica em querer ou se sentir uma mulher de fato. São questões distintas. Porque de fato não queremos alcançar esse lugar de mulher que tanto é disputado, uma vez que ser travesti em nossa essência nos basta, com os espelhos que nos inculcaram a compreender nossas subjetividades.

A nós foi necessário olhar a feminilidade hegemônica do gênero e compreender que as dimensões estéticas de nossas corporalidades estavam para além da cisgeneridade, ainda que muitas de nós busquemos um padrão de feminilidade – e alcançamos, isso não nos torna cisgêneras. Visto que a materialidade da travestilidade em contexto de trabalho sexual é germinada na potência do gênero discursivo, em adição à uma corporalidade toda feita. Percebem onde reside a construção das corporalidades travestis? E que não há mal algum em se parecer com a mulheridade hegemônica, quando se é consciente do corpo-ação que nos move? Possível também de compreender que é a partir desses significados, símbolos e saberes que se formaram outras possibilidades de ser e estar como travesti e/ou transexual, sendo um essencial referencial de identidade. Ainda sobre as corporalidades travestis atentemo-nos às nossas que se afirmaram na potência da identidade travesti e/ou modificaram seus corpos antes ou depois do acesso às instituições públicas, evidenciando que somos raras as que desde muito jovens assumimos nosso pertencimento e chegamos tão longe em nossas formações acadêmicas. Pois, anterior a isso estávamos empenhadas em desenhar nosso corpo-ação que sempre nos foi campo de batalha à força que precisamos desenvolver para seguir estudando e produzindo conhecimento. Muito peito precisou ser balançado nas esquinas para que o *glamour* das travestis acadêmicas pudesse existir!

Letícia Carolina nos apresenta dados da violência de gênero no Brasil. De acordo com o Atlas da Violência (Ipea, 2017), houve um expressivo crescimento de 30,7% no número de homicídios de mulheres cisgêneras no país de 2014 a 2017. No que concerne o marcador da raça, o estudo verifica que a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5%, enquanto que o de mulheres negras chegou a 29,9%, colocando o Brasil entre os cinco (5) países que mais matam mulheres cisgêneras no mundo. Para além desses dados, também é o país que está no topo do *ranking* mundial de homicídio de travestis e mulheres e homens transexuais – de acordo com dados internacionais da ONG *Transgender Europe* (Tgeu) –, como nos demonstra o Mapa da Violência de Gênero (2017) que, entre 2014 e 2017, foram recebidos 12.112 registros de violência contra a população de travestis e transexuais. Esses dados são reiterados por *Benevides* (Antra) e *Nogueira* (Ibte), que por meio de um Dossiê (2021) revelam-nos que no período de 2008 a 2020 foram registrados, em média, 122,5 assassinatos de travestis

e transexuais por ano. Já a média nacional é assustadora, em 2020 registrou-se 175 assassinatos, número superior a 2019 e 2018. Outrossim, 78% das vítimas em 2020 eram negras (pretas e pardas), somado a isto é importante salientar, ainda que não tenhamos dados exatos e pouco se fala sobre nas pesquisas desenvolvidas, que a maioria delas era trabalhadora sexual e foi vitimada em contexto de prostituição, no local de trabalho e/ou por motivações de “desacordo comercial”, como noticiado pelos canais de comunicação e pelas investigações policiais, são crimes provenientes da relação com o sexo (consumado ou não). Travestifobia/transfobia, racismo e putafobia: uma tríade de opressões que se estrutura na colonialidade do gênero.

Considero, com *palabras de fuego*, inspirada em *Wayar*, sem finalizar escrito algum, porque daqui surgirão outros pensamentos-laboratórios, essenciais a uma ação insurgente que dê conta de realidades como a minha e de tantas outras, esquecidas no tempo. Pois, o tempo é nossa força, e é juntando nossas memórias que faremos movimentos frutíferos, sem precisar recorrer a outras correntes ideológicas (e marinhas), que como o mar trazem o movimento contínuo. Esse movimento é o nosso pensamento crítico, que reside em nós e na ancestralidade daquelas que nos fizeram lutadoras incansáveis. Para **bell hooks** (2020, p. 35) “manter a mente aberta é uma exigência essencial do pensamento crítico”, e assim seguiremos com a mente cheia de memórias vivas, honrando as donas da rua, que fazem da *pista* lar e abrigo, afeto e bússola, da *Sexualidade como Trabalho* coração que bate e pulsa vivacidade.

A memória coletiva foi – e ainda é – um espaço de resgate e reflexão onde o pedagógico e o decolonial estão entrelaçados no próprio exercício prático, sendo também lugar de reafirmação dos ensinamentos da tradição e da ancestralidade. **Juan García Salazar** é equatoriano, intelectual negro dedicado ao resgate histórico-cultural afrodescendente de sua nação, para ele “é precisamente memória coletiva porque está em todo o coletivo, é um conhecimento coletivizado”. (**Salazar** apud Walsh, 2019). Assim é a realação travada com a Identidade Travesti, nesse processo de resgate da memória, porque justamente continuamos uma linhagem histórica e cultural com base na consolidação dos traços identitários como referência-potência. **Kichwa Dolores Cacuango - Mamá Dolores**, ativista equatoriana, feminista e liderança pioneira no campo da luta pelos direitos dos indígenas e camponeses/as, nos idos de 1930 em um ato de fortalecer o propósito coletivo na sua luta obstinada, à luz de ações e reflexões enraizadas na Comunidade, ensina-nos: “Somos como a palha da colina que é colhida e cresce novamente e com ela cobriremos o mundo”. De acordo com Catherine Walsh: Mamá Dolores nos orienta a uma práxis político-pedagógica em possibilidade e superação, direcionando-a à justiça, dignidade, liberdade e humanização. Para Raquel Rodas (2007) escritora, historiadora e feminista equatoriana, a construção de condições de resistência à

opressão e dominação étnico-racial, de gênero e de classe foi uma práxis desenvolvida cuja centralidade da questão consistia em pensar as Comunidades oprimidas. Nesse sentido, a trajetória das travestis brasileiras desperta tenacidade no âmago das lutas sociais, desde a segunda metade do século passado, com rebeldia e decolonialidade pela postura constante de enfrentamento, proliferando com veemência legados de uma insurgência combativa e resiliente.

Desligar-se do poder colonial e da modernidade ocidental compreende outro caminho possível, à luz do pensamento crítico, de um fazer pedagógico radical, no fundamento das práticas como pedagogias. De acordo com Catherine Walsh (2019) as pedagogias decoloniais encorajam o pensamento crítico a partir de e com genealogias, racionalidades, conhecimentos, práticas e sistemas civilizacionais. Sob a ótica de um horizonte e intenção decolonial, ser travesti incute um ato de coragem frente a todas as violações sofridas ao longo de décadas, sendo uma experiência que compele possibilidades de ser e estar, que culmina no conhecimento de pedagogias orientadas e ancoradas em processos histórico-culturais e reveladores de ensino-aprendizagem. Em consonância ao pensamento do nosso mestre Paulo Freire que concebe a Pedagogia como uma metodologia essencial no interior das lutas sociais, políticas, ontológicas e epistêmicas de libertação e emancipação humana, não devemos pensar o pedagógico somente como um instrumento de ensino e transmissão de saberes, mas também como campo analítico tangenciado pelos legados, representações e simbologias que emergem dos ativismos travesti. Nessa perspectiva, Catherine Walsh (2019) orienta-nos que as lutas sociais também são cenários pedagógicos onde os participantes-agentes exercitam suas pedagogias de aprender, desaprender, reaprender, refletir e agir. Trata-se meramente de reconhecer as ações desenvolvidas pelas travestis como uma possível engrenagem que desestabiliza o Poder Colonial, sobretudo no que diz respeito às políticas de pertencimento, anunciando assim, por meio das *CORPOLÍTICAS*, oposição à condição de dominação e opressão.

A organização histórica das travestis, desde a segunda metade do século passado, intervém na realidade social como forma de colapsar a estrutura social hegemônica e dominante, inclusive instituindo novos códigos de conduta frente às convenções normativas de gênero, alcançando possibilidades de inserção e interação provocadas justamente por uma luta incansável no campo das Identidades dissidentes. A travestilidade, em seu processo de ação, manifesta-se de forma coletiva, com base em demandas específicas, ao suscitar proeminentemente os ensinamentos de uma Ancestralidade que corresponde ao lugar de referência da comunidade travesti. Ensinamentos que versam sobre a própria condição de identidades colonizadas, subaternalizadas e relegadas a uma precariedade compulsória, sendo esse um lugar permanente de batalha, demonstrando que a decolonização é um projeto

inacabado. À vista disso, é possível pensar o *Campo-Pista* como um intento de pedagogia decolonial, com base nas práticas, estratégias e metodologias que se inter cruzam e constroem a Identidade Travesti histórica e culturalmente, em meio aos processos de resistência e oposição no cerne da estrutura social, provocando-nos fundamentalmente reflexões e ações insurgentes e emancipatórias.

Na década de 1960 do século passado, Paulo Freire já concebia a Pedagogia Crítica, ao pensar as dimensões de uma “Educação Popular”, de uma Educação Além-Chão da escola, que pudesse dar conta das questões latentes em torno das lutas sociais. O *Movimento Organizado de Travetis* no Brasil caracteriza-se por sua insurgência política, existencial e epistêmica. Ao passo que refletiu transformações significativas no âmbito das relações e dinâmicas sociais, produzindo reformulações acerca de uma compreensão identitária mutável e complexa para seu período histórico de reivindicação e articulação política; bem como seus processos de ascensão e mobilidade, colocando em questão as nuances entre Identidade de Gênero e Docente. Apesar de recente essa transição, apontam à emergência de um pensamento capaz de desvendar as contradições sobrepostas. Importante destacar que essa luta, inicialmente, tem predominância e inspiração no bojo dos movimentos liderados pelos povos e comunidades racializadas, que desde os seus enfrentamentos ao racismo violento – sobretudo, marcado pela escravização – ensinam-nos com veemência a fazer movimento social, igualmente ao que concerne as políticas de Identidade e seus desdobramentos.

Paulo Freire, sem dúvidas, é responsável por construir proficuamente bases concretas para se pensar a Pedagogia, configurando-se como o intelectual do século XX que protagoniza o pensamento que entrelaça o político-pedagógico e o pedagógico-político (Walsh, 2019). A Educação cumpre papel essencial aos contextos sociais de movimento político, formulação epistêmica e configurações de pertencimento, o que revela o caráter revolucionário e crítico dos fazeres pedagógicos, que não se restringem à Educação Formal e Institucional, como nos orienta Paulo Freire (1974). O autor também destaca a responsabilidade de pensar criticamente, inclusive à dimesnã de uma autocrítica - com e contra o próprio ser e suas implicações ao desenvolvimento de uma ética humana, inerente da prática educativa. Em contrapartida, as contribuições de **Frantz Fanon**, intelectual radical negro que discute a experiência racializada e colonizada, incidem sobre a preocupação com o poder colonial, bem como a alienação e a desumanização do sujeito/a negro/a coletivo/, como reflete **Roberto Zurbano (2012)** – intelectual negro cubano.

Ao dissertar sobre decolonização, **Frantz Fanon** diz que decolonizar é um ato de desaprender constante, em relação ao que foi determinado pelos processos coloniais e

desumanizantes, para acessar outros aprendizados coadunantes com o rompimento das estruturas sociais de colonização, movimentando-se coletivamente. Ao passo que ativistas e professoras/educadoras/es constroem alianças com a responsabilidade de participação efetiva para o despertar de um novo momento histórico e cultural (Walsh, 2019). Por sua vez, Paulo Freire (1996), inicialmente, começa a pensar a questão do Poder, para além da economia, à medida em que constata que os processos de racialização e colonização produzem relações de poder e repercutem condições desiguais e modos precarizados de vida. Destarte, a *Identidade Travesti* se movimenta, nesse sentido, em relação à renúncia de uma masculinidade compulsória, que tem como base as características biológicas primárias e seus efeitos essencialistas, havendo uma abdicação relacional que implica em um novo processo de compreensão e constituição de si. Muitas vezes, desde a tenra idade e, exatamente pela complexidade que se sobrepõe às noções de pertencimento, a corporalidade dissidente das sujeitas em questão se encontra em uma transposição dialética do ser identitário.

Figura 3: Autora-participante *Leticia Carolina Pereira do Nascimento*



Fonte: Ilustrado pela travesti, artista visual, *Priscila Fróes*

6 Travestilidade e Ancestralidade

A composição da identidade travesti, em sua totalidade de expressões e representações, não apresenta significação simples, aos processos de constituição e autonomia, mas, sim, envolta de processos complexos e variáveis. Com isto, as dimensões dessa totalidade, marcada por processos de vir-a-ser intrínsecos a contextos de desigualdades e pelo aspecto da diferença, as quais – econômica, política, de gênero, racial – repercutem nas experiências do/com o vivido, não apresentando-se de modo simples nem imediato. Assim, é preciso que compreendamos que há inferência das contradições identitárias na multiplicidade de expressões e representações da identidade travesti e suas práticas na experiência com as dissidências de gênero, e até mesmo na constituição de uma identidade docente, como veremos presente nas narrativas das participantes-autoras (interlocutoras) mais adiante.

À luz do pensamento de **Stuart Hall** (2013), sobre as distintas contradições sociais, o autor nos alerta que essas mesmas contradições são frutos de processos históricos, nem sempre emergem do mesmo ponto de partida e, conseqüentemente, não causam os mesmos efeitos na História e na Cultura. Outrossim, as contradições identitárias constituem o que poderíamos chamar de totalidade travesti, ou o que se espera desse ideário em torno da travestilidade, que é atravessada por uma miríade de aspectos históricos, sociais, culturais e políticos, sobretudo em relação a generificação e racialização dessa identidade. Pensando assim, a travestilidade e suas distintas especificidades e os modos pelas quais operam, é possível refletir a “diferença” na experiência travesti como questão da realidade social que é oriunda e/ou parte das relações e dinâmicas que constituem elementos em comum, pertencentes ao mesmo fenômeno social. A travestilidade, ao longo dos tempos, revela-nos um emaranhado de possibilidades de ser e estar: composições estéticas, fazer político, traços culturais; que são resultados de um resgate histórico, de uma UNIDADE travesti-específica que tem o seu cerne na referência-potência da Ancestralidade. Como já vimos anteriormente, cabe-nos, a partir dos elementos teóricos e das proposições epistemológicas subalternizadas, desvendarmos o caráter de uma UNIDADE que se funde a Ancestralidade e ganha contornos ao nível do “concreto-pensado”. Sendo, a meu ver, incoerente e pouco produtivo, dissertar sobre travestilidades nos dias atuais sem revisitar a História e a Cultura da travesti brasileira, para a construção de novas epistemologias de gênero, TRAVESTICENTRADAS e capazes de dar conta das compreensões críticas do presente, bem como suas determinações. Sendo este, também, nosso compromisso ético e de luta.

Pensemos a “unidade na diferença” de uma estrutura complexa, em que os dados nos apontam para uma elevada porcentagem de travestis em contexto de trabalho sexual,

contrapondo-se a um contingente de experiências travestis no campo acadêmico. Diante de um Estado que há muito pouco tempo nos possibilita “políticas de inclusão”, sobretudo no âmbito das lutas populares dos movimentos sociais e instituições gênero-diversas, que desmontam práticas que continuamente privilegiam o Poder. É mister, nesse sentido, refletir sobre o Estado como instância que aglutina práticas sociais, transformando-as em processos de controle e domínio sobre classes específicas, quando não produz políticas de alcance aos grupos subalternizados, o reflexo é a ausência de meios que possibilitem a articulação da “diferença” nos processos determinantes do Estado.

Todavia, pensando-se *aqui* em uma macroestrutura, obviamente, sem deixar de evidenciar os aspectos inerentes a uma práxis de gênero que tem como questão central a Travestilidade. Com isto, penso que trazer essa reflexão da articulação entre diferença e Unidade é primordial para a compreensão das contradições que estão postas na realidade social das travestis brasileiras que, por vezes, refletem na ELISÃO de elementos histórico-culturais da Identidade, de algo que parece quase o mesmo, mas diverge radicalmente em sua essência. Ou seja, quando refiro-me sobre os trânsitos dos programas de prostituição aos programas de pós-graduação, em alusão às possibilidades de ascensão das travestis, parto da ideia de que há uma UNIDADE na estrutura concreta da identidade, entretanto sua essência constitutiva perpassa por elementos indelévels à noção da diferença. A diferença é mobilizada na realidade travesti porque, de fato, há um marco identitário em sua experiência, que reside na complexidade das relações com o econômico, ultrapassando suas dimensões estéticas e composições corporificadas.

Pensar a ascensão das travestis na ordem societária implica em compreender o lugar que esse grupo ocupa nas relações econômicas de produção, sem elidir a construção histórico-cultural que nos trouxe até aqui, frente às lutas sociais e as conquistas por direitos. Compreendendo que a garantia de direitos, foi-nos possível por meio da articulação entre experiências subalternizadas (travestis em contextos de trabalho sexual) e políticas de gênero (no campo das travestilidades), responsável pela produção de força social, capaz de incutir autoconsciência na “luta de classes”. Não sendo possível pensar em garantias de direitos e ascensão social sem a forte presença das travestis trabalhadoras sexuais em outrora e no tempo presente. Forças sociais específicas, a exemplo da Revolta de Stonewall nos EUA e da Operação Tarântula no Brasil, revelam-nos o caráter decisivo do ativismo das trabalhadoras sexuais no enfrentamento das lutas sociais, constituindo a base social dessas intervenções na estrutura dos movimentos. A escritora travesti chilena *Claudia Rodriguez* (2018), em sua obra: “*Las travestis debemos tener derechos a leer sobre lo que escriban otras travestis*”, revela-nos que há um

regime responsável pela produção de constantes violências de gênero nos processos de subjetivação da identidade travesti, colocando-a na posição de aceitabilidade de certos contextos de subalternidade em relação à experiência do/com o vivido. Isto posto, faz-se necessário rememorar a resistência das travestis trabalhadoras sexuais, à época, quando perseguidas e apreendidas pelos policiais na “Operação Tarântula”, cortavam-se com gilete como “linha de fuga”, insurgentes contra toda e qualquer tentativa de elisão a uma identidade subalternizada. Memória histórica e resistência das travestis que simboliza o Brasil e América Latina no que concerne a luta por dignidade, contra o estigma e por direitos.

Podemos, assim, dizer que a ESTRUTURA da identidade travesti, nos dias atuais, é o resultado de práticas anteriormente estruturadas. Estas, portanto, constituem novas possibilidades de existência, novas práticas de gênero no campo das travestilidades. Com isto, as “condições dadas”, em outrora, revelam-se como o princípio, que instrumentalizou os trânsitos das travestis à ASCENSÃO social. Percebe-se, historicamente, que nós-travestis fizemos a História em outros contextos, transitamos pelas instituições e até mesmo galgamos posições de Poder no campo político. Importante destacar que, em outrora, as condições de subalternidade nos foram impostas; hoje conseguimos visualizar um triunfo, ainda que mínimo, com base na autoconsciência de luta coletiva, de reconhecimento das nossas potencialidades frente a estrutura social racista, travestifóbica e putafóbica. Foi necessária a compreensão acerca dos nossos processos históricos em contexto de trabalho sexual para, então, se pensar nos caminhos possíveis de transformação, à luz de importantes referências-potência lideranças em suas comunidades/territórios/espacos de coletividade, que há muito tiveram que conciliar sobrevivência nos campos de batalha da prostituição com os fazeres políticos.

A possibilidade de articulação das travestis brasileiras criou, como resultado, um número considerável dessas sujeitas no cenário das Universidades Públicas Brasileiras, inclusive como docentes, emergindo a partir da década de 10 deste século, um feito ainda recente dadas as condições compulsórias de trabalho sexual. Logo, percebe-se que os avanços são notáveis. Todavia, as rupturas históricas na questão do trabalho sexual, como realidade concreta e constante na experiência travesti, permanece como horizonte a ser alcançado. Desvela-se, portanto, o deslocamento da prática para o discurso, quando resgatamos a formulação de “saberes travestis” em contexto de *Pista*: códigos de conduta, composições estéticas, linguagens e territórios travesti-específicos. Ao orientarmos políticas públicas, essencialmente, voltamo-nos a nossa ancestralidade travesti na experiência com a prostituição compulsória, nas batalhas com o braço armado do Estado, na luta contra o estigma do HIV-Aids e no combate à miséria. Lembremo-nos com ênfase o discurso que produz materialidade,

que orienta transformações, pois é um instrumento de memória viva. Não à toa permanecemos majoritariamente em contextos de trabalho sexual e nossas existências seguem como espelho de referência a tantas lutas, ainda que muitas das que falem sobre *Nós-Travestis* não tenham experienciado a *Sexualidade como Trabalho*. O fazer pedagógico das travestis trabalhadoras sexuais nas tramas da estrutura social é um legado indelével às novas possibilidades de ser e estar como travesti na ordem societária. No resvalar do significado e no deslizar do significante.

6.1 Desdobramentos de uma Tradição Travesti

O desenvolvimento das possibilidades de existência na experiência travesti é um marco da década de 10 do século XXI, com a inserção de número considerável de sujeitas travestis nos espaços acadêmicos, como produtoras de conhecimento, provocando “rupturas epistemológicas” no *modus operandi* da Ciência Moderna. Correntes do pensamento acerca das questões de gênero, com enfoque na Travestilidade, são rompidas, questionadas e novos elementos epistemológicos são mobilizados, reagrupados por insurgentes premissas e temas nas vozes e fazeres de travestis que se deslocam da posição de “objetos de pesquisa” para um lugar possível de produção do conhecimento, refletindo na apropriação de transformações históricas do pensamento hegemônico. Antes éramos pesquisadas pela cisgeneridade, hoje elaboramos pesquisas sobre a própria cisgeneridade. Outrossim, as próprias travestis intelectuais necessitam uma revisitação da própria História, resgatando os saberes oriundos de uma travestilidade contextualizada, que nos ensinou o “beabá” do fazer político para a ocupação de novos espaços, Além-Pista. É mister contextualizá-la com suas orientações fundamentais e suas condições de existência no que tange a ascensão social da população travesti.

Neste sentido, os Estudos Culturais são fundamentais à compreensão do que proponho pensar como *Cultura Travesti*, ou até mesmo uma Travestilidade à Brasileira. Remontar aspectos de uma “tradição travesti”, desde os bailes de carnaval nas décadas de 1950/1960 do século passado, a ocupação da *Pista* marcada pela “Operação Tarântula” na década de 1980 (séc. passado) e nas décadas seguintes, até a inserção das travestis em contexto acadêmico que teve seu advento há aproximadamente uma década, é trazer ao debate a natureza das mudanças e explorá-las, no sentido de produzir um pensamento que dê conta de toda sua complexidade histórica e cultural. As mudanças na vida social, econômica e política de parte da população de travestis no Brasil refletem uma busca de valores e significados imbricados no processo de fomento das políticas públicas, iniciado e articulado em grande parte por sujeitas travestis que viveram a realidade social da prostituição, junto às articulações promovidas pelos Movimentos

Sociais, nas décadas que antecedem o marco histórico das travestis acadêmicas. Reflexo disso, também, são as nossas principais lideranças a frente de Organizações Sociais em prol das políticas sociais/públicas, que a partir da experiência da *Sexualidade como trabalho* construíram possibilidades de transformação da realidade concreta por meio do que poderíamos chamar de “crítica prática” (Hoggart, 1994) incutida nas micro-relações políticas de ativismo.

Cabe ressaltar que se expressa *aqui* uma tentativa de produzir uma “teoria travesti” que corresponda à realidade sócio-histórica da Identidade Travesti, tendo como base as narrativas de travestis negras intelectuais, com a intencionalidade de germinar análises significativamente compromissadas com o intento das travestis precursoras – de uma matriz teórica que reivindica a potencialidade dos saberes travestis em *Pista*. As narrativas que estão por vir, no enlaçar das ideias e análises, têm como fundamento o resgate da História e da Cultura de uma identidade subalternizada e os intercruzamentos formais e não-formais do fazer pedagógico, em relação ao dispositivo da “AncesTravestilidade”. Ao refletir acerca da apropriação dos significados de uma densa multiplicidade de experiências travestis, em especial as que se constituíram à luz da *Pedagogia da Pista*, evidencia-se em suma o compromisso ético e político com as que vieram antes de Nós e fizeram nossa corporalidade ser possível nos palcos e pistas da produção do conhecimento.

Saibamos reconhecer a maestria das nossas ancestrais no processo de feitura do conjunto de saberes subalternizados, da herança que nos foi deixada e merece referência. Saberes não formalizados, aspectos de ensino-aprendizagem muitas vezes esquecidos, de forma intencional ou por pura indiferença, fazem parte de um processo de elisão do que ousa a chamar de *Tradição Travesti*. A nós não deveria interessar coadunar com agenciamentos, tampouco os promovidos no âmago dos nossos próprios movimentos e mobilizações. Portanto, este trabalho tem o compromisso de assegurar que os “saberes travestis” desenvolvidos pelas trabalhadoras sexuais, sejam reconhecidos e de expressar analiticamente que esses mesmos saberes constituem e incutem a Identidade Travesti dos dias atuais. O que dizem as travestis em contexto de trabalho sexual e que acessam o ensino superior, ou se tornam Mestras e Doutoradas? Quantas de *Nós-Travestis* transitamos entre os programas de prostituição e os programas de pós-graduação? Reflexões indispensáveis no que tange pensar o lugar das travestis trabalhadoras sexuais na produção do conhecimento.

A “cultura” é acionada *aqui* como local de convergência, como possibilidade de unificação de possibilidades de existência que correspondem a uma tradição formativa da Identidade Travesti e suas dimensões, contextualizada pelo dispositivo da “AncesTravestilidade”. Ao compreender toda a complexidade do que possa significar as

definições de Cultura, torna-se ainda mais trabalhoso tecê-la no que representa a significação das experiências comuns travestis. Os significados produzidos pela Travestilidade como processo social, em suas descrições mais opulentas, (re)formulam possibilidades produtoras nas tramas da sociedade, onde valores são atribuídos e compartilhados, inclusive sendo referência à Cisgeneridade. A própria linguagem Pajubá ganha contornos peculiares no aprendizado entre as travestis, quando a contextualizamos no período histórico da Ditadura, como mecanismo de comunicação travesticentrado, utilizada para que os diálogos entre a comunidade travesti não fossem identificados, inclusive quando estivessem expostas ao risco de serem detidas pela polícia.

A aplicação de “silicone industrial”, procedimento clandestino para o aumento das nádegas e quadris, também produziu significados, a partir de um conjunto de informações acerca do exercício da medicina ilegal, das práticas ilícitas na experiência travesti ao longo dos anos, como aspecto de transformação estética fundamental à época, desde *Casa de Bartô*³⁴. Nos dias atuais, ainda, recorre-se ao uso do produto, mesmo com ampla disseminação de informações sobre os riscos da aplicação. Nesse sentido, cabe ressaltar que o “silicone industrial” na experiência travesti tem significados que trazem uma correspondência, dadas as condições concretas, datada – que marca a década de 1980 do século passado, considerando os devidos recortes de raça e classe, a escassez de “biotecnologias de gênero” aliada a intensa necessidade de transformação corporal das travestis. Manifestando-se, nesse sentido, como um importantíssimo método de intervenção da corporalidade à satisfação pessoal de uma Identidade em absoluta realização.

Linguagens, códigos de conduta e composições estéticas que nos revelam aspectos culturais referentes às práticas sociais. A travestilidade, há muito tempo, é descrita, etnografada, inicialmente pela cisgeneridade. Mais recentemente, na última década, o modo de vida das travestis tem sido produto de análise das próprias sujeitas congnocentes, ainda que o legado das travestis trabalhadoras sexuais seja descrito, em grande escala, por aquelas que não viveram a realidade da *Pista*, que não tiveram a intensa experiência da *Sexualidade como Trabalho*. Algo curioso, visto que dados de Organizações Nacionais nos revelam uma porcentagem que se aproxima dos 90% do todo de uma população de travestis no exercício do trabalho sexual. Quantas de *Nós-Travestis*, que constituímos esse Universo, produzimos análises sobre a realidade social a qual nos inserem/inserimos?

³⁴ Documentário que data de 1987, que conta a história de travestis e sua relação com a aplicação clandestina de silicone líquido industrial, utilizado para moldar a corporalidade.

Há de se pensar a travestilidade como Identidade que se manifesta em contextos latinoamericanos, mas que também constitui referências a nível global, em relação as transformações corporais comuns, à produção estética e as formas como as mesmas são dimensionadas na estrutura social, rompendo com as geografias e fronteiras hegemônicas de gênero. A compreensão da travestilidade à brasileira é um exercício de inflexão que busca compilar as nuances que emergem no âmago das relações entre elementos corporificados de um modo de vida para além do local. Importante destacar que o que se nomeia *aqui* como *Cultura Travesti* perpassa por todas as práticas sociais e seus inter cruzamentos, inclusive em relação à cisgeneridade. Exploreemos, também, alguns pontos de interrogação que se aglutinam em torno da TRAVESTILIDADE e da ideia de uma identidade Universal. Se a figuração da travestilidade em contexto de trabalho sexual é aquela que vem acompanhada de subjugação e exploração, mas também de levante político-identitário, entre consumidores da *Sexualidade como Trabalho* e travestis, por que a travestilidade prostituída é, além disso, um tempo de “diferença”? Quais as implicações dessa “diferença” na política e na formação dos e das sujeitos/as na Modernidade? E em que medida essas articulações produzem um fazer decolonial? Para tal exploração, suscita-se um aprofundamento dos significados levantados anteriormente.

Neste sentido, penso que alguns deslocamentos universalizantes e ANISTÓRICOS, com implicações despolitizantes, aparecem como ambivalentes, quando não repercutem os valores e saberes oriundos de um contexto travesti-específico como é o caso da *Pista* na experiência das travestis com o trabalho sexual e seus processos de ensino-aprendizagem. A travestilidade funde histórias – à luz da referência-potência ancestral –, territórios, tempos-espaço, formações raciais em suas múltiplas estéticas e processos políticos em uma mesma categoria identitária universalizante. Importante destacar que a inserção das travestis em contextos de produção do conhecimento não marcam o fechamento final de um período histórico, apenas nos revelam a mobilidade da identidade a “conta gotas”, pois a ocupação da *Pista* ainda nos é uma realidade latente a ser enfrentada, atribuindo com responsabilidade seu caráter formativo às novas gerações gênero-dissidentes. Alguns discursos surgem à cena como se definitivamente o trabalho sexual na experiência travesti e seus efeitos estivessem em um dinamismo de superação, o que na verdade, a meu ver, apresentam-se como uma tentativa de impingir nuances isoladas de ascensão social a um permanente estado de manutenção dos trabalhos precários, incluindo a vasta adesão de travestis ao “mercado do sexo”, ainda nos dias atuais.

Para muitas intelectuais travestis, a ascensão social e a mobilidade acadêmica sugere uma retomada política com a inserção de uma miríade de sujeitas travestis em contextos de produção do conhecimento. O que, a meu ver, desvela sua ambiguidade, já que muitas discussões não evidenciam a referência-potência “epistemológica” e cronológica do conjunto de saberes da História intelectual travesti, desde as décadas que antecedem a ocupação das Universidades, em especial as Públicas. Estaria a *travestilidade moderna* (marcada pelo advento dos espaços acadêmicos na Experiência Travesti) tecendo um ponto de ruptura entre os saberes populares e institucionalizados? Em que medida os saberes travestis em *Pista* fertilizam um terreno de proficuas epístemes acerca dos Estudos Travestis-Trans? A substancialidade de uma *Tradição Travesti* no contexto das dissidências relativas à *Sexualidade como Trabalho* não se encerra com uma pretensa ascensão social e mobilidade acadêmica, tampouco é reveladora de uma transformação concreta no que tange a superação da prostituição como mecanismo de exploração. Há de se destacar que nossas práticas de transformação, necessariamente, necessitam de um alinhamento histórico-cultural, consoante ao trajeto desbravado em outrora até as conquistas atuais.

Outrossim, percebo discursos empregados por travestis intelectuais deslocados do que chamaria *aqui* de uma Segunda Era Travesti – pós bailes de carnaval, que celebram suas conquistas, de forma prestigiosa, em âmbito acadêmico, e que se utilizam de uma posição de mobilidade para reformular a construção sócio-histórica-cultural da Travestilidade brasileira. Esquecendo-se, por desinteresse ou até mesmo irresponsabilidade, daquilo que nos impulsionou a uma virada epistemológica, acerca dos saberes informais – tão apagados e excluídos dos processos de aprendizagem – e formais (esses que são ovacionados no âmago das instituições de ensino). Remete-se aos saberes localizados das travestis em contexto de trabalho sexual, entretanto esse lugar não se equipara ao de uma intelectual, pois há sempre um distanciamento imbricado nas relações de poder sobrepostas no fazer científico. É como se as travestis trabalhadoras sexuais somente fossem aptas a fazerem política no campo das Organizações Não-Governamentais e demais instituições com demandas semelhantes. O que me parece uma noção de identidade discursiva, e não estrutural, quando se apagam saberes que germinaram as possibilidades de ser e estar como sujeita travesti em sociedade.

Como pensar o trajeto das travestis acadêmicas, em especial aquelas que exercem a docência, sem atribuir o trabalho intelectual das corporalidades dissidentes em contexto de prostituição à emancipação e ao progresso? Ou não seria esse, também, um trabalho intelectual, tão somente por não estarem institucionalizadas nas academias de ensino? Com isto, este diálogo à luz do pensamento crítico pretende conjecturar o papel essencial das travestis

trabalhadoras sexuais na produção do conhecimento acerca dos Estudos Travestis-Trans, reivindicando a Ancestralidade como elemento principal no fazer científico e no âmbito das políticas sociais. Esta última como responsável, inclusive pelo que ousou chamar de virada epistemológica, ao pensamento crítico que incide sobre as formulações teóricas, que tem seu ponto de partida nos palcos do teatro, nos bailes de carnaval e na *Pista*, desde então formando saberes, anteriores às formalidades de ensino.

A travestilidade é um emaranhado de “culturalismos” que, por vezes, enuncia-se com o apagamento de sua estrutura constitutiva, em detrimento de uma totalidade da Identidade, no que tange as representações discursivas e a estrutura histórico-cultural, sob a ótica das negociações e disputas acadêmicas. Há de se retornar ao cerne do que nos revelou como sujeitas travestis, ainda que em outrora não tivéssemos tal identidade como orgulho e fazer político. Ao considerar a necessidade de ressignificação das categorias identitárias ao longo dos tempos, para além das necessidades conceituais, modos de ser e estar foram fundantes à construção de epistemologias travesti-específicas, oriunda de nossas autoras-participantes. Em demasiadas intervenções, as travestis intelectuais acadêmicas surgem como uma espécie de porta-vozes das semelhantes subalternizadas em contexto de trabalho sexual, assim como fizeram os/as intelectuais cisgêneros conosco. Hoje, é perceptível que não cabe mais esse lugar predestinado na produção sobre *Nós-Travestis*. É mister reconhecer o trabalho intelectual das travestis que não fazem parte do grupo seletivo de prestigiosas acadêmicas. Mais que simples interlocutoras de pesquisas, a nós é preciso entregar o que, de fato, nos pertence: o lugar de seres pensantes, reflexivas, analíticas, que não tiveram as mesmas oportunidades de acesso e permanência à produção de saberes e conhecimento formal, mas que propõem uma matriz de reflexões e ações à luz dos ativismos sociais.

A categoria da identidade travesti nos revela uma “multiplicidade de posições”, que são inquietantes. É curioso pensar que nossas narrativas, vivências e experiências da/com a realidade concreta do trabalho sexual, tornam-se escritos amplamente publicados e divulgados, contudo não carregam nossas assinaturas e autorias, traçando uma linha tênue entre autoridade e subalternidade no que concerne ao fazer científico. Como nos orienta **Patrícia Hill Collins** (2019), os movimentos sociais dos anos 50/60/70 do século passado incutiram transformações significativas no âmago das construções intelectuais e políticas dos Estados Unidos da América, onde as mulheres negras passaram a ganhar legitimidade como “agentes do conhecimento”. Destarte, em termos de Brasil, em reflexão com a autora em questão, é fundamental conceber a potencialidade do pensamento crítico advindo das travestis em contexto de prostituição, que teve como marco a “Operação Tarântula” na década de 1980 (séc. passado), nos processos de

constituição dos saberes subalternizados, como agentes a(l)tivas. Sendo, hoje, um enfrentamento necessário entre Nós mesmas, travestis, contrapondo-se muitas vezes à predominância travesti intelectual, com o principal objetivo: galgar o lugar de “agentes do conhecimento”, ainda que nos seja negligenciado – e que não corresponda às formalizações do *metiê* acadêmico.

Não se trata de fomentar uma política de oposições binárias, separando travestis trabalhadoras sexuais de travestis acadêmicas, mas, contudo, de elucidar perspectivas que levem em consideração a compreensão de saberes constituídos, que se correlacionam em seus aspectos históricos, sociais e culturais. Trata-se de uma lição ubíqua que parte da experiência travesti sob a ótica cronológica dos aprendizados, compreendendo as fronteiras das sociabilidades e suas mobilidades; correspondendo, assim, aos princípios de uma teoria ancestral da travestilidade, em consonância com os ativismos sociais e fazeres políticos multifacetados. Por outro lado, em contribuição a ideia anteposta, destaca-se também o acesso de travestis em contexto de trabalho sexual às instituições de ensino como agentes de conhecimento formal e institucionalizado, ainda que em número ínfimo. Os trânsitos entre espaços distintos inferem conceituações que demandam escolhas e posicionamentos ético-políticos e, mais que isso, um caminho de entendimento alçado em fazeres políticos convergentes. A experiência com a *Pista*, nos embates pela subsistência de uma identidade dissidente, na relação da *Sexualidade como Trabalho*, fornece-nos uma orientação política, pedagógica e derradeira às experiências travestis que transitam e ascendem *Além-Pista*.

Ao emprestar o pensamento de Simone de Beauvoir no que concerne a categoria do Outro, lanço o seguinte questionamento, aos moldes da questão inferida por mim: Por que a travesti trabalhadora sexual é ‘a outra’? A ‘Outra’ do próprio Universo. Serão as travestis acadêmicas a *Terceira Era Travesti* no que tange o protagonismo das travestilidades? Há de se marcar o pensamento acerca dos Estudos Travestis-Trans predominantemente difundido em enunciação de posições de poder, em relação a uma *Tradição Travesti* que emerge dos espaços marginalizados e criminalizados: desde as esquinas e ambientações comuns à *Sexualidade como Trabalho*. Poderíamos compreender algumas características destas reflexões propostas como uma espécie de subordinação cultural, ao passo que a ‘Outra’ dessa relação ainda figura no papel de agenciada, inclusive pelas suas próprias semelhantes, no tocante a emancipação de suas identidades como agentes de conhecimento na estrutura formal de ensino. Desvela-se *aqui*, em caráter crítico, a ausência de formulações que deem conta de um deslocamento direto dessas sujeitas ao protagonismo dos saberes esquecidos e negligenciados, à formação intelectual de uma Identidade Universal, que há muito se dispersa em linhas discursivas no campo das

subjetividades. Enquanto que a realidade concreta das vidas precárias em contexto de prostituição predomina na posição de “objeto passivo”.

Processa-se, assim, a desvalorização da travesti trabalhadora sexual em relação às travestis acadêmicas, e, por extensão, também, tudo associado às expressões da *Sexualidade como Trabalho*. Com base no pensamento de Sherry B. Ortner (1999), quando disserta sobre o caráter associativo do Gênero, natureza e cultura e o despontar dos estudos sobre mulheres – no cenário acadêmico em 1970 do século passado –, adaptando o pensamento à questão *aqui* abordada, considero à priori um caminho semelhante travado por travestis trabalhadoras sexuais no que concerne ao reconhecimento do seu lugar como produtoras de conhecimento, ainda incipiente nos espaços acadêmicos. Sendo essa uma noção de pertencimento necessária ao ocupar aspectos fundantes de uma *Tradição Travesti*. De alguma forma as assimetrias entre as identidades em contextos de trabalho sexual e acadêmicos se mobilizam. É como se as travestis trabalhadoras sexuais ocupassem sempre uma “posição intermediária”, nem tão habilidosas ao fazer político, nem tão eruditas ao fazer acadêmico, mas boas o suficiente para serem culturalmente reconhecidas.

Com isto, cabe ressaltar a importância de uma “variação transcultural” nas concepções sobre o lugar da travesti trabalhadora sexual, em meio aos processos de pertencimento no campo dos saberes constituídos, ao fenômeno da prostituição como orientador de uma práxis de gênero dissidente. Onde se encontram as travestis trabalhadoras sexuais na dicotomia natureza/cultura? Seria o contexto do trabalho sexual na experiência travesti a natureza do que foi tratado anteriormente como *Cultura Travesti*? Em que medida, travestis acadêmicas se aproximam mais de um caráter cultural referendado? Sem explicitar com rigor a relação entre travestilidade e cisgeneridade. A reflexão é centralizada às subordinações sobrepostas no interior de uma mesma cultura e/ou tradição, com a finalidade de fomentar o pensamento crítico acerca do que *Nós-Travestis* estamos produzindo, compromissadas ou indiferentes à hegemonia do fazer científico, que também nos agencia entre nós mesmas. Há de se pensar a travestilidade como um conceito e uma identidade local, em contextos latinoamericanos, entretanto carregada de universalizações em relação aos códigos de conduta e as composições estéticas. Acontece que, de certo modo, a identidade travesti é homogeneizada no que concerne aos aspectos de pertencimento, de acesso aos espaços de decisão, poder e agência.

7 Racializando (Enegrecendo) o fazer pedagógico: experiências de travestis negras professoras/educadoras à luz do *Campo-Pista*

É mister considerar, de modo consistente, que as narrativas das autoras-participantes que constituem o conteúdo do trabalho de *Tese* proposto, evidenciam um aparato analítico que se soma às reflexões desenvolvidas no processo de escrita, que também se interconectam e inter cruzam as demais teorias e experiências do/com o vivido no âmbito das experiências travestis. Elucubrações diversas que partem do âmago da identidade, com a intencionalidade de tecer epistemologias capazes de fundar perspectivas profícuas acerca das contribuições do **pensamento negro**, das dissidências de gênero à luz do *Campo-Pista* e, de uma ancestralidade – pouco referendada como teoria-base, aos estudos das travestilidades: a realidade concreta de saberes travestis, constituídos a partir da *Experiência em Pista*, nas dinâmicas da *sexualidade como trabalho*. Para tanto, busco com as reminiscências e trajetórias apresentadas compor elementos das sociabilidades desveladas, em uma tentativa fiel de mobilizar saberes, intentando possibilidades de pensar para além do que a *branquitude* e a *putafobia* têm nos ofertado no campo da produção do conhecimento.

Ao compreender a importância das contribuições do **Movimento Negro** e suas perspectivas teóricas à constituição de possibilidades de reflexão e ação das identidades de gênero e docente, vou mais além ao proporcionar ao/à leitor/a subsídios de articulação teórica para pensar, também, aspectos fundantes das práticas pedagógicas que têm germinações na ancestralidade de uma identidade contextualizada nas relações com a questão do trabalho sexual. Outrossim, ao analisar as narrativas das autoras-participantes, buscarei tecer pontos de convergência das experiências e dos significados atribuídos aos aprendizados de uma *ancestralidade prostituída*, para apontar elementos que dimensionem correlações entre identidade de gênero e profissional docente – das interlocutoras travestis negras professoras em relação ao coletivo de travestis e sua multiplicidade de dimensões estéticas e inserções sociais –, considerando de forma incisiva o marcador racial como virada de chave às questões que se apresentam e são discutidas com veemência.

Em relação ao momento que se manifestam as primeiras impressões sobre SER e ESTAR travesti, a professora Dra. **Megg Rayara Gomes de Oliveira** destaca o período da infância como o primeiro momento em que concebe simulações generificadas em sua conduta, ainda que não tivesse ciência bem definida acerca das diferenças de uma corporalidade dissidente, o modo divergente de ser à normalização de gênero era aspecto presente em sua experiência com a tenra infância. Como podemos verificar a seguir:

Esse termo “travesti, eu ouvi pela primeira vez quando devia ter uns 12, 13 anos, mais ou menos. Eu nasci e cresci no Interior do Paraná, mas sempre soube que não era uma pessoa do gênero masculino. Com 6 ou 5 anos, já amarrava uma toalha de banho na cabeça para simular uma peruca porque eu queria muito ter cabelo comprido; porque, para mim, ser menina era ter cabelo comprido [...] a feminilidade, para mim, era identificada nas marcas externas dos corpos, porque eu não sabia a diferença anatômica dos corpos masculinos e femininos. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

*Eu morava num bairro que fazia divisa com a zona do baixo meretrício. A algumas quadras da minha casa – umas cinco ou seis quadras – as quadras são bastante grandes, ficavam localizadas as casas onde tinha a área de prostituição da cidade. E, nessa época, duas travestis foram contratadas para trabalhar na zona da cidade, em uma casa de cafetina que não lembro o nome – não sei se era da Ieda ou da Ione, eram as duas cafetinas mais conhecidas da cidade. E uma dessas meninas, a **Paloma**, uma menina negra, ela era muito empoderada. Para a sociedade, ela era afrontosa porque, primeiro, era muito alta e magra, usava o cabelo **black power**, metade branco e metade preto, e às vezes vinha a pé do centro da cidade retornando das suas compras, e ela nunca estava sozinha, sempre tinha dois homens cis carregando as sacolas de compras dela, e ela atravessava o bairro, não tinha asfalto, em direção à zona de prostituição, e vinha ladeada por esses dois homens, desfilando. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)*

Ainda quando criança, **Megg Rayara**, relata que residia próxima a uma área onde travestis exerciam o trabalho sexual – o que chamaríamos de *Pista*, experiência muito parecida com as minhas, quando avistava as travestis trabalhando no entorno da Avenida do Estado em Balneário Camboriú. Curiosamente, *Eu* também era uma criança, que desde muito cedo já observava a corporalidade daquelas trabalhadoras como referência, mesmo sem saber o que acontecia naquele espaço de fato. Contudo, a referência estética daquelas corporalidades, inculca-nos possibilidades de ser e estar, de existir de acordo com os sentimentos mais precoces que nos invadiam intimamente. Importante perceber nas experiências comuns entre travestis a *Dimensionalidade Referencial* que o *Campo-Pista* traduz na percepção da identificação, pois, alusivamente, aquele espaço detém possibilidade estética a ser compreendida e assimilada no conjunto de subjetividades que, porventura, pode ser reproduzido a partir de um parâmetro existencial. Nesse sentido, as narrativas verbais e visuais insurgem como recursos indispensáveis e fundamentais para a configuração da travestilidade, do mesmo modo a *informação social* comunicada pelas corporalidades travestis. As linguagens, dimensões estéticas, códigos de conduta, formas de agir e, até mesmo, fazeres ativistas, outorgam marcos de inteligibilidade à uma *Tradição Travesti*. Resquícios da composição de uma identidade dão sinais e se manifestam desde a tenra idade, sob a ótica de referências subalternizadas, às quais vemos a nós mesmas como espelhos refletores de uma diversidade na Unidade.

Figura 4: Autora-participante *Megg Rayara Gomes de Oliveira*



Fonte: Ilustrado pela travesti, artista visual, *Priscila Fróes*

Em contrapartida, quando questiono a autora-participante *Jaqueline Gomes de Jesus* em relação a como ela se reconhece, sinalizando o espectro da travestilidade, há uma ênfase à mobilidade identitária, a depender do contexto em que ela se insere e à/ao receptor/a. Para ela, lugares muito marcados pela mulheridade, há a necessidade de mobilizar sua Identidade à categoria mulher, por acreditar ser um espaço político, importantíssimo para demarcar que a travestilidade é atravessada pela mulheridade. Compreendo essa mobilidade como uma estratégia de inserção, de ampliação das possibilidades que tangem a complexidade sobreposta às marcações identitárias. Sob essa ótica, *De Jesus* concebe a *Identidade Travesti* como uma possibilidade de ser e estar como mulher também, no campo da disputa política. Processo muito semelhante ao vivido por mim no período da graduação, nos idos de 2013. Ressalto que a participante-autora não experienciou a *Sexualidade como Trabalho* em sua trajetória, o que me parece ser decisivo ao modo como a mesma se compreende e mobiliza suas subjetividades concernentes à Identidade.

Ao considerar a *Dimensionalidade Referencial* da *De Jesus*, fica explícito em sua narrativa que a mulheridade negra cumpre um papel preponderante às atribuições generificadas que incorpora em sua constituição, apontando a dissidência como marcador operacional de uma questão racial importante. Palavras de *De Jesus*: “*Eu parto de um lugar que não é neutro e nem se pretende neutro, que é o ser negra*”. Ao mesmo tempo em que ser uma pessoa negra revela uma dimensão da dissidência com relação à estrutura hegemônica de gênero, raça e suas padronizações, é necessário ser cuidadosa com as significações que tal marcador apresenta, considerando as interpretações que aparecem em contextos específicos. Para ela: “*em termos do campo político, enquanto minoria social e econômica, estou como dissidência negra desde que nasci*”. Em seguida, a autora-participante resgata sua infância para afirmar que a questão de gênero se manifesta em sua experiência a partir da compreensão de uma criança que já figurava como “*transviada*”, como aquela que não correspondia ao que se esperava dos papéis de gênero masculinos. Consonante à minha experiência, à de *Megg* e de tantas outras crianças que viveram infâncias proibidas, pelo viés do controle e do adestramento social. A Nós não era possibilitado o direito de desviar, de traçar caminhos que não fossem os em acordo com as normatizações de gênero, tampouco a corporalidades racializadas.

Eu acho que para o meu contexto faz mais sentido falar numa criança viada. Não havia ainda a noção de transgeneridade ou travestilidade na minha comunidade. Então, eu posso dizer que sempre fui lida, e isso a minha família mesmo coloca, como feminina, desde pequena. Mas só fui me reconhecer como tendo um posicionamento específico como travesti/mulher trans a partir dos 29 anos, sendo que eu já tinha muita convivência com ativistas travestis e transexuais. Isso foi interessante porque mesmo com essa convivência, só aos 29 me toquei, aquilo que eu chamo de epifania, que tive essa epifania, esse reconhecimento [...] Isso significa que meu lugar era como

uma travesti/mulher trans, que fazia mais sentido pra mim. (Jaqueline Gomes de Jesus)

A partir da narrativa de **Jaqueline Gomes de Jesus**, é perceptível que há uma conexão familiar crucial à sua conduta frente a manifestação da *Identidade de Gênero*, explicitamente ela interage com o próprio olhar que se molda em âmbito familiar, quando há uma leitura acolhedora acerca de sua expressão mais íntima com a generificação do ser. À medida que a travestilidade é uma categoria de mobilidade em sua trajetória, passível de mutabilidade, percebo que se contrapõe ao que **Megg Rayara** nos narra, o que, a meu ver, é um crescente profícuo de análises. Os aspectos da infância são convergentes entre as autoras-participantes, contudo destoam no que diz respeito à inteligibilidade das referências que as cercam. Interessante, inclusive, para pensarmos que a própria Identidade Travesti é possuidora de contrastes e afirmações políticas. Para uma, ser Travesti é a essência, o cerne da existência; para outra, variável em aprazimento ao contexto de inserção. De maneira alguma essas contraposições inferem limitações, visto que a experiência é multifacetada e atravessada pela socialização que sofremos. Diferentemente de **Megg Rayara**, a **Jaqueline de Jesus** é reflexo de um olhar familiar, que desde muito cedo a percebia como pertencente à feminilidade, o que denota um caminho de possibilidades à livre expressão e transição de gênero. Eis a importância de um lar acolhedor aos processos de constituição de si. Enquanto **Megg Rayara** não teve o direito ao olhar, quando ansiava buscar uma *Dimensionalidade Referencial*; **De Jesus** encontrou no afago familiar a compreensão necessária para se expressar, inclusive tendo as mulheres negras de sua composição familiar como referenciais de Identidade.

As representações sociais que cada uma atribui a sua relação com a construção da corporalidade é contrastante, revela-nos uma miríade de concepções acerca dos entendimentos que elucubramos quando em período de descoberta, em um devir que não é estável, propenso às projeções que nossos próprios familiares insinuam. Resultado das condições reais de socialização, a que estamos interpostas. Interessante perceber que cada uma de Nós conduz a travestilidade à contextualização da experiência com a infância e com as intermediações políticas que desenvolvemos com a maturidade – oriunda também de uma práxis de gênero, visto que somos todas acadêmicas. Nosso olhar é transversalizado, o que potencializa as experiências do/com o vivido.

Figura 5: Autora-participante *Jaqueline Gomes de Jesus*



Fonte: Ilustrado pela travesti, artista visual, *Priscila Fróes*

A narrativa de *De Jesus* é situada, imbuída de sentidos que elaboram a concepção da travestilidade como identidade móvel, sem negar sua potencialidade histórica e cultural. Ela menciona a **ancestralidade matriarcal** para demarcar os elementos de sua feminilidade como base referencial de uma mulher: ora travesti, ora transexual – entendendo, assim, a Identidade Travesti sob o espectro da mulheridade. Na visão dela, as travestis em contexto de trabalho sexual formam o arquétipo e a imagem principal de quando reconhecemo-nos como sujeitas identitárias, complementando que de fato há uma ancoragem significativa à experiência travesti situada, por carregar elementos básicos de identificação com o gênero feminino. Novamente, a autora, volta-se às reminiscências de quando contou ao seu pai sobre sua real identidade e o receio proveniente da ligação automática que ele fazia das travestis como trabalhadoras sexuais, em uma associação direta com a marginalização e a precariedade.

Compreensível que tais sentimentos sejam gerados sob a perspectiva de uma identidade que, desde outrora, é interpretativa de um contexto situado, inclusive por se tratar de uma relação familiar que se orientou pelo acolhimento. O que me parece ter sido essencial ao percurso subjetivo que possibilitou maior compassividade no trato com as dissidências de gênero em questão. Explicitamente não houve objeção à forma como *Jaqueline Gomes de Jesus* expôs sua intencionalidade de transição, mas sim uma demasiada preocupação em tê-la condicionada a uma referência de travestilidade particular, manifestada no anseio da família. Essa preocupação, a me ver, é extremamente determinante ao lugar que ocupa a travesti na realidade concreta e no imaginário social. Talvez, por isso, haja esse uso político da Identidade em contextos específicos, considerando que a socialização de *De Jesus* impingiu dinâmicas peculiares na relação com a própria afirmação.

Meu primeiro contato com travestis fisicamente foi na Boate New Aquarius, em Brasília, e não foi uma experiência muito legal porque uma travesti me empurrou. Eu acho que foi com uns dezoito anos, foi a primeira vez que eu fui em uma boate LGBT, e ela chegou me empurrando para passar pelo caminho. Foi a minha experiência com uma travesti. E depois outros contatos pela militância, aí vou conhecer várias figuras. Destaco: Fernanda Benvenuto, Keila Simpson, Sissy Kelly, além de muitas outras que vou conhecer depois [...] Eu tive que construir minha identidade como mulher trans específica de um campo acadêmico que já estava constituído. Para mim era muito calmo me entender enquanto uma mulher trans OU TRAVESTI negra cientista, acadêmica. (Jaqueline Gomes de Jesus)

O aspecto da Identidade na experiência de *De Jesus* é expressivamente flutuante. Senti ao entrevistá-la que o termo “Travesti” pouquíssimas vezes é enunciado sozinho, na maioria de suas falas o mesmo aparece como um apêndice de sua mulheridade e, obviamente, compreendo o uso político ao qual é utilizado. Para a autora-participante é primordial que a travestilidade apareça acompanhada de um marcador de mulheridade, ainda que, por vezes, seja acionada com cuidadosa variabilidade. Sua *Dimensionalidade Referencial* perpassa a observação atenta que

desempenhou às mulheres negras cisgêneras de sua família, antes mesmo de uma ideia de travestilidade. Ao passo que sua Identidade tem muito a ver com a referência de uma mulher negra, cisgênera, professora da periferia e da rede básica de ensino, que figurava na experiência de sua Mãe. À vista disso, como filha de professora, tomou para si esse referencial de profissionalismo e Identidade.

Há de se considerar o caráter de um reconhecimento tardio da Identidade de Gênero, os distanciamentos à realidade da *Sexualidade como Trabalho* e o próprio acolhimento familiar, na experiência de *Jaqueline Gomes de Jesus*. Notavelmente uma experiência diferenciada em relação à de *Megg Rayara Gomes de Oliveira*, que cresceu nas proximidades onde travestis exerciam o trabalho sexual. Esses distanciamentos e aproximações são fundamentais à compreensão de como opera a Identidade Travesti sob a ótica do pertencimento. Nessa lógica, é insigne diante das narrativas a complexidade da travestilidade, já apontada anteriormente; ela não sugere unanimidade, tampouco é orientada de perspectivas comuns, ainda que, a meu ver, esse estado oscilante seja envolto de problemáticas e inconsistências. Saliento veementemente que esse olhar flutuante da autora-participante é contextualizado, diz sobre sua socialização familiar-afetiva e acadêmica, relatada com ênfase.

Embora, a questão-problema embaralhe algumas concepções acerca dos processos históricos e culturais pautados pela maioria das travestis, é mister destacar que essa maneira de encarar a travestilidade é produtora, ao passo que ela reelabora percepções necessárias à contraposição analítica. Quando *De Jesus* nos diz que: “*para o meu pai em especial, o referencial que ele tinha de travestilidade era justamente as travestis em situação de rua*”, intrinsecamente está atravessada a um idealismo concebido das representações sociais que figuram a Identidade situada, que é perpendicular à uma simbologia cultural, à mercê da clandestinidade, anulando qualquer possibilidade de saberes constituídos, porque é assim que o senso comum age ao fomentar estereótipos e estigmas. A intencionalidade não é culpabilizar algo ou alguém, porque compreendemos que a estrutura dominante cumpre com o seu papel de reprodução material e simbólica das práticas de perpetuação das sujeições impostas. A própria conexão que se estabelece entre a *Identidade Travesti* e a *Pista* é reveladora de elementos pedagógicos.

Quando resgato as memórias da relação com minha Mãe, uma trabalhadora sexual há mais de vinte anos, recordo-me dos seus relatos em torno da experiência com a noite, das conexões que teve com inúmeras travestis nesse contexto situado e das projeções que ela fazia após o revelar de minha Identidade. Àquela altura de sua vida, já conseguia dimensionar o que *Eu* viria a me tornar, com base no reflexo daquelas que conheceu pelo caminho, sendo muitas

delas bem-sucedidas. O que para ela era uma forma de consolo, ao pensar que minha trajetória não estava necessariamente determinada ao fracasso. Ainda que, para minha Mãe, fosse muito tortuoso me imaginar trabalhando na mesma atividade laboral que ela. Pois, tinha consciência de que o trabalho sexual na experiência travesti tinha como ligação direta o espaço das esquinas, não havendo a possibilidade de exercê-lo em boates ou ambientes similares, com o mínimo de proteção.

A experiência com o trabalho sexual em minha trajetória tem *atravessamentos geracionais*, a começar pela minha bisavó materna – uma mulher indígena (*bugra*, como ela mesma se definia)³⁵ – como dona de bar, onde ocorriam encontros casuais da *sexualidade como trabalho*; minha avó que trabalhou em “bares de mulheres” na década de 70 do século passado – resgatada pelo matrimônio³⁶, que perdura até hoje – ; e, posteriormente, com minha Mãe como trabalhadora sexual em boates, seguindo-se à minha experiência direta com a *Pista*. Assim como *Jaqueline Gomes de Jesus*, minhas experiências se constituem de uma **linhagem materna ancestral**, com o diferencial de que as mulheres da minha família estiveram por muito tempo na fronteira e seus intercruzamentos com a questão da *sexualidade como trabalho*. A despeito de qualquer (in)compreensão acerca das identidades flutuantes intrínsecas à nossa composição familiar, dos termos não-nomeados, do não-dito, justamente por questões permeadas de estigmas, expressamos ostensivamente a significação do cuidado umas com as outras. Porque havia/há o entendimento genuíno de que partimos de um lugar dissidente, à medida em que nossas inquietações figuravam nas dinâmicas tangenciadas pela preocupação extrema e nas noções de afeto.

Hoje com mais maturidade e acesso a leituras, consigo visualizar com mais nitidez os processos identitários que cercavam as mulheres da minha família, em relação ao medo constante das associações e interpretações provenientes do preterimento, da subjugação e da abjeção. Quando as mulheres da minha família se reportavam aos termos “*bugre*” e “*puta*”

³⁵ Aqui faço uma observação importante acerca das noções de pertencimento. Minha bisavó era uma mulher indígena humilde, que teve pouco acesso ao conhecimento, até mesmo do seu próprio povo – podendo considerá-la desgarrada da sua própria origem. Uma vez que o fato dela se identificar como *bugra* (derivação de bugre – denominação pejorativa dada a indígenas pelo fato de não serem considerados cristãos pelos europeus) carrega uma miríade de significados no que tange a absorção de um termo nativo imposto pelas pessoas brancas, ao considerar sua experiência como destituída de elaboração política concernentes à afirmação de identidade. De tal modo ocorreu com as travestis ao longo dos tempos, quando a branquitude e a *cisgeneridade* utilizavam o termo “travesti” para determinar um lugar de abjeção, mais tarde sendo incorporado a um viés político de enunciação pelas próprias.

³⁶ Minha avó, quando muito jovem, esteve inserida em contextos de prostituição. Sendo esse o lugar onde conheceu meu avô, que, à época, retirou-a desse ambiente como forma de salvação. Um pensamento muito comum em outrora de que a *sexualidade como trabalho* não era uma experiência de vida digna e, diante da menor possibilidade de mobilidade, era fundamental a escolha de outro caminho, sendo o casamento a alternativa de maior adesão. Inclusive, antigamente, muitas delas sonhavam com essa possibilidade de constituir matrimônio.

era, justamente, para caracterizar um lugar de força muito presente em suas vozes, orientadas por uma dicotomia entre revelar uma identidade, fazendo-a instrumento político em suas ações cotidianas e sua real significação. Ao considerar terminantemente o que preconizam **Grada Kilomba** (2019) quando trata das fantasias dos brancos/as sobre os Outros/as e **Ailton Krenak** (2021) ao dissertar sobre os “apelidos coloniais”. O termo “travesti” foi produto de um apelido colonial, em outrora utilizado para demarcar um lugar de abjeção, de monstruosidade, em que a figura da travesti foi equiparada por muito tempo à aberração, inclusive com respaldo de uma perspectiva médico-legal.

A afirmação política da *Identidade Travesti* carrega resquícios de uma colonização branca e *cisgênera* que ainda incide sobre nossas corporalidades, ao passo que a ressignificação do pejorativo determinado a *Nós* é ativa em nossas trajetórias. Somos a resposta de que – mesmo forjadas às violências materiais, simbólicas e, especialmente, terminológicas – em alguma medida o sistema falhou, deixou brechas, à passagem de sujeitas políticas, combatentes e incansáveis. No momento em que o apelido perde sua função e se torna uma identidade política, há uma desestabilização na intencionalidade do sistema racista e LGBTfóbico, enquanto novas concepções de existências são traçadas em um campo de disputas. Enquanto, por outro lado, questiono *De Jesus* no que se refere ao estigma da travesti trabalhadora sexual que, porventura, recaiu sobre sua experiência, considerando, ante o exposto, suas percepções relativas a *Sexualidade como Trabalho*. Atentemo-nos:

De forma mais sutil do que geralmente o discurso coloca. Por exemplo, depende de quem enuncia. Eu vou falar da academia que é o contexto no qual trabalho e vivo. Na minha família, nenhuma questão quanto a isso, porque eu era Jaqueline, que já era Jaque, toda uma experiência de família que vai sendo construída. E muitas vezes as pessoas na nossa família nem conhecem muito nossa trajetória de trabalho, é mais relação pessoal. Vou falar mais do campo da academia e do campo do movimento social. Na academia, não é nem uma questão de prostituição, ou não, trabalho sexual; é mais a sexualização em si, é ter a dificuldade de me entender enquanto sujeita produtora de conhecimento, porque mesmo eles me reconhecendo, à época, como uma doutoranda, tinham dificuldade de me entender como pesquisadora, como professora. (Jaqueline Gomes de Jesus)

Sob essa ótica, a partir da compreensão e apreensão da realidade narrada, é possível perceber os distanciamentos, poderia dizer que até proposital, entre as dimensões de uma *Identidade de Gênero* e *Docente*, que se sobrepõem com vistas a uma limitação experiencial da sujeita, como se ao enunciar o arquétipo da travestilidade, descaracterizasse qualquer possibilidade de pensamento às convenções formais de ensino, resultando em uma corporalidade destituída de habilidades que correspondam as expectativas de um fazer pedagógico neutro. O que parece muito sintomático de uma realidade social excludente – que nos distancia dos caminhos da Educação. Ao examinar os enfrentamentos que constituem

elementos prévios da expulsão escolar, recorrentes na trajetória de crianças e adolescentes que divergem da norma hegemônica de gênero, conseguimos compreender essa responsabilidade que cumpre a branquitude e a cisgeneridade no cenário educacional. Desde muito cedo somos condicionadas ao pensamento de que a Educação é um espaço que não nos comporta.

Em meio a toda complexidade do que significa ser LBGT, em especial travesti, no sistema de ensino brasileiro, inobstante, nossas experiências aparecem no imaginário social como infratoras de códigos de convivência vigentes à normatização das corporalidades e, quando não alcançamos tal intento, somos alijadas e tolhidas do pertencimento estudantil. Embora, sejamos frutos de uma Educação que não foi pensada à Diversidade, pelos caminhos injustos do fazer pedagógico. Fomos encontrando estratégias exequíveis de interação, de produção de sociabilidades e saberes, que não nos permitissem sermos esquecidas e abandonadas. Estar transitando pelos espaços educacionais a Nós é imperativo, não podemos escolher entre uma identidade ou outra, se quisermos atingir um propósito de transformação viável às nossas semelhantes, visto que somos corporalidades-referência e nosso compromisso ético e político também é pedagógico. Igualmente quando trazemos à Memória a essencialidade do pensamento crítico, com base no terreno fértil cultivado pelas travestis trabalhadoras sexuais.

Desde a *Pista* até as salas de aula, temos sido empreiteiras de uma construção travestiformadora, pautada no legado das nossas mais velhas, em contexto situado. Trazê-las como potencialidades ancestrais na produção de saberes e conhecimento, formais e não-formais, é o maior tributo que podemos oferecer: fazer do *Campo-Pista* um caminho de análises, com aspectos metodológicos travesti-específicos, categoricamente firmado como uma *Pedagogia* que se constitui da *AncesTravestilidade*, porque esquecê-las não é um pacto possível. Nossos fazeres pedagógicos são fundamentados na perspectiva do *Campo-Pista*, como instrumento interseccional, quando: afirmamo-nos como identidades políticas. Exercitamos em nossas memórias o resgate histórico e cultural da Identidade Travesti, desenvolvemos desde a mais tenra idade noções de pertencimento, a partir da *Dimensionalidade Referencial* da *Pista* e reelaboramos conjuntamente, material e simbolicamente, todas essas questões em nossas *Identidades Docentes*. Somos a insurgência de um passado que não pôde transitar entre os programas de prostituição e os programas de pós-graduação. A corporalidade ancestral resplandeceu nos campos de batalha, para que nos dias atuais tivéssemos o privilégio do descanso, mesmo que efêmero, porque estar travesti dentro de uma sala de aula evidencia um caráter de luta vencida diante do impensável às nossas trajetórias. Os avanços são ínfimos no que compete a Educação, contudo representam movimentações eficazes e frutíferas no campo da luta social.

Tanto *Jaqueline Gomes de Jesus* como *Megg Rayara Gomes de Oliveira* iniciaram seus processos de transição de gênero no período em que já estavam inseridas em contexto universitário, na pós-graduação. Ambas relatam os momentos específicos, suas motivações e, conseqüentemente, os efeitos da afirmação política da Identidade em suas trajetórias. Foram experiências marcadas pela anulação de um *devoir* que repercutiu muito antes em seus anseios e angústias por uma materialidade concretizada. Manifesta-se no desejo mais íntimo que são elaborados em meio aos entraves com a estrutura social. Uma preocupação extenuante que é compreensivelmente justificada pelo fato de serem corporalidades dissidentes no confronto ao racismo estrutural e estruturante. Ou seja, incorporar o espectro de uma Identidade marginalizada e criminalizada como é a Travesti, não seria uma decisão tomada às pressas e a qualquer custo, tampouco sem considerar as implicações para as práticas pedagógicas, às quais estariam interpostas.

Um rebuscamento do autocuidado em relação às nossas inserções sociais, o nosso modo de inculcar possibilidades e fazer reverberar a prática de ensinamentos no âmago das subalternidades. Traduzem com exímia apuração da realidade as estratégias que encontramos pelo caminho para permanecermos intactas, íntegras e potentes no propósito de uma *Educação à Diversidade*, iluminadas pela regência memorial das nossas mais velhas e todo o contributo nos ofertado. Poderia ter sido mais simples, menos doloroso e atenuante, mas não conseguimos encontrar esse portal mágico para um lugar de menor responsabilidade. E, muitas vezes, culpa. Porque, de certa forma, culpabilizamos-nos de tempos em tempos pelo que poderíamos ter feito mais, principalmente quando falamos em Educação, espaços de ensino-aprendizagem.

A insistência de Paulo Freire na *Educação como Prática de Liberdade*, deve-nos ser orientadora de conscientização das nossas práticas cotidianas no que tange o ato de educar, com as (im)possibilidades que nos atravessam e nos fazem percorrer por novos caminhos, compreendendo a complexidade do que significa ser e estar Travesti em sala de aula. Cabe-nos insistir na “práxis”. Não obstante, uma *práxis de gênero*, que leve em conta as implicações da travestilidade às práticas pedagógicas, agindo e refletindo sobre o mundo com a intencionalidade de transformá-lo. Em consonância com o exposto, **bell hooks** (2017, p. 29) descreve: “Estava implícito que o eu desaparecia no momento em que entrávamos na sala, deixando em seu lugar somente a mente objetiva – livre de experiências e parcialidades. Temia-se que as condições do eu prejudicassem o processo de ensino”. Por sua vez, *De Jesus* revela que teve muita dificuldade para ser aprovada em seleções docentes para a Universidade Pública, evidenciando a questão de classe e o pertencimento racial como preponderante à aprovação nos processos seletivos e concursos públicos. Para a autora: “*não havia interesse de que eu fosse a*

colega professora deles”. Complementa relatando que participou de uma seleção específica em que um de seus livros era referência de leitura, entretanto foi reprovada na prova escrita sobre o próprio livro que escreveu. A seguir:

Teve uma vez que uma menina queria que eu participasse da banca dela, e ela falou: ‘porque a minha pesquisa é sobre gênero, não sobre trans’. É exatamente sobre isso. E aí ela se tocou porque tinha consciência: ‘realmente professora, por que eu pensei que a senhora não poderia estar em minha banca?’. É tão naturalizado [...] que as pessoas não acham que a gente fala alguma coisa além da questão trans, como se a questão travesti-trans fosse externa a gênero, mulheridade, masculinidade, sociedade. Então, na academia tem esse problema. (Jaqueline Gomes de Jesus)

Sob o prisma da vida cultural, **De Jesus** elabora de forma contundente intercruzamentos entre a *Pista* e os *Movimentos Sociais*, trazendo aspectos dessa linha tênue aos processos de constituição de si, quando resgata em um breve apanhado histórico as inúmeras camadas dimensionais atreladas à travestilidade. A respeito das noções de pertencimento, em outrora, determinadas características da corporalidade eram mais ou menos passíveis de uma definição sobre o que de fato era ser travesti. De acordo com ela, quando relembra falas de algumas travestis no âmbito dos *Movimentos Sociais*, diz que é muito reducionista à nossa identidade conferir à ideia de que para pertencer à uma *Identidade Travesti* seria necessário ter experienciado a realidade da prostituição ou dispor de características secundárias corporais específicas, sendo isso uma “*internalização da noção de travestilidade que a sociedade naturalizou*”. Compreendo as preocupações apresentadas pela autora-participante, todavia, faz-se mister ponderar com verossimilhança os processos históricos e culturais que tangem a complexidade de tal questão, às suas devidas contextualizações e mobilizações estéticas.

Em contexto de *Pista*, comumente, esses discursos se manifestam e se difundem entre as nossas, expressando-se como um instrumento de marcação territorial e de afirmação identitária, inclusive muitas vezes fui ouvinte de falas similares. Percebo essa questão em todo seu caráter histórico-cultural, à luz de uma profundidade analítica que observa seus fundamentos interna e externamente, uma vez que exerci o trabalho sexual por tempo considerável. De todo modo, trago à discussão a relação das travestis com o *silicone líquido industrial*, para tentar exemplificar o quanto somos tangenciadas pelas condições reais do nosso tempo e contexto. A busca por uma corporalidade que corresponda à ideia que fazemos sobre nossas próprias identidades é comum a todas *Nós*, desde a segunda metade do século passado. Como já mencionei anteriormente, a exemplo de *Casa de Bartô*.

Os aprendizados oriundos das intervenções estéticas clandestinas com a aplicação do *silicone industrial* foram orientadores, inclusive, de um cuidado travesti-específico relacionado à produção estética, implicados de maneira crucial ao desenvolvimento de *Biotecnologias de*

Gênero como centrais na reelaboração de fazeres estéticos responsáveis às transformações de nossas corporalidades. Não se trata de defender a Legitimidade da Identidade com base em aspectos de uma composição estética, mas de compreender que, à época, era a possibilidade viável de transformação, igualmente acionado como dispositivo de afirmação identitária. Porque há de se considerar a questão de classe, a escassez das *Bioteχνologias de Gênero* e, principalmente, o tempo histórico e a tradição que se formou em torno disso. Na concepção delas, dos saberes constituídos em *Pista*, tais asseverações faziam sentido e se pressupunham legítimas.

É importante bater nessa tecla dos saberes, pois não podemos destituí-las de um lugar de produção, nem temos esse direito, ainda que não concordemos e neguemos os sentidos que nossas mais velhas atribuíam às suas expressões e características generificadas. Torna-se contraproducente inferir essa posição de inconsequente àquelas que tanto lutaram pela harmonia de suas corporalidades. Há uma falsa simetria, por vezes desleal, quando equiparamos a conduta frente a aplicação do produto – silicone industrial – a um erro, limitando-nos apenas ao que concebemos como inconsequência nos dias atuais. Em outrora, a disseminação informacional não tinha a mesma frequência e adesão, os acessos eram escassos e, primordialmente, os saberes que circulavam representavam a expressão de uma *Tradição Travesti* do seu tempo, das escolhas situadas e do momento histórico-cultural. Cabe-nos intensa reflexão acerca do conjunto de ideias constituídas em saberes que se caracterizam ao longo de décadas. Em especial, a introdução de uma demanda médico-legal na estrutura social, considerando que, quando emergem os primeiros casos malsucedidos em face da aplicação, há um aprendizado mútuo concernente à retirada do produto, que perdura na atualidade em uma perspectiva orientadora – no sentido de abolir tal procedimento de nossas vidas.

Para **De Jesus**: “*Isso é um dilema contemporâneo, para além da estética, porque antigamente a estética era um elemento fundamental e essa condição do trabalho sexual era parte central da identidade*”. A consolidação da travesti enquanto identidade têm germinações em um passado não muito distante, afeito de práticas ancestrais, marcadas de forma intransigível pelas formulações subalternizadas de sujeitas corajosas e desbravadoras de possibilidades de existência, mesmo que esse percurso na atualidade nos oriente a outras *Avenidas Identitárias*. Somos cientes – enquanto educadoras formais – que somente foi possível repensar nossa tradição, porque o resgate da memória como ferramenta de ensino-aprendizagem é eficaz às transformações do tempo presente. Os ensinamentos de ontem podem não ser os mesmos de hoje, mas o legado de saberes é expressivo de vivacidade e de encontros profícuos, à luz de um pretérito opulento de perspectivas emancipatórias.

Retomando o diálogo com *Jaqueline Gomes de Jesus*, indago-a sobre suas impressões acerca do alunado, das relações interpessoais e de como ela percebe essa correlação da raça com o gênero, enquanto categorias dissidentes e flutuantes. A autora-participante destaca que ministra aulas em um *Curso Técnico de Moda*, onde majoritariamente as/os estudantes são mulheres, negras e LGBT, sentindo que há uma maior identificação do corpo discente com relação a marcação de suas identidades negra e travesti naquele espaço. Diferentemente da experiência dela como professora na Fiocruz e na Universidade Federal Rural, onde, em sua maioria, as/os estudantes são brancas/os. Nesse sentido, com relação àquele público específico, percebe que: “*reverbera muito mais a reverência, a produção do conhecimento*”. Ao contrário do seu público no *Curso Técnico de Moda* que visualiza sua corporalidade muito mais potente do que o próprio conteúdo dos planejamentos de aula. Em seguida, peço para ela destacar o que significou ter a ausência de professoras travestis em sua trajetória no ensino básico e superior, e as implicações dessa lacuna em seu processo formativo:

Eu posso falar do lugar de alguém que é hoje essa professora. Da minha experiência, como falei. Acho que é bom retomar a dificuldade que eu tive para seleções docentes. Para mim, é plenamente consciente hoje. Para outras pessoas é mais consciente hoje do que era na época. Eu tenho certeza que muitas pessoas achavam que era incompetência minha. Então, como nós vamos ter mais professoras travestis, transexuais, se a própria seleção docente já é feita para nos excluir, como objeto de estudo? Isso eu tenho uma preocupação muito grande, com quem está fazendo a Pós agora, mestras e doutoras travestis e transexuais, porque a minha experiência foi bem negativa, como é depois para entrar na docência. Eu vejo muito limitada essa abertura. (Jaqueline Gomes de Jesus)

Considero muito interessante essa preocupação trazida pela *De Jesus*, ao correlacionar com a narrativa de *Megg Rayara*, quando elabora a ideia de que as professoras cisgêneras no imaginário social são assexuadas. Sinto que a corporalidade da travesti está em constante observação e vigilância, ao passo que a qualquer momento pode vir-a-ser adestrada sob a intencionalidade de caber em determinados espaços sociais. Inclusive, *Nós-Travestis* introjetamos essa conduta mais comportada em nossas experiências, em especial quando adentramos as instituições de ensino, como se não fosse possível existir nesse ambiente como de fato expressamos nossas Identidades. Percebo essa tática aplicada pela *Cisgeneridade*, também, como parte das estratégias que traçamos para lecionar e/ou ministrar nossas atribuições formativas no âmbito da Educação. Hoje, inserida em contexto educacional, como Bibliotecária, percebo que naturalizamos aquilo que nos determinam, mesmo que implicitamente. Minuciosamente estudamos cada passo que percorremos, principalmente se a professora travesti dispor de uma corporalidade avantajada, que chama a atenção. O cuidado necessita ser redobrado.

Nossa sensualidade apurada precisa ser contida, medida e redesenhada, porque qualquer desvio do olhar atento da *Cisgeneridade*, incorremos no risco de sermos tolhidas, rechaçadas. *Aqui* farei uma analogia com o intuito de ampliar as possibilidades analíticas, igualmente quando em contexto de trabalho sexual aprendemos a figurar personagens no atendimento ao cliente: ora dominadoras, ora submissas – a depender da demanda de quem contrata o serviço. Assim, ocorre quando assumimos essa posição professoral: a de interpretar figurações que atendam à necessidade daquele contexto. Uma vez que para *Nós-Travestis* a expressão da sensualidade é característica marcante de nossas Identidades. Imaginem o impacto que causa uma *corporalidade travesti com 600 ml de peito* em contexto educacional, reportando-me a minha experiência nas escolas em que trabalho. E um corpo-discursivo, que por mais vestido que esteja comunica uma tradição que nos é específica, alimentando o imaginário social nas mais variadas (más) interpretações.

****Pausa reflexiva****

De Jesus, retoma sua experiência intra-familiar, para descrever os processos de ensino-aprendizagem oriundos do seu pertencimento racial. A seguir:

Como pessoa negra, eu te falo até da minha experiência familiar, do meu aprendizado com a minha família. A gente tinha que aproveitar essas situações entendendo já a discriminação para poder enfrenta-la. Eu já tenho experiência desde criança, das pessoas questionarem até que ponto ou não realmente domino algum conhecimento [...] Quando eu consigo algo, como que consegui? Se eu não consegui com o apoio de outras pessoas [...] Isso é muito comum como negra, como negra e travesti-transsexual mais ainda. E eu TENHO CERTEZA QUE A EXPERIÊNCIA DA NEGRITUDE ME PREPAROU MUITO BEM PARA LIDAR COM A TRAVESTIFOBIA/TRANSFOBIA. Saber que muitas pessoas vão esperar o menos de mim, vão me subestimar, vão questionar até minha capacidade moral. Eu já fui até questionada se era Doutora mesmo, se era professora, por pessoas travestis da Educação. (Jaqueline Gomes de Jesus)

É perceptível que a narrativa supracitada exprime uma espécie de naturalização da Identidade de uma corporalidade estereotipada pelo imaginário social, aponta para um determinismo posicional que demarca um regime de apropriação indevida. Como se a imagem da travesti prostituída fosse a engrenagem condutora de nossas ações em sociedade, principalmente quando atravessada pela negritude. A questão racial, em sua fala, aparece como registro distintivo de resiliência frente às violências sistêmicas, à medida que insurge como marcador de desigualdade primário em sua experiência do/com o vivido. De certo modo, há um fortalecimento anterior à opressão, oriundo de um pertencimento racial. *De Jesus* demonstra um caminho que emerge explicitamente das condições reais de seus enfrentamentos ao racismo, o que me parece ser um terreno fértil para melhor lidar com as intempéries da travestifobia. Reflexos de uma herança genuína do **Movimento Negro Educador**, que com prestadio é

referência de uma vasta contribuição às epistemologias travestis, como já mencionei anteriormente com reverência.

As formas de inserção política e pedagógica das travestis também encontra morada nos fundamentos de intelectuais negras/os, quando essas/es insistiram em pensar a estrutura social, os sistemas de exploração, as Identidades e a Cultura a partir de um *Olhar Analítico à Diferença*. Torna-se redundante apontar, na maior parte do tempo, para questões que me aparentam um tanto óbvias, à construção dos *Movimentos Sociais*. Todavia, é fundamental reiterar o compromisso com uma práxis de gênero que reconheça o valor simbólico e material das lutas identitárias, sob a perspectiva do **pensamento negro**. Para a autora-participante **De Jesus**, outro ponto a ser destacado é o seu *E-book*: “*Orientações sobre Identidade de Gênero*” que foi disponibilizado de forma gratuita, mesmo tendo a possibilidade de publicá-lo em formato físico, optou pelo registro da obra em formato virtual, por acreditar ser o caminho mais potente para a informação chegar até as pessoas. Quando ela o tornou público, muitas pessoas o liam como se fosse um “manualzinho”, como se não tivesse base científica, porque o material era público e não estava em uma revista com *Qualis*. Constantemente fica explícito, em sua narrativa, os enfrentamentos provenientes desse olhar desacreditado que lançavam sobre suas Identidades em detrimento de suas capacidades produtivas, como professora e intelectual, sendo um preterimento latente aos espaços de produção do conhecimento e de ensino formal.

Em seguida, insisto em provocá-la em relação ao método/prática de ensino, às estratégias pedagógicas, desenvolvidas como docente, ao refletir sobre o aspecto da permanência – e, que manifestaram modificações consideráveis em sua atuação, no seu modo de lecionar:

Eu vou dar um exemplo, acho que a Luma trabalhou muito bem na Tese de Doutorado dela, e acho que às vezes as pessoas não prestam atenção, principalmente na parte do assujeitamento, quando traz o conceito de Foucault. Em muitos momentos tive que fazer assim: ‘estou sabendo que isso aqui é racismo e travestifobia/transfobia, MAS NÃO POSSO RESPONDER DE CARA, tenho que saber lidar com isso de diferentes maneiras, TEM HORAS QUE EU VOU GRITAR, MAS TEM HORAS QUE VOU SABER LIDAR COM ISSO’. Isso é a ideia de assujeitamento (Foucault), para poder me manter ali dentro. Então, para me manter ali dentro, também contava sempre com parcerias. Não ia bater de frente com meu adversário, que era a pessoa que estava usando a estrutura de maneira racista e travestifóbica/transfóbica contra mim. Não era só ficar silenciada, ERA ME APROXIMAR DE QUEM ERA MINHA ALIANÇA E MINHA PARCERIA. (Jaqueline Gomes de Jesus)

Percebam que mais uma vez estamos em torno de uma linha tênue entre a Identidade que temos e desejamos expressar e a imposição desmedida que as convenções sociais de gênero nos incutem em forma de um processo de adaptação. Até o momento, é possível ponderar que ser e estar travesti em determinados espaços da sociedade implica em nos despir do próprio

caráter genuíno da travestilidade, quase que um fantasiar da Natureza *versus* Aculturação sofrida, onde nos retiram traços significativos de uma tradição que entra em conflito. E isso não deixa de ser uma prática travesti-específica frente às limitações dos contextos educacionais, uma vez que naturalizar certas condutas também diz sobre um ensaiar e/ou experimentar o que as próprias travestis em contexto localizado nas relações da *sexualidade como trabalho*, orientam-nos há tempos. Para *Nós-Travestis* que fomos ou somos trabalhadoras sexuais o despir é uma prática comum ao ofício, igualmente a adaptação às demandas da clientela.

No cenário da Educação o ensaio e a experimentação emergem exatamente com vistas a atender as demandas determinadas pelas normatizações vigentes. A grande diferença é que esse “tirar do corpo” em contexto educacional não é uma escolha absoluta, relativamente se apresenta como uma necessidade de permanência àquele ambiente, àquela sala de aula. Como se as noções de pertencimento que nos regem sinalizassem para uma anulação por tempo indeterminado da essência travesti. Desse modo, consigo entender plenamente o porquê *De Jesus* aciona a travestilidade como dispositivo de mobilidade, a depender do espaço em que ocupa. Por sua vez, *Megg Rayara* retoma as reminiscências de um passado vivo em sua memória, descrito novamente na relação de *Dimensionalidade Referencial* com a travesti *Paloma*:

E eu sabia que a Paloma estava se aproximando quando começava uma gritaria nas mediações, porque as crianças que estavam brincando na rua viam na Paloma uma pessoa que tinha uma importância, porque tinha esses dois homens protegendo ela. As pessoas não se aproximavam da Paloma, e ela desfilava plena. Quando ela estava chegando na minha rua, a minha mãe me trancava dentro de casa, junto com meus irmãos – mas, principalmente eu – para que a gente não se aproximasse da Paloma, e quando minha mãe descuidava, eu corria para o portão da casa para ver a Paloma. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

O relato de *Megg Rayara* sinaliza para um ímpeto de alçar olhares a uma corporalidade que lhe chamava a atenção, que de algum modo lhe provocava identificação, quando dá ênfase ao fato de que em um descuido de sua Mãe, corria ao portão para avistá-la [a travesti *Paloma*], para perceber o que continha aquela identidade, por vezes tão aguardada e, por que não, temida (?). O que, de fato, *Paloma* apresentava à ordem social daquela localização que tanto mobilizava a comunidade ao seu redor, para além de uma corporalidade dissidente e negra (?). Ademais disso, iluminada de sua **negritude**, é perceptível em sua narrativa que *Megg Rayara* visualizava outras possibilidades de expressão das quais se identificava, encontrava pontos de convergências – *CORPOVERGÊNCIAS* – e, conseqüentemente, um afago de referência-potência. Em suma, faz-se importante destacar que o olhar sobre a Outra, nesse sentido, reflete a personificação da identidade, do ato de se reconhecer em uma expressão corporal que

mobiliza figurações estéticas no campo das Identidades, não se limitando a atividade laboral desenvolvida por **Paloma**. Uma vez que essa interpretação não é a questão à priori, ainda que seja fonte de análises mais aprofundadas que, ao meu ver, não é o intuito desta reflexão.

Contudo, reitero o caráter referencial das corporalidades dissidentes na projeção identitária de crianças como *Eu, Megg Rayara* e tantas outras, que à luz de experiências subalternizadas encontraram fôlego nesses reflexos como possibilidade de existência. Ressalto com ética e responsabilidade que o *Campo-Pista* como ferramenta analítica não tem a intencionalidade de traçar determinismos à identidade travesti, tampouco aos fazeres estéticos, políticos e profissionais, mas de evidenciar um caminho possível de se pensar nossas trajetórias a partir de uma teoria-base que ensine e compartilhe saberes de uma *Ancestralidade Travesti em contexto de Trabalho Sexual*. Uma teoria-base com suficiência epistemológica, que tem suas germinações esquecidas, apagadas e, muitas vezes, tratadas com desonestidade intelectual. No entanto, busco o caminho contrário quando refaço curativos de uma ferida que ainda não cicatrizou e, sobretudo, faz-nos resistir até *aqui*.

****Pausa reflexiva****

[...] E nessa mesma época, na escola, depois de uma aula de Educação Física, os meninos sempre traziam revistas pornográficas para a escola aos sábados, que no sábado a gente só tinha aula de Ed. Física [...] Quando o professor ia embora, só ficavam os estudantes. As meninas iam embora e só ficavam os meninos.

[...] Teve uma situação que eles trouxeram uma revista estrangeira, que eu acredito que tenha sido publicada nos Estados Unidos (EUA), e o pôster central da revista era uma mulher trans. Eu não esqueço nunca o nome dela, era Suca, era de descendência asiática, estava totalmente nua no pôster central. Nu frontal com o pênis à mostra, usando meias de seda, um tom de pérola sobre lençóis no mesmo tom. Uma mulher belíssima. E os meninos começaram a gritar “você está na revista”, e apontavam para mim. Começaram a me chamar, eu me aproximei da roda de conversa e abriram o pôster e apontavam na revista “uma mulher com pau, é você, você está na revista!”, e foi o único momento em que eu percebi que ERA UM CORPO VIÁVEL, UM CORPO POSSÍVEL. Foram dois momentos, separados por alguns meses ou semanas, não me recordo muito, que me INFORMARAM DE UMA EXISTÊNCIA TRAVESTI POSSÍVEL. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

Retomo as reflexões sobre o conceito de *Informação Social*, orientada pelas narrativas da **Professora Megg**, para reforçar a celebração de corporalidades travestis como referências imponentes em nossos processos de construção da Identidade. Nesse segundo momento, a autora-participante correlaciona as expressões de duas travestis: a primeira, **Paloma**, uma travesti preta em contexto de trabalho sexual; a segunda, **Suca**, uma travesti com descendência asiática, modelo e capa de uma revista em circulação à época. Ambas com dimensões estéticas agregadas à *sexualização de suas corporalidades*. Atentemo-nos ao fato de que a travestilidade à brasileira, ao longo das décadas do século passado e presente, ocupou e ainda ocupa constante expressão e representação no campo da sexualidade, atrelando-se de forma contumaz à

sensualidade da mulher brasileira. Não à toa, majoritariamente, as travestis brasileiras permanecem em contexto de trabalho sexual, acionando a *sexualidade como trabalho* às suas condições reais de vida. Em sua maioria, vivenciando a precariedade de direitos e acessos. Dados apresentados anteriormente evidenciam tal realidade. Quando **bell hooks** (2020, p. 67) nos orienta sobre a *questão do propósito*, sobre as pessoas almejarem “uma compreensão mais clara da vida, do que dá sentido à vida”, entendo que esses pequenos passos também já se iniciam no período da infância, no tempo em que o imaginário nos permite a visualização sobre papéis sociais, expressões estéticas e a informação social que as corporalidades nos comunicam. São permissivas à projeção de sociabilidades, à possibilidade de existência, na referência dimensional de uma identificação dissidente.

As contribuições de *Marlene Wayar*, travesti e intelectual argentina, corroboram com o Manifesto de uma travesti branca (elemento pré-textual deste trabalho) – tecido por mim, com as narrativas das *Professoras Megg e Jaqueline*, sobre nossos encontros precoces com as dissidências de gênero, desde a infância. Em explícito, *Megg Rayara* concebe em suas narrativas, em um exercício de resgate, as corporalidades de travestis em contextos de sexualidade exacerbada como fontes preciosas a uma possibilidade de existência. Nas introjeções imaginárias do ser: um devir possível em meio a tantos dogmas de obediência à ordem normativa do gênero. Um horizonte a ser alcançado contra a negação e a mentira, que tanto nos incutem desde a mais tenra idade.

La infancia me parece de una potencia inusitada. La infancia es el momento y el espacio adecuados y oportunos para la indagación, la transformación y la identificación. No es ya simplemente un espacio de construcción de una subjetividad en contraposición a una otredad y a esas dos ansiedades básicas (el miedo a la pérdida y el miedo al ataque) sino un espacio potente para construcción de una NOSTREDAD, en el que no estamos permanentemente en guardiã y con miedo a perder lo que tenemos o a ser víctimas de un ataque. Esta potencia radica en la posibilidad de abordar la infancia a partir de nuestra propia experiencia y con la distancia de no implicarnos, como si no fuéramos el mismísimo objeto de estudio. Debemos crecer con esta primer claridade: nos estamos construyendo y cada día soy la mejor versión de mí misma. (Wayar, 2018, p. 18-19)

Até aqui podemos observar uma miríade de complexidades que perpassam elementos biopolíticos e morais, intercruzados na relação entre desejo, subjetividade e corporalidade. Há de se considerar a infância como marcador de aprendizados acerca das expressões de gênero, o que não é uma tarefa fácil, visto que é uma linha tênue entre cuidado e autonomia. Contudo, é reveladora de processos intimamente conectados às noções de pertencimento e reconhecimento, a partir das figurações que nos dão sentido de vida. Torna-se assunto delicado tratar a identidade de uma trabalhadora sexual como *Dimensão Referencial* de Identidade, quando nosso olhar se limita à moral e nos venda de uma observação multifacetada. Sobretudo, dos dinamismos que

a mesma nos induz. Não obstante, é importante que reconheçamos o caráter diverso da travestilidade como entrelugar de produção de ideias, inclusive de fomentar o imaginário e, como diria a saudosa *Luana Muniz (trabalhadora sexual, atriz e conhecida como Rainha da Lapa)*: “A travesti é uma máquina de sonhos”. Sendo esta aquela que, também, ensina a tantas outras caminhos de possibilidades, *Além-Pista*. É muito presente no discurso da **Professora Dra. Megg** a *Dimensionalidade Referencial* de travestis trabalhadoras sexuais em sua trajetória. Todavia, a mesma não se tornou uma, mas buscou *CORPOVERGÊNCIAS* à luz de experiências que lhe mostravam um caminho possível de ser e estar em sociedade. Vejamos:

A SUCA ERA O DESEJO, ela tinha uma possibilidade de inserção, inclusive no espaço em que ela era fotografada e comercializada [...] numa revista que eu entendia que era importante. A PALOMA ERA UMA TRAVESTI QUE OS HOMENS PAGAVAM PARA ASSISTIR AOS SHOWS DELA, pagavam para se relacionar com ela. Foi nessa etapa da minha vida que eu tive contato com esse conceito, com esse termo, E ME PROJETEI NESSAS POSSIBILIDADES.

E um pouco mais tarde, quando eu já tinha 18 ou 19 anos, no interior do Paraná, que eu não tinha migrado para Curitiba, que eu soube da transição da MEGG, que é a PESSOA QUE EU HOMENAGEIO. A Megg era uma menina preta, eu sei pouco da vida dela, parece que ela era uma criança adotada por uma prostituta e ela gostava muito de cantar, e sempre foi muito afeminada. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

Resgatar as memórias da infância também é um ato de remontar pedaços de si que ficaram pelo caminho em nossas trajetórias, de se unir em uma **Dororidade** presente no calabouço das reminiscências coletivas. Estas que nos interconectam às expressões mais íntimas de Identidade, dos percursos incompreendidos e, que ao longo dos tempos, como alternativa, foram anestesiados e esquecidos, não-nomeados, de forma proposital. Para **bell hooks** (2020, p. 89): “contar histórias é uma das maneiras que temos para começar o processo de construção de comunidade”. Revisitar o passado, a História, as experiências do/com o vivido, é um condensar de fatos que exprimem contribuições ao tempo presente. Assim como nos orienta Annette Simmons: “Histórias são ‘mais verdade’ que fatos, porque histórias são multidimensionais”. Por essa ótica, toda travesti tem uma História concebida, desde os enlaces mais imaginários de uma perspectiva de existência com a Infância, onde se forma uma espécie de arquétipo em torno da figura travesti, a ser modelado e projetado nas concepções de vida mais precoces.

Na experiência travesti, a memória é acionada como um catalisador, responsável por neutralizar aspectos de dor, violência e encontros infortúnios; não obstante, essa neutralidade não paralisa, nem desmobiliza a ação dos relatos como ferramenta discursiva à transformação da realidade social. Pois, ensejamos uma neutralidade em relação às práticas que queremos nos distanciar, mas que necessitam serem verbalizadas e acionadas como ponto referencial de

reflexões e construções analíticas, à desestabilização de estruturas fadadas a perpetuação de práticas excludentes. Mais que isso, as imagens lembradas, trabalhadas em um exercício mental de modificação da realidade concreta, servem-nos como um alerta às possibilidades de aprendizados constantes, a serem reproduzidos e compartilhados às nossas semelhantes.

Os maus sentimentos nos rondam, os impropérios que nos dirigem ecoam, em meio às impossibilidades de uma infância capaz de se autorreferenciar, tampouco à imagem de uma travesti trabalhadora sexual. Sem embargo, *essa dimensionalidade referencial é substancial e inegável*, como nos desvelam as narrativas. Ainda orientada por **bell hooks** (2020, p. 90): “lembrar de histórias é ferramenta essencial para pensadores e escritores”, complemento-a sinalizando os fazeres travestis em *Pista: a experiência subalternizada nas vozes de trabalhadoras sexuais*, que como empreiteiras de um campo *PISTAmológico – as epístemes da Pista* – introduziram saberes pelos caminhos aos quais desbravamos e contemplamos nossas conquistas. Em especial, no acesso às instituições de ensino, que nos permitem resgatá-los e aplica-los à realidade social de corporalidades emancipadas, detentoras de um conhecimento que tem sua origem nos escombros da moral sobre corporalidades prostituídas.

Como ignorar feito tão cheio de opulências estéticas e de matrizes *transversalizadas* histórico e culturalmente, até mesmo em períodos em que a travestilidade era criminalizada e alvo de extermínio? Quando hoje, muitas de nós, somos memórias vivas e reflexo dos aprendizados que nos foram passados. Esse segue sendo nosso compromisso ético e político, nosso tributo às esquecidas e que, com maestria, lutaram pela causa. Tão nobres e dignas desse apanhado de saberes e de construção do conhecimento científico.

Fomos crianças e, desde muito inocentes, aprendizes das referências que nos contemplavam, que firmavam em nossos mais íntimos desejos um *devoir*, uma possibilidade de projeção viva e coerente às expressões que manifestávamo-nos. Mesmo diante dos contínuos cerceamentos das mais livres condutas, estava em nosso âmago e era preciso que essas corporalidades existissem e nos comunicassem alguma mensagem de alento, de afago, de pertencimento. *Corporalidades que educaram*, ao seu modo, à sua resistência, uma ínfima percepção do que estaria por vir nas relações em sociedade; dos enfrentamentos e encorajamentos despendidos a um retrato social da diversidade. Outrossim, *Megg Rayara* reelabora em sua narrativa a origem de seu nome, oriundo de uma travesti preta que viveu ambientada à realidade da prostituição, à qual hoje é representada na *Megg* Doutora, uma homenagem carregada de sentidos e significados que demarcam um lugar de reconhecimento e pertencimento no que concerne a racialização e generificação da *Identidade Travesti*.

A escolha do nome *Megg* é fruto daquela que um dia, em algum momento importante, representou-lhe sinais de que era necessário uma continuidade, um caminhar de lembranças célebres e imponentes. De acordo com as narrativas de *Megg Rayara*, a sua homenageada *transicionou* quando começou a potencializar as marcas de feminilidade. Foi excluída dos espaços em que se apresentava – festivais de calouros – e, então começou a se prostituir na cidade de Maringá, no Paraná. A autora-participante, também, relata que inúmeros foram os desenhos esboçados em sua memória, em relação à sua homenageada, dos quais: as corporalidades assistidas nos *shows* do Programa do Bolinha³⁷, no Programa do Silvio Santos e, quando apareceu a Revista Manchete, Fatos & Fotos, durante o carnaval, que ilustravam as capas de revistas e a encantavam.

Faz menção, com saudosismo à figura de *Roberta Close* – uma transexual *redesignada sexualmente*³⁸, *socialite* brasileira naturalizada suíça, que na década de 80 do século passado despontou como modelo, desfilando para grandes grifes, como *Thierry Gaultier*, *Guy Laroche* e *Jean Paul Gaultier*. Além de estampar editoriais da *Vogue* e *Marie Claire*, carregava em sua Identidade a “ambiguidade dos sexos”, sendo a primeira modelo transexual a posar nua para a edição brasileira da Revista *PlayBoy*. Reitera que a mesma teve uma participação muito importante no seu processo de construção identitária. Nessa recomposição de memórias, *Megg Rayara* prossegue:

Quando eu chego em Curitiba, com 20, 21 anos mais ou menos, as travestis que vou ter contato, todas, indistintamente, estão inseridas na prostituição, e era muito raro encontrar alguma delas durante o dia, circulando pela cidade. Ainda que a gente tivesse a História da Gilda, uma travesti em situação de rua que morreu em 1983 – inclusive morreu num casarão abandonado –, ainda eram corpos muito raros durante o dia. Eu encontrava com elas em algumas boates, algumas danceterias [...] e que também me seduzia muito. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

A potência da travestilidade, em suma, reside na possibilidade de abordar e resgatar registros da Infância a partir da própria experiência do/com o vivido, e não no receio de implicar-nos. É imperativo trazê-las ao centro das discussões e evidenciar o caráter de perpetuação de corporalidades alijadas de direitos e condicionadas à uma unicidade no que tange a compulsoriedade de práticas violentas – que exprimem o retrato da travesti prostituída. Travestis em contexto de trabalho sexual tiveram Infância e, como nos afirma *Marlene Wayar* (2018, p. 20), “somos uno de los tantos textos em um contexto que nos pre-existe”.

³⁷ Foi um programa de auditório brasileiro exibido aos sábados pela Rede Bandeirantes. Apresentado por Édson Cury, mais conhecido como Bolinha. O programa revelou muitos talentos transformistas, travestis e transexuais, que à época faziam *shows*.

³⁸ Condição das transexuais que passam pelo procedimento cirúrgico pelo qual as características sexuais/genitais de nascença são mudadas para aquelas socialmente associadas ao gênero de reconhecimento. Denomina-se Cirurgia de Redesignação Sexual (CRS).

Ana Paulina Gutiérrez Martínez (2022), em sua obra “*Atmósfera trans: sociabilidades, internet, narrativas y tránsitos de género em la Ciudad de México*”, revela-nos em seus escritos que suas interlocutoras desde muito pequenas se sentiam atraídas por figuras femininas – reportando-me à dimensionalidade referencial – que primeiramente foram as mulheres da família; depois, as professoras e colegas de escola foram modelos às suas incorporações de Identidade. E, no caso específico de uma de suas interlocutoras, seus modelos identitários foram incutidos pelas trabalhadoras sexuais, às quais encontrava nas ruas [ambientação de trabalho] – a *Pista*, em termos abrisleirados – e, posteriormente, por ativistas e acadêmicas. Interessante perceber que, desde México, a ***Identidade da Trabalhadora Sexual na experiência travesti, também, configura-se como horizonte de referência***, um modelo de expressão que inspira e ensina. Já para outra interlocutora, a influência de mulheres cisgêneras ativistas, políticas e intelectuais, aproximava-a de uma “feminilidade convencional”, o que lhe figurava como uma contradição em relação a sua própria projeção como sujeita. (Gutiérrez Martínez, 2022).

Volto-me novamente à **bell hooks** (2017) para pensar acerca da *Dimensionalidade Referencial* à luz do olhar oposicional, trazendo outras nuances ao modo de perceber a travestilidade em contexto localizado. No desenhar de um ideário estético, para além das características corporificadas, mas de conceber a *Estética da Conduta*, dos reflexos que atingem propensões comportamentais como expoente de uma identidade marcada culturalmente nos alicerces da *Pista* – e agora como traço ambiental. Ao pensar, contudo, em expectadoras travestis, reelaboro a experiência de **Megg Rayara**, quando era retida dentro de sua casa na infância, como forma de tolher os olhares à uma corporalidade travesti, que transitava pelos arredores de onde residia. Aprendendo, assim, a fingir que não vê, ainda que movida pelo fascínio que detém no olhar. Essa relação traumática com o olhar, a que se refere **hooks**, quando descreve que senhoras escravizadas eram punidas por apenas olhar, é dinâmica semelhante ao que ocorre quando na mais tenra idade somos orientadas a nos vendar diante de certas situações e modos de vida.

É mister pensar nessas relações pelas quais o poder enquanto dominação se reproduz nas experiências que destoam das percepções de normalidades imbricadas nos processos de racialização e generificação. A branquitude e a cisgeneridade são sistemas punitivos, que empregam ao olhar caráter de ocultação às manifestações de um *devoir* que venha a se forjar às dissidências estruturais. As tentativas estratégicas de controle são um padrão sistemático, revelador de impossibilidades de ser e estar, de se identificar e pertencer ao espaço social, sendo um limitador da *Dimensionalidade Referencial*. A despeito disso, **Megg Rayara** aponta em sua narrativa a ausência das corporalidades travestis prostituídas no período diurno, quase que

desviantes das luzes cotidianas, dos olhares que em algum momento podem denotar sinais de que a ordem societária está em risco. Uma corporalidade que sinaliza, para além dos atributos agregados à *sexualidade como trabalho* e suas dimensões de valor negociável. É sintomático que essas corporalidades tenham o juízo que o olhar sentencia.

****Pausa reflexiva****

*Mas eu ainda retardava esse meu processo de transição, justamente porque eu queria continuar estudando. Eu queria terminar minha graduação e eu não tinha narrativa de nenhuma menina nesse espaço, e nem na graduação. Esse termo 'travesti', primeiro vai me chegar com vários atravessamentos, associado à prostituição, depois à marginalidade, e as descrições eram sempre uma HIPERSEXUALIZAÇÃO. E mundos que se cruzavam, de algumas forma, mas sempre dentro desse lugar do proibido, e também da fetichização. Quando eu lembro da História dos meus irmãos falando da **Paloma** numa linguagem cifrada, eu fico entendendo que A TRAVESTI ESTÁ MUITO MAIS DENTRO DAS CASAS DAS PESSOAS DO QUE A SOCIEDADE POSSA IMAGINAR. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)*

Resgato *aqui*, novamente, a repressão ao direito de olhar, como se esse exercício, diria até que inocente: de visualizar as expressões cotidianas, pudesse de alguma forma traduzir uma reprodução que invade o campo das questões proibidas, não-nomeadas e perpassadas pelos reflexos do punível, indesejável e envolto de Contradição. Ouso dizer que os entraves supracitados, todavia nos revelam um caráter interruptor no processo de apropriação dos saberes que exprimem as corporalidades travestis. Questão primordial às compreensões do *Campo-Pista*, quando este se desenvolve não somente como ferramenta analítica à concretude identitária, mas também como espaço de sociabilidades negadas e impossibilitadas, por vezes, em razão das relações com o proibido.

Quando **Megg Rayara** nos diz que a travestilidade é muito mais presente em nossos lares do que possamos imaginar, prospecta-se a ação do olhar oposicional nas idiosincrasias identitárias que apreendem uma multiplicidade de aspectos oriundos daquilo que insisto em enunciar como *Campo-Pista*. Quando as experiências de *Gilda*, *Suca*, **Paloma** e tantas outras que nos foram referências são mencionadas e lembradas com saudosismo e gratidão, as *corpovergências* ganham contornos que demarcam e declaram um resgate da Ancestralidade Travesti. Produtoras de fazeres no campo das questões raciais e das dissidências de gênero, articulam-se veementemente em uma perspectiva de ensino-aprendizagem sob a ótica da *Sexualidade como Trabalho*, esta imbuída de reflexões e ações que apontam a um caminho de possibilidades, *Além-Pista*. Sem deixarmos de conceber nossas mais velhas como fontes proficuas à relação entre os dinamismos da complexidade travesti, expressamente compreendida como reduto de sabedoria aplicada à realidade social de transformação e emancipação. Atentemo-nos:

Ela entra de alguma maneira, e essa entrada chegou na minha casa quando eu era muito criança. E eu vou ressignificar esse conceito 'travesti' quando já estou no Mestrado, que aí vou entender que travesti É UMA CATEGORIA MUITO POTENTE, UMA CATEGORIA MUITO NECESSÁRIA, e também vou acompanhando o processo de algumas meninas que ENTRARAM PARA A GRADUAÇÃO SE COLOCANDO COMO MULHERES TRANSEXUAIS E SAEM DA GRADUAÇÃO COMO TRAVESTIS. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

A partir desta análise da **Dra. Megg Rayara** acerca das transições identitárias no âmago das auto(in)compreensões de um mesmo horizonte de existência – que eu chamaria de reencontro metamórfico nas instâncias do próprio Eu no que tange as noções de pertencimento –, constato que é muito semelhante ao processo que enfrentei há alguns anos, no período da graduação e relato em minha dissertação de Mestrado “*Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta*”. À época, a possibilidade de identificação com a travestilidade surge em minha trajetória como um marco de construção política, atrelado à minha imersão na *Pista*, à minha relação com travestis trabalhadoras sexuais, porque entendi após intensa reflexão que as Identidades são manifestadas em acordo com fatores condicionantes de mobilidade social. Embora, o marcador de classe seja dinâmico quando contextualizado às devidas proporções ao considerar o caráter estético da questão supracitada. Em outras palavras: os atributos estéticos, em relação à corporalidade, produzem padronizações de vida, por vezes, rentáveis, refletindo na oscilação das posições sociais frente à ordem do consumo, do capital.

Com isto, não quero traçar modelos ilusórios de experiências exitosas com a atividade laboral da *sexualidade como trabalho*, até mesmo porque este se firma no suprasumo da precariedade de direitos e garantias fundamentais, ainda que para algumas travestis o trabalho sexual não seja um lugar tão ruim assim. Ele permanece figurando à realidade social como exercício de trabalho compulsório, mantenedor de vidas precárias alijadas de acessos, com pouquíssimas experiências de sucesso concernentes aos trânsitos entre os programas de prostituição e os programas de pós-graduação, ou à formalidade laboral. Ainda assim, o trabalho sexual não perde o seu caráter de ensino-aprendizagem sob a ótica ancestral dos fazeres políticos e ativistas, pois o mesmo traduz na experiência do/com o vivido ferramentas e instrumentos no conjunto de saberes, essenciais à construção da autonomia de ser e estar e da dignidade existencial.

O trabalho sexual na experiência travesti não é passível de entendimentos comuns, expressamente é revelador de contradições e complexidades, é dissipador de compreensões morais e representa um dispositivo questionador do sistema sexo-gênero, é divergente e contestador de atos condenatórios, porque também é denunciante das hipocrisias hegemônicas.

Ele traduz o medo de algo ou alguém, a qualquer momento, ser descoberto, no cair das máscaras de uma ordem societária fingida e incapaz de se encorajar frente aos seus próprios desejos reprimidos, resguardados. Ele desmente a fidelidade com a (in)verdade mais íntima de quem vive uma batalha constante com o proibido, no frigidar das derrotas – e mente para si mesmo, acreditando ser alternativa ao bem comum. Nossos clientes, “cidadãos de bem”, são um bom exemplo disto.

Recordo-me, com certa reverência, das minhas andanças pelas *Encruzas e Encruzilhadas da Pista* e do quanto aprendi por lá. Nesse trajeto, em meio a tantos *ebós*, permiti-me ser errante quando dava meus primeiros passos na luta incessante pelo brilho de existir, em busca de um *dever* que não fosse somente meu, mas, embora muitas vezes exaurida da caminhada, um produto que representasse a coletividade de resistências que encontrei pelas esquinas. O quanto pude me permitir, foi o quanto aprendi com minhas mais velhas, com o máximo respeito ao caminhar de cada travesti que compartilhou comigo um pouquinho de sua História e das *aprendizagens travestilizadas*. O melhor assento que pude ter para aprender a ser travesti foi a *encruzilhada da Escola da Pista*, por lá encontrei referências e ensinamentos que me foram edificantes e responsáveis pelo meu existir à luz de dignidade financeira: ao conseguir realizar muito do que almejei à minha corporalidade e à materialidade de bens. Inclusive, a *Pista* ao seu modo, a partir de códigos específicos, também, orientou-me ao **letramento racial**, quando convivi com amigas e colegas *travestis negras*, atravessadas pelo **racismo** e pela *travestifobia*. Nossos assuntos não eram propriamente teóricos, nossa forma de comunicação era ligeiramente entendível e frutífera, pois tratavam do real, do palpável, das relações mais simples. Contudo, exprimiam uma miríade de reflexões que me possibilitam pensar epístemes e construir um *olhar travestilizado* daquele contexto, sem esquecê-las de forma alguma, sem ignorar as germinações dialógicas no enlaçar das prospecções teorizadas – na linguagem do conhecimento formal, com sua devida licença poética.

****Pausa reflexiva****

Tanto é que uma das minhas questões, hoje, com a pesquisa acadêmica, quando aparece a categoria ‘pessoas trans’ como uma categoria guarda-chuva que apaga a categoria TRAVESTI e, em todas as bancas em que participo e textos que avalio, eu peço para colocar ‘TRAVESTIS e pessoas trans’, porque são categorias diferentes. A gente não está falando de corpos. Nós estamos falando de posicionamento político, de construções identitárias que são atravessadas por marcadores que são muito específicos. Então, a TRAVESTILIDADE para mim vai ser apresentada na minha pré-adolescência e VAI SER UM DISPARADOR, UM ELEMENTO QUE VAI ESTIMULAR UMA BUSCA, e a minha construção identitária vem se dando junto com o meu processo acadêmico. À medida que vou avançando academicamente, minha travestilidade também vai se constituindo. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

Em relação às pessoas centrais na construção e constituição de si concernente à *Identidade Travesti*. Indago à **Megg Rayara** se há momentos distintos referentes à consciência e à autonomia, considerando, inclusive, a perspectiva que abordo anteriormente sobre o processo de pertencimento e suas mobilidades sociais. Ao compreender que a consciência da Identidade está para o subjetivo, como a autonomia está para o objetivo, com isto não tenho a intencionalidade de inferir probabilidades de existência menos ou mais acertadas, mas, com os devidos cuidados, apontar para especificidades que compõem a trajetória de uma travesti em descoberta. Sob a ótica de uma *objetividade corporificada*, dadas as condições em que se revelam os marcadores de desigualdades, é necessário entender que a autonomia das expressões de gênero é, todavia, reflexo de um conjunto de saberes situados e correspondentes à experiência dissidente que incide sobre a *travestilidade*.

A materialidade do gênero de uma travesti é atravessada por fatores, estritamente, manifestados na ação de romper com o ideário hegemônico acerca do que se entende como única possibilidade de conexão aos papéis sociais generificados, sendo ainda mais controverso, quando essa construção da corporalidade intercruza com as projeções raciais. Nesse sentido, a corporalidade da **travesti negra** perpassa e coloca em questionamento o arquétipo da beleza embranquecida, das figurações estéticas e do desejo, à medida em que essas corporalidades detêm implícita sexualização – por vezes atrelada ao trabalho sexual – e, sensualidade à brasileira.

As reminiscências que tenho no âmbito do trabalho sexual, levam-me a um discurso muito recorrente que ouvimos nas relações e dinâmicas da *sexualidade como trabalho*, que é o de conexão automática dos homens negros ao “dote avantajado” (órgão sexual reprodutor). Comumente, também, é um discurso que se aplica ao imaginário social daquilo que os homens esperam de uma **travesti negra** em programas de prostituição. Narrativas semelhantes incidem sobre essas características e ganham contornos pelo viés do desejo e da satisfação sexual proporcionada, em um caráter de mercantilização. A presunção do *embranquecimento* à corporalidade de **travestis negras** é uma inércia difícil de romper, em um cenário que o apelo às transformações estéticas é demasiadamente constituído com vistas às dimensões laborais que implicam a experiência comum das trabalhadoras sexuais, na relação capital-trabalho. São códigos de conduta travesti-específicos que incutem a *dimensionalidade referencial* em termos estéticos também.

A estética, nesse caso, é reveladora de aprendizagens que nos sugerem possibilidades de mudança, de consciência (inclusive de classe) e pertencimento, para o bem e para o mal, instruindo condições de autorreflexão ao modo como percebemos os efeitos das transformações

corporais em relação a criticidade – em torno das representações socioculturais imbuídas de concepções que versam, com propriedade, sobre o *racismo estético*. É algo que tenho refletido muito nos últimos tempos, a respeito das dimensões estéticas na experiência travesti, fazendo o exercício de pensar sobre um procedimento cirúrgico em específico: a rinoplastia. A rinoplastia é uma cirurgia que repercute muito entre *Nós-Travestis*, na *Pista*, no cotidiano das inter-relações, nos grupos de redes sociais, com intensa adesão ao procedimento, tanto entre *travestis brancas*, como entre *travestis negras*. Muitas de *Nós* possuímos narizes avantajados e entendemos ser uma necessidade à harmonia estética de nossa travestilidade, embora tenhamos ciência de que a compreensão sobre definições estéticas não seja consenso e, recorrentemente, passível de crítica. É importante que nos detenhamos à realidade travesti, para não nos aventurarmos em interpretações errôneas. Contudo, a minha questão com esse procedimento é a especificidade inerente à questão da **negritude**, ao pensar sobre os atravessamentos raciais de tal desejo de mudança aos efeitos do racismo na incorporação de um ideário estético – *passável de cisgeneridade* – à experiência de travestis racializadas. Em outras palavras: em que medida é possível separar a ideia de uma transformação que visa uma aproximação ao senso estético cisgênero, de uma transformação que é reflexo do racismo?

****Pausa reflexiva****

*Eu tenho umas questões, porque as travestis, durante a ditadura, estão fazendo enfrentamento, mas quando chega no início da década de 90, a travesti perde espaço nas casas noturnas para a figura da drag queen que é um homem gay que se monta, é uma outra discussão. A **Tânia Star**, para mim, é emblemática, uma mulher negra de pele mais clara, e no final do show dela, ela tirava a peruca ou esse acessório de cabeça, às vezes eram plumas, para mostrar que ela era uma travesti careca. Quando chego em Curitiba, na década de 90, a figura da Gilda também foi emblemática [...] que era essa pessoa que circulava pelas ruas centrais de Curitiba. Nas casas noturnas, aqui de Curitiba, algumas meninas que eu assistia aos shows [...] não lembro muitos nomes porque era uma população muito flutuante, mas tinha uma menina que usava o nome de **Marie**, negra de pele clara. Eram esses shows também que me seduziam, e **TAMBÉM ERAM OS CORPOS QUE EU QUERIA TER PARA MIM. QUE ERAM OS CORPOS PRINCIPALMENTE CONSTRUÍDOS POR SILICONE INDUSTRIAL**. E aos poucos essas possibilidades de corpo vão sendo materializadas. Quando me aproximo do movimento, aqui em Curitiba, que aí vou conhecendo Andreia Cantelli, Rafaelly Wiest, Leila Diniz – que é uma cafetina de Curitiba [não sei se posso chamar de cafetina, mas hoje ela aluga quartos; a Joice que é uma cabeleireira de 76 anos. (**Megg Rayara Gomes de Oliveira**)*

Ainda sobre a discussão em torno das dimensões estéticas, **Megg Rayara** enfatiza a dualidade experiencial de gênero da *Arte Drag*, que pode facilmente ser confundida com a expressão da travestilidade, quando o fazer artístico e a constituição da identidade de gênero não são delimitados cuidadosamente e analisados pelo prisma ético e político da categoria Identidade. É mister fazer esta ressalva, visto que há certa limitação compreensiva no que tange a potencialidade política da *Identidade Travesti* e seus processos históricos no campo da

produção material desta corporalidade. Historicamente, os conceitos se misturavam e apontavam para uma pluralidade de nuances adjacentes à estética de uma corporalidade em transição. As nomeações eram outras e, muitas vezes, insuficientes para dar conta de questões tão complexas que emergiam em tempos de Ditadura no Brasil. Ainda assim, é importante ressaltar que tais (in)compreensões e questionamentos foram componentes relativos ao seu período, não com a mesma intensidade e substancialidade de informações que temos hoje, porém, com a mesma intencionalidade crítica, ao seu tempo e ao seu modo.

Não nos é interessante que beiremos ao negacionismo, pois no remontar da História visualizamos os embates que já se traduziam como reflexos do tempo presente. Com isto, não estou *aqui* para definir se *Drag Queen* é Identidade ou não, minhas ideias se enlaçam no sentido de alertar e orientar sobre a complexidade da travestilidade em seu caráter Histórico e Cultural, distinguindo-a do que parece ser mas não é. Não obstante, a travestilidade é representativa de uma miríade de composições e dimensões estéticas, nas interações e inter-relações sociais, é multifacetada, detentora de pluralismos que expressam uma única ideologia de existência – se assim posso chamar –, outorgada no campo das disputas políticas, da resistência afetiva à Identidade, da Memória e ensino-aprendizagem, oriundas de um tributo ancestral e, diria mais, de um apego cultural que se localiza no mais íntimo sentimento de pertencimento.

É perceptível, por meio das narrativas de *Megg Rayara*, a centralidade da *Dimensionalidade Referencial* à luz do impacto causado pelas figurações estéticas que apareciam em cena no século passado, no contato com a *Pista*, nos canais midiáticos, que de certa forma, incutiram possibilidades de uma existência semelhante à sua experiência. À época, como menciona a autora-participante, a travesti em cena ocupava um lugar distinto no imaginário social, era uma espécie de reinvenção dos modos de existir vigentes, que inspirava e, ao mesmo tempo, repelia. Para quem se identificava com a experiência travesti, era uma *máquina de sonhos*; já para a ordem societária cisgênera, era um desvio de práticas consideradas detratadoras da moralidade e um sinal de perigo. Em uma época que travestis eram perseguidas e criminalizadas, capturadas por *vadiagem*³⁹, permanecer esteticamente intacta não era uma possibilidade segura. A partir disso, há de se entender o porquê a *Identidade Travesti* tem especificidades genuínas, características de um período onde a violência extrema era frequente e as expressões estéticas eram outras, muito mais limitadas e passíveis de punição.

³⁹ Foi um crime previsto no Código Criminal de 1830 (século passado). Deixou de ser crime no ano de 1940, contudo os resquícios repressivos seguiram-se nas décadas posteriores, período em que LGBT, considerados “desviantes”, foram alvo de perseguições, detenções arbitrárias, censura, dentre outras formas de violências sistêmicas.

Sendo assim, não dá para fazer comparações desonestas em relação a *Arte Drag* e o *modus operandi* da travesti em outrora. São códigos de conduta e constituições de si divergentes e que acompanham os percursos e percalços históricos. **Megg Rayara** também relata sua aproximação com o *Movimento Social Organizado*, na cidade de Curitiba, em conexão com a professora de ensino básico *Andreia Laís Cantelli* [In memoriam] – à qual *Eu* pude compartilhar muitas vivências e diálogos via *WhatsApp*, quando ainda sua vida era terrena – uma grande entusiasta das transformações sociais e da referência das trabalhadoras sexuais que nos era comum; e a ativista e articuladora política *Rafaelly Wiest*, que conheci em evento organizado pela *Rede Trans Brasil*, na cidade de Curitiba (Paraná).

Aproveito o ensejo, para homenagear a querida *Andreia Cantelli*. Nos idos de 2022, aproximamo-nos pelas redes sociais (*Facebook*) e tivemos uma conexão imediata em nossas conversas. Compartilhávamos ideias parecidas, tínhamos angústias e intentos de mudança que se interconectavam. Inúmeras vezes ela foi bússola e afeto, quando me chamava para conversar sobre nossas trajetórias com o trabalho sexual e a luta árdua que precisava ser vencida contra o estigma da *Putá*, inclusive entre *Nós-Travestis* educadoras. Dos caminhos (im)possíveis aos trânsitos – que podem muito bem ser objeto de analogia ao trânsito caótico de uma grande cidade, às vezes o sinal fecha, sinaliza atenção, outras vezes não tem faixa de passagem, seguindo em desordem; e, assim é o nosso transitar pelas dissidências de gênero. *Cantelli* transitou pela vida com maestria, nos ambientes formais e informais de ensino, como exímia Mestre que era, além de saudade, deixou um legado, um conjunto de saberes na vivacidade da memória e na corporificação das trajetórias às quais dedicou sabedoria à *travesti-formação*. Ela fez parte da *Rede Trans Educ*⁴⁰, ao lado das primeiras professoras travestis-trans do Brasil e, em 2017, juntamente com a professora *Sayonara Nogueira*, estiveram à frente da fundação do *Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE)*, onde desenvolveram uma miríade de estudos e pesquisas sobre a inclusão de travestis e pessoas transexuais na Educação Básica, no Ensino Superior e no mercado de trabalho formal.

****Homenagem post mortem****

A noite para mim é emblemática. A MEGG SE MATERIALIZA NA NOITE junto com essas meninas, muitas da prostituição. Mas eu não tinha uma referência educativa. A primeira referência no espaço acadêmico que eu vou ter é da Luma Andrade [...] Tinha uma menina que hoje está fazendo medicina na Colômbia, ela era uma que me carregava o tempo todo, querendo me levar para bombadeira, ‘vamos colocar peito, vamos colocar bunda’, e eu resistia bravamente por conta dos perigos. Fui convivendo com meninas que passaram pelo sistema prisional, que foram expulsas de casa muito cedo. O Movimento Social me apresentou pessoas como a Fernanda Benvenutty, a Keila Simpson, a Jovanna Cardoso. Em 2005, 2009, não lembro a data,

⁴⁰ Primeira Rede formada por travestis e transexuais educadoras e professoras. Idealizada pela professora travesti *Marina Reidel* no início da década de 10 do século vigente.

no Encontro Regional Sul de Travestis, tive contato com essas lideranças, que vão trazendo essas demandas, e a questão educacional começa a ganhar um foco e eu já estou dentro da Universidade. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

Dra. Megg Rayara dá sentido à sua experiência com a travestilidade a partir da representação que circunda a *dimensionalidade referencial* de um modo existencialista peculiar às nuances noturnas, aos encontros pós-entardecer, com as *Damas da Noite*: muitas delas em contexto de trabalho sexual, como é enfatizado pela mesma. Podemos pressupor que há, de fato, uma ideologia acerca das travestis prostituídas que representam a referência máxima de Identidade cultural? Quando centramos nossos olhares as referências do cotidiano e as que estão aqui sobrepostas, podemos dimensionar uma ação que se forma no âmago de um *dever travesti*, situado e contextualizado. Ao contrastarmos esse caráter ideológico que figura a Identidade com a experiência travesti que exerce a *sexualidade como trabalho*, conseguimos condensar a experimentação de relações reais ou ilusórias de um grupo de pessoas pertencentes a uma mesma dissidência de gênero, não propriamente na reprodução do trabalho, mas, um pouco mais além, na construção de possibilidades de um caminho, baseado na intermediação interagente entre nossas semelhantes. Pois, a forma como experimentamos os modos de ser e estar, doravante, podem destoar das condições existenciais, à quais nos são inculcadas.

Orientada por **Stuart Hall** (2013), que, por sua vez, tem como fonte as contribuições de Althusser, no sentido de significar a experiência com a travestilidade, compartilho da ideia de que não há a possibilidade de desenvolver uma prática social sem que incida sobre nós mesmas a representação dessas condições com a realidade, enquanto constituinte de uma estrutura e tendência. Os sistemas representacionais, nesse sentido, revelam-se na enunciação de si e do coletivo, à medida em que nossos pontos de referências se mobilizam em relação às nossas próprias travesti-formações. Há uma tendência universalizante acerca das representações que significam a *Identidade Travesti*, inclusive nas interpelações intrínsecas a esse processo de transição, de conseqüente associação a uma atividade laboral estigmatizada e cercada de moralismos. Muito por inferir que essas corporalidades travesti-específicas são frutos de processos históricos, manifestados nas relações com o social e na perspectiva de uma Identidade ancestralizada, ou como diria a travesti professora *Gabriela da Silva: AncesTRAVESTIlizada*.

Certamente, essa ancestralidade se centra na experiência da *sexualidade como trabalho* e nas dimensões que implicam na ascensão social de muitas de *Nós-Travestis*, que ousamos nos atrever a também educar pela formalidade, refletindo às trajetórias que insurgem em contextos educacionais e de produção do conhecimento institucionalizado – resultado dos intercruzamentos propostos pelo *Campo-Pista*. Dos acessos negados às possibilidades de se

pensar a Educação pela travestilidade em toda sua *dimensionalidade referencial*, fundamentada no conjunto de saberes constituídos em *Pista* e atravessada pela horizontalidade do conhecimento, que é travesti-centrado e caminho às novas epistemologias que se revelam sob a ótica do compromisso ético e político.

Quando a autora-participante *Megg Rayara* relata que sua relação com os atravessamentos noturnos não a possibilitou a apreensão de “referências educativas”, é importante exprimir, cuidadosamente, que se trata de uma compreensão acerca das formalidades referentes às instituições de ensino. Estas que representam a formalização dos saberes e conhecimentos extraídos da experiência do/com o vivido e que, muitas vezes, nos são furtados. Tomados de forma desmedida, usurpados, ao bel prazer daqueles/as que dissertam sobre as relações com o real e, de maneira alguma, nos reconhecem como produtoras centrais aos seus trabalhos muito bem adornados. A opulência no fazer científico, traduzida na exaltação de grandes intelectuais, esconde os bastidores dos saberes subalternizados, das vidas precárias, que cumprem um papel fundamental à construção de base das epistemologias formalizadas. Não se trata de travar uma guerra entre saberes formais e não-formais – ainda que seja preciso –, porém, é imprescindível uma *Crítica da Razão Travesti*, em que não percamos de vista nossos reais objetivos com a produção do conhecimento. Antes de qualquer aspecto metodológico engajado, inédito e correspondente ao êxito acadêmico, nossos louros de prosperidade intelectual precisam de responsabilidade coletiva e afetiva com as que prepararam o terreno até *aqui*. Se hoje esse terreno é fértil, é porque houve uma construção de base epistemológica, que não germinou na academia. Esse é o processo do *Campo-Pista*. Reflitamos!

Indaguei-a sobre questões referentes à corporalidade e se ela percebia que as travestis em contexto de trabalho sexual foram primordiais à construção da *Megg Rayara Gomes de Oliveira*. Em suas palavras:

*Fundamental. Eu ia para o bailão, e a Monique que era uma menina branca, loira, trabalhava na porta do prédio dela, eu acho isso muito corajoso. O ponto dela era na porta do prédio, e ninguém tirava a Monique dali [...] quando ela chegava no bailão, tocava a música dela, e ela sempre com um decote muito grande, vestido muito curto. ERA UM CORPO QUE CHEGAVA FAZENDO DISCURSO. E é esse CORPO DISCURSIVO que vai ser EXTREMAMENTE SEDUTOR para mim, e é um corpo que eu queria desde muito cedo. Eu lembro muito bem da **Paloma** e escrevi sobre ela, o artigo deve ser publicado em breve, que é “UMA TRAVESTI NEGRA, UMA MULHER COM ‘PAU’ E MEMÓRIAS DE UMA INFÂNCIA PROIBIDA”, justamente porque eram corpos que eu me reconhecia neles. O corpo da Suca, a menina da revista, era um corpo que eu queria ter [...] ISSO NÃO ERA NEGOCIADO, ERA UMA CERTEZA. Comecei sim a tomar hormônios a partir da orientação de outras meninas, aprendi a aplicar hormônio líquido também. E, quando tive condições financeiras, coloquei a prótese, depois fiz uma cirurgia na barriga, tirei a gordura da barriga para colocar na bunda. Um PROJETO DE VIDA. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)*

É mister pensar em um replanejamento da estrutura social que produz formatos existenciais sucumbidos às próprias condições que estão dadas à normatização das Identidades, desde as experiências vividas em contexto de trabalho sexual, com a finalidade de traçar caminhos e possibilidades à luz de uma recomposição das sociabilidades à margem. Ao entender que determinada corporalidade – a travesti em questão – é acionada como dispositivo de referência-potência, visualizamos um emaranhado de complexidades situadas no campo da realidade concreta, emergidas, inclusive, nas relações que se fundam com base nos aspectos históricos e culturais. Há um fator que é preponderante e decisivo no modo como nos percebemos pertencentes, que reside na impossibilidade, muitas vezes, de atingirmos um horizonte de mobilidade social e ascensão, sendo esse o retrato das limitações que se sobrepõem entre a consciência e a autonomia humana – em relação ao que projetamos como identidade ideal.

Verónica Arauzo (2013, p. 120), em seu artigo “Autónomo *versus* industria del sexo. Trabajo sexual”, a partir de sua experiência com a *sexualidade como trabalho* tece uma relação entre o exercício da atividade como acesso ao mais básico, à subsistência e a necessidade de produzir economia – ao relatar sua conexão com grupos transfeministas, em especial com o *Colectivo Transexualia en Madrid*, em 1992. Para ela: “Y ello solo fue posible a través del empoderamiento de mi sexualidad. Este empoderamiento viene de una autogestión del control y de la representación, a través de la prostitución, del imaginario sexual que se construye de los cuerpos de las chicas trans”. Ao traçar um paralelo com a narrativa de *Megg Rayara*, consigo condensar aproximações em relação ao que a autora-participante denomina como “Corpo Discursivo”, quando fala sobre as memórias de uma infância proibida e da *dimensionalidade referencial* dessas corporalidades em suas projeções identitárias. Ainda que o termo “empoderamento”, trazido por Verónica, não me cative, nem seja passível de concordância, acredito que o mesmo pode ser traduzido por meio da potencialidade expressa no caráter estético – e de como esse encontro com uma corporalidade desejada pode ser uma característica de *Identidades Potentes* e, sobretudo, emergentes.

Ao longo dos tempos, desde o século passado, a relação que a travesti tem com a corporalidade e suas intervenções estéticas é peculiar, é um processo de transformação que exprime, inclusive, as suas mais íntimas ligações com o desejo e com as noções de pertencimento. A travestilidade detêm uma corporalidade – no singular, porque a compreendo como objeto de um ideário estético em todo seu pluralismo – que se reestrutura em acordo com as *negociações do sexo*. E não me refiro, necessariamente, aos contextos exclusivos de trabalho sexual, mas, contudo, ao exercício da nossa sexualidade em consonância com o gênero ao qual

reconhecemo-nos. Outrossim, quando me refiro à sexualidade não estou inferindo, propriamente, ligação direta com o ato sexual. Reporto-me à sexualidade, no seu sentido mais amplo, à perspectiva de plenitude, de bem-estar estético e, principalmente, de liberdade, corporificada na Identidade. Não nos ausentemos de olhar a realidade em outrora e no tempo presente com cuidado e atenção, pois a fertilidade do chão de saberes ao qual pisamos, é oriunda da *sexualidade como trabalho* e não seremos negacionistas quanto a isso.

****Pausa reflexiva****

Eu não quis colocar o silicone industrial [...] em função de ter conversado com algumas mais velhas que estavam fazendo o processo contrário, de retirada do silicone industrial, por conta de problemas de saúde. E não é uma questão moralista, de adotar essa postura, mas a gente precisa conversar inclusive como que o Estado não cumpre o seu papel no sentido de não acolher as travestis e as mulheres trans que estão em processo de transição. E o que sobra, muitas vezes, é recorrer ao silicone industrial, não como escolha, mas é a possibilidade mais imediata que aparece, justamente por conta de uma precarização financeira. O corpo, para mim, é central. O CORPO É DISCURSIVO, mesmo porque quando eu chego em algum espaço e, de repente, sou a única travesti, o meu corpo é discursivo. Ele DISPARA UMA SÉRIE DE QUESTÕES. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

De uma forma mais enfática, perguntei à **Megg Rayara** se na percepção dela ter assumido sua identidade após o Mestrado, teria sido fator preponderante para não ter se tornado uma trabalhadora sexual e, complemento, questionando-a se exercer a *Sexualidade como Trabalho* colocaria mais obstáculos ao êxito que alcançou como professora do Magistério Superior. Como era de se esperar, ela não se eximiu de responder com honestidade e de modo sensato diante da complexidade da questão. Para a autora-participante, cada situação tem suas especificidades, porque muitas travestis conseguiram conciliar a (pós)graduação com o trabalho sexual e sinalizou que, talvez, *Eu* conhecesse algumas. E de fato as conheço, todavia, por questões éticas, as mesmas não serão mencionadas, visto que não houve autorização prévia para registro. **Megg Rayara** citou o exemplo de duas ativistas e intelectuais que atuam na Educação e fazem parte do *Movimento Social Organizado de Travestis*, que já tiveram passagem pelo trabalho sexual. Também relatou a sua trajetória no interior do Estado do Paraná, quando precisou abandonar o curso de Pedagogia, porque em uma das aulas a professora da disciplina levou para o debate a questão da “*biologia educacional*”, com discursos extremamente violentos e patologizantes a respeito das identidades travestis-trans, tratando-as como “*aberrações cromossômicas*”. Lembrando-se que uma de suas colegas de sala segurou sua mão e disse: “Eu vou continuar sendo sua amiga de qualquer jeito”, o que demonstra o perigo à integridade emocional e o estado de adoecimento em que **Megg Rayara** estava exposta.

****Sobre a Identidade da Puta****

Aqui em Curitiba havia essa distinção do espaço educacional e do espaço da prostituição, e eu acho que esse cruzamento é mais recente. Essa intersecção que as

meninas vão fazendo entre a prostituição e a educação, sendo uma Puta Professora é decorrente de um processo de conscientização dos seus direitos, da sua autonomia, da liberdade de se constituir enquanto sujeita política. Eu acho interessante porque, via de regra, a professora cis é assexuada. É muito difícil a gente discutir a sexualidade das professoras cis, parece que elas são só professoras, e quando a gente fala de uma PROFESSORA TRAVESTI, a gente traz uma HIPERSEXUALIZAÇÃO PARA UM ESPAÇO ONDE ISSO NÃO ESTÁ ACONTECENDO. [...] É uma questão de maturidade política, se eu tivesse essa consciência, provavelmente, eu iria reivindicar esses dois lugares de uma forma muito tranquila, porque eu não vejo conflito, nem problemas, em ser uma Puta Professora ou uma Professora Puta. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

Em seguida, trago à reflexão o racismo como opressão primária, questionando-a se, porventura, em sua experiência a racialização de sua corporalidade teria sido impedimento à manifestação de sua feminilidade, considerando a intersecção do sistema sexo-gênero e das relações raciais. Ao compreender que os marcadores de desigualdades ora se sobrepõem, ora se anulam uns aos outros, elaborei esse questionamento com o intuito de conceber um compilado de impressões da autora-participante. Para tanto, ela revela que percebe o **racismo** em sua experiência, a partir do momento que intersecciona os apelidos que recebia à sua expressão com o social. Quando **Megg Rayara** se aproxima do **Movimento Negro**, percebe ausência absoluta da população **LGBT** nesses espaços, onde há uma reiteração da *Cisgeneridade Heterossexual*. De acordo com a autora-participante há uma interferência no que tange a “exigência a um corpo adaptado a um padrão de negritude”. Em especial, quando tece elucubrações sobre a constituição física da corporalidade que, teoricamente: “deveria estar adaptada a uma força, uma habilidade e uma exigência de negritude”, que a mesma não estava disposta a corresponder. Nesse sentido, o **Movimento Negro**, para ela, foi bastante problemático.

****Travesti-formação das experiências de transgressão às normas de gênero em possibilidades de aprendizagem****

Em relação às estratégias pedagógicas desenvolvidas para estar em sala de aula, ao passo que se enuncia – na corporalidade discursiva – como travesti, considerando a racialização das dissidências de gênero e a generificação das relações raciais. À priori, a compressão dessa dinâmica é fundante à análise da ‘diferença’ e suas ‘práticas de significação’. A diáspora, nesse sentido, também é essencial ao entendimento de como se configuram as relações com o capital, as culturas, o transnacionalismo e as mobilidades que emergem em meio a tudo isso (Avtar Brah e Ann Phoenix, 2017). O *gênero* e a *raça* se atravessam em processos multidimensionais, quando nos reportamos às “políticas de pertencimento”, conceito elaborado por **Gloria Anzaldúa** – trazido *aqui* com a intencionalidade de possibilitar o diálogo direto com as questões

complexas e amplificadas que incidem sobre a experiência travesti. Percebemos que a interconexão desses marcadores de desigualdades aprofundam o modo como a Identidade é compreendida, muitas vezes pela assimilação, e é orientadora de códigos e significados *travesti-específicos*. Uma vez que essa compreensão parte da contraposição à *Cisgeneridade*, mas, contudo, não se exime de questionar a branquitude imperativa no interior das nossas próprias organizações e movimentos sociais.

A partir da ideia de pertencimento, é possível que pensemos a *Pista* como ‘espaço diaspórico’, como fronteiro à identidade situada que incute a *dimensionalidade referencial*, o encantamento estético – e esse aspecto não é livre de concepções firmadas no racismo, sendo a própria noção idealística de beleza resultado da branquitude e do **racismo estrutural** – e nosso próprio fazer político-pedagógico. As identidades se sobrepõem, ora na travestilidade ora na docência, para a travesti professora a *Identidade de Gênero* e a Identidade Docente, somado à **Negritude**. O lugar de pertencimento é calculado, medido, reformulado e, muitas vezes, até mesmo reinventado. Não há a possibilidade de ser somente professora, tampouco de ser somente travesti. A *informação social* que nossa corporalidade comunica é disseminada sem que desejemos, é parte de um processo constituidor da Identidade, que dispara como um aviso de que produzimos materialidades, inclusive estéticas, na constante divergência. Somos redutos de estigmas e, assim, desvencilhamo-nos como podemos, como nos é permitido.

A seguir, à luz de intensas narrativas, podemos perceber uma didática explicativa da experiência que muito sinaliza algumas das questões apontadas.

Enquanto travesti, enquanto pessoa negra, eu sempre tive que ler todos os cânones brancos, cis, héteros [...] e, para pesquisar gênero, para fazer intersecção entre gênero e raça, tive que fazer outra caminhada, não podia ser uma professora boa, tinha que estar acima da média e me manter em sala de aula. Eu sempre tive que me abastecer de metodologias muito atuais, tive que desenvolver estratégias de permanência em sala de aula, no sentido de ser avaliada positivamente também pelo corpo discente. Estava me policiando o tempo inteiro. [...] Sempre tenho que estar analisando o meu entorno para ver como que a transfobia está operando hoje, porque a transfobia de hoje não é a mesma de ontem. EU NÃO POSSO SER UMA PROFESSORA NOS MOLDES DA CISGENERIDADE. Se eu falhar não sou perdoada, e entendo que sou um EXPERIMENTO também. A gente sempre será uma presença no sentido de não ser mediana ou ser boa. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

Examinar as práticas educativas não é uma tarefa fácil, ainda mais quando a sujeita envolvida no processo é uma travesti e negra, imprimindo no âmbito social múltiplas interpretações a respeito do caráter produtivo da mesma. Visto que habilidades podem ser questionadas e a corporalidade denunciada, porque é um ponto fora da curva que se atreve e se torna reticências, com a expectativa de uma continuidade que seja de fato *travesti-formadora* na relação com o pedagógico. A travesti que se atreve a ser educadora, teve seu percurso como

educanda e, obviamente, não entrou ali ao acaso. Houve uma necessidade de pensar *Além-Pista*, de formar novas sujeitas propositivas, onde o centro do debate fosse uma *Educação à Diversidade*, engajada e capaz de dar conta dos danos que nos foram causados por décadas: o acesso negado, a expulsão escolar e o trabalho sexual compulsório.

A *Nós-Travestis* muito pouco foi permitido, ainda estamos em processo de reconstrução, em um juntar constante dos pedaços que ficaram pelo caminho, das experiências alijadas de direitos que percorrem salas de aula e esquinas. Uma travesti que se torna professora, ativa em suas perspectivas, ora a ensinar ora a aprender, não andou sozinha. A colcha de retalhos das experiências e da *Dimensionalidade Referencial* que figura em sua memória é instrumento primordial ao intento de mudança, aos trânsitos que se estabelecem e reconfiguram as práticas e métodos de ensino, sob um olhar atento à ancestralidade. No cotidiano comum das relações esses conceitos e percepções acerca do papel protagonista que exerce a experiência situada de *travestis trabalhadoras sexuais* é preponderante às novas possibilidades de atuação, porque caracteriza um conjunto de legados históricos e culturais no campo da memória e da constituição de se – responsáveis pelo compromisso ético e transformador da realidade social.

Trata-se de uma corporalidade que tem teor discursivo, códigos de conduta e dimensões estéticas, capazes de denunciar sistemas de opressão e exploração, como a branquitude, a travestifobia (lgbtfobia) e a putafobia. Ao questionar essencialidades apenas sendo corporalidades presentes em espaços antes nunca ocupados, insurgimos como um risco à ordem societária, em especial às instituições de ensino. A corporalidade sob suspeita, por si só, representa um emaranhado de proposições a qualquer ambiente educacional, pois, a partir da ‘diferença’ intrínseca à experiência travesti, produzimos ensino-aprendizagens que se revelam no âmbito das observações – na relação com o Outro/a.

Há pouco tempo, tive a oportunidade de adentrar o espaço da Educação como *Bibliotecária da Coordenadoria Regional de Educação (CRE-Timbó/SC)* e poder vivenciar essa experiência como uma travesti que atua como servidora pública e Profissional da Educação. Antes de chegar *aqui*, vários pensamentos tomaram a minha mente, o principal deles: como seria estar inserida no trabalho formal após tantos anos de *Pista*, de intensa trajetória nas relações com o sexo? Em meio a tantas reflexões, permiti-me experienciar o que estava por vir, em um *devoir* responsável e ético com a minha formação e ação política. Confesso que ainda estou aprendendo a andar por caminhos desconhecidos, às vezes tortuosos e em outros satisfatório. Em contato direto com as escolas da Regional, senti surpresa na relação com os/as educandos/as, o que me fez constatar que a problemática maior reside na relação com as/os colegas de trabalho, justamente no receio que as pessoas adultas têm de representarmos uma

influência indesejada às/aos estudantes. E como se fôssemos um sinal de alerta que bagunça a ordem normativa de gênero naquele espaço.

Não sinto que somos uma questão a ser resolvida pelas/os estudantes, pelo menos não tem sido a regra da convivência. Uma essência situada fora dos limites normativos de gênero é ameaçadora ao sistema simbólico totalizante. Apresenta-se como uma forma de contaminação à estrutura, quando inspira liberdade e provoca encantamentos, muito parecidos com aqueles vivenciados por *Megg Rayara*, a mercê de uma infância proibida; sendo esse o medo sentido por adultos que tanto cercearam nossos direitos, inclusive o de poder olhar. Embora a experiência de uma cultura clandestina tenha nos limitado aos acessos e às expressões genuínas de interação social, abraçamos a mudança, sem nos deixarmos cair no esquecimento. Ao acendermos as luzes da sala de aula, das bibliotecas escolares, do pátio das unidades de ensino, concebemos à memória os caminhos tortuosos enfrentados por nossas mais velhas, onde o ato de se fazer presente está contido na corporalidade que denota uma relação intrínseca com o passado, de extrema ligação com a identidade de gênero comumente avistada nas esquinas.

Esse transitar identitário, ora travesti ora docente, também é produto pedagógico, revelador de uma estrutura que se desestabiliza e, por mais que se esforce na manutenção da ordem social, demonstra seu fracasso quando a expulsão é combatida no campo do produtivismo inquestionável. Aquela corporalidade abjeta de outrora, germinou, rendeu frutos e flores. Algumas batalhas foram perdidas para que insurgíssemos mais potentes, atrevidas de saberes e conhecimentos formalizados. Infiltradas na estrutura, espiãs da norma, sagazes e capazes – à luz de uma perspectiva mobilizada pela reparação histórica e apropriação das mesmas armas que nos destruíram –, atreladas ao poder. De certa forma, muitas de *Nós-Travestis*, estivemos em relação direta com o Poder, inclusive nas relações da *Sexualidade como Trabalho*, quando guardiãs dos segredos mais íntimos dos homens desta sociedade. Não era de se esperar outra atitude que não fosse a de um projeto travesti-excludente, não obstante, o que seria da masculinidade latente conviver com essas mesmas sujeitas que desmontam a (i)moralidade dos pais de família, que também foram nossos clientes? Como conviver nas luzes do dia, ou até mesmo correr o risco de nos ter como professoras de seus/suas filhos e filhas, diante de uma corporalidade que desmascara e desnuda (literalmente) a masculinidade hegemônica e suas contradições? Há uma linha tênue entre os processos de constituição de si, que emergem da Identidade de Gênero em relação à Identidade Docente, onde as práticas de ensino refletem a noção de uma única forma de pensamento e experiência.

Sobre legado histórico

NÃO ESQUEÇO JAMAIS DE ONDE VIM. ESSA DÍVIDA DAS QUE VIERAM ANTES É UM COMBUSTÍVEL COTIDIANO NAS MINHAS PRÁTICAS. Tanto é que a primeira coisa que eu faço quando assumo uma disciplina é OLHAR AS REFERÊNCIAS e tentar identificar como vou inserir outras narrativas. Quando vejo as referências complementares é ali que tenho essa condição de fazer esse movimento sem criar um embate. Eu não vou deixar me capturar. [...] CAIR NA ARMADILHA DA CISGENERIDADE de jeito nenhum. E justamente essa RELAÇÃO COM O MOVIMENTO SOCIAL DE TRAVESTIS e transexuais ensina muito para a academia, PORQUE A PUTA E A DOUTORA SE SENTAM NA MESMA MESA, discutindo em pé de igualdade, e isso a gente não vê em nenhum outro movimento, em nenhuma outra epistemologia. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

Para **bell hooks** (2020) narrar histórias é um caminho de possibilidades que aglutinam o início de um processo de construção de comunidade. Destarte, quando voltamo-nos às narrativas, às minúcias das reminiscências, fica nítido a apreensão de um olhar histórico de comunidade, de uma tradição que não se expressa como convenção, mas, sobretudo, como possibilidade de assentamento: das ideias, dos aprendizados, das lutas, dos fazeres políticos e de um aprender constante em sala de aula, como professoras-educadoras. A *Nós* não foi entregue um manual de como ser uma professora travesti, tampouco indicando as (im)possibilidades que viriam pelo caminho. Como conceber essa corporalidade dissidente, marcada pelo estigma, imbuída de *CORPOVERGÊNCIAS*, em sala de aula? Como se equilibrar entre a naturalização das convenções sociais impostas pela *Cisgeneridade* e o rompimento dessa estrutura? **Megg Rayara** indica-nos algumas brechas, sinais que apontam para um caminho, quando fala sobre não se deixar capturar, não cair na armadilha da *Cisgeneridade*.

É um trajeto sinuoso, que nos sinaliza alguns pontos de parada, sem que atoplemos as chances que nos aparecem, o que me parece ainda ser tortuoso, principalmente no momento em que ela diz “*sem criar embate*”. O que me parece ser estratégico, nesse sentido, é justamente fazer o *Jogo da Cisgeneridade*, encará-la e aprender com suas artimanhas, sendo esse um disfarce para entender como o sistema funciona e, posteriormente, investir no que poderia ser de fato a experiência inerente da travesti professora – sem polimentos, sem a angústia de perder espaço apenas por existir na sua essência. Aparentemente, o estado da *Travestilidade à Deriva* se encaixa nesse propósito, à medida em que estamos em constante autocontrole no que diz respeito à nossa inserção nos espaços que versam sobre Educação. Posicionadas ao centro, às vezes navegamos pelas margens, mas quase sempre seguimos a maré, em busca de abrigo, porque precisamos chegar de alguma forma, nem que seja em um processo de adaptação aos determinismos impostos.

O pensamento dominador nas Instituições de Ensino, sob resquícios da colonialidade, faz-nos acreditar que há uma incapacidade em nossas movimentações política-identitárias, considerando que a Identidade não é uma incorporação destituída de idealizações políticas

intrínsecas à sua natureza, quando projetamos nossas experiências de vida à uma inserção social. **bell hooks** (2020) nos ensina que a teoria pura não funciona nem causa efeito à transformação quando destituída das histórias narradas. Em se tratando das experiências travestis, elas dimensionam a grandiosidade de prospecções que se fundem a um objetivo coletivo, no (en)canto das vozes esquecidas que interpelam a realidade social com criticidade e esperança de transformação. O resgate da memória, quando contido em narrativas orais, conduzem-nos a um constructo de fazeres políticos articulados ao intento de uma teoria radical que, com primazia, fomenta ações determinantes ao carácter genuíno da travestilidade – onde não sejamos mais corrompidas nem manipuladas ao bel prazer de um sistema que mantém como ordenação a normatização de nossas corporalidades.

*****Sobre epistemologias*****

A epistemologia travesti que a gente desenvolve é dos lugares mais variados. Ter esse jogo de cintura, se equilibrar nesse salto alto [...] as meninas fazem esse movimento na prostituição, a gente faz isso na sala de aula. Não permitir de forma nenhuma essa captura, ter um sendo crítico o tempo inteiro e procurar as brechas por onde vamos inserir as novas narrativas. A travestilidade está chegando de uma maneira muito potente, com a gilete rodando, ela acha a gilete na ponta. Não dá pra cair nessas ARMADILHAS DA CISGENERIDADE BRANCA NORMATIVA. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

De forma precípua, **Megg Rayara** destaca a *epistemologia travesti* que desenvolvemos, desde a *Pista*, consonante ao que foi tratado até *aqui*, em torno das correlações entre uma identidade que se constitui nas relações da *Sexualidade como Trabalho* como *dimensionalidade referencial* e da identidade docente que se equilibra por volta de uma fronteira sensível de manutenção identitária. Todavia, esse processo de correspondência não vem desacompanhado, pois, também, é resultante de um cálculo deliberado que advém da *branquitude* e suas constantes tentativas de alienação social, inclusive das capacidades (im)produtivas do ser social dissidente, justamente por isso os repetidos registros de que *Nós-Travestis* precisamos desempenhar sempre o nosso melhor. Dificilmente perdoadas quando erramos e/ou traçamos um novo trajeto, incorrendo no risco de punição, na maioria das vezes severas.

A travesti, além de atenta, necessita estar se modulando conforme os espaços em que ocupa. No interior da própria *cultura popular travesti* – esta que recorrentemente é associada ao trabalho sexual e, que desde outrora, elabora ao imaginário social figuras de Identidade – encontra-se um viés de ruptura com as convenções dissidentes que permeiam a construção estética e política, em especial quando nos deparamos com uma miríade de travestis ascendendo posições sociais e de mobilidade. O que instaura uma espécie de choque realístico, ao passo que é emergente a consolidação de novas formas de produção de saberes,

aproximadas ao fazer científico, à Educação formal e a adaptação como recurso à permanência institucional. O acesso nos impõe alguns limites, aos quais condicionam nossas experiências a uma revisitação identitária, para assim, ser moldada à estrutura social em acordo com algumas negociações. Nossa permanência é negociada, por vezes, sob a condição de apagamento cultural, sendo um despertar aos reaprendizados, e esse é o limiar estruturante que nos constitui como professoras e/ou educadoras.

Contribuições, legados e símbolos deixados pelas travestis em contexto de trabalho sexual. Estratégias para inserir travestis prostituídas no âmbito da Educação

No decorrer da longa transição para a ascensão acadêmica e, recentemente, precisamente na última década, na formação de travestis docentes do ensino básico, técnico e superior e no desenvolvimento de novas políticas identitárias, houve uma luta mais ou menos contínua em torno de uma contracultura das travestis acadêmicas. Em suma, àquelas que enfrentaram seus processos de reconhecimento e pertencimento um pouco mais tarde, já estabelecidas no bojo das relações sociais, em consonância a uma asseguuração dos espaços desbravados. Ou seja, a tal transição tardia reside justamente no fato de haver uma correspondência entre a ordem societária e a afirmação identitária, e de como esses aspectos necessitam de uma complementação e aprovação social à permanência de uma corporalidade dissidente em espaços diversos. Ao passo que o firmamento da identidade se torna dependente de uma correspondência auspiciosa intrínseca do imaginário social hegemônico, que a todo momento nos circunda de adestramentos, por vezes subjacentes, com base em uma perspectiva de higienização social. Portanto, a imagética que se produz sobre a travesti – como sujeita de uma sexualidade exacerbada – é, conseqüentemente, uma atribuição punitiva que se pretende mantenedora dessa ordem social branca e cisgênera.

Este fato deve constituir o ponto de partida para a compreensão das possibilidades de ser e estar travesti que afloram a partir de uma base identitária, ancestral e que se fixou por muito tempo naquilo que ousou chamar de *Cultura Travesti*, sob a *dimensionalidade referencial*, tanto na base de uma tradição quanto de suas transformações. As mudanças no equilíbrio e nas relações de ascensão ao longo dessa última década se revelam, frequentemente, nas lutas em torno da mobilidade social, contracultura e formas de vida das travestis acadêmicas. A tradição travesti no que diz respeito a correlação entre Identidade e *Sexualidade como Trabalho* constituía um dos princípios locais de resistência. Hoje muito mais sob o aspecto da referênci-

potência, porque entendemos que esses trânsitos eram emergentes, significativos e travesti-formadores para se pensar nosso lugar na Educação Formal.

Essa tradição travesti, que nada tem a ver com um ímpeto meramente conservador, retrógrado e anacrônico, muitas vezes sendo mal interpretada, diz sobre as sociabilidades travesti-específicas e seu conjunto de saberes que, desde outrora, provocam rupturas em práticas essencialistas, moralistas e excludentes – à luz de uma ancestralidade provida de fundamentações histórico-culturais. Se na atualidade a trabalhadora sexual e a docente se sentam à mesa juntas é porque em algum momento isso foi reivindicado, pautado como prioridade, por todas *Nós-Travestis* que estivemos do lado de lá, em contexto de *Pista*. Não sendo mais possível deixar-nos para trás, em um impulso de esquecimento/apagamento do trabalho de base iniciado pelas corporalidades prostituídas. Resgatar essa memória, em um exercício pedagógico sob os fundamentos do *Campo-Pista* é um ato genuíno de fazeres pedagógicos que se pensam e se propõem decoloniais. A saber:

O legado das putas, são elas que pavimentam o caminho que me conduziu para a Universidade. São as putas as primeiras a pavimentar um caminho que vão nos conduzir, primeiro, para uma política de Saúde, e depois para uma política educacional. A Luma defende o Doutorado dela em 2012, são cinco anos de um espaço da defesa da Luma e da minha defesa de Doutorado em 2017. A Luma vai acender uma série de tochas, lanternas e velas para iluminar o caminho de tantas outras. E a Luma também passou pela prostituição, e ela não pôde discutir isso na Tese dela porque foi orientada a não trazer essa questão, justamente para não dificultar a permanência dela nesse lugar. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

Eu tenho uma dívida para com a vida das que vieram antes, são as putas que fazem esse trabalho e tenho consciência e gratidão, eu sempre pauto essa questão em todos os lugares por onde passo. Também lembro que são as putas que vão ajudar a criar e estruturar o Movimento LGBT no Brasil, ainda que o T entre por último, esse tal Movimento Gay só vai existir graças ao trabalho das travestis, Jovanna Cardoso, Elza Lobão, e assim por diante. Essas meninas são emblemáticas. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

Orientada por **Audre Lorde** (1979) quando diz que todas as nossas diferenças são iluminadas pelo pessoal e o político, entendo que **Megg Rayara** ao ressaltar que detém uma “dívida para com a vida das que vieram antes” está justamente inferindo esse efeito político que carrega a magnitude da *Identidade Travesti* e seus desdobramentos sob as condições reais que marcam nossas experiências do/com o vivido, desde os contextos de *Pista*, já muito referendados pela autora-participante. O pessoal e o político se entrelaçam em um equilibrar constante das dissidências raciais e de gênero, utilizando-se de estratégias à luz da diferença e suas implicações às ações que se mobilizam no campo do social. E, como pudemos perceber nos trilhos analíticos dessa complexa locomotiva de saberes, por vezes, regida por uma certa

doutrinação há muito articulada pela Branquitude e *Cisgeneridade*, sendo-nos incumbida a tarefa de assujeitamento, para assim alcançarmos um estado de permanência.

Mesmo que nos reste trancafiar o que aprendemos com nossas mais velhas – a *dimensionalidade referencial* – em um calabouço de memórias, no vai-e-vem das emoções, dos adestramentos que nos assujeitam ao desejo de ascensão, encontramos-nos sozinhas em um intenso resgate das nossas referências, para que não percamos de vista o que nos trouxe até *aqui*. Esse viés político sob a regência da **Ancestralidade**, ou da própria *AncesTravestilidade* (Gabriela da Silva, 2023), ancora-se determinantemente na corporalidade, nos códigos de conduta e nas dimensões estéticas que expressa a figura da travesti à brasileira. Nessa perspectiva, **Jovanna Cardoso da Silva (Jovanna Baby)** – Matriarca do *Movimento Brasileiro de Travestis* – e **Letícia Carolina Pereira do Nascimento**, no artigo intitulado: “*Travestis Negras: parteiras do Movimento LGBT*”, destacam que “**É DAS RUAS QUE O AFRO+TRANS-TRAVESTI+ANCESTRALIDADE EMERGE**” (Silva; Nascimento, 2022 **grifo meu**). As autoras fazem referência a **Xica Manicongo**⁴¹, uma africana do Congo, dissidente de gênero que, à sua época, já subvertia as normatizações de gênero. Importante ressaltar que a terminologia “travesti”, como a identificamos na atualidade, tem sua apropriação de pertencimento na segunda metade do século passado. Todavia, as sujeitas às quais nos referimos não, uma vez que as experiências com as dissidências datam historicamente de períodos longínquos. Portanto, podemos inferir que muitas de *Nós-Travestis* existimos mesmo na impossibilidade, dado o contexto histórico, de uma nomeação distinta, que de fato fosse representativa da experiência vivida.

Nos idos de 1979, a ativista travesti negra, **Jovanna Cardoso da Silva**, na cidade de Vitória – Espírito Santo, participou como cofundadora da *Associação Damas da Noite*, uma entidade que se formou a partir da necessidade de um órgão representativo que pudesse tratar das demandas específicas das trabalhadoras sexuais, tanto mulheres cisgêneras quanto travestis – aliadas com o propósito de luta por direitos, contra o estigma e a repressão do braço armado do Estado, que à época agia com truculência, no sentido de criminalizar essas corporalidades dissidentes. No ano seguinte, em 1980, **Jovanna** migra para a cidade do Rio de Janeiro, em contexto de trabalho sexual, onde constrói novas possibilidades de inserção social, quando em 1992, juntamente com **Beatriz Senegal, Elza Lobão, Josy Silva, Monique Du Bavieur** são responsáveis pela fundação da Associação Astral, sendo a primeira organização liderada por travestis a nível global (Silva; Nascimento, 2022). Destarte, ao fazermos um paralelo com a

⁴¹ De acordo com os registros históricos que datam de 1591, **Xica Manicongo** foi acusada do crime de sodomia, uma vez que a mesma não se vestia com “trajes masculinos” (De Jesus, 2019).

resistência de *Marsha P. Johnson* e *Sylvia Rivera* nos Estados Unidos da América (EUA), podemos perceber que a trajetória das travestis negras, em especial, é marcada historicamente pela relação direta com os movimentos de rua e da *Pista*. A organização política se funde à insurgência necessária e, de forma preponderante, às transformações sociais que incidem sobre as noções de pertencimento, mobilidade e ascensão, em atribuição à *dimensionalidade referencial* das pioneiras no Continente Americano.

Viés pedagógico na/pela luta das travestis trabalhadoras sexuais em relação ao *Ativismo pela Educação*. Saberes travestis, constituídos pela *Pista*, onde tudo começou, como produtores da identidade docente da travesti professora

O *Campo-Pista* como instrumento pedagógico, sob a interpretação de um percurso metodológico, é um desafio analítico no campo das compreensões acerca das sujeitas políticas aqui trazidas. Sobretudo, um exercício de pensar para além do que já está consolidado e firmado epistemologicamente, sendo um intenso desbravar de perspectivas outras capazes de auxiliar o pensamento crítico contido nas pedagogias decoloniais. Não se configura como uma tarefa simples a ser desempenhada, justamente por estar envolto de complexidades históricas e culturais, contudo pretende-se um deslocamento das ideias rumo à construção de uma subalternidade, de fato, produtora de Ciência Humana, com toda a reverência e referência que lhe é digna. É nesse trânsito de saberes, iluminadas pela *dimensionalidade referencial*, que são produzidos processos de ensino-aprendizagem que, em outrora, foram negligenciados e varridos do chão das escolas, porque talvez *Nós* mesmas não soubemos e, ainda não saibamos, inculcar nossa ancestralidade nos espaços educacionais sem pecarmos por omissão. Nesse sentido, para *Jovanna Cardoso da Silva* e *Leticia Carolina Pereira do Nascimento* (2022, p. 29 grifo meu) “*Xica Manicongo* é um símbolo de que as travestis negras deste país (Brasil) sempre estiveram na linha de frente da resistência, e permanece viva em nossa Afro+Trans-Travesti+Ancestralidade brasileira”. Em consonância com o exposto, com a palavra *Megg Rayara*:

Essa pedagogia da prostituição está em todas Nós, não tem como a gente fugir disso. Isso não é uma questão de você estabelecer como vai se constituir enquanto travesti. Essa pedagogia atravessa não só nossas corporalidades, mas também as nossas narrativas, constitui as nossas bases teóricas. De alguma forma, a gente está trazendo para dentro da Universidade essa pedagogia da puta, essa pedagogia da calçada, essa pedagogia da esquina. [...] Quando eu penso na exclusão, quando eu penso na violência, quando eu penso na adultização, quando eu penso na construção corporal, quando eu penso no não-acesso ao mercado formal de trabalho, EU ESTOU

FALANDO DE UMA PEDAGOGIA DA PUTA, ou da TRAVESTI PUTA. São vários atravessamentos, vários conceitos, que emergem desse lugar. A minha grande briga com pesquisadores/as cis que estão discutindo travestilidades/transsexualidades é não conseguir entender essas aproximações, essas nuances, várias camadas que estão presentes nessas narrativas. Quando a gente pensa no extrativismo acadêmico, quando essas pessoas vão para uma área de prostituição e exploram discursivamente essas travestis e depois elas não são tratadas como produtoras de conhecimento, é justamente por conta de uma DIFICULDADE EM ESTABELECEER UM DIÁLOGO HORIZONTALIZADO. ESSA PEDAGOGIA DA PUTA ESTÁ EM TODOS OS TRABALHOS QUE A GENTE PRODUZ. Quando trabalho com o conceito de genealogia e vou buscar a História da Yayá Mariquinha no século 19, quando eu trago Xica Manicongo, quando eu trago a Vitória presa em Portugal em 1576, trabalhando na prostituição. Como que eu não estou falando de uma epistemologia e de uma pedagogia da travesti? Como que eu não estou falando de uma pedagogia puta? Elas estão o tempo todo em nossos trabalhos. A Amara Moira assume isso de uma forma escancarada, e ela não precisa assumir isso para Nós, ela precisa mostrar isso para a sociedade da norma, tipo 'agora eu vou fazer um beabá para vocês entenderem o que as travestis estão falando'. (Megg Rayara Gomes de Oliveira)

Como trabalhadora sexual, exerci de forma independente e conheci inúmeras facetas da *Sexualidade como Trabalho*, desde minhas impressões subjacentes em âmbito familiar – sob um atravessamento geracional das mulheres matriarcas que me criaram até minhas andanças pela *Pista* – que iniciou precisamente na Rua Isidoro Caetano, em Balneário Camboriú. Foi nesta cidade, onde trabalhei por anos, que passei a compreender a necessidade de constituir uma materialidade de gênero, para além das motivações reais que me levaram a adentrar o Universo da prostituição: a necessidade financeira, a independência e, principalmente, a plenitude de um pertencimento genuíno. Uma travesti quando acessa esse espaço restrito da *Pista*, compulsoriamente, pois acaba sendo sua última opção dentre escolhas relativas de subsistência – o que torna um estado de obrigatoriedade, inicialmente não dimensiona quais seus efetivos efeitos. *Nós-Travestis* nos atiramos ao desconhecido, muitas vezes sendo um caminho sem volta, imbuído de ruínas e trânsitos conturbados.

Atualmente, quando visualizo uma miríade de travestis em contextos educacionais, sinto-me aliviada de certa forma. Não porque a prostituição é um lugar tão ruim assim, mas porque percebo que a *Dimensionalidade Referencial* também criou perspectivas consistentes e aprofundadas de transformação, ascensão e mobilidade social. Estar trabalhadora sexual ao mesmo tempo em que estamos como acadêmicas nem sempre é um transitar tranquilo. A *Sexualidade como Trabalho* na experiência travesti nos exige um árduo processo de revisitação existencial, de equilíbrio emocional e propósito de mudança, considerando a exaustão a que somos submetidas nesse contexto de trabalho precário. Quando revisito meu passado, volto-me àqueles momentos, quando criança, em que passava pelas travestis na Avenida do Estado em Balneário Camboriú, com olhares atentos de uma observância constante. Pensava com minha ingenuidade sobre o que aquilo podia representar e significar, para além dos olhares curiosos.

Fui crescendo como telespectadora daquelas corporalidades dissidentes, como alguém que buscava entender a complexidade daquelas sujeitas e sua relação com as esquinas. Era tudo muito inquietante, talvez porque o sentimento da diferença já fizesse morada em mim. E justamente ali residia a *Dimensionalidade Referencial* que incorporei anos depois, tornando-me uma delas, uma semelhante, que a conta gotas foi digerindo essas nuances generificadas em si própria, como também apontam os fragmentos da autora-participante **Megg Rayara**.

Nestes nove (9) anos em que exerci o trabalho sexual, tive a oportunidade de conhecer muitas travestis, todas com histórias semelhantes de superação e visualização de um outro amanhã, onde as possibilidades se expandiam em um horizonte de *travesti-formação*. Nenhuma delas compreendia a prostituição como um estado de permanência, pontualmente porque concebiam a *Pista* como um lugar de passagem, efêmero, passível de ser encerrado, dos encontros às despedidas. Ainda que alguns desejos fossem utópicos, a esperança sempre conduziu a trajetória das travestis prostituídas. Nossos sonhos eram compartilhados, nossas angústias acalmadas, pois era possível tecer afetos em meio a tantas violências. Porque como nos ensina **bell hooks** (2020, p. 94): as histórias “contêm o poder e a arte da possibilidade”, deste modo, elas traduzem o anseio por transformação, muito presente no que *Nós-Travestis* esperamos da relação com o mundo em toda sua potência interventiva à realidade social.

Somos corporalidades dissidentes que educam, a nós mesmas sob a ancestralidade pedagógica e à ordem societária que nos mobiliza à ação. Rua Isidoro Caetano, a histórica rua 200, rua Chile, Avenida do Estado, foram lugares onde trabalhei em Balneário Camboriú e que compuseram grande parte do arcabouço teórico e analítico, *aqui* despendido. A *Pista* e seus processos de ensino-aprendizagem, a experiência do/com o vivido, as histórias contadas e compartilhadas, os ensinamentos e fundamentos de uma ancestralidade travesti viva na memória e corporificada no cotidiano das esquinas, serviram como base ao pensamento crítico, à busca de um olhar generoso e cuidadoso para repensar inclusive nossa relação com a Educação – que não faz sentido sem a participação total de nossas mais velhas. A *Dimensionalidade Referencial* insurge como possibilidade de uma *pedagogia engajada*, à luz do *Campo-Pista*, que nasce genuinamente dos fazeres educacionais informais.

Sob essa perspectiva, ancorada no pensamento da socióloga italiana Silvia Federici (2019), sobre *Sexualidade como um Trabalho*, quando nos aponta o “caráter esquizofrênico das relações sexuais” para inferir que as mulheres cisgêneras têm a responsabilidade de tornar essas experiências sempre mais prazerosas aos homens. O que as faz menos responsivas sexualmente, exprimindo a ideia de trabalho, porque o sexo se posiciona justamente como um dever às relações de conjugalidade e/ou matrimônio. Outrossim, para a autora há um aprendizado

oriundo da sexualidade mulheril, que consiste em “aprender a ter prazer para dar prazer”. Em uma análise mais aproximada à realidade social das travestis, o trabalho sexual exercido advém de uma determinação compulsória, ao considerarmos os processos históricos de exclusão e exploração das corporalidades dissidentes. Todavia, a ideia de trabalho não é mutável, sendo indelével sua condição real de exercício laboral.

Por mais que haja essa compreensão de que se trata de uma atividade desenvolvida, majoritariamente, sob a intencionalidade do sistema em compelir um estado de permanência subalternizada à experiência dessas sujeitas, sua raiz idealística sobre as condições reais de sustento por meio da *Sexualidade como Trabalho* não se perdem nesse processo, uma vez que é essa atividade que possibilita a subsistência de muitas de *Nós-Travestis*. Por outro lado, como foi tratado anteriormente, pós-anscensão social, muitas travestis em contextos educacionais, transitaram entre os programas de prostituição e os programas de pós-graduação, mantendo forte relação com a *sexualidade como trabalho*. O que me parece ser sintomático de um processo de ensino-aprendizagem inerente às linhagens de trevestis que sucederam um intento de propagação dos fundamentos ancestrais que atravessam a experiência travesti em *Pista*, desde a segunda metade do século passado.

Ainda para Silvia Federici (2019 n.p.): “a subordinação da nossa sexualidade à reprodução da força de trabalho significou que a heterossexualidade nos foi imposta como o único comportamento sexual aceitável”. Importante destacar que a autora se reporta o tempo inteiro a uma mulheridade cisgênera, o que não nos impede de ampliar a análise nos termos da travestilidade e verificar suas aproximações e seus distanciamentos em uma investigação mais aprofundada acerca das dissidências raciais e de gênero e sua relação com a *Sexualidade como Trabalho*. Nesse sentido, a *Cisgeneridade* também imposta às corporalidades que divergem das normatizações generificadas, compreende aspectos múltiplos de Identidade e suas dimensões raciais, que inclusive se inter cruzam com os fazeres da identidade docente.

Alguns resquícios da *AncesTravestilidade* em contexto de *Pista* manifestam-se justamente a partir das relações subjacentes com a sexualidade, doravante, sob uma perspectiva da *dimensionalidade referencial*. A partir dessa raiz comum de que para as mulheres e travestis o sexo é trabalho, partindo da ideia de que quanto mais liberdade sexual mais trabalho é que se estabelece um entendimento de que o trabalho sexual está para além de uma formulação moral tacanha. Visto que essa relação laboral corresponde a questão social do trabalho, no interior de uma ordem societária que delimita valores aceitáveis e não aceitáveis de acordo com os códigos morais vigentes, como forma também de apagar os trabalhos não-remunerados exercidos pelas mulheres, travestis e demais grupos subalternizados.

Em complemento, a autora revela: “pais, irmãos, maridos, cafetões agem como agentes do Estado, supervisionando nosso trabalho sexual, assegurando que ofereçamos serviços sexuais de acordo com as normas de produtividade socialmente sancionadas e estabelecidas” (Federici, 2019, n.p.), interconectando esse pensamento à dependência econômica como meio de controle à sexualidade, em consonância ao que enfrentam ao longo de décadas as travestis que exercem o trabalho sexual, visto que é expressivo da realidade social concreta o acesso compulsório da nossa população às atividades laborais com o sexo, como também apontam os dados apresentados pelas *Organizações Sociais Brasileiras*.

****Aprendizados desde a Pista: pedagogias nas vozes de corporalidades
prostituídas****

Aquilo que a Maria Clara chamou, quando ela discutiu a Pedagogia das Travestilidades, elas deixou muito explícita essa compreensão. Eu fiz uma entrevista com a Indianara Siqueira, que eu chamei ‘Indianara Siqueira: uma puta educadora’, no sentido duplo da palavra no Brasil, no sentido de ser uma grande educadora, uma grande puta, prostituta, trabalhadora sexual que é educadora. E entra a dimensão de não sermos necessariamente professoras, porque às vezes as pessoas confundem, mas de sermos educadoras. Existe toda uma história da Educação Não-formal, que para a comunidade travesti, deu-se nos espaços de prostituição. ESSE É O NOSSO ESPAÇO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL. Quando a gente não podia estar na Escola, a gente estava APRENDENDO NA CAFETINAGEM, NAS RUAS, NAS ESQUINAS, ERA O ESPAÇO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA TRAVESTILIDADE, fora do ambiente formal. Essa dimensão educacional histórica da travesti está ligada a um espaço que vai ser predominantemente ligado ao trabalho sexual. Esse é o nosso desafio hoje, de trazer essa referência ancestral que veio da educação não-formal ocupando o espaço da educação formal. (Jaqueline Gomes de Jesus)

As duas autoras-participantes, doravante, compartilham de uma compreensão acerca de um determinado “espaço histórico de formação”, que advém dos processos de ensino-aprendizagem não-formais, quando se remetem à construção de base, sobretudo política, das travestis em contexto de prostituição-trabalho sexual. Recorrentemente o viés pedagógico é pontuado no que diz respeito a trajetória dessas sujeitas históricas e políticas, refletindo em um *Ativismo pela Educação*. Desenvolve-se uma simbiose entre *Identidade de Gênero e Docente*, para justificar a profundidade analítica dos intercruzamentos entre Raça, Travestilidade e trabalho precário (prostituição) e sua relação com a Educação. Nesse diapasão, figuras emblemáticas como *Maria Clara Araújo dos Passos*, *Indianara Siqueira* e *Amara Moira* são citadas como ativistas e pensadoras/acadêmicas que trazem suas ideias alinhadas a essa compreensão de formulação crítica.

Maria Clara Araújo dos Passos é uma travesti negra, pedagoga e Mestranda em Educação que se aproxima às tramas do pensamento em rede dos Movimentos Sociais para atribuir às travestis brasileiras em contexto de prostituição o caráter fundador daquilo que ela

chama de *Pedagogia das Travestilidades*. *Indianara Siqueira*, por sua vez, foi responsável por cunhar o termo “*TransVestiGêner*”, utilizado com frequência em variados trabalhos científicos e, muitas vezes, acionado como Identidade por algumas pessoas. Já *Amara Moira* é uma travesti, Doutora em Crítica Literária que escreveu o livro “*E se eu Fosse Puta?*”, fruto de um período em que exerceu o trabalho sexual – uma espécie de laboratório para a escrita da obra. Com isso, são suscetíveis as menções que identificam, sob um olhar histórico-cultural, práticas de ensino-aprendizagem oriundas de um fazer político mais centrado à experiência que sucumbe aos regimes de poder.

Nas artimanhas da exclusão social, experimentar outras formas de ensinar e aprender é imperativo de existência, conforme uma necessidade coletiva. Não vejo sentido em distinguir a Educação formal da informal. À essa altura, devemos criar um Olhar Generoso ao longo da cronologia do tempo, ter o mínimo de sensatez frente à realidade social datada e, sobretudo, compreender a importância das contribuições efetivas que fizeram florir novas possibilidades de inserção social, onde práticas transformadoras quebraram paradigmas de uma conjuntura que deixou rastros de exploração, desonestidade intelectual e epistemicídio.

A estrutura social tem grande responsabilidade à manutenção dos saberes subalternizados em *Pista*, igualmente apropria-se sem nenhum pudor desses saberes. Em especial, quando não reconhece a potencialidade dos subsídios da oralidade que compõem a formação do pensamento crítico, das análises e metodologias científicas da comunidade acadêmica. É fundamental o exercício da autocrítica à compreensão dos processos históricos e culturais que constituem os fundamentos de uma *Educação à Diversidade* e, acima de tudo, honesta e ético-política no que diz respeito aos fazeres pedagógicos, pois eles são tanto referentes a *Nós-Travestis*, como somos a própria Referência em sala de aula.

Assim como em contexto brasileiro houve uma integração entre as trabalhadoras sexuais e as travestis e mulheres transexuais, *Cristina Gairazabal* (2018) no artigo “Feminismos, sexualidades, Trabajo sexual” da obra “*TRANSFEMINISMOS: epistemes, fricciones e flujos*”, relata que no princípio dos anos 80 do século passado, em uma Jornada Feminista de âmbito estatal em Madrid – Espanha, essa realidade também foi marcada com a presença das travestis, pois para as feministas as mesmas (personas trans) as fizeram repensar o sistema sexo-gênero. Despontavam teorizações profundamente impregnadas da dicotomia Natureza/Cultura, imperativa nos discursos dominantes. Para tanto, esse esquema passou a ser revisado no emergir da realidade *travesti*. A questão do trabalho sexual compulsório às travestis obrigou à reflexão sobre a relação entre gênero e sexualidade, assim como a maneira que as feministas, à época, percebiam o gênero na realidade local. Assim sendo, chegaram a uma concepção mais

estrutural, entendendo como um sistema de opressão desde uma perspectiva interrelacional, aproximando-se de outras categorias opressivas, como o *dispositivo da sexualidade*.

Surge em 1995 o Coletivo Hetaira⁴², baseado fundamentalmente na aliança entre mulheres, inclusive com a presença da Identidade Travesti, para questionar o estigma da Puta, que não recai somente àquelas que se dedicam ao trabalho sexual. Para Gairazabal (2018) “el estigma puta actúa como amenaza para todas y especialmente para aquellas que manifiestan comportamientos ‘incorrectos’ desde el punto de vista de la moral dominante”. Nesse sentido, interessa-nos refletir em como o estigma, na experiência travesti, alcança dimensões maximizadas de subjugação, considerando a sociabilidade sócio-histórica dessas sujeitas no descarrilhar dos processos de subalternização. Destituídas de direitos e sentenciadas compulsoriamente à prostituição, atrela-se a isso o fato das modificações corporais, que infringem, de certa forma, os códigos vigentes de normalização das corporalidades à luz da *Cisgeneridade*.

Importante demarcar que o trabalho sexual exercido pelas travestis é uma atividade laboral repleta de contrastes e ambivalências, apresentando expressões da Contradição, em que a necessidade social entra em conflito com a garantia ao acesso. Em outras palavras, prostituir-se é uma necessidade que se revela nas relações com o cerceamento de direitos, todavia ela produz subjetividades outras que exprimem conexões com o desejo, com a percepção dos sentidos no campo afetivo, trazendo significados à sua realização. Não obstante, há se de enfatizar a conduta de algumas travestis trabalhadoras sexuais que têm uma relação com menores efeitos sobre a sua experiência no que concerne aos prejuízos causados pela repressão, desproteção e demais violações de vidas precarizadas. A identidade da trabalhadora sexual insurge como perspectiva idealística que se manifesta nas relações com o próprio desejo e as expressões idiossincráticas características de uma corporalidade que se constitui, doravante, à conjuntura social e cultural. Ou seja, a dimensionalidade referencial, de que tanto fiz menção, projeta-se em consonância às transformações do corpo, em uma interligação contínua entre corporalidade-desejo-atividade laboral.

Voltando-me às experiências no chão das escolas, em especial como educanda, detenho-me a lembrar das relações estabelecidas com minhas/meus professoras/es, das dificuldades no percurso experimental das expressões generificadas às afetuosidades que desenvolvemos mutuamente nos processos interpessoais, em um constante adaptar-se, à uma conjuntura onde a resiliência na maior parte do tempo era o propósito diário. Ainda que condicionada a muitas

⁴² Ver mais sobre o Coletivo: <www.colectivohetaira.org>.

violências, o bem e a boa vontade se fizeram presentes em minha trajetória escolar. Quase sempre, é fundamental elevar a dor, apontar as tragédias, os malefícios de uma estrutura opressiva, as perseguições à diferença, sem que deixemos de registrar nossas alegrias. Apesar da dor, houveram intensos momentos de um partilhar feliz, de faceirice e fazer brincante. A corporalidade expressiva, características em contraste, ambiguidade de significados e representações das dissidências, desde a tenra idade, foram objetos da (in)compreensão de muitas/os colegas de turma, professoras/es, merendeiras e demais profissionais que compunham as dinâmicas cotidianas de um ambiente escolar.

Recordo-me das vezes em que busquei o espaço da Biblioteca como refúgio para me esconder daquilo que não sabia lidar, para me afastar das incertezas do afeto e das variadas relações com o Outro/a, sentia-me deslocada, incapaz das aproximações mais simples, justamente por existir consciente de que minha corporalidade já ocupava um lugar margeado, um lugar de diferença. Tão jovem *eu* era, porém muito interpretativa da realidade social que se revelava no acontecimento da confluência social, nos apelidos que recebia (em forma de xingamentos), cada vez mais apercebida do que minha corporalidade significava. A partir do olhar daqueles que me liam e me apontavam sob a ótica da diferença.

Sinto, também, certo apressamento no estancar da ingenuidade, da inocência infantil, de uma fase que sonhar e brincar era ritmo de vivacidade. Por muito tempo fui aquilo que me determinaram, sem entender essa velocidade dos fatos; não havia receita para controlar as violências que me acometiam. Acredito que ainda hoje essa receita seja objeto de experimento. É difícil encontrar um ponto de equilíbrio entre o que é natural da infância e o que pode ser pura reprodução sistemática de práticas violentas vigentes. No meu entendimento, esses foram processos de aprendizagem em relação à profissional que me tornei. **À medida que evocar as memórias de um pretérito-presente é uma estratégia constante de aprimoramento do nosso fazer pedagógico**, parte das nossas estratégias e métodos de ensino-aprendizagem residem justamente na transgressão das fronteiras que nos fecharam à socialização, à interação e à prática do afeto – tanto nos abnegado.

As fronteiras que nos fecharam dentro de uma abordagem do aprendizado, desde as experiências com a infância, resultaram em práticas compromissadas com as mudanças sociais, acreditamos com veemência no caráter transformador de uma *Educação à Diversidade*. Porque já fomos estudantes com sonhos e perspectivas futurísticas, pertencemos ao chão das escolas e tivemos que, sinuosamente, produzir formas de sociabilidades em experimento, quando muitas das vezes éramos as únicas corporalidades divergentes à norma dualística de gênero. O resgate da memória é um exercício cotidiano de afirmação das práticas de ensino que necessitam ser

repensadas, articuladas de forma substancial, com relação aos aspectos metodológicos capazes e eficazes de solução.

8 Considerações *Travesti-Formadoras*

Até o momento, podemos perceber e identificar nas práticas docentes das autoras-participantes travestis, ativistas, professoras, intelectuais, atravessamentos de uma perspectiva oriunda do *Campo-Pista*. Em especial, quando se sobrepõem de forma interseccional às questões de Identidade de Gênero, Docente e suas dimensões, sob a ótica de um Olhar voltado à *Ancestralidade Travesti* implicada nas práticas pedagógicas. A *dimensionalidade referencial* insurge como uma possibilidade potente de consolidação de um novo pensamento acerca do que já se produziu sobre Travestilidades ao longo dos tempos. Porque estabelece um compromisso ético e político, em torno dos fazeres pedagógicos, que revela seu caráter travesti-formador sem invisibilizar os saberes subalternizados e localizados, constituídos nas relações da *Sexualidade como Trabalho*. Pelo contrário, a extensão de uma chave-analítica em face do pensamento crítico que denota a concretude dos processos históricos e culturais [que emergem do *Movimento de Travestis Trabalhadoras Sexuais*] é preponderante à formulação de um campo de ideias que nos permita (re)pensar métodos e práticas capazes de construir outras lógicas, outras formas de compreensão da realidade social em Contextos de Educação.

O resgate da Memória Social configura a centralidade de um Olhar comprometido com a luta árdua das travestis em movimento, desde a metade do século passado. Pensar uma Educação à Diversidade e seus processos com o fazer pedagógico é primordial à inovação do pensamento crítico, inclusive porque provoca a reflexão daquilo que é passível de ser esquecido, ignorado e mal interpretado. É mister tornar indelével o legado deixado por nossas mais velhas, como fonte essencial de um intento de ensino-aprendizagem, para que cada vez mais a referência-potência das corporalidades dissidentes reformule as relações com o social e suas idealizações. É preciso entender que o Pedagógico no âmago da estrutura do sistema educacional cumpre papel primordial na transformação e emancipação do corpo estudantil, sendo fundamental uma práxis de gênero que reflita a Diversidade discente e docente, como é o caso da travestilidade – por uma busca constante e produtora de uma subalternidade a(1)tiva, ética e consciente das incorporações que modificam nossas condutas e olhares limitantes.

Ao longo do texto, foi possível (re)formular uma miríade de análises profícuas, desde as contribuições do **pensamento negro** à construção do *Movimento Social Organizado de Travestis* até as estratégias de permanência que naturalizamos sob o risco de punição da *Cisgeneridade* nos espaços de Educação Formal. Muitos dos nossos encantamentos com a Educação foram cerceados desde a mais tenra idade, inúmeras narrativas das autoras-participantes nos apontam para isso, sobre a necessidade de se colocar em reflexão no que

concerne nossas Infâncias e os processos de exclusão que enfrentamos. As políticas de pertencimento, com base nos fundamentos da Memória, aparecem como imprescindíveis ao entendimento de que é emergente um olhar atento à realidade social à qual estamos inseridas. Do mesmo modo, os relatos das autoras-participantes incidem sobre a integridade imperiosa que detém a luta coletiva de outrora, no interior dos Movimentos Sociais, das lutas travadas, da opulência estética produzida em *Pista*. O conjunto de saberes e significados é inestimável, possuidor de dispositivos que nos direcionam a um lugar muito potente de reflexão e ação. Em consonância com os fundamentos de uma *Ancestralidade Travesti*, marcada e orientada pela História e Cultura, fomentam a escrita que ora produz poética de resistência, ora produz análises densas e complexas. Insurge com a intencionalidade de construir um fazer pedagógico que mais do que falar sobre Nós, seja expoente de um passado que ainda não descansou, porque sua vivacidade em nossas memórias é projeto constante de transformação social e emancipação humana.

Este trabalho de *Tese* não se encerra, ele é produto de intenso processo inflexivo e reflexivo, infundável, inconclusivo, envolto de possibilidades analíticas e epistemológicas, justamente porque versa sobre a complexidade da Identidade Travesti, atravessada por historicidade e culturalidade específicas. O *Campo-Pista*, nesse sentido, manifesta-se como um instrumento facilitador para se pensar os saberes travestis clandestinos que ganham formas e se consolidam na academia via intento da colonialidade, quando há muito tempo nos percebia apenas como meros “objetos” no desbravar da Ciência desmedida, sem responsabilidade ético-política com as dissidências raciais e de gênero. É extenuante para *Nós-Travestis* intelectuais estar a todo momento asseverando nossas existências nesse lugar de autoridade científica. Muitas vezes nos encontramos exauridas, entre nós mesmas, porque os embates também são internos e revelam a imensidão de questões a serem debatidas e elucidadas. Em especial, quando tratamos da *Sexualidade como Trabalho* na experiência travesti, apegamo-nos puramente aos efeitos da violência sistêmica, sem muito se importar com os seus fundamentos ancestrais que nos ensinam, diuturnamente, aos fazeres pedagógicos.

Lembremo-nos com veemência do legado germinado e cultivado pelas travestis trabalhadoras sexuais, desde a *Pista*, onde o estopim das lutas sociais coordenou nossos passos, porque eles vêm das esquinas, das relações com os movimentos organizados de rua, e isso é incontestável. Ascendemos socialmente batendo na tecla do trabalho sexual compulsório, fizemos articulações políticas demonstrando nossas estatísticas de morte e inserção majoritária das travestis em contextos de trabalho sexual. Nossas principais referências aos *Estudos Travestis(-Transexuais)* foram as corporalidades prostituídas, desde *Stonewall*; Portanto, não há como dizer que esses aspectos não tem um viés pedagógico, eles se aprofundam, se inter cruzam e produzem concepções de ensino-aprendizagem. Nossas assinaturas como intelectuais são carregadas de *Dimensionalidade Referencial* daquelas que empunharam seus braços pela liberdade sexual e de gênero, em outrora. A *Pista* constituiu a base dos

saberes travestis, semeados na informalidade e o *pensamento negro* nos orientou à uma produção qualificada do conhecimento, à medida em que nos institucionalizamos. Essa é a essencialidade fundante da qual acredito, sem qualquer dúvida, justamente porque o meu comprometimento com a questão histórico-cultural da travestilidade não é mutável, tampouco passível de aviltamento. Isto posto, conclamo: Por uma Pedagogia do *Campo-Pista*, por uma pedagogia que além de nos contemplar enquanto sujeitas políticas e profissionais docentes, direcione-nos a um propósito de ruptura da estrutura social dominante, esta que incessantemente nos prepara armadilhas coloniais, para que apaguemos nossas marcas de identidade.

Referências

- Afro-americanos. **E não sou uma mulher?** – Sojourner Truth. Portal Geledés, 2014. (Tradução: Osmundo Pinho).
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação Djamilia Ribeiro).
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, p. 229–236, 2000.
- ARAÚJO DOS PASSOS, Maria Clara. **Pedagogia das Travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- ARAÚJO DOS PASSOS, Maria Clara. Afrotransfeminismo: travestilizando o movimento negro e racializando o transfeminismo. **Usina de valores**, [S.l.], jun. 2018. Disponível em:
- ARAÚJO DOS PASSOS, Maria Clara. “Minha existência é política”: o pensamento de uma afrotransativista. [Entrevista concedida à Débora Britto]. **Usina de valores**, [S.l.], abr. 2018.
- ÁVILA, Eliana de Souza. Esquisita(r) demais a escritora: notas sobre a teorização queer de Glória Anzaldúa. In: BRANDÃO, Izabel et al (Orgs.). **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. 840 p.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019 /**. – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002.
- BRAH, Avtar. “**Diferença, diversidade, diferenciação**”. In: Cadernos Pagu, n. 26. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, p. 229-376.
- BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a Interseccionalidade. In: BRANDÃO, Izabel et al (Orgs.). **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. 840 p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (Org.). **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora Unesp/Paralelo, 2000. P. 17-35.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.2, nº 3, p.544-552, jul.1995.

COLLINS, Patrícia Hill; BORGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candini. 1ª edição. São Paulo, Editora Boitempo, 2016.

DEMETRIO, Fran; BENSUSAN, Hilan Nissior. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. **Revista CEAM**, V. 5, N. 1, 2019.

DURHAM, Eunice. **A reconstituição da realidade**. São Paulo: Ática, 1978.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. 1. Ed. Salvador: UFBA, 2008.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANKENBERG, R. **White women, race másters**: The social construction of whiteness. USA: University of Minnesota, 1999.

FRÓES, Priscila. **Intimidade Popular**. Projeto submetido ao curso de Bacharelado de Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Porto Alegre/RS, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros técnicos e Científicos/Editora AS, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora** – Identidade e mediações culturais. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, n. 5, p. 7–41, 1995.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. Longres: SAGE, 2000.

hooks, bell. **O olhar oposicional**: espectadoras negras. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). *Traduções da Cultura: Perspectivas críticas feministas (1970/2010)*. Florianópolis: Edufal; Editora da UFSC, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo**. *Huniversitas humanística*: Bogotá – Colômbia, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Oliveira Silveira na UnB: **Memória Coletiva e Políticas de Inclusão Racial**. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 7, n. 15, 2014a. p. 4-24.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Feminismos contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista**. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 1, p. 5-24, 2018.

KEATING, A. **The Gloria Anzaldúa Reader**. Durham e Londres: Duke University Press, 2009.

LORDE, Audre. **A transformação do silêncio em linguagem e em ação**. In: LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 [1984].

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica, una revisión crítica**. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org.). *Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas*. México: UNAMMUAC, 2012.

McCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather**: race, gender, and sexuality in the colonial context. New York: Routledge, 1995.

MIGNOLO, Walter. **Local histories/global designs**: coloniality, subaltern knowledge and border thinking. Berkeley, Princeton University Press, 2012.

MORÍN, Edgar. **Epistemologia da complexidade**. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MUNANGA, Kabengelê. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: A. A. P., Brandão (Org.). *Cadernos Penesb*. Niterói, RJ: EdUFF, 2004.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE), 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Leticia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de. **Gritarias epistêmicas**: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras. Salvador, BA: Devires, 2022.

OLIVEIRA, Mônica Queiroz De. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte**: O trabalho na vida nada fácil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2008.

OYÉWÙMI, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. 1. Ed – Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de Articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez. 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos**: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: EUDUERJ, 2013.

PIZA, E. **Porta de vidro**: uma entrada para branquitude. In: I, Carone; M. A, Bento (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda, 1957.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas psicol.**, v. 12, n. 1, p. 2-17, 2004.

RODAS, Raquel. **Dolores Cacuango**: Pionera de la lucha por los derechos indígenas. Quito: Comisión Nacional Permanente de Conmemoraciones Cívicas, 2007.

RUBIN, Gayle. **Thinking sex**: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole (org.). *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. Boston: Routledge, 1984.

SALGADO, Martha Patrícia Castañeda. **Metodología de la investigación feminista**. Cidade do México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciências y Humanidades, Universidad Nacional Autónoma de México, 2008.

SANTOS, S. M. A. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios**. Plural (São Paulo. Online) 24 (1), 214-241, 2017. 1, 2017.

SANTOS, Luís Carlos Ferreira dos; OLIVEIRA, Eduardo David de. Poética da Ancestralidade: filosofia africana e educação antirracista. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 225, nov/dez. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia. São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer (Org.). **Branquitude**: Diálogos sobre racismo e antirracismo. 1. Ed. São Paulo: Fósforo, 2023.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Tradução de Beatriz Sioux. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SILVA, Gabriela da. **(Trans)Trajetórias de vida e de escolarização de travestis e transexuais no contexto da educação de jovens e adultos em Santa Catarina**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

SILVA, Pimentel Silva. **Elementos constitutivos da identidade na escola**. In: ALMEIDA, Ana Maria Bezerra; LIMA, Maria Socorro Lucena; SILVA, Silvina Pimentel (Orgs.). Dialogando com a escola. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

SMITH, C. Epistemological intimacy: A move to autoethnography. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 4, n. 2, Junho 2005.

SPIVAK, Gayatri. Puede hablar el subalterno? **Revista Colombiana de Antropología**, n. 39, p. 297-364, 2003.

SOLÁ, Miriam; URKO, Elena (ED.). **Transfeminismos-Epistemes, fricciones e flujos**. Traducción: Yulia Dobrovolskaia y Zahara García González. Taffala: Txalaparta, 2018.

STEYN, Melanie. **Novas matizes da “branquitude”**: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In: V. Ware (Org.). Branquitude, identidade branca e multiculturalismo (V. Ribeiro, trad., p. 115-137. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

ZANELA, Maria. **Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Florianópolis, 2019.

ZURBANO, Roberto. “Cuba: Doce dificultades para enfrentar el (neo)racismo o doce razones para abrir el (outro) debate”. **Revista Universidad de la habana**, 273, p. 266-277, 2012.

WALSH, Catherine. **Pedagogias decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir.** (Série Pensamiento Decolonial, Tomo II). Quito: Abya Yala, 2017.

WAYAR, Marlene. **Travesti: Una teoría lo suficientemente buena.** 1ª ed. Ilustrada. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Muchas Nueces, 2018. 124 p.

WERNECK, Jurema; PIRES, Thula; SANTANA, Bianca. **O que podem os indivíduos diante da estrutura?** In: SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude: Diálogos sobre racismo e antirracismo. 1. Ed. São Paulo: Fósforo, 2023.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais. São Paulo. Vozes, 2009. p. 8 - 86

Apêndice A - Roteiro das Entrevistas

Este roteiro foi elaborado com o intuito de desvendar as experiências das travestis professoras/educadoras em contextos de escolarização e produção do conhecimento. Os dados obtidos farão parte da Tese de Doutorado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da UFSC, sob a orientação da Profa. Dra. Joana Célia dos Passos.

O roteiro está dividido em três (3) seções, a saber:

- Seção 1. Dados de Identificação;
- Seção 2. Corpos e Condutas Travestis;
- Seção 3. Trajetórias na Prostituição.

Obrigada por sua atenção e colaboração!

Ma. Maria Zanela
 Travesti Doutoranda / PPGE – UFSC
 aprendereler@gmail.com ou mariazanelabiblio@gmail.com
 (47) 996670306

1. Dados de Identificação

- Nome:
- Idade:
- Raça/etnia:
- Identidade de Gênero:
- Escolaridade:
- Situação Conjugal:
- Religião (caso tenha):
- Naturalidade:
- Local de moradia (município/estado):
- Filhos/as:
- Companheiro/a:
- Indique o tempo de docência.
-

2. Corpos e Condutas Travestis

- Discorra sobre o momento em que se percebe travesti.
- Comente o momento em que assume a identidade travesti.
- Situe as pessoas que foram centrais para a construção de sua identidade travesti/ corporalidade.
- Fale sobre o acesso aos recursos necessários para a formação acadêmica.
- Narre sobre a relação corpo e escola/universidade.

3. Trajetórias na Escola

1. Comente como você chegou à escola

2. Como foi sua trajetória escolar? Narre sobre sua relação com as colegas de escola
3. O que é ser uma professora travesti no contexto da Educação Escolar?
4. Houve referências de professoras cisgêneras que possibilitaram sua formação profissional? Quais?
5. Em seu percurso de formação teve alguma professora travesti que você se inspirou?
6. O que é ser uma professora travesti no contexto da Educação Universitária?
7. O que uma professora travesti pode ensinar a partir de suas experiências de transgressão e subversão das normas sociais de gênero?
8. Como você transformou suas experiências de transgressão e subversão das normas sociais de gênero em possibilidades de aprendizagem?
9. Para além dos marcadores sociais de gênero, que outros preconceitos e discriminações você teve que enfrentar no ambiente escolar/universitário?
10. Quais as estratégias pedagógicas utilizadas você acredita que fez diferença em sua atuação como professora?

4. Trajetórias na Universidade

- Situe a idade em que começou a lecionar.
- O que levou você a escolher a profissão do magistério? Por que ser professora???
- Discorra sobre as motivações que a levaram à formação acadêmica.
- Fale sobre seu primeiro local de trabalho como professora.
- Comente como você chegou à universidade.
- Como foi sua trajetória escolar? Narre sobre sua relação com as colegas de escola
- Aborde sua visão sobre a docência na experiência de travestis.
- O que é ser uma professora travesti no contexto da Educação Universitária?
- O que uma professora travesti pode ensinar a partir de suas experiências de transgressão e subversão das normas sociais de gênero?
- Para além dos marcadores sociais de gênero, que outros preconceitos e discriminações você teve que enfrentar no ambiente escolar/universitário?
- Quais as estratégias pedagógicas utilizadas você acredita que fez diferença em sua atuação como professora?